



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MATHEUS ANDRADE MARQUES

**CENTRO DE SÃO LUÍS, DE CIDADE-ILHA AO PATRIMONIAL E TURÍSTICO:
MANUTENÇÃO DAS FORMAS E ALTERNÂNCIA DOS USOS AO LONGO DO
TEMPO**

FORTALEZA
2025

MATHEUS ANDRADE MARQUES

CENTRO DE SÃO LUÍS, DE CIDADE-ILHA AO PATRIMONIAL E TURÍSTICO:
MANUTENÇÃO DAS FORMAS E ALTERNÂNCIA DOS USOS AO LONGO DO TEMPO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de doutor em Geografia. Área de concentração: Estudo socioambiental da zona costeira.

Orientador: Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas.

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- M319c Marques, Matheus Andrade.
Centro de São Luís, de cidade-ilha ao patrimonial e turístico : manutenção das formas e alternância dos usos ao longo do tempo / Matheus Andrade Marques. – 2025.
202 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2025.
Orientação: Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas.
1. São Luís. 2. Espaço urbano. 3. Usos e funções. I. Título.

CDD 910

MATHEUS ANDRADE MARQUES

CENTRO DE SÃO LUÍS, DE CIDADE-ILHA AO PATRIMONIAL E TURÍSTICO:
MANUTENÇÃO DAS FORMAS E ALTERNÂNCIA DOS USOS AO LONGO DO TEMPO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Geografia. Área de concentração: Estudo socioambiental da zona costeira.

Aprovada em: 23/12/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Dirceu Rogério Cadena de Melo Filho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Josoaldo Lima Rêgo
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Profª. Dra. Luciléa Ferreira Lopes Gonçalves
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL)

Prof. Dr. Pedro de Almeida Vasconcelos
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

À minha mãe, minha maior incentivadora.

AGRADECIMENTOS

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), pelo financiamento da minha pesquisa através da bolsa de doutorado.

À minha mãe, que sempre foi a maior incentivadora durante essa minha longa vida como estudante.

À minha amada irmã, Thais Andrade, que eu tanto amo.

À minha querida e amada tia, Helena Andrade, que sempre me apoiou durante todo esse percurso.

Às minhas primas e primos, em especial à Maria Marta Andrade, Raquel Andrade, André Victor Andrade e Bruna Andrade.

À minha tia, Paula Andrade, obrigado pela admiração e incentivo de sempre.

À minha tia Alessandra e à minha vó Diva, gratidão por tudo.

À Wellington Ribeiro, grande amigo que esteve junto a mim durante momentos de alegria e de dificuldades.

Ao professor Eustógio Dantas, pela prazerosa orientação, suas contribuições enriqueceram ainda mais a nossa pesquisa. Os diálogos a respeito da Geografia em geral, sobre sua experiência em Paris no período de seu doutorado, as indicações de leituras, as dicas sobre a construção do meu livro e demais ensinamentos que os últimos anos me propiciaram colaboraram para que eu me tornasse um geógrafo ainda melhor. Serei eternamente grato.

Aos professores participantes da banca examinadora Dirceu Rogério Cadena de Melo Filho, Josoaldo Lima Rêgo, Luciléa Ferreira Lopes Gonçalves e Pedro de Almeida Vasconcelos, pelo tempo e pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos professores integrantes do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Ceará. Em especial, agradeço aos professores que fazem parte do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR).

Aos colegas de laboratório, o convívio e a receptividade foram ótimos e facilitaram a minha estadia durante os anos de doutorado.

Aos companheiros de turma, desde as aulas remotas até as presenciais e, posteriormente, as conversas e trocas de experiências que foram fundamentais para a construção da minha pesquisa.

Aos queridos amigos Jairo Palhano, Henrique Guimarães, Jefferson Carvalho, Mikael Souza, Luís Fernando, Lucas Pontes e outros que ao longo dessa trajetória compartilharam, junto a mim, distintos momentos. Nossos encontros, além de sempre renderem boas cervejas,

também oportunizam conversações sobre nossas pesquisas, experiências e colaborações para que todos pudessem seguir trilhando nossas trajetórias profissionais.

À Carla Rodrigues, grande amiga que me incentiva e sempre demonstra grandioso orgulho da minha trajetória acadêmica. Obrigado!

À Saulo Santos, que me orientou durante o curso de mestrado, que se mostra solícito sempre que preciso de algum favor e que, de certo modo, foi quem me apresentou possibilidades de realizar pesquisas relacionadas ao centro de São Luís.

Aos companheiros e companheiras de trabalho, Liriane Gonçalves, Keilha Correia, Luciléa Gonçalves, Allison Oliveira e todos os outros que me recepcionaram da melhor forma possível.

Aos alunos do curso de Geografia da UEMASUL, em especial aos que compõem juntamente comigo o grupo de estudos e discussões em Geografia Humana: Samyra, Ana, Jaqueline, Itamara, Fellype, Eduardo, Jeferson, Nívea, Tiago, Joseildo, Cleidy, Ane, Maria Jessica, Gilson e todos os outros.

À querida Amanda Nascimento, que sempre me auxiliou quando necessitei e que esteve comigo em momentos de lazer que foram importantes para fugir da rotina do doutorado.

À Gisele Polanski, colega que, desde os tempos de mestrado, sempre está disposta a contribuir e incentivar-me nos momentos bons e ruins.

À Samanta Lima, por ficar feliz pelas minhas conquistas e pelos incentivos e admiração de sempre.

À Marina Carvalho, Luciana Amorim e Amanda Caroline pela companhia em momentos de descontração durante a reta final da minha escrita de tese.

À Jhony Frota, grande companheiro que sempre está disposto a elaborar conjuntamente estudos que enriquecem ainda mais o meu conhecimento geográfico.

À Cíntia Teixeira, que durante essa trajetória sempre me ouviu e ajudou no enfrentamento das dificuldades que se apresentaram.

Ao querido Luiz Eduardo Neves dos Santos, colega que sempre se dispôs a debater sobre Geografia e, como egresso do programa de pós-graduação em Geografia da UFC, concedeu-me boas dicas sobre o curso.

Aos demais servidores da Universidade Federal do Ceará.

Aos demais amigos e demais pessoas que de alguma forma contribuíram durante todo o processo de construção da minha pesquisa.

“A ambição de estudar geograficamente o centro de uma cidade, antes mesmo da análise dos seus problemas específicos, pode conduzir a uma série de questões mais gerais sobre o valor geográfico de tal quadro” (Santos, 2012, p. 27).

RESUMO

A presente pesquisa intenta colaborar com a execução de apreensão da dinâmica de espaços urbanos no Nordeste brasileiro, por meio do caso de São Luís (MA), à luz da constituição e transformação da sua região central ao longo do tempo, dando ênfase ao quadro contemporâneo do lugar (século XXI), realçando as principais funcionalidades ainda presentes. O atual centro de São Luís, também concebido como Centro Histórico, representa o início do processo de urbanização da capital maranhense, bem como resguarda um importante conjunto arquitetônico proveniente do período colonial brasileiro. Esses fatores chamam a atenção e aguçam numerosas possibilidades de análises a serem empreendidas, entretanto, apontamos outros elementos que julgamos como centrais que são: os usos e funções ao longo do tempo. Dessa forma, nosso estudo focaliza esforços na interpretação dos principais usos e funções do centro de São Luís em distintos séculos, caracterizando o local e destacando eventos, agentes, planos, projetos e outros elementos que explicam a manutenção e alternância de formas e funções no tempo. Dessa forma, propiciando-nos uma melhor compreensão sobre o quadro atual, em virtude do entendimento das motivações da salvaguarda e alternância dos usos, correlacionando estes com as formas, que permanecem no espaço ao longo do tempo, em razão de alguns aspectos, como, por exemplo, a patrimonialização do centro de São Luís. Assim, fazemos uso de uma abordagem proveniente da Geografia Urbana Histórica, a fim de examinar o centro em séculos passados. De modo a melhor discutir a relação tempo e espaço, utilizamos como instrumento metodológico duas das cinco vias de análise propostas por Corrêa (2016), que são Inscrição e Herança; a primeira centrada no entendimento do centro no passado e a segunda relacionada ao contexto contemporâneo, dos usos atuais das formas constituídas no passado. Como resultados, constatamos que, até um dado momento da história de São Luís, a região correspondente ao atual centro representava os limites territoriais da cidade e centralizava as principais atividades; com o advento da expansão urbana e maior ocupação territorial da ilha, a cidade deixa de ser o atual centro, colaborando assim para a constituição de novas centralidades no espaço urbano ludovicense, para perda, salvaguarda e surgimento de novos usos e funções no centro de São Luís.

Palavras-chave: São Luís; espaço urbano; usos e funções.

ABSTRACT

The present research intends to collaborate with the execution of the seizure of dynamics of urban spaces in the Brazilian Northeast, giving notoriety to the case of São Luís (MA), situated in an insular formation in the coastal zone maranhense. The island of Maranhão is remarkable because of its strategic geographical position, an aspect that was exploited by European peoples during the 17th, 18th and 19th centuries. Thus, the city is founded and develops over the centuries mentioned, having as one of its main heritages of the said period, the safeguarding of the architectural set of colonial origin that characterizes what was agree to call of Historical Center of São Luís. Thus, we undertake an analysis of contemporary São Luís (21st century) from its center, since until a certain time, the territorial limits of the city were those that we currently recognize with its central region. In addition, it is in the ludovicense center that the city is founded and where the first urban centers of the island arise. Therefore, to undertake an analysis on the urban space of ludovicense, automatically reverbs in the inclusion of its center as a main element during this exercise. Thus, our research objective is based on the discussion of the main uses and functions present in the ludovicense center at the beginning of the 21st century. To achieve the aforementioned desire, we used an approach provided by Historical Urban Geography, in order to seek subsidies in past periods that help us better interpret the contemporary center. Among these, we highlight the analysis of studies already carried out, plans, projects, public policies and execution of other actions, such as the construction of structural apparatus that allowed the city to expand beyond the territorial dimensions of the culminating in the constitution of a ludovicense territory that no longer concerns only the geographical limits of the current center. Thus, the central region becomes part of the urban space of São Luís, acquires new uses and functions, among these, we highlight the fact that the center is conceived as a tourist and leisure environment, a distinct reality of centuries predecessors. On the other hand, it was also found that other functionalities already existing in other periods, are still present in the central region, among these we highlight the commercial; administrative and housing. In other words, these functions compete with others that concern another logic, another time, thus implying the emergence of a new socio-spatial configuration to the ludovician center.

Keywords: São Luís; urban space; uses and functions.

RESUMEN

El objetivo de esta investigación es contribuir a la comprensión de la dinámica de los espacios urbanos en el Nordeste brasileño, a través del caso de São Luís (MA), a la luz de la constitución y transformación de su región central a lo largo del tiempo, haciendo hincapié en la imagen contemporánea del lugar (siglo XXI), destacando los principales rasgos que aún están presentes. El actual centro de São Luís, también conocido como Centro Histórico, representa el inicio del proceso de urbanización de la capital de Maranhão, además de preservar un importante conjunto arquitectónico de la época colonial brasileña. Estos factores llaman la atención y abren innumerables posibilidades de análisis, sin embargo, señalamos otros elementos que consideramos centrales: los usos y funciones a lo largo del tiempo. De este modo, nuestro estudio se centra en la interpretación de los principales usos y funciones del centro de São Luís en diferentes siglos, caracterizando el lugar y destacando acontecimientos, agentes, planes, proyectos y otros elementos que explican el mantenimiento y la alternancia de formas y funciones a lo largo del tiempo. Por lo tanto, nos proporciona una mejor comprensión de la situación actual al entender las motivaciones para la salvaguarda y la alternancia de usos, correlacionándolas con las formas que permanecen en el espacio a lo largo del tiempo debido a determinados aspectos, como la patrimonialización del centro de São Luís. Así, utilizamos un enfoque de Geografía Histórica Urbana para examinar el centro en los siglos pasados. Para discutir mejor la relación entre tiempo y espacio, utilizamos como herramienta metodológica dos de las cinco vías de análisis propuestas por Corrêa (2016), que son Inscripción y Herencia, la primera centrada en la comprensión del centro en el pasado y la segunda relacionada con el contexto contemporáneo, de los usos actuales de las formas constituidas en el pasado. Los resultados muestran que hasta un determinado momento de la historia de São Luís, la región correspondiente al centro actual representaba los límites territoriales de la ciudad y centralizaba las principales actividades. Con el advenimiento de la expansión urbana y la mayor ocupación territorial de la isla, la ciudad dejó de ser el centro actual, contribuyendo así a la constitución de nuevas centralidades en el espacio urbano de São Luís, a la pérdida, salvaguarda y emergencia de nuevos usos y funciones en el centro de São Luís.

Palabras-clave: São Luís; espacio urbano; usos y funciones.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Província do Maranhão, 1631.....	57
Figura 2 –	Vista panorâmica de São Luís.....	58
Figura 3 –	Fortes presentes no litoral da ilha do Maranhão (século XVII).....	59
Figura 4 –	Padrões arquitetônicos de cidades portuguesas e de São Luís (a) Lisboa; (b) Porto; (c) Vila Real de Santo Antônio; (d) São Luís.....	64
Figura 5 –	Mapa de São Luís (1844), área onde foi instalada a Fábrica Martins....	69
Figura 6 –	Planta de São Luís em 1912.....	72
Figura 7 –	Porto de São Luís, início do século XX.....	73
Figura 8 –	Fábrica Santa Amélia atualmente, centro de São Luís.....	75
Figura 9 –	Ponte Governador José Sarney.....	79
Figura 10 –	Proposta de ocupação da área Norte de São Luís.....	80
Figura 11 –	Ponte Bandeira Tribuzi, ao fundo o bairro Jaracati (2020).....	84
Figura 12 –	Litoral Norte de São Luís (2021).....	87
Figura 13 –	Casarões históricos no Centro de São Luís.....	89
Figura 14 –	Presença de dunas na praia do Calhau.....	97
Figura 15 –	Maquete e vista aérea da Feira da Praia Grande após obra do PPRCHSL.....	121
Figura 16 –	Rua Portugal em obra, 1987.....	123
Figura 17 –	Rua Portugal em 1989.....	124
Figura 18 –	Convento das Mercês antes de obras do PPRCHSL (1987).....	125
Figura 19 –	Convento das Mercês, 2023.....	126
Figura 20 –	Teatro Arthur Azevedo, 2023.....	127
Figura 21 –	Casarões no centro de São Luís, 2023.....	129
Figura 22 –	Fonte do Ribeirão, 2023.....	133
Figura 23 –	Igreja Catedral de Nossa Senhora da Vitória, 2023.....	134
Figura 24 –	Prefeitura Municipal de São Luís.....	136
Figura 25 –	Casarões históricos na Rua do Giz.....	140
Figura 26 –	Casarões no centro de São Luís com placa de “vende-se” e/ou “aluga-se”.....	144
Figura 27 –	Edifício Governador Archer.....	147
Figura 28 –	Rua Grande destacada no núcleo urbano de São Luís (1698).....	149

Figura 29 –	Rua Grande destacada no núcleo urbano de São Luís (1858).....	150
Figura 30 –	Dinâmica socioespacial na Rua Grande (década de 1950).....	152
Figura 31 –	Rua Grande, centro de São Luís (2023).....	154
Figura 32 –	Movimentação de pedestres pela Rua Grande (2021).....	156
Figura 33 –	Shopping Rua Grande, centro de São Luís.....	157
Figura 34 –	Muro de proteção do Palácio dos Leões.....	159
Figura 35 –	Vista da baía de São Marcos a partir da Avenida Dom Pedro II.....	160
Figura 36 –	Palácio dos Leões.....	162
Figura 37 –	Museu do Palácio dos Leões.....	163
Figura 38 –	Sede do Tribunal de Justiça do Maranhão.....	164
Figura 39 –	Capitania dos Portos do Maranhão.....	165
Figura 40 –	Praça Dom Pedro II, século XX.....	167
Figura 41 –	Praça Dom Pedro II após reforma.....	168
Figura 42 –	Praça dos Poetas, centro de São Luís.....	170
Figura 43 –	Complexo Deodoro, centro de São Luís.....	173
Figura 44 –	Feirinha São Luís.....	174
Figura 45 –	Fachada de casarão revestida com azulejos, Rua Portugal.....	176

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Zonas onde estão localizados monumentos e espaços públicos tombados no centro de São Luís.....	40
Mapa 2 – Área delimitada com monumentos e espaços públicos tombados pelo IPHAN.....	111
Mapa 3 – Área delimitada com monumentos e espaços públicos que são patrimônio mundial.....	113
Mapa 4 – Área delimitada com monumentos e espaços públicos tombados pelo Estado do Maranhão.....	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterização de períodos densos e de ruptura.....	180
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALUMAR	Alumínio do Maranhão S/A
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
CCVM	Centro Cultural Vale Maranhão
CELMAR	Celulose do Maranhão S/A
CEPRAME	Centro de Comercialização de Artesanato e Cultura Popular
CINTRA	Centro Integrado de Ensino
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DER-MA	Departamento de Estradas e Rodagem
GERCO	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEMA	Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PPRCHSL	Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís
PRODETUR	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo
SEMAPA	Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNESCO	United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization
XVI	Século dezesseis
XVII	Século dezessete
XVIII	Século dezoito
XIX	Século dezenove
XX	Século vinte
XXI	Século vinte e um
ZC	Zona Central

ZIS	Zona de Interesse Social
ZPH	Zona de Preservação Histórica

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
1.1	Notas iniciais.....	18
1.2	Trajetória acadêmica.....	25
1.3	Sobre o tema e os objetivos da pesquisa.....	28
1.4	Hipótese.....	34
1.5	Metodologia.....	35
1.6	Área de estudo.....	39
1.7	Estrutura da tese.....	40
2	QUANDO O CENTRO ATUAL ERA A CIDADE.....	43
2.1	As ilhas e o seu papel estratégico para o império ultramarino da Coroa portuguesa (séculos XV e XVI).....	43
2.2	Fundação francesa e a constituição da cidade-ilha (século XVII).....	48
2.3	Colonização portuguesa e o desenvolvimento econômico de São Luís (séculos XVII e XVIII).....	54
2.4	O período fabril e suas implicações para o centro de São Luís (século XIX).....	67
3	QUANDO O CENTRO DEIXA DE SER A CIDADE.....	76
3.1	Obras públicas e a reconfiguração do espaço urbano ludovicense (século XX).....	77
3.2	A valorização das zonas de praias e as implicações para a região central de São Luís.....	91
4	INTERVENÇÕES E A CONSTITUIÇÃO DO CENTRO PATRIMONIAL.....	107
4.1	O Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCHSL).....	107
4.2	Etapas do PPRCHSL.....	120
4.3	A transformação do Centro de São Luís em patrimônio.....	130
5	O PANORAMA ATUAL DO CENTRO DE SÃO LUÍS: PERMANÊNCIAS, ALTERNÂNCIAS E PERSPECTIVAS.....	138
5.1	Habitação no centro de São Luís.....	138
5.2	Uso comercial.....	147

5.3	Função administrativa.....	158
5.4	O lazer e o turismo no centro de São Luís.....	166
5.5	Análise integrada.....	177
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	187
	REFERÊNCIAS.....	192

1 INTRODUÇÃO

A presente seção possui como anseio apresentar o tema de investigação de nosso estudo, bem como apontar os objetivos, arcabouço metodológico, estrutura, além de outros momentos que contribuíram para a construção dessa tese. Desse modo, esclarecemos ao leitor a opção pela temática selecionada, ao passo que justificamos a relevância que ela possui no âmbito dos interesses provenientes da ciência geográfica, ressaltando outros estudos já realizados e elencando as possibilidades a serem exploradas com a efetivação da pesquisa.

1.1 Notas iniciais

A constituição de estudos geográficos que se debruçam sobre o entendimento da dinâmica de composição de cidades é um fenômeno recorrente em estudos de geógrafos e geógrafas por todo o mundo. A elaboração desse tipo de trabalho leva em consideração uma série de nuances, que vão desde a formação territorial, a expansão urbana, a salvaguarda de formas, os usos e funções até a compreensão de dinâmicas e outros processos inerentes ao espaço urbano, seja este pretérito ou contemporâneo.

É a partir desse panorama que realizamos a análise, no presente estudo, sobre o caso de São Luís (Maranhão, Brasil), com ênfase para o seu centro, à luz de uma abordagem que prima evidenciar, por meio de momentos históricos, os usos, formas, agentes e processos que nos ajudam a interpretar as transformações e permanências do espaço urbano ludovicense.

Nesse sentido, *grosso modo*, realizamos um exercício de retroceder a escala temporal de análise, a fim de melhor interpretar os aspectos mencionados, de maneira a fundamentar a discussão do quadro atual (início do século XXI).

O referido anseio de analisar *urbes* em períodos pretéritos, sobretudo no Brasil colônia, e até mesmo o fato de relacionar a cidade do passado com dinâmicas urbanas contemporâneas, já foi empreendido em outras pesquisas, sejam em trabalhos de cunho geográfico ou de outros campos do conhecimento. Assim, apontamos alguns estudos já constituídos em território nacional que tomam como ponto de partida o período colonial e a configuração de cidades brasileiras.

Vasconcelos (2009a) destaca o caso de Salvador, que passa a centralizar as principais atividades políticas, administrativas e econômicas no período colonial. Nesse sentido, o autor aponta a personificação dessas vertentes a partir dos papéis executados pela Coroa, pela Igreja, por comerciantes e por proprietários rurais e artesãos.

Por meio do exame empreendido sobre o papel de cada um dos supracitados agentes na composição do espaço urbano de Salvador durante o período colonial, Vasconcelos (2009a) detalha a relevância que cada um desses deteve num intervalo temporal de quase três séculos de colonização.

Entre os principais apontamentos do autor, destacamos: a relevância e o declínio da Igreja no âmbito das tomadas de decisões; o fortalecimento do Estado; o desenvolvimento de função militar, importante para a salvaguarda do território; além da função portuária, que contribuiu para a dinamização da economia.

A partir do panorama inicial de ocupação do território brasileiro, em que Salvador se estabelece como primeiro e principal núcleo urbano da colônia, as dinâmicas econômicas passam a ser centralizadas pela então capital. Posteriormente, outras cidades e vilas foram se formando, com ênfase para as situadas na costa Leste.

Desse modo, Abreu (1997) destaca a ascensão da cidade do Rio de Janeiro, que, nas primeiras décadas de colonização, encontrava-se em segundo plano, em analogia às centralidades identificadas em Salvador, mas que, durante o século XVII, passa a tomar maior notoriedade em âmbito nacional. Como exemplificação, têm-se, após o período de declínio econômico vivenciado por Salvador, a ascensão do Rio de Janeiro, fator que culmina na alternância da capital, que passa a ser o Rio de Janeiro durante o intervalo de 1763 até 1960, quando a capital nacional é mais uma vez transferida, dessa vez para Brasília.

Além de Salvador e Rio de Janeiro, Abreu (1997) aponta outros centros urbanos, durante o período de apropriação europeia do território da colônia, que detinham relevância em razão do aspecto econômico. Entre eles, tomam maior notoriedade os situados na região Nordeste, a partir dos casos de Recife e Olinda, pela produção de cana-de-açúcar.

Destarte, observa-se, por meio da localização das cidades já mencionadas, que se estabelece, no período colonial brasileiro, uma predominância política, administrativa e econômica na costa Leste, pois é nessa parte do território da colônia que se concentram as principais atividades econômicas.

Tal configuração reverbera na composição de um papel de destaque no âmbito econômico de cidades como Salvador, Rio de Janeiro, Recife e Olinda. A criação de portos, somada à produção agrícola de cana-de-açúcar fazendo uso da escravização de pessoas negras advindas do continente africano durante os séculos XVII e XVIII, convergiu para um cenário de predominância das referidas *urbes* em nível nacional durante o período colonial.

Os estudos dos referidos autores, bem como de outros pesquisadores que fazem uso da Geografia Urbana Histórica como instrumento de interpretação da cidade, mostram-se

de suma importância para melhor apreendermos períodos pretéritos. Corrêa (2016) aponta que esse exercício é fruto de uma tentativa de analisar a composição socioespacial do passado com base no contexto daquela época, embora os estudiosos possam fazer uso de mecanismos relacionados ao tempo atual, mas o foco é discutir a cidade do passado.

Nesse sentido, esclarecemos que nosso intuito, no presente estudo, difere-se da supramencionada prática, uma vez que temos como ponto central de análise discutir o contexto contemporâneo de São Luís. Porém, compreendemos que, para a execução de tal tarefa, faz-se pertinente abordarmos aspectos históricos, os quais nos auxiliam durante a interpretação do quadro atual.

Dessa forma, recorreremos ao entendimento do papel da capital maranhense desde o século XVII, momento em que a *urbe* é fundada. Posteriormente, observamos a dinâmica referente aos séculos seguintes do período colonial brasileiro, momento em que a cidade deteve centralidade relevante, em função da produção e da comercialização de mercadorias e, depois, passou por período de estagnação econômica. Por fim, adentramos aos acontecimentos provenientes dos séculos XX e XXI, destacando as principais alternâncias e permanências referentes ao urbano ludovicense.

Assim, nosso momento primário de pesquisa se concentra na região convencionada atualmente como Centro Histórico de São Luís, uma vez que este é o local de origem da *urbe*, e, durante o período colonial, as dimensões espaciais que no século XXI representam o centro eram a cidade. Portanto, entender o centro do passado é refletir sobre a cidade de São Luís.

É a partir desse prisma que observamos algumas distinções nos primórdios do período colonial brasileiro, em que a região Norte da colônia foi deixada de lado no que diz respeito à introdução da mesma dinâmica econômica vivenciada pelo Leste. Fator que já nos chama a atenção ao analisarmos o caso ludovicense, em razão de apresentar distinção aos casos das outras cidades, já mencionadas, durante o período colonial.

Entre as motivações desse panorama, Alveal e Dias (2020) apontam as dificuldades geográficas de se expandir a gestão territorial para essa parte da colônia. Como implicação, foi constituído um quadro de isolamento das cidades, vilas e demais povoamentos do Norte, realidade que colaborou para a efetivação de ocupação territorial por parte de outras metrópoles europeias.

É nesse quadro que a ocupação francesa no Maranhão, que culminou na fundação de São Luís (1612), foi efetivada, em razão da ausência dos portugueses para defender aquela parte do território da colônia. Esse panorama se explica pelas dificuldades de exploração da

então colônia; no caso de São Luís, realçada a navegabilidade na costa Norte, aspecto que resultou no fracasso de missões por parte dos portugueses que tinham o intuito de expandir o processo de colonização empreendido no Leste. Dessa forma, a parte Norte da colônia ficara desprotegida de eventuais investidas de outras metrópoles europeias, quadro que propiciou a ocupação francesa na ilha do Maranhão.

No que se refere aos franceses, convém ressaltar que outras investidas gaulesas já haviam sido concretizadas anteriormente à missão que culminou com a fundação de São Luís, com ênfase para a costa Leste da colônia. Entretanto, em razão da maior ocupação e desenvolvimento de outras funções, como a militar, o território foi defendido, resultando no fracasso do intuito francês.

No entanto, na costa Norte da colônia, os franceses não detiveram a mesma resistência identificada ao Leste, aspecto que convergiu para o seu estabelecimento em território luso. A partir de então, foi empreendida uma nova dinâmica territorial em cidades do Norte. A princípio, São Luís passou a deter centralidade regional, reverberando no desenvolvimento de sua função militar de modo a salvaguardar seu território, sua função portuária e o início de sua urbanização.

Para além da distinção da ocupação e fundação francesa em comparação com as outras cidades do período colonial, São Luís se difere daquelas em razão de aspectos geográficos; a atual capital maranhense está situada em uma ilha. Essa realidade da *urbe* ser fundada em um território insular resulta na constituição de uma dinâmica ímpar na costa Norte brasileira até aquele momento. Como implicações desse quadro, apontamos um crescimento populacional importante, fator que posteriormente transformaria a ilha na detentora da maior concentração populacional entre todas as formações insulares do país, realidade que permanece até o momento atual.

Ademais, o fator cidade-ilha condiciona São Luís a relações com a parte continental do Brasil em menor intensidade, se comparadas aos casos de Salvador e Recife, que estão localizadas na parte continental do país. Além disso, na própria ilha, alguns entraves geográficos dificultavam a maior exploração territorial; os rios, como o Bacanga e o Anil, foram até certo momento da história ludovicense concebidos como entraves para a maior exploração territorial.

É somente durante o século XX, por meio de ações do poder público, que o referido cenário é alternado, resultando no deslocamento da população em direção a outras partes da ilha, como é o caso do litoral Norte. A mesma situação acontecera com a parte continental do território maranhense.

Assim, a população ludovicense, durante o período colonial e nos séculos posteriores, concentrou-se espacialmente na região que atualmente concebemos como Centro Histórico de São Luís, ou seja, o centro atual era a cidade em períodos antepassados, aspecto que explica nossa opção em dar ênfase ao papel desempenhado por essa ambiência nesta pesquisa.

Após a retomada da ilha por parte da Coroa portuguesa, em 1615, algumas medidas foram adotadas para evitar que outras investidas externas (das metrópoles europeias) pudessem voltar a ter êxito em ocupar aquela região, ou seja, a Coroa passou a ter mais atenção com as cidades situadas ao Norte (Santos, 2009). Entre as medidas adotadas, destacamos o desenvolvimento da função militar, agora nos moldes portugueses, além de outras ações que visavam dinamizar a economia local.

Em 1621, de modo a melhor gerir o território da colônia, além de descentralizar as atividades estabelecidas no Leste, é criado o Estado do Brasil, compreendendo a parte Leste, a partir do atual Rio Grande do Norte chegando até ao atual Sul brasileiro, tendo Salvador como sua capital. É criado também o Estado do Maranhão, englobando os atuais estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Piauí, Amapá e Roraima, sendo São Luís a capital.

Essa medida expõe alguns pontos importantes a ser observados, o primeiro diz respeito à implementação de uma alternância no que se refere à gestão territorial, de modo a descentralizar as políticas, tomadas de decisões e outras dinâmicas de Salvador. Uma segunda é referente à salvaguarda do território da colônia, a divisão propicia maior exploração da parte Norte, a fim de evitar a ocupação dessa região por parte de outras nações. Ainda uma terceira demonstra a relevância que São Luís exerce em nível regional, reverberando na sua escolha como capital do então Estado do Maranhão.

A partir dessa configuração socioespacial, São Luís passa a se desenvolver como principal centro do Norte da colônia, de modo independente de Salvador. A comercialização de produtos maranhenses durante o período colonial era negociada diretamente entre São Luís e outros países, realidade não vivenciada por outras cidades e vilas, que detinham, a partir do papel exercido por Salvador, uma centralização na gestão e tomada de decisões em nível do Estado do Brasil.

Grosso modo, nesse momento histórico, é como se houvesse duas nações no território que compreende o atual Brasil, tendo a partir de São Luís e Salvador a centralização das principais atividades econômicas e políticas. Com o passar dos séculos, outras centralidades, bem como outras configurações territoriais, passam a predominar, culminando dessa forma na alternância e consolidação de novos contextos econômicos, políticos e

territoriais que nos auxiliam a interpretar o momento atual.

Conforme apresentado, interessou-nos, durante o processo construtivo de nossa pesquisa, retroceder ao período colonial brasileiro, de modo a observar o papel desempenhado por São Luís, em função das possibilidades de entendimento que o referido momento nos fornece para discutirmos as formas e usos atuais. Nele, realçamos um momento primário, referente à constituição de uma cidade-ilha, tendo a partir das dimensões espaciais concernentes ao seu atual centro a concentração da vida urbana.

Posteriormente, a alternância de uma dinâmica monocêntrica para uma configuração policêntrica nos chama a atenção, a partir do papel desempenhado por distintos agentes e dinâmicas que explicam a descentralização populacional do centro e maior ocupação territorial da ilha. Nesse sentido, a abordagem histórica nos explica como ocorreu essa transformação, as motivações e as implicações do estabelecimento dessa nova configuração socioespacial.

Por fim, ressaltamos o dinamismo econômico como elemento central para entendimento do contexto atual do centro ludovicense, no sentido de compreensão da salvaguarda e alternância das suas formas e funções, por exemplo: a preservação do conjunto arquitetônico de origem portuguesa constituído no período colonial, ainda presente na paisagem do atual Centro Histórico de São Luís, foi preservado em função da não inserção da capital maranhense em dinâmicas econômicas vivenciadas por outras *urbes* como Recife e Salvador, que, embora ainda preservem configuração semelhante, não concentram o mesmo quantitativo de edificações presente na região central ludovicense.

Outro aspecto que nos chama a atenção no que se refere ao contexto atual do urbano ludovicense, diz respeito à consolidação de outras dinâmicas para além dos limites territoriais do centro, como o crescimento da ocupação litorânea (zonas de praias) em São Luís, fenômeno que resulta na instauração de outras centralidades no urbano da capital maranhense e que, de certo ponto de vista, demonstra a valorização de outro tipo de patrimônio, diferente do que está posto no centro (edificações de origem colonial). No caso das praias, trata-se de uma representação da valoração de um patrimônio ambiental, elemento observado em outras *urbes* pelo Nordeste brasileiro (Dantas, 2019).

Dessa forma, esclarecemos que, embora a discussão inicial seja centralizada no centro (que era a cidade), posteriormente, com o advento de fenômenos como a expansão urbana, políticas públicas, planos, obras e outros elementos, nossa análise é expandida espacialmente, a fim de melhor abordar São Luís no contexto contemporâneo, momento em que a cidade não é mais apenas o centro.

A respeito de pesquisas que possuem centros como objeto de análise, Santos (2012) declara que a investigação de áreas centrais de cidades é um elemento valioso para os estudos geográficos, em virtude da variedade de elementos que compõem esses espaços. Porém, o autor alerta para alguns percalços a serem identificados durante esse exercício, entre eles, a importância de não analisarmos o centro como uma região à parte do restante da *urbe*, pois o enriquecimento da pesquisa consiste justamente na explicação que esse núcleo pode nos oferecer para compreendermos a totalidade do espaço urbano.

De certo modo, foi isso que Milton Santos fez ao elaborar sua tese de doutorado em 1958, apresentada à Universidade de Strasbourg (França), fazendo uso do centro de Salvador (BA) como recorte investigativo. No supracitado estudo, Santos discorre sobre a historicidade do centro, que se confunde a todo o momento com a realidade da capital baiana, que, de forma primária, concentrava sua população, comércio e demais serviços na região correspondente ao seu centro.

Ao longo do desenvolvimento urbano de Salvador, o seu centro passa a exercer novas funcionalidades, explicadas pelo autor em razão do surgimento de novas dinâmicas globais, nacionais e regionais. Assim, o centro soteropolitano passa a adquirir novas funções, como: comercial, bancária, industrial, artesanal, entre outras. Como implicações desse fenômeno, além da alternância funcional, a estrutura dos bairros e a paisagem urbana são fatores que também são modificados.

Um cenário semelhante também foi explorado pelo professor Eustógio Dantas, em 1995, na sua dissertação de mestrado, apresentada à Universidade de São Paulo. O estudo possuía o centro de Fortaleza (CE) como foco principal de análise, a investigação recebeu o título de “Comércio Ambulante no Centro de Fortaleza – CE”. Nesse trabalho, o autor discute a dinâmica do centro fortalezense, dando ênfase ao seu uso comercial, explicando como esse agente, personificado no papel de comerciantes, organizou-se e reorganizou-se durante o processo de expansão urbana e descentralização da capital cearense no intervalo temporal de 1975 até 1995.

O centro de Recife (PE) também foi objeto de análise em 2015, na dissertação de mestrado defendida por Larissa Rodrigues de Menezes na Universidade Federal de Pernambuco, com o título “Habitar no Centro Histórico: a habitação de interesse social como instrumento de reabilitação do Centro Histórico do Recife”. Nesse estudo, embora não seja de uma geógrafa, a abordagem é de nosso interesse ao evidenciar as dificuldades de habitar o centro durante o desenvolvimento urbano da capital pernambucana. A autora pontua, no decorrer de sua pesquisa, também o surgimento de novos usos da região central.

Além da opção em investigar áreas centrais de importantes municípios brasileiros, os autores citados, assim como numerosos outros que se debruçaram sobre a presente temática, seja na Geografia ou em outra área do conhecimento que possua interesse pelo tema, partilham com a sociedade, por meio de seus escritos, uma característica comum de centros, que pode ser estendida a todo o espaço urbano, em nossa compreensão, que é a alternância na dinâmica desses locais ao longo do tempo.

Destarte, a opção em analisar o centro de São Luís neste estudo tende a colaborar com esse já consolidado processo investigativo de regiões centrais. Porém, ao analisarmos outros trabalhos que possuem o centro da capital maranhense como espaço de análise, podemos apontar que, neste caso, estaremos de certo modo, apresentando uma abordagem distinta das que já estão postas. Esse entendimento se explica pela opção de construção de uma discussão que possui alicerce no processo de formação da cidade, chegando até os dias atuais, em que o centro possui novos usos e funcionalidades.

Dessa forma, realizamos uma análise sobre o centro de São Luís, núcleo incipiente da vida urbana ludovicense, local onde se deu o processo de fundação do município. Atualmente, a área é concebida como Centro Histórico, uma vez que, a partir do crescimento populacional e da expansão urbana, perdeu a relevância que possuía outrora, porém, resguarda elementos, sobretudo no âmbito paisagístico, que explicitam parte da historicidade da capital maranhense, de sua cultura e de sua identidade.

Assim, nossa pesquisa de doutorado almeja inserir também a paisagem urbana histórica de São Luís no debate geográfico sobre a cidade. De modo que possamos compreender as alternâncias nas funções exercidas pela área central da capital ao longo do tempo, sua reconfiguração e seu momento atual, no qual o local continua a preservar uma composição paisagística singular dentro do meio urbano ludovicense, mas também passa a introduzir funcionalidades contemporâneas, que contribuem para o estabelecimento de um novo panorama do centro.

1.2 Trajetória acadêmica

Antes de prosseguirmos, achamos pertinente relatar um pouco de nosso percurso acadêmico, uma vez que esse fato explica algo de nossa opção em elaborar a presente tese dando ênfase ao tema já explicitado. Para iniciarmos, ressaltamos que a presente pesquisa se enquadra nas diretrizes dos estudos provenientes da Geografia Urbana, fazendo uso de uma abordagem histórica que visa a contribuir com uma melhor compreensão do fenômeno

investigado, de modo a darmos destaque para a relação espaço e tempo, aspecto de suma importância para a ciência geográfica.

Com base em nossa trajetória acadêmica, podemos apontar que a efetivação da construção de nossa tese de doutorado é o seguimento de um caminho investigativo que se iniciou durante os anos de graduação, uma vez que a cidade sempre esteve no cerne de nossos interesses; realidade que culminou na elaboração de um conjunto de pesquisas que evidenciam a referida afirmação.

Entre esses estudos, cabe ressaltar um aspecto recorrente, que caracteriza majoritariamente nossas pesquisas, que é o objeto de investigação, elegendo a cidade de São Luís como ambiência central para nossas análises. Em um primeiro momento, apontamos nossa vivência durante o curso de graduação em Geografia na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), onde, a partir de pesquisas de iniciação científica, experiências constituídas em laboratórios e grupos de estudos, conseguimos construir alguns trabalhos que versam sobre São Luís, com destaque para seu espaço urbano, no sentido de refletir sobre a transformação de sua paisagem, dinâmica de oferta de serviços, implicações da urbanização e outros temas.

Como desfecho dessa etapa inicial, apontamos nosso trabalho de conclusão de curso que versou sobre a produção do espaço urbano e a função de bairro, fazendo uso da realidade de um bairro constituído majoritariamente por conjuntos residenciais e condomínios de luxo, ambiência que evidencia um padrão identificado nos principais centros urbanos brasileiros atualmente.

Já durante o segundo momento, realçamos nossa experiência na pós-graduação, a partir dos anos vivenciados no curso de mestrado em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, concluído na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Isso nos trouxe a oportunidade de aprimorar os estudos já desenvolvidos. Como desfecho desse momento, elencamos a veiculação de artigos científicos em periódicos e a constituição de nossa dissertação, como principais resultados desse período.

A dissertação se debruçou sobre as implicações da transformação da paisagem urbana ludovicense, de modo mais preciso, por meio da realidade do litoral Norte da *urbe*, ambiência que, de modo primário, foi ocupada por comunidades tradicionais (pescadores e ribeirinhos) e que, em razão da urbanização litorânea, passou a ser reconfigurada, sendo estabelecida uma nova dinâmica socioespacial concernente aos interesses de grupos de capital privado, com destaque para o setor imobiliário atuante nessa região.

No terceiro momento, esse que possui como desfecho a elaboração da presente

pesquisa, ou seja, desta tese de doutoramento, apontamos o aprendizado adquirido durante os anos do curso de doutorado em Geografia na Universidade Federal do Ceará (UFC) e o desenvolvimento de nossa tese, assim como a participação em eventos e construção de pesquisas juntamente aos colegas de laboratório, que foram fundamentais para nosso crescimento intelectual.

Entretanto, realçamos o início desse processo, no qual o nosso projeto de doutorado tinha outro intuito, que era debater o turismo no centro de São Luís. Adentramos ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFC com alguns elementos pré-definidos, visando a facilitar a jornada de doutoramento. Mas, com as experiências adquiridas ao longo dos anos de curso, algumas transformações na pesquisa foram efetivadas. Entre essas, apontamos aquelas relacionadas às discussões realizadas durante a disciplina Geografia do Litoral, ministrada pelo professor Eustógio Dantas; bem como a disciplina de Seminários ministrada pelos professores Carlos Henrique e Iara Gomes. Esses momentos foram fundamentais para reorganizarmos alguns elementos de nosso projeto de pesquisa.

As reuniões de orientação com o professor Eustógio também foram primordiais para a efetivação de ajustes e alterações no caminho de construção da tese, a possibilidade de inserir uma abordagem histórica, recorrendo aos subsídios da Geografia Urbana Histórica, ampliaram as possibilidades de construção da nossa tese. As indicações de textos dos professores Mauricio de Abreu e Pedro Vasconcelos foram elementos centrais para o aprimoramento de nossa pesquisa.

Posteriormente, a participação em eventos e o contato direto com o professor Pedro Vasconcelos, que se mostrou sempre disponível em auxiliar com indicações e conversações sobre temas relacionados à minha pesquisa, colaboraram para meu desenvolvimento intelectual, assim como para a reestruturação de alguns elementos que poderiam ser mais bem explorados durante o processo construtivo da tese.

De modo geral, esses contatos e experiências diversas adquiridas durante os anos de doutoramento convergem para a finalização dessa etapa, na qual está a elaboração da tese como desfecho.

Portanto, a elaboração de nossa tese culmina na conclusão de mais uma etapa de nossa vida acadêmica, que retoma discussões que já foi iniciada lá atrás, em outros momentos de nossa trajetória.

Assim, nossa pesquisa de doutorado contribui com o debate referente ao espaço urbano ludovicense contemporâneo, ao passo que também colabora com a realização de uma discussão pretérita, sobre o início da ocupação e desenvolvimento da *urbe*, buscando refletir

sobre períodos pretéritos que nos auxiliam a melhor interpretar configurações espaciais mais recentes.

1.3 Sobre o tema e os objetivos da pesquisa

Como já foi previamente exposto, nossa proposta de tese possui como temática de investigação o panorama atual correspondente ao centro de São Luís, no entanto, interessamos também discutir o processo evolutivo, suas transformações e permanências, com destaque para o aspecto funcional dessa região. Para efetivarmos tal anseio, um resgate histórico de suas funcionalidades primárias faz-se pertinente, visando compreender sua formação, desenvolvimento e momento contemporâneo.

Burnett (2011) declara que, de forma incipiente, o centro de São Luís já exercia distintas funcionalidades. No tocante ao seu processo formativo, quando fundada a capital maranhense, esse espaço serviu como importante fortificação, em razão de sua posição geográfica privilegiada, que possibilita aos ludovicenses avistarem do seu centro quaisquer eventuais aproximações pelo mar.

Além disso, o centro é o primeiro núcleo urbano de São Luís, local onde o município é fundado. É também a região mais populosa da ilha, realidade que somente é alterada durante o século XX. Esses aspectos expressam a importância que essa região possui para a capital maranhense, sendo até os dias atuais um espaço que resguarda inúmeras funcionalidades, fator que nos chama a atenção e, de certo modo, explica nosso intuito de obter melhor compreensão a respeito dessa localidade a partir da construção desta tese.

No que diz respeito ao estágio atual do centro de São Luís, devemos ponderar o fato de o local ser concebido pela população não apenas como região central da cidade, mas também como espaço histórico, em razão de o centro ser o núcleo inicial da *urbe*, preservando elementos arquitetônicos e culturais que contam parte de sua história e, assim, fazendo com que a área adquira um apelo popular imensurável.

Essa caracterização chama a atenção dos gestores públicos, que, provocados por uma tendência mundial, que almeja a salvaguarda, a valorização e a introdução de novas atividades socioeconômicas nesses lugares, passam a direcionar políticas públicas para regiões que possuem o referido potencial. Assim, alguns espaços que atualmente são concebidos como históricos, além de preservarem seus acervos arquitetônicos, também foram introduzidos em usos e funcionalidades de outras atividades.

Conforme Conceição (2021), a valorização desses lugares, faz emergir com maior

frequência o termo “Patrimônio Histórico e Cultural”, que está relacionado a um ideário preservacionista de bens materiais ou imateriais que possuam relevância e que expressem parte de uma memória coletiva de determinados grupos sociais. Essa compreensão contribui para o processo de preservação e exaltação desses lugares.

Destaca-se, nesse contexto, o papel desempenhado pela *United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization* (UNESCO), que atua como órgão regulamentador nas escolhas dos espaços a serem concebidos como patrimônio histórico e cultural, sobretudo a partir da década de 1970. Tal prática é denominada por Costa (2015) de patrimonialização global, em virtude de estar presente em várias partes do mundo.

Esse movimento almeja a preservação de determinadas áreas em diversas cidades do mundo, com ênfase, de forma primária, nos grandes centros urbanos ocidentais (Costa, 2015). Ao passo que preserva e restaura esses locais, a titulação de patrimônio também colabora com um processo de valorização territorial deles, melhor estruturando-os e inserindo-os em novas funcionalidades nesses ambientes.

Em todo o mundo assistimos a euforia pela recuperação de centros históricos urbanos, muitos abandonados à própria sorte, durante algumas décadas de descentralização e, agora, reincorporados à economia política das cidades e às lógicas da economia global, ofertados aos olhares atentos às singularidades locais como uma nova mercadoria chamada patrimônio cultural (Paes, 2009, p. 162).

Ainda de acordo com Paes (2009), a expansão geográfica das titulações, por parte da UNESCO, de áreas patrimoniais colaborou para a instauração, sobretudo em países em desenvolvimento, de uma dinâmica de valorização seletiva de seus territórios. Ainda como resultados dessa prática, temos o aumento nos preços do solo urbano e demais serviços que passam a se instalar nessas áreas valorizadas, implicando, dessa forma, na migração de famílias pobres para outros bairros da cidade que se encontram à margem desse fenômeno de patrimonialização e valorização.

Para Porto (2021), esse movimento ratifica um controverso fenômeno que acentua problemáticas, principalmente em países considerados “periféricos”, pois

à medida que se manifesta nos lugares ao selecionar frações de cidades para a preservação, não constitui ações efetivas para a promoção da qualidade de vida de moradores dessas cidades, ampliando às vezes as desigualdades socioespaciais já existentes (Porto, 2021, p. 188).

Outro fenômeno contribuinte para esse cenário de valorização territorial de áreas que são patrimônio mundial é a atividade turística, uma prática habitual da sociedade contemporânea, que oportuniza momentos de lazer, conhecimento de novos lugares e

movimenta o setor econômico.

Nesse sentido, Benítez e López (2019), ressaltam o papel desempenhado pelos centros históricos, que a partir de suas inserções em roteiros turísticos, passam a receber novas redes de serviços, como por exemplo: o crescimento de rede hoteleira, bares, restaurantes, espaços de lazer e outros.

Segundo Carvalho e Simões (2012), em virtude da titulação de centros como patrimônios mundiais, surgiu uma nova demanda de uso social desses locais, isso em função de uma tendência crescente nas últimas décadas em cidades brasileiras de usar-se esses espaços como atrativos turísticos, culturais e de outros serviços, atendendo assim a uma lógica consumista, que, em muitos casos, reconfigura o uso da paisagem urbana desses lugares de acordo com os interesses desses novos mercados que passam a fazer uso deles.

Corroborando e complementando com esse ideário, Paes (2017) ressalta que é a partir da efetivação desses títulos que os locais passam por um intenso processo de revalorização de seus casarões e demais elementos que integram as regiões que denominamos de Centros Históricos. Após a conclusão dessas etapas, inicia-se a fase de reocupação dos lugares; etapa esta que, agora, é realizada com base nas novas dinâmicas que se instalam nesses lugares. Esse é um panorama, no qual o centro de São Luís, em nossa visão, está inserido.

O comércio é outra variante que se encontra presente em centros, desde os modelos primários de comercialização de produtos. Seja pelo papel desempenhado pelos portos, o comércio ambulante, chegando até os dias atuais, com o surgimento do *shopping center*, a vida urbana sempre esteve interligada com a atividade comercial.

Sobre o comércio no centro, Dantas (2012) aponta que, durante o desenvolvimento da vida urbana, novas centralidades tendem a surgir e reestruturar suas zonas centrais, espaços esses que centralizam majoritariamente as atividades socioeconômicas das *urbes* até um determinado momento. Posteriormente, com o advento da expansão urbana e o surgimento de novos bairros, os serviços também tendem a migrar para outras áreas, visando atender às novas demandas. Assim, a rede comercial que, anteriormente, concentrava-se no centro, tende a se descentralizar.

Utilizando o cenário vivenciado por Fortaleza, Dantas (2012) enfatiza o panorama do comércio ambulante atuante no centro da capital cearense, que sofreu durante o período de 1975 até 1995 uma alteração importante. Isso em virtude dos ambulantes, até meados da década de 1970, atuarem majoritariamente no centro da cidade, em função de, até aquele momento, essa ser a mais importante área populacional e de serviços do município.

Entretanto, nas décadas subsequentes o cenário passa a ser alterado, Fortaleza passa a ser reconfigurada espacialmente, com o surgimento e crescimento de outros bairros, fazendo com que as famílias da elite e algumas da classe média passem a deixar de residir no centro e migrem para outras regiões.

Este fato, somado às intervenções do poder público, que visavam disciplinar o uso da zona central da *urbe*, fizeram com que o comércio ambulante atuante no local, fosse realocado para áreas adjacentes (Dantas, 2012). Esse episódio expressa o dinamismo do centro, não apenas no caso de Fortaleza, mas de modo geral, em função das inúmeras possibilidades que podem surgir durante o processo de desenvolvimento da cidade. Em um determinado período, o centro é caracterizado como área habitacional, em um momento posterior, o comércio pode ser a atividade predominante. Tudo vai depender da dinâmica de formação e reorganização do espaço urbano.

Destarte, é sobre o supracitado panorama que desenvolvemos a discussão a respeito do caso do centro de São Luís, tendo como foco a transformação e permanência de seus principais usos e funcionalidades no século XXI.

É a partir do contexto apresentado que se desenvolve a problemática de nossa investigação, fazendo uso empírico da realidade vivenciada pelo centro de São Luís. Área que é composta por um conjunto arquitetônico de construções históricas que datam dos séculos XVIII e XIX, e que foram construídas com influência portuguesa (Santos, 2015).

A salvaguarda das edificações construídas durante o período colonial confere a esse espaço uma configuração paisagística singular, em comparação com outras que integram o espaço urbano de São Luís no século XXI.

O centro de São Luís possui uma paisagem urbana distinta de outras regiões da *urbe*, que são caracterizadas por possuírem padrões arquitetônicos provenientes de uma urbanização recente, compreendam-se os séculos XX e XXI. Nesse sentido, por se tratar de um local símbolo cultural do povo maranhense, a região foi inserida, a partir de iniciativa do poder público maranhense, na lista de Patrimônios do Mundo em 1997. Desse modo, adquirindo após a titulação um apelo popular ainda mais significativo, fator que contribuiu para a sua valorização e relevância.

Convém ressaltar que a construção do que hoje é o centro de São Luís acelerou-se no período de expansão urbana dos séculos XVIII e XIX, obedecendo ao traçado original do ano de 1615, projetado pelo engenheiro português Francisco Frias de Mesquita.

Os casarões que caracterizam a paisagem urbana do centro ludovicense foram construídos para senhores que gerenciavam a produção de algodão daquela região na época,

feita por meio da força de trabalho de pessoas negras escravizadas no período colonial. Essas edificações são símbolos do apogeu econômico de São Luís (Meireles, 2015).

Ainda sobre a sua importância histórica para a população de São Luís, Andrés (2006) ressalta que o centro da capital maranhense serviu como lar de inúmeras famílias ludovicenses desde o período de colonização portuguesa no Maranhão.

Naquele período, os casarões que estão presentes em toda extensão das ruas que compõem o centro possuíam seus usos relacionados à habitação e ao comércio, fator que permanece até hoje, porém, novas funcionalidades surgiram durante o desenvolvimento da vida urbana de São Luís e elas se somam aos dois usos citados, caracterizando o centro atual como espaço múltiplo.

Com o passar dos anos, após o estabelecimento de um novo modelo de sociedade e do processo de expansão urbana, que possibilitou maior exploração de outras partes do território de São Luís, e consequentemente contribuiu para a descentralização do município, uma vez que os moradores deixavam de residir na região central e migravam para outros bairros que se mostravam mais modernos, o local objeto de nossa investigação ficou esquecido durante alguns anos.

Essa realidade de esquecimento somente é alterada a partir da implementação de ações como o Projeto Reviver, que contribuíram para a restauração de casarões que estavam abandonados após a expansão urbana de São Luís. Assim, podemos compreender que é iniciado o processo de alteração no uso do centro histórico em virtude da sua considerável valorização proveniente dessa ação do Estado (Carvalho; Simões, 2012).

Como dito, a valorização dessa região está relacionada ao Projeto Reviver, que desempenhou um papel significativo para o centro da capital maranhense, pois se tratava de uma intervenção do poder público que visava restaurar casarões coloniais que estavam abandonados e/ou em situações estruturais precárias.

Além disso, a ação tinha como foco a manutenção da oferta de serviços, bem como dos demais usos e funções já existentes no centro. Portanto, visava à inserção de novas funcionalidades, entre as quais a atividade turística possui maior notoriedade.

Nesse sentido, o Projeto Reviver contribui para o entendimento do contexto contemporâneo do centro, em que o turismo, o comércio, o lazer, a administração e o habitar passam a caracterizar essa região de São Luís durante o século XXI.

Dessa forma, nos interessa discutir o processo, a consolidação e as principais implicações do estabelecimento desse quadro para a população ludovicense. Nesse intuito, buscamos realçar, sobretudo, as funcionalidades ainda presentes no centro de São Luís, com

destaque para os usos das formas, que resguardam características de momentos pretéritos, ao passo que também expressam elementos relacionados a uma *urbe* contemporânea.

Assim, constitui-se como nosso objetivo central de pesquisa: analisar os principais usos e funções do centro de São Luís no século XXI. De modo a alcançar o referido anseio, traçamos os seguintes objetivos específicos:

- a) caracterizar o centro primário, identificando centralidades locais e regionais de São Luís;
- b) identificar como o Projeto Reviver, a titulação de patrimônio e outras ações advindas do poder público contribuíram para a transformação funcional e das relações sociais no/do centro;
- c) discutir a salvaguarda e o surgimento de usos e funções no centro durante o século XXI, refletindo sobre as implicações desse quadro para a população local.

Mediante aos objetivos de pesquisa apresentados, a realização deste trabalho justifica-se em razão da execução de uma discussão a respeito da dinâmica socioespacial de uma área relevante para São Luís, que é o seu centro. Atualmente, trata-se de um espaço concebido como patrimônio mundial, mas, para além desse título, o lugar representa parte da história da capital maranhense.

Junta-se a isso o fato deste estudo contribuir com uma discussão pertinente aos interesses do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFC, pois propõe-se a analisar a dinâmica de uso do território de uma capital do país, sendo esse o quarto maior município da região Nordeste em população e no âmbito econômico, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022).

No que diz respeito ao centro, trata-se de um espaço que passa por um processo, que se acredita que ainda esteja em curso, no qual a sua valorização é um dos fatores que chama a atenção, em razão do apelo popular que o centro passa a adquirir no século XXI, sobretudo, em razão dos usos turístico e de lazer.

Essa realidade converge para que o local seja destino de famílias ludovicenses que anseiam por um ambiente voltado a práticas recreativas e de turistas que desejam conhecer a configuração paisagística singular que essa região de São Luís possui.

Além desses usos, a função comercial é mais uma ainda presente no centro contemporâneo, fator que transforma a região central de São Luís em um dos espaços comerciais mais importantes do município. Em razão dessa característica, muitas pessoas se deslocam até a região central para realizar compras dos mais variados tipos de produtos, uma vez que ainda é no centro que se localiza a principal rua do comércio varejista da capital.

Situação parecida ocorre com a função habitacional, que, apesar de perder relevância com o passar dos séculos, ainda existe no centro ludovicense do século XXI. Portanto, nosso objeto de investigação expressa uma variedade de funcionalidades, marca que carrega consigo desde os primórdios da fundação de São Luís, chegando até os dias atuais.

Destarte, interpretar o quadro contemporâneo é um exercício que exprime notoriedade no sentido de entendimento do processo de chegada até o presente estágio, mas também fornece possibilidades de melhor examinarmos outros momentos históricos.

Nesse sentido, nossa tese presta contributos aos estudos relacionados à vertente da ciência geográfica denominada de Geografia Urbana Histórica, que se propõe examinar períodos pretéritos, suas espacialidades e centralidades a partir de uma perspectiva geográfica.

1.4 Hipótese

Nossa hipótese de pesquisa está fundamentada no ideário de que, a partir de um conjunto de ações promovidas, sobretudo, pelo poder público, os usos e as funções no centro de São Luís foram modificados. Mesmo as funcionalidades que permanecem nessa região ao longo dos últimos quatro séculos foram remodeladas, no sentido de se adequarem ao novo contexto vivenciado por essa região da *urbe*.

Assim, nossa tese de doutorado exprime que: o centro ludovicense é reestruturado com o anseio de readquirir relevância por meio do desenvolvimento da atividade turística no local, fazendo uso da salvaguarda de seu conjunto arquitetônico, bem como da titulação de patrimônio.

Esse fato se fundamenta a partir do título adquirido pela UNESCO no final do século XX, e por meio de um conjunto de ações do poder público que convergiram para o desenvolvimento da região central da capital como ponto turístico, realidade que reconfigura a dinâmica socioespacial do local.

Com base nesse panorama, apreende-se que o poder público anseia fazer uso de um eventual potencial relacionado ao turismo patrimonial, já consolidado em numerosas *urbes* pelo mundo, reinserindo a região central ludovicense como importante agente para a economia local.

Entretanto, diferentemente do período colonial, em que o centro era a cidade e centralizava as principais funções econômicas, no século XXI, a região compete com outras partes do território ludovicense no âmbito da relevância econômica, como, por exemplo, a zona portuária, industrial e de serviços que estão fora do atual centro. Mesmo o turismo, que

pode ser apreendido como principal atividade econômica presente na região central atualmente, possui uma concorrência atrelada às zonas de praia.

Dessa forma, o centro contemporâneo se adequa ao contexto atual, de competição com outras regiões da ilha. Além disso, nas dimensões espaciais do próprio centro, identificamos embates de usos e funções, em que distintos agentes atuantes nessa localidade representam setores como o administrativo, o comercial, de habitação, do turismo e lazer. Destarte, o centro do século XXI continua diverso, embora realce as mesmas formas que tinha em séculos antecessores, mas as funcionalidades, dinâmicas e transformações também se fazem presente nesse espaço.

1.5 Metodologia

Nosso estudo possui sua base metodológica balizada no emprego de uma abordagem proveniente da Geografia Urbana Histórica, visando à realização de uma leitura história do centro de São Luís a partir de um caráter geográfico. Conforme destaca Vasconcelos (2016), o constructo de pesquisas pautadas nesse anseio propicia ao pesquisador melhor interpretação de dinâmicas socioespaciais em períodos pretéritos, no caso da supracitada vertente, de cidades do passado.

Assim, apontamos o uso do aporte histórico como instrumento balizador de nosso entendimento do quadro atual, ou seja, os acontecimentos pretéritos catalogados e identificados como responsáveis pela introdução e alternância de determinadas dinâmicas, bem como o papel desempenhado por agentes, como é o caso do Estado, fundamentam nossa interpretação sobre a configuração socioespacial do centro ludovicense no século XXI.

Para Abreu (1998), o passado é um aspecto fundamental para o entendimento do presente, uma vez que este se faz presente na contemporaneidade. Com base nesse ideário, o autor realça, como exemplificação desse quadro, a composição paisagística das cidades, as formas e os demais objetos que compõem as paisagens dos espaços hoje, que dizem respeito também ao passado, dinâmica que interessa ao estudioso que faz uso da Geografia Urbana Histórica.

Tomando como base a visão exposta por Abreu (1998), compreende-se que ao analisarmos a paisagem urbana contemporânea, faz-se necessário examinar o contexto atual não apenas pelo viés do hodierno. É preciso a execução de uma correlação do presente com o passado, a fim de melhor interpretar os elementos que compõem a paisagem, bem como os processos de formação, transformação e salvaguarda dos objetos e dos lugares.

No entanto, Abreu (1998) reitera que, mesmo em cidades que não preservem formas provenientes de séculos antepassados, ou seja, que tenham suas configurações paisagísticas compostas por elementos mais recentes, como podemos observar em grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo, interessa à Geografia Urbana Histórica a compreensão da efetivação desses espaços.

Por meio dessa visão, apreende-se que interessa ao pesquisador a busca pelas motivações, dinâmicas econômicas e execução de políticas e outras ações que convergiram para a transformação paisagística nessas *urbes*, de modo a não preservarem formas de séculos passados.

Assim, é pertinente a realização de exercícios análogos, a partir de questionamentos que exprimem as motivações de cidades como Salvador, Recife e São Luís preservarem áreas relevantes como conjuntos arquitetônicos constituídos durante o período colonial, enquanto outras *urbes* brasileiras não salvaguardaram este tipo de paisagem urbana.

É com base nessa tônica que empreendemos nossa discussão sobre o centro de São Luís, de modo a interpretar causas e consequências da salvaguarda do seu conjunto arquitetônico, bem como de seus usos e funcionalidades atualmente. Assim, fazemos uso de uma abordagem descritiva dos principais acontecimentos históricos, em nossa perspectiva, de modo a melhor discutir o processo evolutivo e momento atual do espaço urbano ludovicense.

Assim, recorremos ao aporte teórico-metodológico proposto por Corrêa (2016), em texto denominado “O interesse do geógrafo pelo tempo”, publicado no Boletim Paulista de Geografia. No referido manuscrito, o autor elenca cinco possibilidades de abordagens possíveis para a ciência geográfica fazer uso em estudos que denotam a relevância do tempo para a análise espacial.

Destarte, fazemos uso de duas das cinco vias de análises sugeridas por Corrêa (2016), que são a herança e a inscrição. A primeira é relacionada à organização espacial, às formas, aos processos e demais elementos que compõem a paisagem urbana, sendo eles frutos de distintas épocas, e que, em razão dos mais variados tipos de acontecimentos, permanecem e coexistem com outros mais recentes ou são substituídos por eles.

Corrêa (2016) declara que a herança, personificada no papel das formas, aguça em sociedades contemporâneas possibilidades que podem se diferir de usos e funções pretéritos, a refuncionalização das formas é uma tônica recorrente nos estudos geográficos que primam o entendimento do tempo a partir do viés da herança.

Já a inscrição, ainda de acordo com o texto de Corrêa (2016), diz respeito ao exercício analítico de um dado fenômeno no tempo e no espaço, ou seja, correlacionando esse

ao contexto espacial e temporal, de modo a melhor interpretar aquela realidade. *Grosso modo*, é o que Abreu (1997) realiza em sua análise sobre a cidade do Rio de Janeiro no período colonial, dando ênfase ao entendimento daquela realidade, com base no contexto histórico daquele momento. “Trata-se daquilo que Mauricio denominou de ‘presente de então’, analisado com o olhar do passado e não do presente, mas com teorias ou referências teóricas geográficas já existentes ou propostas como hipóteses” (Corrêa, 2016, p. 5).

Dessa forma, fazemos uso do viés previsto na herança ao realizarmos uso das formas e o processo de refuncionalização do centro de São Luís, no século XXI; e a inscrição nos propicia alternativas de analisar tempos pretéritos, como é o caso de nossa análise empreendida sobre o período colonial da cidade monocêntrica.

Paralelo a esse exercício, realizamos também análise sobre processos, agentes e outros elementos que nos auxiliaram a melhor interpretar o desenvolvimento da cidade, tomando por base o artigo escrito por Vasconcelos (2024), cujo título é “Geografia Histórica: tempos e espaços em debate”.

Quanto aos procedimentos metodológicos, esses foram pautados em estudos já realizados a respeito de processos de transformações em centros urbanos e suas implicações, como os casos já citados de Salvador, Fortaleza e Recife. Além dessas, foram observadas outras realidades em âmbito nacional e internacional, centros que passaram por uma alteração socioespacial, no que diz respeito às suas funcionalidades em razão da inserção de novas demandas.

Desse modo, realizou-se investigação bibliográfica em bancos de dados como SCOPUS, CAPES, REDALYC e Google Acadêmico de trabalhos que levam em consideração discussões a respeito de alternâncias e permanências de usos e funcionalidades em regiões centrais. Esse momento nos forneceu importantes contribuições para a construção de nosso aporte de fundamentação teórica sobre o tema estudado. Com base nos estudos identificados nos referidos bancos de dados, construiu-se um caminho metodológico a ser percorrido em nossa pesquisa.

Além da busca por estudos científicos já realizados sobre a temática, foi constituída também uma pesquisa documental. Nessa fase, apontamos os contributos advindos de nossas leituras da proposta de candidatura do centro de São Luís para aquisição do título de patrimônio mundial, bem como do Plano de Restauro do centro ludovicense que ficara reconhecido popularmente como “Projeto Reviver”.

Outros instrumentos importantes para a construção de nossa tese foram as políticas de reordenamento territorial empreendidas durante o período colonial em São Luís, o

Plano de Expansão da Cidade (1958) e os Programas Nosso Centro e Habitar no Centro.

Assim, identificamos políticas públicas executadas em solo ludovicense desde os primórdios da vida urbana na ilha, relacionando essas intervenções ao centro de São Luís, refletindo como essas contribuíram para organização e reorganização desse espaço ao longo do tempo.

Convém mencionar que nossa discussão não ficou circunscrita à área correspondente aos bairros que compõem a região central ludovicense, já que pontuaremos as implicações desse fenômeno para todo o espaço urbano da capital do Maranhão.

Contudo, enfatizamos o recorte temporal concernente ao período contemporâneo, visto tratar-se da execução de uma análise que privilegia o contexto do centro no século XXI. No entanto, nossa análise percorre o período colonial brasileiro e chega até o século XX. O intuito dessa abordagem ampla diz respeito ao melhor embasamento durante o exercício de discussão do quadro referente ao centro no século XXI.

A etapa de caracterização do centro primário foi cumprida a partir da execução de investigação bibliográfica em textos que abordam os anos iniciais da sociedade ludovicense, que, após sua fundação, passou a se organizar em torno da área concebida atualmente como centro; era nesse local que a vida de São Luís acontecia, o centro era a cidade.

No que concerne a sua importância para a população, salientamos a vocação portuária da região central, além do desenvolvimento de atividade comercial, agrícola e posteriormente industrial, fatores que elevaram a capital maranhense no período colonial ao patamar de quarta cidade mais importante do país (Ferreira, 2008).

A respeito da identificação das contribuições do Projeto Reviver, titulação de patrimônio e ações do Estado e também da iniciativa privada para a execução da transformação funcional do centro de São Luís, constatamos os contributos desses agentes a partir de investigação bibliográfica e documental, com ênfase para leitura da proposta de inscrição do centro de São Luís para alcançar a titulação de patrimônio mundial em 1997.

Com relação à importância da titulação de patrimônio concedida ao centro de São Luís para sua valorização socioespacial, constatamos tal ideário a partir de práticas presentes em outros sítios históricos que também receberam o título da UNESCO. Dessa forma, relacionamos o contexto ludovicense com outros casos já consolidados, de modo a melhor interpretar a realidade local.

Portanto, com base em outros casos observados e comparados com o cenário do centro ludovicense, percebeu-se que, assim como em outros lugares, a área adquiriu um apelo popular, passou a receber mais visitantes, novas infraestruturas surgiram, assim como serviços,

e os preços de habitação no local foram elevados.

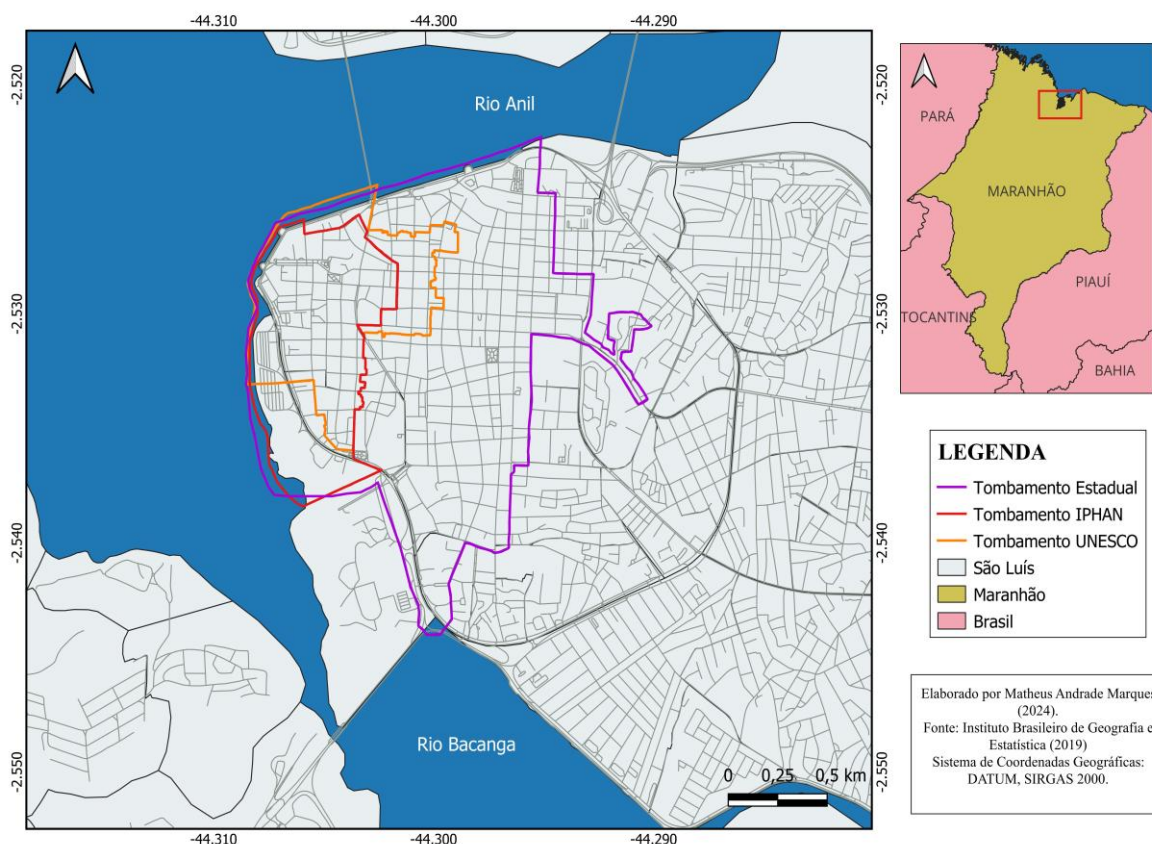
A discussão em torno do cenário atual foi executada a partir do cumprimento das etapas antecessoras, somada com atividades de campo realizadas na área investigada durante todos os anos do curso de doutorado. Tal momento oportunizou análises da dinâmica de uso e ocupação do centro em distintos meses.

Essa etapa da pesquisa nos possibilitou ainda a constituição de portfólio fotográfico, sendo alguns desses registros utilizados para melhor apresentar o objeto investigado. Ressaltamos também a elaboração de material cartográfico, exposto durante a tese, auxiliando nossa discussão.

1.6 Área de estudo

Com o intuito de delimitar nosso recorte espacial de análise, elaboramos um mapa do centro de São Luís, dando ênfase para as zonas em que estão presentes monumento e espaços públicos concebidos como patrimônio. Essas zonas servem como balizadores da discussão realizada sobre o centro, ou seja, são a partir de suas dimensões que realizamos nosso estudo.

Mapa 1 – Zonas em que estão localizados monumentos e espaços públicos tombados no centro de São Luís



Fonte: IBGE (2019). Elaboração do autor (2024).

Como detalharemos no percurso desta tese, existem três zonas, cada uma contendo um conjunto de representações que obtiveram tombamento, seja no âmbito nacional e/ou estadual. Mas também internacional, tratando-se dos espaços que receberam a titulação de patrimônio mundial da UNESCO.

Como será possível perceber ao longo do estudo, os acontecimentos narrados, bem como as discussões e análises, estarão espacialmente centradas nessa parte do território de São Luís, embora em alguns momentos da pesquisa, tenhamos que expandir a escala espacial de análise para outras partes da ilha, em razão de abordarmos outras dinâmicas urbanas, para além do centro, que nos auxiliam a entender o contexto contemporâneo de nosso objeto de estudo.

1.7 Estrutura da tese

Almejando estruturar nosso trabalho de modo que contemplasse de melhor

maneira a apresentação dos resultados obtidos ao longo desses anos de investigação, optamos em dividir esta tese em seis momentos. A primeira parte se propõe a apresentar de forma sintética nossa opção pela temática, o objeto de pesquisa, objetivos, recorte espacial, procedimentos metodológicos e justificativa.

No segundo capítulo, realizamos uma discussão a respeito da constituição do império ultramarino português em formações insulares. Seguidamente, tecemos alguns apontamentos sobre a fundação francesa de São Luís, dando luz ao processo de formação e desenvolvimento do espaço urbano ludovicense, com ênfase para o período colonial, discutindo os contributos das principais funções e usos de São Luís nesse período histórico e como esses foram importantes para o estabelecimento de um papel de destaque da ilha do Maranhão em âmbito local e regional. Também realçamos as implicações da colonização portuguesa na *urbe*; as transformações no espaço urbano ludovicense, por meio dos contributos advindos do setor fabril, e finalizamos o debate com reflexões sobre o declínio econômico da cidade.

Já o terceiro capítulo amplia a escala analítica de nosso estudo, fazendo uso, sobretudo, da realidade vivenciada pelo litoral Norte da ilha do Maranhão, ambiência onde estão localizadas as principais praias da *urbe*. Realizamos alguns apontamentos provenientes da segunda metade do século XX, momento em que estava em curso o processo de expansão urbana de São Luís, aspecto que colaborou para a valorização das faixas de praias por parte da população local. Como implicação dessa realidade para o centro, destacamos um período de deslembração, que é alternado a partir da implementação de intervenções do poder público que contribuem para que o centro alcance ao término do século XX o patamar de patrimônio.

O quarto capítulo apresenta uma discussão em torno do processo de patrimonialização do centro, aspecto que colaborou para a revalorização desse espaço, assim como foi determinante para preparar a região central ludovicense para sua inserção numa dinâmica de turistificação de patrimônios mundiais, resultando assim na constituição de novas dinâmicas para o local.

No quinto capítulo, debruçamo-nos sobre a análise do centro contemporâneo, dando destaque para os principais usos e funções (turística, administrativa, de lazer, habitacional e comercial), ressaltando as motivações das permanências e alternâncias dessas no centro de São Luís. Por fim, apresentamos um quadro com uma síntese de períodos e acontecimentos importantes para o centro e que, em nossa perspectiva, contribuíram para transformações nessa parte da *urbe*. Durante o sexto capítulo, tecemos alguns apontamentos a respeito dos resultados obtidos ao longo da construção da pesquisa, ressaltando o

cumprimento dos objetivos propostos, limitações e oportunidades de investigações futuras, com base no cenário atual do centro de São Luís.

2 QUANDO O CENTRO ATUAL ERA A CIDADE

O presente capítulo se ateve a discutir os primórdios da formação territorial de São Luís, dando ênfase às suas particularidades, que se acentuam desde o século XVII, com a constituição da cidade-ilha mais importante do período colonial brasileiro, expandindo-se até o século XIX, no qual podemos observar a predominância de outras dinâmicas econômicas na ilha, estabelecendo, dessa forma, uma nova configuração socioespacial para a *urbe*.

De modo a fundamentarmos nossa análise sobre o caso de São Luís, realizamos alguns apontamentos prévios sobre a atuação da Coroa portuguesa no Atlântico, dando destaque ao predomínio ultramarino exercido por meio da colonização de arquipélagos. Convém ressaltar que os acontecimentos referentes à cidade de São Luís mencionados durante este capítulo dizem respeito, espacialmente, à região atualmente concebida como Centro Histórico de São Luís, ou seja, estamos a retratar dinâmicas inerentes a um período pretérito no qual a região central era a cidade, como bem expõe o título da segunda seção. Tal apontamento se faz pertinente em razão dos capítulos subsequentes, nos quais observaremos uma alternância (ampliação), no que diz respeito à análise que será empreendida.

2.1 As ilhas e o seu papel estratégico para o império ultramarino da Coroa portuguesa (séculos XV e XVI)

Tendo em vista a execução de uma discussão sobre o período colonial em território brasileiro, concebemos como essencial a iniciação de tal intuito a partir de alguns apontamentos, que dizem respeito, sobretudo, à lógica empreendida pelos europeus durante o referido período histórico. A identificação e ocupação de territórios por parte de metrópoles europeias se efetiva a partir de um prisma caracterizado pela colonização de regiões litorâneas continentais e de formações insulares situadas no oceano Atlântico (Chambouleyron, 2008).

É a partir da supramencionada realidade que se estabelece o domínio por parte da Coroa portuguesa de territórios como a costa Oeste da África, de ilhas oceânicas localizadas no Atlântico e do litoral Leste da América (Brasil). O referido quadro foi efetivado a partir do intuito luso de expandir o seu domínio territorial para outras regiões, obtendo, dessa forma, uma ampliação de seu império ultramarino.

Assim, realçamos num primeiro momento o caso concernente à ocupação e colonização do arquipélago da Madeira, a partir de 1420, sendo, dessa forma, desenvolvida por parte da Coroa portuguesa, função portuária, militar (visando à defesa territorial) e

agricultura, tendo como principais produções o trigo, cana-de-açúcar e de videiras (Amaral, 1987). Vale ressaltar que em razão de condições climáticas semelhantes às da Europa, foi possível replicar a cultura de cultivos agrícolas que eram importantes vetores econômicos para a Coroa portuguesa.

Com a colonização do arquipélago da Madeira, percebe-se a iniciação de um padrão a ser identificado em outros territórios que posteriormente seriam colonizados pela Coroa portuguesa, que é o modelo de constituição dos núcleos populacionais, que se caracterizam pela presença de representações religiosas (capela, igreja); administrativa (sede dos poderes); abertura de arruamentos e construção de edificações que seguem um padrão de *urbes* portuguesas. Esse quadro caracteriza a formação territorial de vilas e cidades constituídas no Brasil colônia.

Ainda sobre a colonização nas ilhas da Madeira, destacamos as estratégias traçadas, por parte da Coroa, que tinham o objetivo de possibilitar a manutenção e ampliação da produção agrícola no arquipélago. A Coroa introduz mão de obra escravizada, ou seja, direciona pessoas negras advindas do continente africano para trabalharem no cultivo, sobretudo, de cana-de-açúcar nas ilhas. Essa realidade foi replicada por outras metrópoles europeias nesse período, exemplificação disso, é o caso Espanhol referente à ocupação e colonização das ilhas Canárias, também situadas no oceano Atlântico.

Segundo Magalhães (2009), com o anseio de melhor gerir e desenvolver a produção agrícola proveniente do arquipélago da Madeira, é instaurado o sistema de capitâneas hereditárias, em que são definidos os então donatários, que seriam os responsáveis por realizar o processo de gestão do cultivo nas terras insulares, de modo a atender os objetivos da Coroa, que se concentravam na negociação dessa produção com outros países europeus.

Destarte, fazia-se imprescindível o desenvolvimento de três fatores essenciais para o êxito econômico que a Coroa almejava, sendo estes: a ampliação da produção agrícola, capitaneada pela inserção de mão de obra escravizada; o desenvolvimento de função militar, visando à defesa territorial das ambiências insulares; e construção de zonas portuárias, possibilitando que a produção fosse direcionada para outras regiões, assim como para auxiliar os portugueses em suas missões exploratórias pelo mundo.

Seguidamente, apontamos o caso do arquipélago dos Açores como mais um relacionado ao domínio marítimo exercido pela Coroa portuguesa e seu intuito por colonização de territórios insulares, de modo a dar continuidade ao processo de ampliação de seu domínio perante o mundo. As ilhas açoreanas passam a ser colonizadas a partir da terceira

década do século XV, com base na replicação do modelo já estabelecido no arquipélago da Madeira.

Entretanto, Amaral (1987) destaca que, nos Açores, a produção de cana-de-açúcar, até então principal mercadoria cultivada na Madeira, não obteve o mesmo destaque. Tendo nessa região a predominância de cereais, como o trigo, principal produto a ser exportado para Portugal e outras nações.

No que diz respeito ao ordenamento territorial, o arquipélago açoreano segue a tônica empreendida na Madeira, aspecto que colabora para o estabelecimento das ilhas como ambiências estratégicas para a Coroa, em função de suas localizações privilegiadas.

Igualmente ao quadro estabelecido no arquipélago da Madeira, nos Açores, a Coroa implementou o sistema de capitanias, fornecendo incentivos econômicos para os donatários, assim como constituiu importante estrutura portuária, militar e exploração de pessoas negras advindas da zona costeira da África Ocidental (Magalhães, 2009).

A respeito das estruturas portuárias constituídas nas ilhas açoreanas, Leite (2016) argumenta sobre o papel estratégico exercido por essas ambiências para os interesses exploratórios da Coroa, uma vez que as ilhas serviam como trampolim para embarcações que se direcionavam de Portugal para outras partes do mundo (América, África e Oriente).

Leite (2016) complementa que os portos tinham relevância no sentido contrário também, fornecendo condições de abastecimento e descarga de mercadorias nas ilhas, dessa forma, encurtando o tempo das viagens, uma vez que os navios não tinham mais a necessidade de retornar até a zona costeira continental do território português.

Com base na referida lógica de expansão do domínio ultramarino e colonização de outros territórios, realçamos a colonização da Coroa portuguesa no arquipélago de Cabo Verde (1460-1975). A região possui um conjunto de dez ilhas, localizadas na costa ocidental africana, ou seja, igualmente aos outros dois arquipélagos já citados, também está no oceano Atlântico Norte, embora, nesse caso, podemos relacionar a referida ocupação com a ampliação do império ultramarino português para territórios localizados no hemisfério Sul.

Madeira (2015) argumenta que o arquipélago de Cabo Verde representa uma conexão entre as partes Norte e Sul do oceano Atlântico, uma vez que a sua localização central, possibilita deslocamentos estratégicos para territórios situados na parte do continente africano que está situada no hemisfério Norte e para a Europa, bem como para as regiões africanas localizadas no hemisfério Sul. Assim, trata-se de um espaço estratégico para a continuidade do processo de expansão empreendido pela Coroa portuguesa.

Apesar das distinções existentes, em relação à colonização realizada nos

arquipélagos da Madeira e dos Açores, nas ilhas de Cabo Verde, a tônica de ocupação e colonização por parte da Coroa portuguesa foi efetivada por meio do mesmo modelo já vigente nos outros arquipélagos, aspecto que seria implementado também no Atlântico Norte. Desse modo, deu-se continuidade à dinâmica expansionista do império ultramarino português, propiciando à Coroa a constituição de estratégias de ampliação dos seus domínios territoriais a partir de formações insulares (Semedo, 2012).

Nesse sentido, Medeiros (1969) ressalta que, no referente ao processo de colonização portuguesa no arquipélago de Cabo Verde, nota-se a importância que as ilhas tiveram para a realização de missões na parte continental africana, reverberando na ocupação e colonização de territórios situados na zona costeira Oeste da África. Entre esses, apontamos o domínio português nos atuais territórios de países como Angola, a partir de 1482, e Guiné-Bissau, a partir de 1558.

Além da zona costeira continental africana, mais um ilhéu foi incorporado ao império ultramarino português, o atual arquipélago de São Tomé e Príncipe, identificado, ocupado e explorado pelos portugueses a partir de 1470, localizado no golfo da Guiné, servindo, tal como as outras ilhas de domínio da Coroa, como instrumento de trampolim para efetivação dos interesses expansionistas (Medeiros, 1969).

E ainda concernente à presença lusa no continente africano, destacamos a colonização de Moçambique, país situado na costa Leste da África, e já demonstrando ações portuguesas no hemisfério Sul, tendo sua colonização por parte da Coroa concentrada, sobretudo, a partir das primeiras décadas do século XVI. Dessa forma, expressando também o domínio do império português para além do oceano Atlântico (Madeira, 2015).

Na África, tal como já ocorrera nos arquipélagos da Madeira e dos Açores, foi desenvolvida cultura agrícola, de modo a serem cultivados produtos que tinham relevância para a população portuguesa residente na Europa, bem como produzir mercadorias que poderiam ser comercializadas com outras nações, propiciando ganhos econômicos para os colonizadores.

A função militar e a portuária foram outras que caracterizaram a ocupação portuguesa no continente africano, sobretudo nas ilhas, que eram concebidas como ambiências estratégicas para a manutenção do seu domínio ultramarino.

Além disso, as missões portuguesas também tinham como premissa a catequização de outros povos. Desse modo, representantes da Igreja sempre compunham as navegações exploratórias, a fim de fazer uso desse artifício para estabelecer o domínio da Coroa também por meio do viés religioso. Entretanto, o período de colonização portuguesa no

território africano é marcado predominantemente pela exploração de pessoas do referido continente, negros que foram escravizados, sendo usados como mão de obra na produção de engenhos e demais cultivos de domínio da Coroa. Era comum o envio de negros africanos para os arquipélagos da Madeira e de Açores, visando impulsionar o ritmo de produção açucareira, de trigo e em outras atividades.

Portanto, a ampliação do império ultramarino português a partir da dominação dos territórios insulares situados no hemisfério Norte (Madeira, Açores, Cabo Verde), marca o início do domínio luso perante o mundo (Chambouleyron, 2008). A expansão desse projeto para o hemisfério Sul (África) colabora para a consolidação e aquisição de outros territórios por parte da Coroa.

Assim, ressaltamos um segundo momento, no que se refere à presença portuguesa no hemisfério Sul, relacionado à chegada dos europeus na América do Sul (Brasil), aspecto que possibilitou a continuidade da política expansionista da Coroa portuguesa, assim como denotou a iniciação de novas dinâmicas, como, por exemplo: a exploração do pau-brasil e as dificuldades no ordenamento territorial, uma vez que a nova colônia apresentava características dimensionais até então distintas dos outros territórios explorados pelos portugueses, que eram arquipélagos e/ou países localizados na África continental, mas que não possuem extensões territoriais semelhantes ao caso identificado na América.

Dessa forma, o caso referente à exploração da Coroa em solo brasileiro denota uma espécie de desbravamento do novo. Embora o modelo de colonização empreendido já tenha sido posto em prática em ambiências insulares (Madeira e Açores), por meio do desenvolvimento de cultura agrícola, estrutura portuária, função militar e escravização de pessoas negras, o território da nova colônia concentrava particularidades no âmbito de sua geografia.

Destarte, questões referentes às dimensões territoriais, clima, relevo, vegetação e outros elementos que convergiram para posteriormente a colônia da América deter o papel de expoente econômico da Coroa tiveram que ser mais bem compreendidos por parte dos colonizadores. A identificação dessas particularidades se mostrou um elemento importante para o êxito do processo exploratório.

Em função dessa realidade, foi constituído um modelo de exploração que se acentuou nos moldes dos que já existiam em outras colônias, mas também foram estabelecidas práticas particulares ao território brasileiro, que visavam a lidar com as singularidades identificadas na então nova colônia. Entre essas, apontamos: o trato com diferentes grupos indígenas; as variações das formações costeiras; de áreas de vegetação

(Zona da Mata); exploração de rios; e os entraves advindos da extensão territorial, inerentes, sobretudo, à exploração e gestão.

É importante ressaltarmos que a lógica exploratória concernente às formações insulares foi paralisada durante o primeiro século de presença portuguesa na colônia, sendo retomada com maior notoriedade, no que diz respeito à América do Sul, tal como na Madeira, Açores e nos arquipélagos da África, somente no início do século XVII, a partir do caso da ilha do Maranhão, que abordaremos a seguir.

2.2 Fundação francesa e a constituição da cidade-ilha (século XVII)

Para compreendermos o processo de fundação e desenvolvimento de São Luís, faz-se pertinente a execução de um exercício de contextualização histórica, de modo a explicitar a realidade do Maranhão. Nos primeiros anos de presença portuguesa em solo brasileiro, ações de reconhecimento territorial, bem como a exploração de atributos naturais que pudessem ser comercializados, caracterizaram as ações efetivadas pelos colonizadores.

Nesse momento, os primeiros núcleos urbanos passam a ser constituídos, com ênfase para Salvador, Rio de Janeiro e outros que se organizam ao longo do litoral do atual estado do Rio Grande do Norte até a zona costeira do estado de São Paulo (Abreu, 1997). É também durante esse período que são constituídas as capitanias hereditárias, instrumento importante para o processo de colonização portuguesa que foi instaurado na colônia.

No aspecto econômico, as ações executadas por parte dos portugueses, são caracterizadas pela exploração do pau-brasil, espécie que foi identificada em abundância na colônia. É importante elucidar que este tipo de vegetação já era explorado na Europa. Na nova colônia, a derrubada das árvores era efetivada por grupos indígenas nativos.

Essa realidade de exploração do pau-brasil perdurou durante todo o século XVI, sendo a primeira atividade econômica relevante em território nacional (Vasconcelos, 2002), entretanto, em razão do maior interesse, por parte de Portugal, de comercializar outras mercadorias que se encontravam, sobretudo na Índia, esse panorama, somado às dificuldades de defender um território com dimensões continentais, convergiram para que outros países também tentassem explorar o território brasileiro. Entre esses, realça-se o caso da França, que já realizava expedições naquela região, juntamente com o fato de não respeitar a partilha territorial firmada por espanhóis e portugueses em Tordesilhas, que dividia as terras da América entre si, executou algumas ações a fim de colonizar determinadas partes do território da colônia portuguesa. Assim, em 1555, os franceses chegam à baía de Guanabara, com o

intuito de colonizar a área correspondente ao atual Rio de Janeiro e fundar a então França Antártica (Abreu, 2005).

Durante o período em que estiveram presentes nessa área, os franceses exploraram, sobretudo, o pau-brasil. Porém, o seu anseio de consolidação da França Antártica perdurou somente até 1560, quando então os portugueses conseguiram a retomada do território. Apesar do fracasso, alguns gauleses permaneceram na região, praticando atividades de contrabando de madeiras.

De acordo com Daróz (2019), ainda durante a segunda metade do século XVI, após a saída da baía de Guanabara, os franceses ainda executaram investidas em outras partes do litoral brasileiro, com ênfase para os territórios atuais do Ceará, Sergipe, Rio Grande do Norte e Paraíba. No entanto, em nenhum desses obtiveram êxito, mas já no início do século seguinte, chegariam até a zona costeira da capitania do Maranhão, mais especificamente, na ilha que posteriormente abrigaria a capital maranhense.

É importante ressaltarmos o fato de que, antes da chegada da expedição que chegara à ilha do Maranhão e que conseqüentemente fundaria a cidade que se tornaria a capital do estado, já existiam alguns franceses que estavam presentes no território maranhense. Esse fato se explica em função da presença francesa na região equatorial, que detinha o intuito de identificar novas regiões com potencial de serem exploradas.

No entanto, de modo ocasional, em função de condições climáticas adversas, uma navegação liderada pelo francês Jacques Riffault teve que aportar no Maranhão em 1594, propiciando, dessa maneira, o primeiro contato dos gauleses com os grupos indígenas que ocupavam essa parte do território da colônia portuguesa (Ferreira, 2008).

Cabe esclarecermos também as distinções no que se refere às relações estabelecidas para com os grupos indígenas. O Maranhão, em razão de questões geográficas, encontrava-se à parte da dinâmica exploratória e colonizadora portuguesa que era executada na Bahia e nas demais regiões, como já apontamos na seção introdutória. As tentativas dos portugueses de colonizar o estado fracassaram ao longo de todo o século XVI, por conta dos entraves propiciados pela geografia do Norte do país, que se caracterizava pela presença de florestas densas, aspecto que dificultava a chegada via terrestre.

Além desse empecilho, os grupos indígenas que já residiam nessa parte do território resistiam às investidas portuguesas de tentativa de colonização dessa região. As expedições executadas por parte da Coroa portuguesa eram caracterizadas por intensos conflitos, realidade que dificultou a implementação de ações semelhantes às identificadas em Salvador e outras cidades importantes durante o período de colonização portuguesa no século

XVI. Portanto, apesar da instauração do Maranhão como uma capitania, a Coroa portuguesa não conseguiu empreender, durante o mencionado século, o processo de colonização identificado em outras partes do território da colônia.

No referente aos franceses, que já se encontravam na ilha do Maranhão anteriormente à chegada da expedição que resultaria na fundação de São Luís, convém apontarmos a diferença de relação estabelecida com os indígenas em comparação com os portugueses.

O primeiro aspecto a ser observado diz respeito à sua chegada, que diferente das tentativas lusas, que se concentravam pelo território, por meio das áreas de florestas. Os franceses chegaram pelo mar, aportando na ilha do Maranhão (ambiência onde posteriormente seria fundada São Luís) e estabelecendo relações amigáveis com os indígenas, realidade distinta daquela a qual esses grupos estavam habituados.

A respeito dos grupos indígenas que ocupavam a ilha naquele momento, conforme destacam Navarro *et al.* (2021), eram majoritariamente da etnia Tupinambá, embora existissem subdivisões entre eles. Organizavam-se nas imediações de onde chegaram os gauleses, ou seja, esses grupos habitavam nas margens da zona estuarina onde os rios Anil e Bacanga se encontram com o oceano Atlântico.

Nesse sentido, apreende-se que esse primeiro contato foi fundamental para posteriormente ser concretizada a expedição que culminou na fundação de São Luís. Segundo Santos (2009), a presença francesa no Maranhão, resultou na chegada de informações no início do século XVII até a Coroa francesa. Os informes apresentavam características sobre o território maranhense e suas eventuais potencialidades.

Assim, a Coroa francesa organizou uma expedição dedicada ao maior reconhecimento territorial e possivelmente colonização do Maranhão. Nesse contexto, faz-se pertinente esclarecermos que o intuito de colonizar terras na região equinocial já estava nos planos da Coroa francesa, entretanto, com a morte do rei Henrique IV, em 1610, o referido anseio ficou de lado, sendo colocado em prática novamente somente a partir de 1612, durante a gestão da rainha regente Maria de Médici, que governava em razão do seu filho, o rei Luís XIII, ainda não possuir maior idade e, conseqüentemente, não ter condições de assumir o trono.

Portanto, é Maria de Médici quem organiza a expedição que seria direcionada ao Maranhão, tendo Daniel de La Touche como comandante da missão de reconhecimento e ocupação do novo território. Em função de La Touche ser protestante, aspecto distinto da religião praticada pela então rainha da França, a monarca ordenou que Francisco de Rasilly,

que, assim como ela, era católico, também fizesse parte da missão e, além dele, também foram enviados juntamente com a expedição quatro padres capuchinhos, com o anseio de catequizar os indígenas com base nos princípios da religião da rainha.

Assim, Daniel de La Touche, reconhecido como Senhor de La Ravardière, e Francisco de Rasilly, Senhor de Aumalles e de Rasilly, ficaram encarregados de liderar a missão. Além desses dois, também foi nomeado para chefiar a expedição Nicolau de Harley, Senhor de Sancy. Os três organizaram a missão rumo ao Maranhão fazendo uso de três embarcações, que tinham um total aproximado de 500 integrantes. “Em 19 de Março de 1612, partiram de Cancale os três navios que compunham esta expedição: o Regente comandado por Rasilly e La Ravardière, o Charllote, sob o mando do barão de Sancy, e o patacho Santa Ana, capitaneado por um irmão de Rasilly” (Lima, 1973, p. 9).

Em julho de 1612 a expedição consegue chegar à costa maranhense, não exatamente na ilha do Maranhão, mas sim em suas imediações, e já em agosto do supracitado ano, os enviados por Médici recebem informações de seus compatriotas que já residiam no Maranhão de que seriam bem recebidos pelos indígenas. Esse aspecto contribui para que as navegações lideradas por La Ravardière e os demais sejam direcionadas rumo à ilha (Viveiros, 1964).

Igualmente aos franceses que já se relacionavam com os indígenas que ocupavam a ilha, os demais seguiram o processo de bom relacionamento com os nativos, fator que foi fundamental para sua permanência em solo maranhense. Até aquele momento, foram identificadas em torno de vinte aldeias constituídas pelos nativos. Além deles, já se faziam presentes no local aproximadamente 400 franceses que residiam ali desde o final do século XVI.

Com a chegada de La Ravardière e os demais integrantes da expedição, o desejo da Coroa francesa começou a ser implementado e, com o advento da não resistência por parte dos indígenas, os colonos conseguiram a confiança dos nativos, não precisando de nenhum conflito armado para fazer com que os indígenas passassem, a partir de então, a responder aos seus interesses. Assim, começaram a ser construídos alguns espaços como praça, capelas, igreja, residências para as autoridades, além de outros que contribuiriam para a salvaguarda do território insular.

Nesse contexto, toma maior notoriedade a iniciação do processo de catequização dos grupos indígenas, que passam a receber a influência religiosa dos europeus. É a partir do desenvolvimento dessas práticas, que, em 8 de setembro de 1612, é celebrada uma missa de fundação da cidade de São Luís, tendo em vista a consolidação do desejo gaulês de criar a

França Equinocial. O ato ocorre nas proximidades da atual sede da Prefeitura Municipal e do Governo do Estado, mais especificamente, onde atualmente está localizada a Praça Dom Pedro II, no centro ludovicense.

Entretanto, devemos pontuar alguns elementos importantes sobre a fundação da capital maranhense por parte dos franceses; entre esses, destacamos a contestação desse episódio realizada por Lacroix (2002) em obra de título “A fundação francesa de São Luís e seus mitos”. No referido manuscrito, a autora aponta o fato dos gauleses serem concebidos durante os séculos XVII, XVIII e XIX como “invasores” e a curta duração da ocupação (três anos) em solo maranhense ser insuficiente para a efetivação da *urbe*.

Para Lacroix (2002), a fundação francesa se caracteriza como mito em razão de uma estratégia da elite social local, centrada no final do século XIX e início do XX, de modo a diferenciar a capital maranhense das outras, evidenciando um caráter distinto (única fundada por franceses).

Assim, o ideário que até o século XIX deixara de lado o papel dos franceses na história do Maranhão, fica em segundo plano, sendo difundida a ideia de fundação francesa que é propagada até os dias atuais.

Convém também elucidarmos que anteriormente ao quadro referente à fundação francesa de São Luís, eram os grupos indígenas da etnia Tupinambá que habitavam esse território e se agrupavam, sobretudo, nas dimensões territoriais correspondentes ao que se compreende por centro de São Luís atualmente, e já tinham denominado a formação insular de *Upaon-Açu*, que significa “Ilha Grande” (Silva, 2012), anteriormente à chegada dos europeus.

Conforme Meireles (2015), após a fundação de São Luís, surge o forte *Saint Louis*, denominado dessa maneira em forma de homenagem ao então rei menino da França, Luís XIII. Também é fundado o porto da cidade, que é denominado de *Port de Saint Marie*, de modo a homenagear a Virgem Maria, bem como a rainha regente Maria de Médici. Esses acontecimentos estabeleceram o domínio francês no território maranhense, resultando que os indígenas presentes ali passassem a seguir as diretrizes da Coroa francesa.

Com o domínio estabelecido, Ferreira (2008) declara que os próximos passos dos franceses em território maranhense foram executados de modo a dar continuidade no processo de reconhecimento territorial. Já em 1613, os gauleses organizaram expedições a serem executadas, fazendo uso de inúmeros indígenas como integrantes dessas, de modo a usar seus conhecimentos como fator auxiliador na identificação de eventuais perigos e de potencialidades do Maranhão.

As missões foram divididas em duas frentes, uma direcionada para o reconhecimento do Sul do Maranhão, fazendo uso de deslocamento por rios, perpassando pelo rio Mearim e chegando até as imediações do rio Grajaú. Durante a execução dessa atividade, constataram-se as condições favoráveis dos solos maranhenses, fator que culminou na introdução do cultivo de algodão, tabaco e outros produtos que poderiam ser enviados para a Europa.

Já a segunda frente se deteve a explorar o território no sentido Oeste, muito em razão da presença da capitania do Grão-Pará, que se localizava naquelas imediações. Caso a outra capitania do Norte também fosse igualmente à do Maranhão, desprovida de defesa militar, os franceses poderiam ampliar seu domínio territorial.

Paralelamente a estes acontecimentos, na ilha do Maranhão o desenvolvimento do núcleo urbano era contínuo, com a construção de edificações e organização administrativa. O envio de produtos adquiridos em solo maranhense para Europa passou a ser recorrente, e nessas viagens alguns indígenas também passaram a fazer parte das tripulações, auxiliando os franceses.

Os padres capuchinhos que chegaram juntamente com a expedição de La Ravardière também continuavam a difundir os princípios religiosos do catolicismo, fazendo com que os indígenas passassem a seguir os seus ensinamentos (D'Abbeville, 1874). Nesse contexto, foram difundidas capelas pelo território da ilha, bem como a organização de freguesias, além de redes comerciais locais.

Em 1614, foram construídos fortes no litoral maranhense, de modo a prevenir a investida de possíveis inimigos que se aproximassem por via marítima. Assim, foi constituído um forte à Leste da ilha do Maranhão, denominado de São José de Itapari, além do forte Santa Maria, esse localizado na parte continental, nas imediações do território correspondente ao atual município de Icatu (Ferreira, 2008).

Silva (2012) argumenta que essa organização territorial da ilha com foco no viés militar tinha como intuito o preparo do local para resistir às possíveis investidas lusas, evitando, dessa forma, a expulsão dos franceses desse território, igualmente o ocorrido no Rio de Janeiro. No entanto, o domínio gaulês em solo maranhense perdurou somente até 1615, em função da retomada da cidade-ilha por parte da Coroa portuguesa.

Essa realidade corrobora com o ideário exposto por Lacroix (2002), que argumenta que, em razão do domínio francês em território maranhense ter sido rápido (três anos), a fundação da *urbe* por parte dos gauleses pode ser apreendida, portanto, como um mito, pois foram os portugueses que detiveram maior participação na constituição e

desenvolvimento do espaço urbano ludovicense. Assim, evidencia-se que São Luís, igualmente ao panorama de outras cidades da então colônia, foi constituída sob influência portuguesa, sendo o episódio da ocupação francesa apenas um momento isolado da história ludovicense.

2.3 Colonização portuguesa e o desenvolvimento econômico de São Luís (séculos XVII e XVIII)

A presença francesa no Maranhão convergiu para o início do processo de urbanização e ordenamento territorial de São Luís, de modo a priorizar suas valências geográficas relacionadas à formação insular onde se localizava a *urbe*.

Dessa forma, realçamos a construção de estrutura portuária, a fim de comercializar produtos cultivados na ilha, e de fortificações, de modo a salvaguardar o território insular. Entretanto, seriam os portugueses que dariam continuidade a esse processo, empreendendo os moldes já existentes em outras formações insulares dominadas pela Coroa portuguesa.

Apesar da fundação da cidade, o intuito francês de consolidar São Luís como França Equinocial fracassou, uma vez que o Tratado de Tordesilhas, que legislava a respeito da divisão territorial das áreas já colonizadas e as eventuais a serem exploradas na América por espanhóis e portugueses, já se encontrava em vigor, concebendo, dessa forma, a parte do território brasileiro correspondente a São Luís para Portugal (Meireles, 2015).

Assim, os portugueses fizeram valer a sua compreensão de que São Luís era um território pertencente aos seus domínios. Assim, inicia-se um confronto com o anseio de retomar o território dos franceses; esse episódio ficou reconhecido como Batalha de Guaxenduba. O litígio colocou, de um lado, os franceses e indígenas Tupinambás e, de outro, portugueses e indígenas Tabajaras. A batalha foi iniciada em 1614, na região correspondente atualmente ao município de Icatu, nas proximidades de São Luís.

Mas somente em 1615 os conflitos chegam efetivamente ao fim, com a derrota e expulsão dos franceses pelos portugueses e Tabajaras, que conseguem a retomada da ilha, integrando-a novamente aos seus domínios. A partir desse episódio, Portugal volta a exercer o controle do território ludovicense, expressando, de certo modo, autonomia na gestão de suas colônias, especialmente o Brasil, mesmo com a já consolidada União Ibérica, que fez com que, após a crise sucessória do trono português em 1580, o rei espanhol Filipe II fosse consagrado rei de ambos os países (Mello, 2007).

Esse episódio expressa uma estratégia por parte do referido monarca, que, visando à contenção de sua impopularidade perante a população portuguesa e das possíveis revoltas contra o seu reinado, continuou a delegar a gestão das colônias para representantes do país luso. Assim, Portugal continua a explorar o Brasil, com ênfase para a produção açucareira, que, embora ainda fosse incipiente no Maranhão, era lucrativa na Bahia e, principalmente, em Pernambuco.

Em razão desse potencial econômico de produção concentrado no Nordeste chamar a atenção de outras potências mundiais, como França, Inglaterra e Holanda, Filipe II, já no final do século XVI, iniciou um processo de construção de fortificações no litoral brasileiro, visando à contenção de eventuais ataques. Tejo (2021) destaca a construção dos fortes de Montserrat e Santo António da Barra, no litoral da Bahia, expressando a referida tônica de salvaguarda territorial.

Porém, em função da existência, na época, de uma boa relação luso-neerlandesa, a Holanda passou a estabelecer relações comerciais diretamente com Portugal e, conseqüentemente, a obter participação na produção de açúcar do Brasil. Vale ressaltar que o cultivo da cana-de-açúcar era uma prática replicada em território brasileiro, que já possuía êxito na Europa, que naquele período concentrava o maior número de consumidores desse produto (Tejo, 2021).

O interesse da Holanda em obter participação na produção açucareira brasileira está pautado no fato de o país ser um dos principais produtores, refinador e distribuidor no continente europeu. Mello (2007) declara que os holandeses firmaram parceria com os portugueses, a fim de obter, por meio do açúcar produzido no Brasil, uma expansão em seus negócios, revendendo a mercadoria para outras nações europeias, fato que foi consumado durante certo período.

O supracitado acordo posteriormente é rompido em virtude de uma intervenção do rei Filipe II, que possuía como premissa central o encerramento da relação econômica com a Holanda, tendo em vista que o açúcar produzido em território brasileiro poderia ser comercializado de forma direta, da União Ibérica para os outros países europeus, além de resguardar a manutenção de seu território. O episódio resultou em insatisfação, por parte dos holandeses, que então decidiram dar início a uma série de invasões pelo Brasil, com o intuito de colonizar as principais áreas produtoras de açúcar.

É sobre a égide desse cenário que o Nordeste brasileiro é transformado no principal foco das referidas investidas holandesas. Sousa (2019) aponta que a articulação neerlandesa para ocupar territórios na América perpassa pela criação em 1621 da Companhia

Holandesa das Índias Ocidentais, que possuía como anseio a expansão mercantil do país, por meio da indústria do açúcar e do tráfico de escravos. Destarte, a obtenção de um território nas Américas era fator primordial para a consumação do referido ideário.

Com a consolidação da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, os neerlandeses passam a traçar estratégias, em um primeiro momento visando à ocupação e tomada de Salvador para si (Behrens, 2013).

Bousard (2018) declara que o ideário holandês foi planejado de forma sigilosa, porém, por meio de informantes, a União Ibérica tomou conhecimento da situação, repassando as informações à Coroa, que tomou medidas no intuito de preparar o local para revidar os eventuais ataques.

Tal fato não foi o suficiente para evitar a invasão holandesa em território soteropolitano, que foi consumada em 1624. Contudo, por meio de novas batalhas, o domínio dos neerlandeses durou apenas um ano, terminando em 1625, com a expulsão dos invasores por parte de espanhóis e portugueses.

Já em 1630 os holandeses ocupam Recife e Olinda, onde possuíram maior êxito, em comparação com o panorama vivenciado em Salvador, estabelecendo-se em Pernambuco e fazendo proveito da alta produção de açúcar das referidas cidades até 1654, quando, mais uma vez, são expulsos, dessa vez em definitivo (Mello, 2009).

A apropriação holandesa também chegou até São Luís e outras vilas maranhenses. Nesse caso, como estratégia para alcançar o território maranhense, faz-se necessário compreender a ocupação, em primeiro momento, do Ceará em 1637 (Pérez, 2019). O principal intuito dessa invasão foi utilizar o território cearense como ponto de apoio para o seu real desejo, que era ocupar São Luís e tomar posse de todo o Maranhão. A Figura 1 demonstra a representação da província do Maranhão durante o século XVII.

Figura 1 – Província do Maranhão, 1631



Fonte: Centro Cultural Vale (2024).

Na Figura 1, podemos observar o papel central da ilha do Maranhão e a organização espacial em torno de São Luís, portanto, a ocupação da cidade era de fundamental importância para o intuito neerlandês de expansão de sua ocupação na então colônia portuguesa.

Esse objetivo é consumado em 1641, quando os holandeses aportam em São Luís e ocupam-na. Posteriormente, Alcântara e outras cidades também são invadidas, os portugueses são expulsos e a Holanda passa a exercer o controle do Maranhão. Igualmente o ocorrido em Pernambuco e na Bahia, a produção e comercialização de açúcar foi o fator preponderante para a efetivação dessa ocupação que durou até 1644, quando novamente os invasores são expulsos.

Como principais consequências das ocupações, convém ressaltar o crescimento da produção açucareira em território nordestino durante o comando da Holanda. Ferreira Filho (2016) destaca o crescimento no número de engenhos, aspecto que possibilitou impulsionamento da economia por meio da produção de cana-de-açúcar.

No que diz respeito ao Maranhão, essa tônica de crescimento da produção

açucareira foi replicada, resultando em uma maior exploração do cultivo da cana, embora não fosse semelhante ao caso vivenciado em Pernambuco (Rolim Filho, 2016).

Outro fator relacionado à presença holandesa no Nordeste é o desenvolvimento de produções artísticas como literatura, pintura e outros. Isso em razão do apreço que João Maurício de Nassau, que foi Governador da colônia neerlandesa estabelecida com as invasões em território nordestino, tinha para com as artes de modo geral. No concernente a São Luís, destacamos a gravura feita pelo pintor holandês Frans Post:

Figura 2 – Vista panorâmica de São Luís

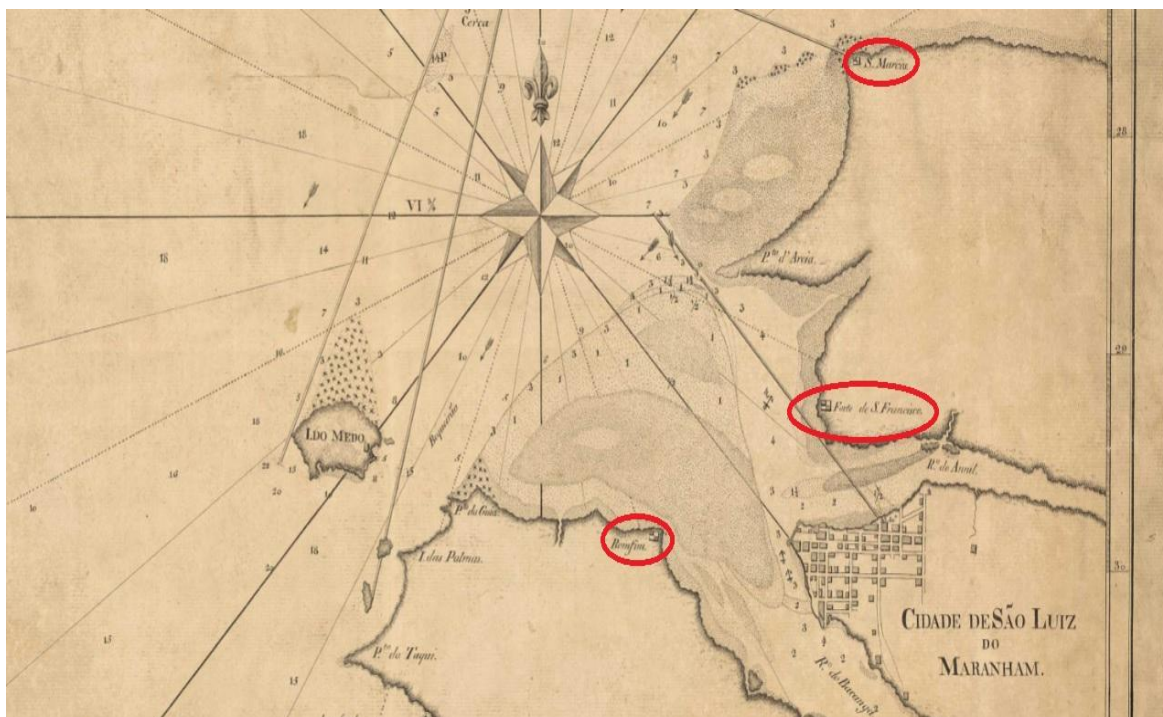


Fonte: Fran Post (1647). Adaptado de Rolim Filho (2016).

É interessante observar que a representação da época na obra do pintor diz respeito à área correspondente atualmente ao centro de São Luís. Esse fato vai de encontro aos relatos de Meireles (2015) sobre o início da vida urbana e primeiras relações estabelecidas em território ludovicense. O autor enfatiza o fato de que a cidade, naquele período, correspondia ao que hoje concebemos como centro.

Com a expulsão holandesa de São Luís, os portugueses voltam a obter controle da ilha. Dessa forma, priorizam durante o século XVII o desenvolvimento da função militar, a partir da construção de fortificações estrategicamente localizadas na zona costeira maranhense, de modo a proteger a ilha do Maranhão de novas investidas externas. A Figura 3 apresenta as regiões onde se encontravam os fortes citados.

Figura 3 – Fortes presentes no litoral da ilha do Maranhão (século XVII)



Fonte: Centro Cultural Vale (2023).

Os fortes sinalizados são o Forte de São Francisco, o Forte de São Marcos e o Forte do Bonfim. Percebe-se também o traçado urbano de São Luís representado, bem como os rios Anil e Bacanga. Ainda sobre as implicações da presença neerlandesa no Maranhão, Rolim Filho (2016) explica que, no âmbito econômico, após a paralisação do processo de expansão da produção açucareira que estava em curso com o domínio neerlandês no Maranhão, os anos seguintes são caracterizados, principalmente, pelo tráfico de ameríndios, já que a maioria das famílias locais fazia uso da mão de obra indígena para o cumprimento de tarefas domésticas e do aumento da miséria.

Como os indígenas, até aquele momento, eram a única mão de obra a ser explorada em território ludovicense, somado ao fato de que a população de São Luís estava em constante crescimento, os nativos já não conseguiam atender as demandas da elite local, gerando assim, conflitos entre eles, personificados nos embates de colonos e jesuítas, que se tornaram cada vez mais habituais.

Tal cenário, somado a um isolamento por parte da Coroa portuguesa, que já tinha novamente sua autonomia reestabelecida, em razão do término da União Ibérica, passou a concentrar suas atenções em Salvador, Recife e São Vicente (São Paulo). Esses fatos contribuíram para que São Luís perdesse força nacionalmente, resultando na centralização das principais atividades econômicas do país nos centros urbanos localizados na costa Leste.

Desse modo, as cidades e vilas situadas ao Norte da colônia ficaram em segundo plano.

Juntamente a este fato, uma alteração no papel exercido pelos indígenas ocasionou uma série de conflitos, uma vez que esses eram os principais responsáveis pela efetivação das tarefas econômicas no Maranhão, bem como em outras partes do território brasileiro. Assim, as atividades referentes à agricultura, que eram realizadas pelos indígenas, foram comprometidas, resultando dessa forma em implicações na produção. Sobre este panorama, Simonsen (2005, p. 406) declara:

Por provisões de 1647 e 1649, estabeleceram-se novos dispositivos a favor dos indígenas. Nenhum índio seria permitido servir sem salário. Os que trabalhassem em canaviais, tabaco ou lavoura pesada, poderiam ausentar-se livremente. Os brancos que os violentassem ficavam sujeitos à pena de degredo por quatro anos e 500 cruzados de multa. Os índios teriam quatro meses livres para serviços em suas roças e culturas. Que a Coroa portuguesa estava bem intencionada, comprovam-no atos de D. João IV, que chegou a condenar um capitão-mor, Barreiro de Ataíde, e um Governador do Maranhão, D. Luís de Magalhães, por crime de escravização ilícita de bugres.

O momento de estagnação da economia ludovicense é ampliado em razão da supracitada provisão, que acarretou maiores custos financeiros aos colonos para continuarem a exercer a exploração dos indígenas. Porém, Rolim Filho (2016, p. 13) afirma que

não seria uma simples legislação editada em Lisboa que iria conter o ímpeto dos colonizadores por escravizar os indígenas. Ainda mais se levando em consideração que a própria Coroa pouco se preocupava e tinha interesse com o que ocorria em terras tão distantes e miseráveis.

É sobre esse cenário que, em 1652, visando ao cumprimento das medidas que fornecem direitos aos povos indígenas, além de reverter a situação de miséria vivenciada em todo o Maranhão, o padre Antônio Vieira é enviado para São Luís, amparado pela Coroa, possuindo plenos poderes para a execução de obras de melhorias na infraestrutura local, construção de igrejas, realização de missões e evangelização dos indígenas (Simonsen, 2005).

Embora os colonos tenham tentado intervir junto à Coroa portuguesa, solicitando revogação da medida que, na concepção desses agentes, era prejudicial ao desenvolvimento econômico do Maranhão, não tiveram êxito. Porém, a situação inópia permanecia em território maranhense, assim como os conflitos entre jesuítas e colonos, que tinham como cerne o uso da mão de obra indígena. Esse panorama perdura até 1682, quando é criada a Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará (Shikida, 2007), que tem o objetivo de reverter o quadro social maranhense, propiciando o desenvolvimento econômico.

A respeito da nomenclatura da Companhia, Silva (2012) expressa que a referida alcunha foi concebida em razão da atual denominação oficial do estado naquele período, que

tinha a mesma titulação. No tocante ao seu território, sua extensão compreendia o atual Maranhão e se estendia até as dimensões contemporâneas do Piauí, Ceará, Pará e Amazonas.

Retomando o diálogo sobre a implementação da Companhia de Comércio, destaca-se o seu intuito principal, que era de reverter a situação de miséria vigente no estado. Assim, após sua institucionalização, a Companhia passa a fornecer subsídios para a retomada, em São Luís, Belém e outras localidades da região, da produção açucareira e de algodão. Além disso, deveria oferecer à população local mercadorias de origem portuguesa. A contrapartida da instalação da Companhia era o envio de um navio anualmente com produtos locais para Portugal.

Para viabilizar a comercialização das mercadorias produzidas no Maranhão com a Europa, investimentos para o escoamento da produção foram executados por parte da Companhia, assim como medidas para solucionar também os conflitos entre colonos e jesuítas, entre as quais, destaca-se a promessa de concessão de escravos advindos da África, para substituírem os indígenas nos trabalhos de plantio da cana-de-açúcar, algodão, lavoura e demais atividades (Simonsen, 2005).

Tendo em São Luís a centralização de suas principais atividades, a Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará detinha o monopólio da comercialização de mercadorias da região. Além disso, também tinha predileção pela compra do açúcar e do algodão de produtores locais. Todos esses privilégios geraram insatisfação por parte dos comerciantes, que entendiam que a Companhia não valorizava seus produtos.

De acordo com Silva (2012), esse fato se explica em razão da Companhia de Comércio ser a responsável pela valoração do açúcar e algodão que eram produzidos pelos comerciantes locais. Na concepção desses, havia uma desvalorização no tocante aos preços estipulados, que não eram condizentes com o real valor que os produtos tinham. Além disso, a impossibilidade do uso da mão de obra indígena, que havia sido proibida, e o não cumprimento por parte da Companhia da concessão de escravos africanos prometidos com a criação dela fizeram com que a situação de insatisfação fosse agravada.

Em razão do referido panorama, ocorre em São Luís, em 1684, um levante popular caracterizado como nativista, que ficou reconhecido como Revolta de Beckman. A nomenclatura se deu em função da revolta popular ser liderada pelos irmãos Manuel e Tomás Beckman, senhores de engenho que se encontravam insatisfeitos com o cenário econômico vigente. Para Chambouleyron (2006), o intuito dos revoltosos em um primeiro momento era a expulsão dos jesuítas da ilha, a fim de acabar com suas influências sobre os indígenas. Assim, o Padre Vieira, além de outros, é afugentado de São Luís.

Chambouleyron (2006) complementa, ressaltando que, além dos jesuítas, a Revolta de Beckman tinha outros alvos, entre esses: o então Governador do Maranhão, Sá e Meneses, que naquele momento se encontrava em Belém; e a Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, visando o rompimento de seu regime monopolista. Com o crescimento do movimento, os rebeldes logo efetivaram a tomada por completo de São Luís, passando a exercer o controle do Governo e da Companhia, consolidando o seu intuito de expulsão dos padres que ainda se encontravam em solo ludovicense.

O próximo passo a ser galgado pelo levante era a sua expansão rumo ao continente, visando a obter adesão de outros municípios maranhenses. Porém, houve resistência por parte das demais regiões em se juntarem ao movimento liderado por São Luís. Juntamente a isto, a Coroa Portuguesa envia à ilha do Maranhão, no ano de 1685, uma expedição, com o então escolhido novo Governador Gomes Freire de Andrade, além de soldados, visando à retomada do território ludovicense (Chambouleyron, 2006).

Ainda durante o ano 1685, Manuel Beckman, naquele momento o principal líder da revolta, é executado. Sua morte ocorre por enforcamento e, acredita-se, na área correspondente atualmente a uma praça pública que hoje carrega o seu nome (Rolim Filho, 2016), no centro de São Luís. Posteriormente o levante perde força, culminando no fim da ocupação por parte dos revoltosos e, conseqüentemente, na reintegração de São Luís aos domínios portugueses.

Com o término da revolta e início do século XVIII, Tribuzi (1981) esclarece que apesar do fim do monopólio exercido pela Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, a miséria e os baixos índices econômicos continuaram a caracterizar São Luís e o restante do estado. O autor pontua que esse panorama continua relacionado à escassez da mão de obra, embora alguns indígenas tenham voltado a serem utilizados para a produção de açúcar e algodão, o quantitativo é inexpressivo para suprir a demanda populacional de São Luís.

Em virtude dessa caracterização, as principais produções maranhenses, que eram o açúcar e o algodão, foram comprometidas. No caso da produção algodoeira, a situação era ainda mais grave, fazendo com que populares reivindicassem junto aos governantes a não comercialização do algodão com outros territórios que não fossem maranhenses, uma vez que nem mesmo a demanda local era mais atendida, em razão dos baixos índices de produção.

Em nível nacional, o desenvolvimento econômico do país estava concentrado ainda no âmbito da produção de açúcar no Nordeste, com os ainda papéis de destaque exercidos por Bahia e Pernambuco. Já no Centro-Sul, com maior exploração interiorana do território, a extração de ouro era um importante condicionante dos bons resultados

econômicos obtidos por São Paulo e Rio de Janeiro. Mais ao Norte, Maranhão e Pará, personificados, sobretudo nas realidades de São Luís e Belém, encontram-se à parte da realidade econômica das outras regiões do Brasil, tendo suas economias baseadas na extração vegetal, produção de açúcar (em menores proporções), algodão e pecuária, essa última recorrente no interior maranhense.

Essa realidade só começa a ser alterada sob o comando do Marquês de Pombal, representante da Coroa, que objetiva dinamizar a economia brasileira, sobretudo do Norte e Nordeste, que naquele momento perdiam espaço para o crescimento da mineração no Centro-Sul. Desse modo, são criadas a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba. Outra medida importante do período pombalista é o fim das capitanias hereditárias, e a alteração da capital da colônia, que passa a ser o Rio de Janeiro, em razão da nova ordem econômica vigente, que se concentra naquela região do país.

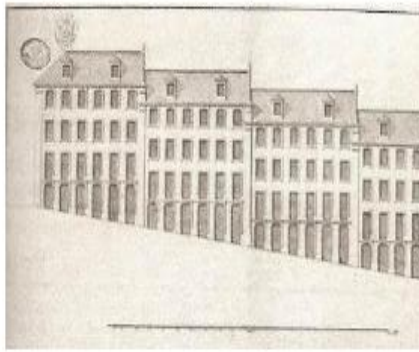
No tocante a São Luís, Figueiredo (2014) ressalta que a ação de Pombal em criar outra Companhia de Comércio, no ano de 1755, contribuiu para a transformação econômica maranhense, assim como de todo o restante do estado maranhense. A produção de arroz foi incorporada de vez à economia local e, juntamente com o cultivo da cana, algodão e outras mercadorias que passaram a ser comercializadas com a Europa, contribuiu para o início de um novo panorama socioeconômico do Maranhão.

A inserção de nova mão de obra a ser escravizada, agora no papel de africanos que foram trazidos para o Maranhão pelo Marquês, que compreendia a importância de ampliar o número de trabalhadores para obter êxito na expansão da lavoura, foi um ponto importante para a alteração do quadro econômico do estado. Além disso, novas técnicas de plantação foram repassadas aos lavradores, alterando dessa forma o modelo de produção maranhense até então, que estava condicionado a um padrão de agricultura de subsistência.

O novo cenário econômico fez com que São Luís fosse reestruturada com base em padrões arquitetônicos portugueses. Ação semelhante havia ocorrido em Lisboa em 1755, que foi atingida por um terremoto, tendo como resultado uma grande devastação do território da capital portuguesa.

Como ação para sua reconstrução, o Marquês de Pombal havia colocado em prática um novo plano urbanístico, que reconstruiu a *urbe* e posteriormente se expandiu para outras cidades de Portugal, como, por exemplo, Porto, Vila Real de Santo António e posteriormente, sendo replicado no Brasil, com ênfase para o caso de São Luís (Figueiredo, 2014). A Figura 4 expressa essa padronização arquitetônica.

Figura 4 – Padrões arquitetônicos de cidades portuguesas e de São Luís.
 (a) Lisboa; (b) Porto; (c) Vila Real de Santo António; (d) São Luís



(a)



(b)



(c)



(d)

Fonte: (a) e (b) Mota (2006); (c) Fidalgo, Grilo e Santos (2010); (d) IPHAN/SR. Adaptado de Figueiredo (2014).

A referida influência no relativo às edificações construídas em São Luís, por parte do padrão português, para Figueiredo (2014), pode ser apreendida em função da estreita relação que a cidade passou a obter com o país colonizador, além disso, soma-se o fato da presença de familiares do Marquês de Pombal em cargos importantes no Maranhão, entre os quais, destaca-se o caso do seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que foi nomeado Governador em 1753.

Em São Luís, a arquitetura civil, produzida desde meados do século XVIII até ao final do século XIX e classificada em 1998 pelos órgãos de preservação do Maranhão como estilo “tradicional português”, apresenta fortes influências do complexo sistema construtivo das edificações da reconstrução de Lisboa, na área conhecida como Baixa Pombalina, em referência à competente atuação do Marquês de Pombal (Figueiredo, 2014, p. 170).

Convém ressaltar que as construções com padrão português ainda hoje integram a paisagem da região central de São Luís, embora outros usos e funcionalidades tenham sido atribuídos a essas edificações, em virtude da introdução de novas dinâmicas nessa área. O

conjunto arquitetônico salvaguarda um dos principais marcos da presença portuguesa em território ludovicense. Essa preservação possibilitou que o local fosse concebido como patrimônio mundial.

Portanto, percebe-se a relevância que as ações pombalinas obtiveram no que diz respeito à reestruturação e ao desenvolvimento econômico de São Luís. Dessa forma, a elite local é agora abastada em função da comercialização, sobretudo, de arroz com países europeus, além da indústria algodoeira, que se encontrava em franca expansão, fruto do novo contexto econômico mundial, onde a Revolução Industrial fez com que o referido produto obtivesse crescimento em sua valoração, em função de ser cada vez mais utilizado para confecção de vestimentas.

Com base nessa nova reorganização econômica mundial, São Luís passa a exercer papel importante no contexto produtivo local e no exterior. Esse momento insere São Luís de vez na divisão internacional do trabalho por meio de sua alta produção de arroz e algodão. Uma vez que a cultura do plantio da cana de açúcar passou a perder força, o cultivo algodoeiro é replicado também em outros estados do Nordeste, como foi o caso de Pernambuco, que almejava a manutenção de sua economia, que até então era majoritariamente conduzida pela exportação de açúcar (Rolim Filho, 2016).

Segundo Paula e Holanda (2011), a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, criada pelo Marquês de Pombal não obteve maior sucesso no desenvolvimento do Maranhão em razão do contexto econômico nacional. A exportação do açúcar para a Europa estava em decadência, assim como a extração de ouro, que já não era tão produtiva, soma-se a isso o fato de a colônia participar economicamente dos custeios da reconstrução de Lisboa, que foi atingida pelo terremoto em 1755. Todos esses aspectos contribuíram para o fim da Companhia em 1778, porém, a cidade de São Luís já tinha sido inserida de vez no mercado internacional.

Dessa forma, o Maranhão continuou a exportar produtos para os países europeus, que, por sua vez, eram enviados para o referido destino a partir do porto de São Luís. Isso se dá juntamente ao surgimento de novas demandas internacionais, entre as quais, Couceiro e Silva (2015, p. 191) destacam a alteração da importação no tipo de mercadorias: “os principais produtos comprados no dia a dia não eram mais pimenta e outros das chamadas Índias Orientais. O fornecimento de fios para têxteis, açúcar, chá, fumo e café pelos trópicos acabou superando o de metais preciosos e especiarias”. Assim, os produtos maranhenses, principalmente o algodão, continuaram a render bons desempenhos econômicos para o estado.

A Inglaterra, com o advento da Revolução Industrial e da produção em larga

escala, tornou-se um importante comprador do algodão produzido no Maranhão. Esse panorama refletiu na dinâmica portuária de São Luís, que passou a obter maior movimentação e receber centenas de navegações inglesas, que se deslocavam até a ilha para obter o produto (Paula; Holanda, 2011).

Rolim Filho (2016, p. 24) declara que “devido à força do algodão, o Maranhão atingiu o maior PIB *per capita* do Brasil, com 112 dólares, quase o dobro do PIB *per capita* médio no Brasil que era de 61,2 dólares”. Esse cenário somente é alterado anos mais tarde, com a diminuição da exportação de algodão.

Tribuzi (1981) argumenta que o bom desempenho econômico, também trouxe consequências no âmbito social, uma vez que a concentração de renda por parte da elite ludovicense fez com que as desigualdades sociais fossem agravadas. Com a expansão da produção algodoeira, o número de escravos africanos em território maranhense também evoluiu, chegando a ultrapassar o quantitativo do restante da população. Essa composição socioespacial contribuiu para o processo de desaceleração do desenvolvimento do Maranhão, uma vez que as riquezas não circulavam na economia local, gerando dessa forma, entraves para o desenvolvimento socioeconômico dos mais pobres.

O referido cenário resultou em descontentamento por parte das camadas sociais pobres, em virtude do aumento da miséria no estado. Assim, emerge um novo levante popular em 1838, que ficara conhecido como Balaiada. Um de seus principais líderes era Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, um fabricante de balaies que, juntamente com escravos, vaqueiros e outras pessoas que também aderiram ao movimento, reivindicava melhores condições de vida, frente à crise do comércio algodoeiro (Couceiro; Silva, 2015).

A Balaiada termina em 1841, após derrota em confronto com tropas imperialistas que eram lideradas por Luís Alves de Lima e Silva. Mesmo com o fim da revolta, o cenário socioeconômico do estado não foi alterado, pelo contrário, é agravado com a efetivação da independência dos Estados Unidos, país esse que possuía técnicas de produção mais avançadas.

Assim, os estadunidenses passaram a exportar para o continente europeu, sendo, juntamente com países caribenhos, concorrentes da capital maranhense, acarretando, dessa forma, em uma nova estagnação de suas finanças. Esses fatos implicaram no direcionamento de novos rumos para a economia não apenas do Maranhão, mas do país, que passou a explorar a indústria.

2.4 O período fabril e suas implicações para o centro de São Luís (século XIX)

Conforme apresentado, percebe-se que o início da ocupação e produção do espaço de São Luís confunde-se com o mesmo panorama do seu centro. Afinal, os acontecimentos primários da cidade e mesmo o uso do território por parte dos indígenas que já residiam em Upaon-Açu concentravam-se na área correspondente ao que atualmente se conhece por centro de São Luís. Essa tendência se estende desde a chegada dos franceses à ilha, perdurando ao longo de todo o processo de colonização portuguesa, seguindo até a abertura da atividade fabril em solo ludovicense.

A respeito da inserção de São Luís na lógica de transformação de matéria-prima em manufaturados, Ferreira (2014) realça que esse momento está relacionado a uma lógica internacional, liderada pelo caso inglês com o advento da revolução industrial, mas também às novas demandas sociais deixadas pela extinção da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, entre essas, destaca-se a pobreza. Desse modo, a industrialização da capital surgia como uma possibilidade de reversão desse cenário.

Silva (2016) aponta como marco histórico do início da industrialização de São Luís, a transição do século XIX para o XX. Conforme a autora, a atividade fabril altera o até então modelo econômico da cidade, predominantemente agrícola. Assim, novas dinâmicas são instauradas no território ludovicense, entre essas, a urbanização e a consolidação de uma classe proletária ganham destaque.

A urbanização chama a atenção em virtude da construção de novas residências e equipamentos urbanos que visam a atender a nova demanda da capital, caracterizada agora como centro industrial do estado. Esse panorama fazia com que o poder público propagasse à população um ideário desenvolvimentista, que estava atrelado ao êxito da produção e comercialização de mercadorias nas fábricas que surgiam pela cidade.

O crescimento do número de fábricas modificou o espaço urbano de São Luís também no condizente à ocupação territorial, que foi expandida, fazendo com que a população começasse a residir em regiões ainda pouco ou não exploradas. Sobre esse aspecto, Santos (2022, p. 71) declara que “a proliferação das fábricas na cidade – 24 estabelecimentos fabris – facilitou um fluxo maior de pessoas a lugares nas bordas da pequena mancha urbana, mas também nas localidades mais distantes, como a fábrica no Cutim-Anil”. Assim, a ocupação territorial passou a se expandir para além dos limites do centro.

Portanto, conforme expõe o autor, mesmo tendo em sua área central a maior concentração de pessoas, serviços e um maior número de residências, o contexto econômico

baseado na produção industrial inicia, mesmo que de forma modesta, uma espécie de reconfiguração espacial. Isso implica dizer que agora o espaço urbano de São Luís já não pode mais ser apreendido apenas pela área correspondente ao seu centro.

Nessa perspectiva, Silva (2016) esclarece que o deslocamento por parte da sociedade ludovicense, deixando o centro e seguindo para morar em outras áreas da cidade, é caracterizado, sobretudo, pelos mais pobres. Assim, surgem outros núcleos populacionais, que posteriormente seriam transformados em bairros como: Camboa, Diamante, Fabril, Apicum, Vila Passos e Lira, todos esses localizados nas adjacências do centro, que passa a ser concebido como lar da elite local.

Também houve, mesmo que de forma moderada, o direcionamento de alguns serviços para essas áreas, como, por exemplo: comércios, feiras, iluminação pública, ampliação de malha viária e outros. Esse fato se explica em razão da instalação de fábricas do ramo têxtil, algodão e de arroz nas proximidades do centro. O surgimento desses empreendimentos culminou na obrigatoriedade de ampliação da ocupação territorial da ilha, que passava a crescer demograficamente de forma significativa, uma vez que muitos maranhenses advindos do interior do estado chegavam à capital com o intuito de obter trabalhos no setor industrial.

É importante elucidar que, em um contexto global, o sistema capitalista era cada vez mais consolidado e, além da opção pela industrialização por parte de diversos países, com destaque para os europeus e para os Estados Unidos, a urbanização também passou a figurar como uma marca das grandes cidades em nível mundial, resultando em uma nova configuração socioespacial desses lugares. Assim, compreende-se que o cenário identificado em São Luís está relacionado a este panorama (Mota; Pernambucano, 2014).

No caso de São Luís, a urbanização até o século XIX e início do século XX é concentrada em sua área central, uma vez que esse espaço é até então o lar das famílias abastadas e principal núcleo populacional. Soma-se a isso o fato dessa região deter os principais serviços, tais como comércio, porto, órgãos governamentais e grande parte das fábricas ludovicenses. Visando a ordenar o uso desse espaço, são adotadas pelo poder público medidas de planejamento e, posteriormente, é adotado um Código de Postura, que discorria sobre a regulamentação de calçadas, ruas e priorizava o uso por parte de pedestres e veículos de tração animal.

O referido Código foi importante para a manutenção do uso residencial, sobretudo do centro de São Luís, uma vez que atividade fabril estava em franca ascensão. Outro fator relevante a respeito do Código está relacionado à instalação de uma das mais importantes

Hospital Militar para o antigo Hospital da Madre Deus (1811); do Hospital de São José, da Santa Casa de Misericórdia (1814); do Teatro União (Artur Azevedo) na Rua do Sol (iniciado em 1815 e concluído em 1817); do calçamento das primeiras ruas (1819); da instalação da primeira tipografia maranhense (1821) e dez anos mais tarde, da Biblioteca Pública e finalmente da iluminação pública abastecida com azeite (1825). Também nesta época foi implantado o Cais da Sagração e realizada a reurbanização das principais praças da cidade.

Salienta-se que as referidas obras e intervenções de melhorias estruturais executadas em São Luís nessa época eram provenientes dos bons resultados econômicos advindos, sobretudo, da atividade fabril ludovicense. Desse modo, algumas intervenções no espaço urbano ludovicense foram realizadas, com ênfase para a expansão da mancha urbana.

Retomando a discussão a respeito da Fábrica Martins, com a chegada de seu proprietário em São Luís, como já foi apontado, seu empreendimento teve que ser inaugurado em uma área adjacente da região central, na qual outras fábricas também se faziam presentes, entre essas, algumas com especialidade no descasque de arroz, até então, um dos principais produtos comercializados pelo Maranhão.

O arroz foi um dos principais responsáveis, juntamente com a manufatura do algodão, pelo bom desempenho econômico do estado, que escoava toda sua produção pelo porto da capital. Esse cenário fez com que São Luís fosse

a quarta Capital do Império brasileiro, pela circulação de dinheiro e padrão construtivo do conjunto arquitetônico. Isso se deu em um acelerado processo de renovação urbana, com ricos comerciantes se estabelecendo em grande casario de comércios e residências (Mota; Pernambucano, 2014, p. 15).

Por meio de um exercício análogo, podemos apontar que a indústria do arroz e do algodão foram para o Maranhão aquilo que representou o bom desempenho da produção açucareira para Pernambuco no período colonial. Dessa forma, São Luís, por meio de sua função portuária exerceu papel semelhante aos de Recife e Salvador, continuando a ser o principal município de seu estado, em virtude da comercialização de produtos, concentração de renda e função portuária, cenário que se estende até os dias atuais.

Ainda sobre a produção do setor fabril ludovicense, realça-se a variedade de produtos (têxtil, arroz, algodão, açúcar, sabão e outros), característica importante para a dinamização da economia maranhense. Esse quadro contribuía para o bom desempenho da economia local, estabelecendo o setor de manufatura como principal agente responsável pela geração de empregos.

Assim, a oferta de empregos, o crescimento populacional, bem como a ampliação da mancha urbana de São Luís foram implicações desse momento, aspecto que convergiu no entendimento do poder público, na elaboração de novas medidas para melhor gerir o território

(Garcez, 2009).

Destarte, foi aprovada como lei em 1866 uma atualização do Código de Postura, que possuía como principais premissas: regularizações, aformoseamento urbano, segurança e salubridade. Tais temáticas se justificavam pela nova composição do espaço urbano ludovicense, que concentrava um importante número de fábricas (Selbach, 2010).

É em função dessa conjuntura fabril que o bairro da Madre Deus, região onde se localizava grande parte das fábricas ludovicenses, passa a receber um maior número de residentes, estes majoritariamente de camadas sociais populares, perfil que caracteriza o referido bairro até os dias atuais. Portanto, eram essas pessoas que trabalhavam nas fábricas que ali se faziam presente. Mota e Pernambucano (2014, p.19) apontam que “com a instalação das fábricas, multiplicaram-se as construções ao longo das Ruas de São Pantaleão e da Madre Deus, recebendo uma linha de bonde que chegava à Praia da Madre Deus”. A atualização do Código objetivava ordenar toda essa dinâmica.

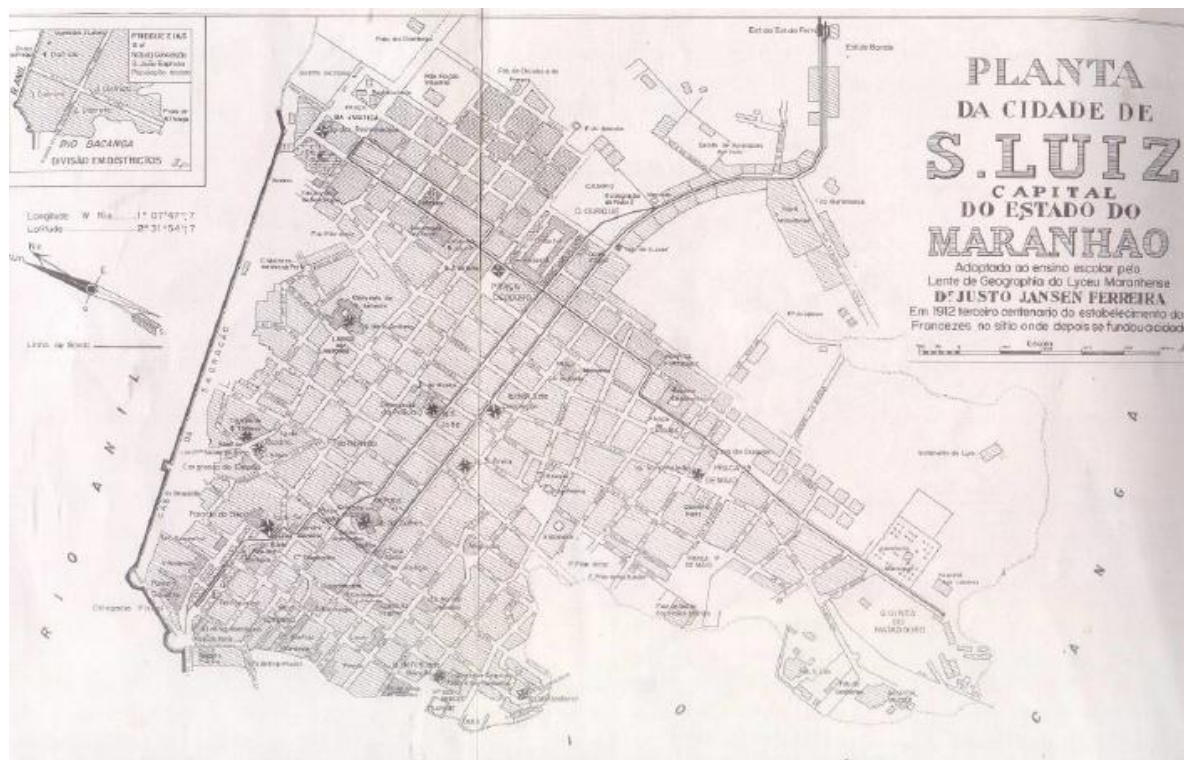
No tocante aos bairros de São Luís, vale ressaltar o surgimento de alguns deles em função da instalação de fábricas pela cidade:

nas proximidades da Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil surgiu o bairro do Anil; em torno da Companhia Fabril Maranhense surgiu o bairro Fabril; nos arredores da Companhia de Fiação e Tecidos Cânhamo nasceu o bairro Madre Deus (Leite; Carvalho; Cutrim, 2021, p. 237).

Leite, Carvalho e Cutrim (2021) complementam que o surgimento desses bairros é um fator interessante para os proprietários das fábricas, em função de terem seus empregados residindo nas proximidades do trabalho, fator que viabiliza maior exploração da classe proletária, por meio do aumento no número de horas trabalhadas, resultando em maior crescimento da produção e, consequentemente, maior arrecadação.

Em 1900, a população ludovicense já era de aproximadamente 30 mil residentes, sendo que, destes, 19,3% trabalhavam em indústrias presentes no território da capital maranhense (Garcez, 2009). A Figura 6 apresenta um panorama de São Luís no supracitado período, no qual a sua mancha urbana estava em processo de expansão.

Figura 6 – Planta de São Luís em 1912



Fonte: Adaptado de Mota e Pernambuco (2014, p.21).

Já em 1940, a população de São Luís chegara ao total de 85.583 e, na década seguinte, ultrapassando a totalidade de cem mil residentes, com um número de 119.785 habitantes na capital maranhense (Garcez, 2009). Um reflexo do crescimento populacional que está relacionado ao desenvolvimento de um setor fabril que ofertou oportunidades de emprego para a população ludovicense.

Além da Fábrica Martins já mencionada, outras importantes fábricas que também contribuíram para o crescimento na oferta de empregos na capital foram: a Santiago, Santa Amélia, a São Luís e a Cãhamo (Mota; Pernambuco, 2014). Essas todas surgiram ainda no século XIX e tinham como foco a indústria têxtil, que era importante para economia local e regional.

Burnett (2011) declara que o desempenho da indústria têxtil resultou em um segundo momento de crescimento econômico para o estado, que já havia passado por algo semelhante durante o período de ações implementadas pelo Marquês de Pombal. Essa dinâmica fabril inseriu novamente São Luís no mercado internacional, em virtude da sua função portuária, que foi utilizada para exportar a produção de tecidos e outros produtos que eram comercializados pela capital maranhense. Na Figura 7, podemos observar a dinâmica de movimentação no porto da capital maranhense.

Figura 7 – Porto de São Luís, início do século XX



Fonte: Adaptado de Mota e Pernambucano (2014, p.31).

Em razão de um contexto global, vale destacarmos o beneficiamento de São Luís e de outras cidades brasileiras durante as primeiras décadas do século XX em função da Primeira e Segunda Guerra Mundial, aspecto que proporcionou à capital maranhense um crescimento em suas exportações dos mais variados produtos para países europeus. A respeito desse momento, Mota e Pernambucano (2014, p. 23) declaram que:

Com o funcionalismo público municipal estabelecido, a administração voltou suas atenções para o espaço urbano lançando-se a uma obra de remodelação e reforma urbanística da velha cidade. Durante o governo do Interventor Federal do Estado Novo no Maranhão, Paulo Martins de Sousa Ramos, valendo-se dos benefícios do aumento da produção da indústria têxtil advindo da Segunda Guerra Mundial, foi lançado o Plano de Remodelação da Cidade, com a criação do Serviço de Salubridade das Habitações, voltados aos casarões então transformados em cortiços no centro da cidade; demolição de ruínas; arborização urbana; abertura das avenidas Magalhães de Almeida e Getúlio Vargas; alargamento e alinhamento de vias; reformas de praças e jardins; reforma do Hospital Geral e Instituto Oswaldo Cruz; construção do Novo Mercado Municipal.

Essa nova configuração se deve, sobretudo, ao bom desempenho econômico advindo da atividade industrial, fator que possibilitou bons resultados à economia maranhense, tendo na capital a concentração de quase toda essa riqueza, enquanto o interior do estado continuava pobre. Esse momento deixa evidente que as cidades detentoras de capital, ou seja, aquelas que detêm as principais atividades econômicas, tendem a centralizar também as riquezas e exercer centralidades em relação às demais, de modo que as diferenças socioeconômicas entre elas sejam refletidas em suas infraestruturas e no modo de vida de

suas populações.

É o que acontece em São Luís; a capital passa a continuar exercendo um papel econômico de destaque em comparação com o restante do estado, centralizando cada vez mais as atividades econômicas, atraindo, dessa forma, um maior número de pessoas do interior do estado que objetivam usufruir desse momento, seja abrindo seu próprio negócio, seja em busca de uma oportunidade de emprego no principal centro urbano maranhense.

Este *boom* econômico perdura até meados do século XX, após esse período, novamente a economia ludovicense volta a ficar estagnada em razão de dinâmicas econômicas nacionais concentradas no Sul e Sudeste, onde a modernização dos meios de produção, urbanização, concentração populacional e dinamismo econômico oportunizam maior desenvolvimento de outros estados, em detrimento dos nordestinos (Burnett, 2011).

De certo modo, essa já era uma tendência vivenciada pelos estados nordestinos há algum tempo, com ênfase para o caso de Salvador, onde talvez os impactos dessa centralização de atividades econômicas por parte do Sul e Sudeste tenham sido primeiramente sentidos. Para Santos (2012), isso culmina com a alternância da capital da colônia, que era Salvador e passou a ser o Rio de Janeiro. Assim, a capital soteropolitana perdeu importância no contexto político e administrativo e o seu tardio processo de industrialização fez com que Salvador deixasse de ser a mais importante cidade brasileira.

Santos (2012) declara que Salvador passou durante um determinado tempo a exercer, quase que majoritariamente, apenas a sua função portuária como principal atividade econômica. Em São Luís, o cenário de estagnação foi semelhante, apesar de não perder o posto de principal municipalidade nacional, como foi o caso da capital da Bahia, São Luís após a decadência de seu período fabril, passou a não mais figurar entre as principais economias do país, fator que perdura até os dias atuais.

Ao longo do século XX, a maior parte das fábricas que estavam localizadas no centro ou em suas imediações findou suas atividades, em virtude da nova dinâmica econômica que São Luís vivenciava, atrelada ao desenvolvimento de atividades concernentes ao terceiro setor da economia. Assim, inúmeras famílias ficaram sem seus empregos, já os casarões onde funcionavam as fábricas ludovicenses, com o desenvolvimento de novas dinâmicas na cidade, passaram a ter novos usos, entre os quais se destaca o comercial. O espaço onde funcionava a Fábrica Martins, por exemplo, hoje é uma loja de uma importante rede de supermercados.

Outra representação desse panorama é o prédio onde funcionou a então Fábrica Santa Amélia, que em décadas passadas teve uma importante produção algodoeira, mas que atualmente é um ambiente que, apesar de resguardar sua configuração paisagística (a forma),

é um local voltado ao ensino público, pertencente à UFMA, onde funcionam os cursos de Turismo e Hotelaria. A Figura 8 apresenta a localidade.

Figura 8 – Fábrica Santa Amélia atualmente, centro de São Luís



Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

A Fábrica Santa Amélia funcionou até o ano de 1966, e foi uma entre as dezenas de fábricas que proporcionaram à sociedade ludovicense uma prosperidade econômica que reestruturou a região central da cidade (Leite; Carvalho; Cutrim, 2021). Porém, novas medidas precisavam ser implementadas para viabilizar a vida da população de São Luís, que naquele momento, era dependente de um setor fabril que estava em colapso.

Além da dependência do setor industrial, responsável por empregar grande parte da população local, outras problemáticas passaram a ser identificadas, como por exemplo, a concentração populacional na região central de São Luís. Assim, a decadência fabril colaborou para que novas medidas fossem adotadas no âmbito do planejamento urbano. Desse modo, as décadas seguintes foram caracterizadas pela reorganização do espaço e maior exploração do território da ilha. Nesse âmbito, possui papel relevante a urbanização, processo potencializado por ações advindas do Governo do Estado do Maranhão, por meio de obras de infraestrutura que possibilitaram aos ludovicenses maior ocupação territorial de regiões até então, pouco ou não exploradas, como é o caso do litoral Norte da capital.

3 QUANDO O CENTRO DEIXA DE SER A CIDADE

Nesse momento, adentraremos de forma mais minuciosa no debate referente ao processo de expansão urbana da ilha, fenômeno que está relacionado à implementação de um conjunto de ações que possibilitaram maior ocupação territorial da ilha. Assim, o centro, que até o século XIX detinha a supremacia no que diz respeito à concentração populacional, oferta de serviços, presença de órgãos públicos e atuação da iniciativa privada, passa a concorrer com outras regiões da ilha.

Dessa forma, observa-se uma nova tendência social, que é o residir nas proximidades das zonas de praias. Essa realidade contribui para a valorização do m² dessas áreas, implicando em um fenômeno já identificado em outras cidades litorâneas nordestinas, que é a predominância de grupos abastados habitando no litoral; quadro vivenciado por Salvador, Fortaleza, Recife e outras capitais.

Em São Luís, ocorre, mesmo que de modo inconsciente, um processo de valorização de um patrimônio, relacionado ao aspecto ambiental, com ênfase para a sua zona costeira, onde se encontram as principais praias da *urbe*. Nesse contexto, essas áreas passam a obter apelo social nunca visto, até então. Esses espaços são condicionados a atender novas demandas sociais, entre essas, ganham maior notoriedade o lazer e o habitar.

Como resultados desse quadro, tem-se a consolidação de um novo ideário relacionado ao mar. No caso de São Luís, isso implica dizer que a sua região central, núcleo incipiente da vida urbana na ilha, passa a dividir as principais atividades, equipamentos e ofertas de serviços com a zona litorânea e outras regiões que estão em suas imediações. Em razão desse contexto de maior ocupação das zonas de praias, a degradação ambiental passa a ser uma realidade inerente a esse processo, áreas de dunas e manguezais são suprimidas em função da implantação de prédios, residências e outros equipamentos urbanos.

Paralelo a esse panorama, o centro da capital, que se encontrava esquecido em função do processo de maior exploração de outras partes do território ludovicense, começa a adquirir outras funcionalidades em virtude de intervenções realizadas na área, com ênfase para as ações provenientes do Projeto Reviver. Essas ações contribuem para a revalorização do centro de São Luís e seu estabelecimento como patrimônio mundial. Assim é dado início ao processo que culmina na consolidação dos principais usos e funções identificados no centro ludovicense durante o século XXI.

3.1 Obras públicas e a reconfiguração do espaço urbano ludovicense (século XX)

Passada a fase de bom desempenho econômico conquistado nos últimos anos com a expansão do número de fábricas em território ludovicense, a capital maranhense tinha urgência na tomada de novos rumos para sua economia. Após a primeira metade do século XX, o município continuava a obter um relevante número de habitantes, totalizando 158.292 (Ferreira, 2014). Essa caracterização resultou na elaboração de estratégias, pensadas pelos gestores públicos da época, que viessem a contribuir com a retomada da geração de empregos e que também oportunizassem maior exploração do território de São Luís.

Assim, o intuito principal do poder público era alavancar o crescimento econômico e descentralizar a população da ilha, que naquele momento estava residindo no atual centro de São Luís e em suas imediações (Lopes, 2016).

Com base nesse anseio, foram implementadas algumas medidas pelo poder público, materializadas na realização de obras de infraestrutura que propiciaram o estabelecimento de uma nova dinâmica socioespacial em São Luís durante a segunda metade do século XX.

Nesse contexto, destaca-se o papel desempenhado por Ruy Ribeiro de Mesquita, engenheiro formado pela Escola Politécnica da Bahia, que foi convidado para integrar a equipe do então governador do Maranhão, Sebastião Archer (1947-1951). O intuito era que Mesquita pudesse contribuir para o processo de planejamento das ações a serem tomadas.

Ruy Mesquita passou a fazer parte do Departamento de Estradas e Rodagem (DER-MA), um órgão estadual que tinha como principal premissa a realização de atividades de planejamento, ordenamento e construção de estradas que viabilizassem o desenvolvimento do Maranhão, interligando, sobretudo, a capital com o interior do estado (Marques, 2021a).

Conforme Lopes (2016), no concernente a São Luís, o DER-MA tinha o intuito de desenvolver um plano rodoviário que interligasse toda a ilha, facilitando a circulação das pessoas, atraindo indústrias do ramo automotivo para a capital e propiciando o processo de expansão urbana. Ruy Mesquita esteve à frente dessa ação, contribuindo com base em sua formação e pelo conhecimento de intervenção semelhante ocorrida em Salvador, onde havia estudado. Desse modo, apreende-se que o caso soteropolitano serviu como base para a elaboração do referido plano.

Em um primeiro momento, o plano rodoviário elaborado pelo DER-MA não foi posto em prática, em razão, principalmente, das impossibilidades de financiamento do elevado investimento que era necessário para viabilizar a construção das rodovias e demais

estruturas que possibilitariam sua concretização. Entre os principais entraves, destacam-se as construções de pontes interligando o centro da capital até outras áreas, como o litoral Norte (Marques, 2021b).

Porém, com a impossibilidade de colocar em prática o plano rodoviário ainda durante a década de 1950, Mesquita, que posteriormente chega a exercer o cargo de Diretor Geral do DER-MA, anexa ao seu plano outras ações, tais como a ampliação de zonas habitacionais e um zoneamento municipal, determinando as funcionalidades das áreas da ilha. Além dessas, o engenheiro inseriu outras ações ao documento e, em 1958, apresentou uma versão ampliada dele, sendo denominado agora de “Plano de Expansão da Cidade de São Luís” (Lopes, 2016).

Como possibilidade de financiamento, Mesquita menciona no próprio plano a necessidade e importância de sua concretização, assim como aponta que ele não poderia ser colocado em prática apenas com recursos provenientes dos cofres estaduais, “[...] daí a necessidade da conjugação de esforços da nossa representação federal, na Câmara e no Senado, no sentido da obtenção de verbas para o custeio dos trabalhos que reclamam providência inadiável” (Mesquita, 1958, p. 5).

Apesar da importância e do apontamento de fontes de financiamento para a implementação do Plano de Expansão, o documento continuou engavetado durante os anos seguintes, realidade que seria alterada somente durante a gestão do governador José Sarney (1966-1970), impulsionada, principalmente por uma nova ordem econômica nacional, na qual inúmeros investimentos em obras públicas foram realizados pelo Regime Ditatorial que ocupava a presidência do Brasil naquele momento.

Nesse sentido, em razão de um alinhamento político do então Governo do Maranhão com o Regime Militar, a gestão Sarney adquiriu possibilidades de iniciar obras de infraestrutura em todo o estado, com o intuito de fornecer empregos e viabilizar a alternância do até então cenário de estagnação econômica maranhense, desse modo, também colaborando para a diminuição dos índices de pobreza do estado.

Para Prado (2016) é dessa forma que o ideário proposto por Mesquita por meio da elaboração de seu Plano de Expansão em 1958 é colocado em prática. Embora o documento planejado pelo engenheiro não seja utilizado para a construção de vias, pontes e demais estruturas durante o governo Sarney, apreende-se que o seu plano, de certo modo, foi visionário, no concernente às ações a serem implementadas por parte do poder público que pudessem viabilizar uma nova configuração do espaço urbano da ilha.

Dentre as políticas implementadas durante a gestão Sarney, tem destaque a

construção da ponte Governador José Sarney (Figura 9), inaugurada em 1970. Essa estrutura propiciou à população ludovicense maior facilidade de se locomover do centro até a região Norte da capital, área essa onde se concentram as principais praias de São Luís atualmente (Marques, 2021b).

Figura 9 – Ponte Governador José Sarney

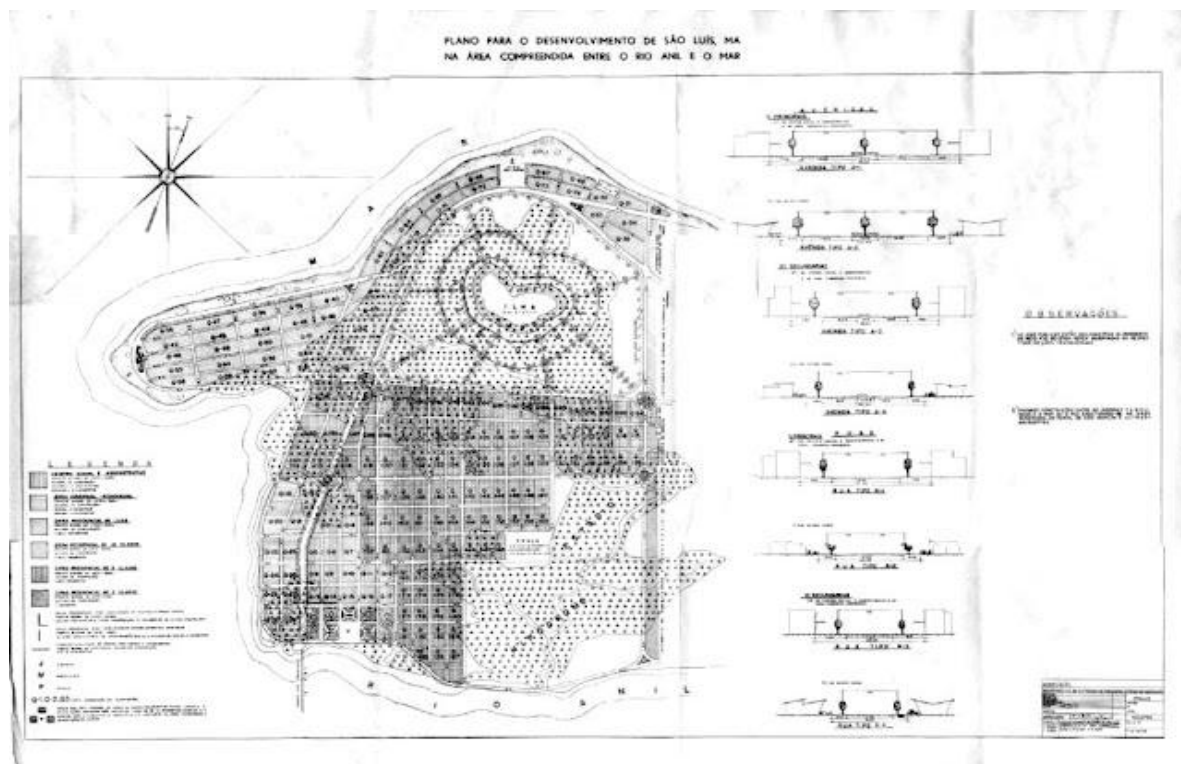


Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

Antes da construção da ponte, a única alternativa que os ludovicenses possuíam de chegar até à região Norte da capital era por meio da travessia em barcos e canoas, em virtude de um divisor geográfico natural existente entre esses lugares, que são os rios Anil e Bacanga. Portanto, a construção de uma ponte interligando essas duas extremidades colaborou no âmbito econômico, uma vez que gerou novas oportunidades de emprego, colaborando com a economia local.

Além do aspecto econômico, a ponte impulsionou o início de um processo que também já havia sido pensado por Mesquita em seu Plano de Expansão, que era a maior ocupação territorial da ilha, contribuindo para a desconcentração populacional do centro, que somente após o início da década de 1970 começou a perder residentes de maneira mais significativa e também relevância em detrimento do surgimento de novos polos habitacionais, comerciais e industriais que agora poderiam surgir em outras partes do território da ilha. A Figura 10 demonstra o anseio de Mesquita em seu plano.

Figura 10 – Proposta de ocupação da área Norte de São Luís



Fonte: Mesquita (1958).

Como demonstrado na Figura 10, o ideário do engenheiro era transformar a área em uma zona habitacional, que seria ocupada principalmente por pessoas advindas do centro da capital. Portanto, percebe-se a presença de um loteamento e de avenidas que possibilitariam a urbanização e a construção de novas residências. Convém ressaltar que, anteriormente à construção da ponte, essa área já tinha residentes, eram famílias de pescadores que possuíam casas, sobretudo nas imediações do mar, e sobreviviam por meio de um modelo de vida baseado no extrativismo (Prado, 2016).

Compreende-se que, para a concretização do processo de expansão urbana de São Luís ser executado, essas famílias que já residiam nas imediações do litoral Norte da capital, em um primeiro momento, seriam as principais afetadas com esse novo panorama que se almejava instaurar nesse espaço. Convém ressaltarmos que o referido anseio de povoar essa região é uma estratégia que está alinhada com uma lógica global que se mostrava cada vez mais comum no Brasil a partir da segunda metade do século XX, que estava relacionada ao residir nas proximidades do mar.

Barron (2021) declara que as relações da sociedade com o mar são estreitadas ao longo do século XIX, potencializadas pelo papel desempenhado pelas grandes navegações, comercialização de produtos e na constituição de bases militares localizadas em áreas

estratégicas. Anteriormente a este momento, o mar era tido como ambiente relacionado ao medo e ao desabitado. Essa acepção posteriormente é alterada, em virtude da introdução de elementos sociais e culturais, que passam a contribuir para o surgimento de um novo entendimento do mar, atrelado aos mais variados tipos de funções com o desenvolvimento da sociedade, entre eles, têm um papel destacável o lazer e o turismo (Dantas, 2019).

Para Santos (2018), o uso das zonas litorâneas, com ênfase para as dos países da América Latina, é um aspecto que remonta aos seus processos de colonização. O litoral sempre foi uma região estratégica e bastante explorada pelos europeus, pois era a partir desses espaços que poderiam escoar os mais variados tipos de produtos que exploravam de suas colônias. Nesse sentido, a urbanização de municípios situados na zona costeira é outro elemento que explica o papel de destaque que eles possuíam por essa funcionalidade, no caso brasileiro, Salvador é um exemplo de cidade portuária que foi estruturada durante o período colonial brasileiro com o intuito de servir aos interesses dos países europeus. Porém, ao longo da segunda metade do século XX, os usos e os estudos a respeito do litoral são alterados, em razão do surgimento de novas dinâmicas.

Portanto, a partir da segunda metade do século XX, a tendência de residir nas proximidades ao mar torna-se um aspecto importante nos grandes centros urbanos brasileiros, com destaque para o caso do Rio de Janeiro em nível nacional e em um âmbito regional, as capitais nordestinas possuem relevância, entre essas, sobressaem-se Salvador, Fortaleza e Recife. No tocante a São Luís, há de ser considerado o fato de que, nesse momento, já foi iniciado o seu processo de expansão urbana, fator que reconfigurou sua dinâmica socioespacial, pois o centro passa a perder relevância, no sentido de concentrar a maior parte da população local.

Para Ferreira (2014), o deslocamento da população rumo ao litoral Norte de São Luís leva consigo não apenas os residentes, mas também parte do aparato estrutural e oferta de serviços, rede comercial, escolas e outros elementos, que migraram juntamente com a demanda populacional. Faz-se pertinente também a caracterização do perfil dos retirantes do centro que optaram por residir nas proximidades das praias ludovicenses. Nesse contexto, novamente o Plano de Expansão elaborado por Mesquita em 1958 é um elemento importante para efetuarmos essa leitura, uma vez que ele determinava uma classificação de zonas habitacionais de acordo com padrões socioeconômicos (Lopes, 2016; Prado, 2016).

De acordo com Marques (2021a), as zonas de habitação mais próximas do mar eram habitadas por famílias de maior poder aquisitivo, implicando em uma alteração de perfil dos moradores dessa região, que anteriormente eram em sua maioria pescadores e seus

familiares. Somado a este ideário já contido no plano de 1958, que estava sendo posto em prática durante a década de 1970 e 1980 em São Luís, tem-se também o incremento de uma tendência por parte das classes sociais de maior poder aquisitivo em todo o país, que diz respeito a uma opção de residir nas proximidades do mar, em função de uma relevância que o marítimo passa a exercer nos principais centros urbanos nacionais (Pereira, 2014).

Segundo Barron (2021), essa opção em residir nas proximidades do litoral é um fenômeno que não se restringe ao território brasileiro. Em um primeiro momento os países europeus foram quem tiveram que lidar com esse quadro, que reconfigurou paisagens e dinâmicas relacionadas às zonas costeiras. Esse fato chama a atenção de estudiosos pelo mundo inteiro. No tocante aos geógrafos, é percebida durante a década de 1990 a emergência do termo maritimidade em algumas pesquisas da disciplina que tratam desse novo panorama vinculado à relevância que o mar passa a obter para os grupos sociais.

Dantas (2019) argumenta que o geógrafo francês Paul Claval exerceu um papel importante na difusão dos estudos voltados ao marítimo, tendo em vista que o autor estabeleceu uma conceituação a respeito da maritimidade, que estava intrínseco a um “conjunto de relações de uma população com o mar, aquelas inseridas no plano das preferências, da imagem e das representações particulares” (Dantas, 2019, p. 20). Barron (2021) afirma que o uso do termo por parte de geógrafos era atribuído ao entendimento de aspectos sociais e culturais que se relacionavam ao mar.

Nesse contexto, compreende-se que os geógrafos passaram a se dedicar ao processo de entendimento de uma nova reconfiguração socioespacial que se apresentava, ao passo que um novo modelo de sociedade era estabelecido, modelo esse que se caracterizava em duas vertentes principais: a primeira relacionada à urbanização, e a segunda expunha o uso do litoral como faixa territorial de maior relevância para esses grupos, fazendo com que essas áreas passassem a adquirir um valor que nunca obtiveram outrora (Pereira, 2014).

Assim, o cenário vivenciado por São Luís a partir de 1970, com a possibilidade de maior exploração de seu território, com ênfase para as zonas de praia, além de cumprir o desejo dos gestores públicos da época, de descentralizar a população do centro, contribuiu para inserir a capital maranhense de vez em uma lógica já vigente em outras cidades de todo o mundo, que era o uso do litoral como zona habitacional, por meio da urbanização desse ambiente.

A elite local, atraída pelas condições paisagísticas naturais que essas regiões propiciam, logo se interessou pelo ideário de deixar o centro e passar a residir nas proximidades das praias. Nesse momento, as praias já eram tidas pela população brasileira e

mundial como ambientes relacionados ao lazer e ócio, fator que juntamente com conquistas no âmbito trabalhista, como o direito a férias e folgas, contribuíram para que práticas de recreação fossem disseminadas (Dantas, 2002).

Os banhos de mar, o uso do mar como ambiente terapêutico para tratamentos medicinais e, posteriormente, o advento dos esportes em zonas de praias e outras atividades relacionadas ao sol e mar são elementos importantes para compreendermos a relevância que o marítimo passa a exercer perante a sociedade (Pereira; Dantas, 2019). De pronto os principais centros urbanos passaram por um processo de reconfiguração paisagística de seus litorais, com ênfase para o fenômeno de urbanização, que passou a caracterizar essas áreas em municípios como Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza, Natal e outros (Dantas, 2019).

Contudo, em São Luís esse fenômeno ocorre em uma velocidade desacelerada, se comparada aos casos dos municípios supracitados. Esse fato se explica em razão do ordenamento territorial que foi pensado pelo poder público, principalmente do Governo do Estado do Maranhão, por meio da aquisição de terras devolutas pertencentes à União que se localizavam nas proximidades do litoral Norte (Ferreira, 2014). Mas também em função de diretrizes já contidas no Plano de Expansão, de 1958, que estabelecia o uso de zonas habitacionais litorâneas como áreas voltadas à ocupação de famílias de alto poder aquisitivo (Marques, 2021a).

Vale elucidar que muitas dessas famílias que possuíam propriedades no litoral tinham residências de veraneio, utilizando essas, sobretudo, aos finais de semanas e feriados. Junta-se ainda a esse quadro a tardia atuação de um mercado imobiliário em São Luís atuando em sua zona litorânea, fator que contribui para o ritmo de urbanização menos acelerado do litoral ludovicense, se comparado com outros centros urbanos do país.

Embora o planejamento fosse voltado a uma ocupação da elite social na zona litorânea, Prado (2016) ressalta a presença de famílias pobres nessas imediações após a construção da ponte, aglomerações urbanas se estabelecem durante esse período. Como exemplificação, temos o bairro Ilhinha que está situado nas proximidades do litoral Norte, caracterizado por agregar pessoas de menor poder aquisitivo até os dias atuais, um símbolo de resistência ao anseio estadista.

Portanto, em um primeiro momento, a ocupação do litoral Norte foi composta por famílias de maior poderio econômico, que residiam em casas de veraneio nas proximidades das praias, e, de outro lado, parte de uma população pobre, que era a maior parcela da totalidade populacional ludovicense, residia em outros bairros que também surgiam na época. Ferreira (2014) declara que grande parte das pessoas de classes populares era advinda do

interior do estado e almejava na capital oportunidades de empregos vislumbradas desde o período de construção da ponte José Sarney, assim como em virtude da instalação em São Luís de multinacionais importantes como a Alumínio do Maranhão S/A - ALUMAR, consórcio firmado entre as empresas Billiton Metais S/A e Alcoa do Brasil S/A; a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD; e a Celulose do Maranhão S/A - CELMAR.

Além dessas, outras obras que contribuíram para a chegada de novos moradores a São Luís, estão relacionadas à construção de uma nova ponte (Bandeira Tribuzi) sobre o rio Anil, interligando o centro, mais especificamente o bairro Camboa até o bairro Jaracati (Figura 11), inaugurada em 1980. Essa nova ponte contribuiu para a exploração de outras regiões do território da capital.

Figura 11 – Ponte Bandeira Tribuzi, ao fundo o bairro Jaracati (2020)



Fonte: O Estado (2020).

Além da ponte Bandeira Tribuzi, a criação da barragem do Bacanga em 1973 é mais um aspecto contributivo para a descentralização do centro, pois possibilitou com que a região central fosse interligada por meio terrestre ao bairro Bacanga, esse fato oportunizou que principalmente as camadas sociais populares pudessem passar a residir nessa área, contribuindo para o surgimento de novos bairros posteriormente, como Anjo da Guarda, Gapara, Vila Embratel e outros.

Convém ressaltar que é nessa região que se encontra localizada a zona portuária de São Luís atualmente, onde está presente o Porto do Itaqui, possuindo sua gestão

subordinada ao Governo do Estado do Maranhão (Ferreira, 2021). Além do Itaqui, existe o terminal portuário da Ponta da Madeira, empreendimento de capital privado, pertencente à Vale, além do porto do grupo Alcoa, que também integram o complexo portuário da capital maranhense. A zona industrial do município de São Luís é mais um fator importante que está situado nessa área.

O Complexo Portuário de São Luís é uma demonstração de como o espaço urbano da capital maranhense se reorganizou em função da realização de intervenções do poder público, pois essas ações propiciaram maior exploração de outras regiões da ilha. Nesse contexto, o litoral Norte, por meio do papel desempenhado pelos bairros Ponta d'Areia, Calhau, Ponta do Farol e Olho d'Água passam a ser concebidos como áreas predominantemente voltadas à habitação de famílias de alto padrão e classe média, *status* que se estende até os dias atuais (Marques, 2021b).

A região interligada pela ponte Bandeira Tribuzi, a partir do bairro Jaracati, também passou a ser mais explorada e atualmente é composta por construções verticais, *shopping center* e importantes vias de circulação que fornecem acesso a outros bairros que compõem o espaço urbano de São Luís.

Já a área do bairro Bacanga e demais que se localizam em seu entorno tiveram crescimento populacional de camadas sociais populares, fator potencializado pela construção da barragem do Bacanga, além da instalação da zona industrial de São Luís, que se encontra nessa parte do território ludovicense. Portanto, o município que anteriormente sustinha seus habitantes, setores de comércio, indústria e de serviços, além de órgãos governamentais, todos contidos em sua zona central, passou a expandir todos esses aspectos citados para outras partes de seu território.

Outro importante contributo para o aumento populacional, bem como para o processo de expansão urbana e maior ocupação territorial da ilha foi a construção da ponte Marcelino Machado. Essa estrutura, diferentemente das demais já citadas até o momento, não interligou o centro com outras regiões da ilha, como fizeram as pontes José Sarney, Bandeira Tribuzi e a barragem do Bacanga. Entretanto, seu papel foi fundamental para o desenvolvimento ludovicense, uma vez que a ponte Marcelino Machado passou a interligar a ilha do Maranhão com o continente.

A ponte Marcelino Machado, que popularmente é reconhecida como ponte do Estreito dos Mosquitos, fazendo alusão ao estreito que divide a ilha do Maranhão com a parte continental do Brasil. Foi inaugurada em 1970. Até então, a travessia de pessoas advindas do continente em direção a São Luís era efetivada por meio de embarcações ou pela ponte

metálica Benedito Leite que pertence à Ferrovia São Luís-Teresina, que já foi construída nas primeiras décadas do século XX. Assim, a ponte Marcelino Machado passou a cumprir um papel social importante, fornecendo melhores condições para a execução do deslocamento até São Luís.

Em 2006, é inaugurada uma segunda ponte ao lado da Marcelino Machado, fornecendo dessa forma melhores condições para o fluxo de veículos que se deslocam rumo à São Luís ou no sentido continental. Essa ação foi efetivada também em razão de uma adequação ao novo contexto urbano vivenciado pela capital maranhense, que durante a primeira década do século XXI ultrapassa o número de um milhão de habitantes.

Esse fato somado às outras obras públicas que aconteciam paralelamente na ilha durante a segunda metade do século XX, bem como a chegada de empresas internacionais que geraram ofertas de emprego, convergiu para o estabelecimento de um novo panorama para o espaço urbano ludovicense. Desse modo, a região central de São Luís deixou de ser o principal espaço residencial da *urbe*, os demais usos e funções presentes no centro também foram se expandido para outras partes da ilha.

Contudo, o centro ainda continuou a se caracterizar durante as décadas de 1970 e 1980 e 1990 como área habitacional, em razão da permanência de famílias que continuaram a residir ali. Porém, alguns casarões, sobrados e palacetes que compõem a paisagem do centro de São Luís, foram abandonados, principalmente pela elite local, que passou a optar por morar em residências mais modernas, em comparação com as construções provenientes dos séculos XVIII e XIX presentes na região central da capital (Carvalho; Simões, 2012).

Posteriormente, com o advento das edificações verticais e dos condomínios residenciais fechados, a população ludovicense passa a conceber o centro como local detentor de uma configuração paisagística ultrapassada. A difusão do referido ideário contribui para que cada vez mais, a urbanização litorânea seja continuada, assim como impulsiona o surgimento de outros bairros em zonas distantes do litoral.

Além da predileção em não residir no centro, em razão do processo de expansão urbana vigente em São Luís, outro aspecto que nos ajuda a compreender a dinâmica de abandono desse espaço está relacionado à atuação do poder público, no sentido do direcionamento de políticas que contribuíssem para a preservação e manutenção de serviços e equipamentos urbanos na área. Assim, as famílias migram para outras regiões da *urbe*, onde novos bairros surgem.

Nesse momento, o processo de urbanização litorânea era expandido, propiciando a existência de bairros com melhores condições estruturais, com mais opções de serviços, além

da proximidade dessas áreas com as praias, aspecto que já possuía relevância significativa para as famílias ludovicenses. Prado (2016) destaca, nesse período, em São Luís, a predileção por residir em áreas próximas ao mar, com ênfase para o já destacado papel exercido pelo litoral Norte, que foi cada vez mais urbanizado, tendo em sua paisagem um crescente número de edifícios ao longo do século XXI, além da oferta de serviços que passa a crescer nessa localidade, uma vez que ela é transformada em um dos principais espaços de lazer e posteriormente, também de uso turístico. A Figura 12 demonstra a paisagem do litoral Norte de São Luís atualmente.

Figura 12 – Litoral Norte de São Luís (2021)



Fonte: Elaborada pelo autor (2021).

Para Leite (2008), a construção da Avenida Governador Edison Lobão, em 1993, popularmente reconhecida como Avenida Litorânea, é mais uma obra pública realizada pelo Governo do Estado Maranhão que contribuiu para dar continuidade ao já vigente processo de maior ocupação do litoral Norte da capital, em virtude dessa via cumprir até os dias atuais um importante papel no que diz respeito à mobilidade urbana da capital.

A Avenida Litorânea possibilita o acesso às principais praias ludovicenses, que estão presentes ao longo de toda sua extensão, são elas: Calhau, Caolho, Olho d'Água e São Marcos. Além disso, a via interliga, principalmente os bairros situados no litoral Norte de São Luís e serve como nova opção de tráfego para se chegar até a ponte Governador José Sarney e, conseqüentemente, ao centro.

Em razão dessa nova dinâmica de expansão urbana vivenciada por São Luís a partir da década de 1970, o centro, que até o início do século XX, era o principal núcleo urbano da ilha, passa a ter que dividir funcionalidades e centralidades com outras regiões do município.

Segundo Masullo e Lopes (2016), a predileção da elite econômica local em residir no litoral é impulsionada pela venda e/ou abandono de suas antigas residências no centro, dessa forma, instaura-se no centro um novo panorama socioeconômico, caracterizado pela diminuição da oferta de empregos e concentração de pessoas pobres residindo nos casarões coloniais.

Esse momento pode ser interpretado a partir de um prisma que possui como principal motivação o viés financeiro, pois, diferentemente das camadas sociais de maior poderio aquisitivo, os pobres não tinham condições econômicas de acompanhar o processo de expansão urbana que foi iniciado durante a década de 1970. Como já relatado, o próprio poder público pensara em expandir a ocupação territorial da ilha, porém, áreas como o litoral Norte foram planejadas para abrigar as classes sociais abastadas (Lopes, 2016).

Assim, a população pobre não foi inserida como parcela partícipe da ocupação litorânea que estava em curso na ilha. A respeito desse panorama, Ferreira (2014) aponta que o planejamento estatal dedicado a essa camada social, foi a construção de conjuntos habitacionais em áreas mais afastadas do litoral, essas posteriormente vieram a ser transformadas em bairros como Cohab, Cohatrac, Vinhais e outros, que até os dias atuais são predominantemente espaços de habitação ocupados por famílias de classes média baixa e baixa. Os primeiros residentes desses conjuntos eram famílias que não obtinham mais possibilidades de continuar a morar no centro e/ou pessoas advindas do interior do estado.

Destarte, após a migração populacional do centro rumo a outras regiões do território de São Luís, a urbanização é um fenômeno recorrente durante todo este processo de maior exploração territorial. Assim como também é marca desse período a segregação socioespacial, com o estabelecimento de zonas de habitação voltadas para classes sociais de maior poderio econômico, áreas intermediárias e espaços dedicados aos pobres (Santos, 2021).

É sobre a égide desse cenário que a capital maranhense passa a crescer, no âmbito populacional e urbano em todas as direções de seu território, caracterizando São Luís a partir das décadas seguintes como um município predominantemente urbano. Esse panorama reflete também uma lógica vivenciada em nível nacional, onde o Brasil, durante a segunda metade do século XX, passa a ter um crescimento urbano exponencial (Santos, 2005), transformando o país que anteriormente era caracterizado como rural, agora em urbano, em

razão, principalmente do crescimento de suas grandes metrópoles e centros urbanos.

Em relação à ilha, destaca-se também a maior ocupação populacional dos outros três municípios que, juntamente com São Luís, estão localizados na formação insular. São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa passam a ser incorporados ao processo de urbanização e crescimento populacional vivenciado pela capital, sendo constituída dessa forma a região geográfica denominada de Grande Ilha.

No relativo ao centro de São Luís, essa tendência de urbanização foi importante para redefinir as suas dinâmicas, embora ele não tenha sido, nesse momento, inserido nesse processo. Essa não inserção diz respeito ao fato de o centro não ter sofrido transformações no âmbito paisagístico, como ocorrera no litoral Norte da capital, que teve sua paisagem alterada em função de um anseio de urbanização.

Portanto, apesar da expansão territorial, crescimento populacional e da urbanização, o centro de São Luís continuou a preservar sua paisagem (Figura 13), ou seja, preservou o seu conjunto arquitetônico que data dos séculos XVIII e XIX. A salvaguarda dessas construções foi possível somente em virtude da estagnação econômica pela qual o município passou após a decadência de seu complexo fabril (Ferreira, 2014; Lopes, 2016).

Figura 13 – Casarões históricos no Centro de São Luís



Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

Junta-se a isso o fato de que, já durante a segunda metade do século XX,

momento em que o Maranhão passou a receber investimentos provenientes do Governo Federal, que resultaram na realização de obras de infraestrutura como pontes e avenidas, o centro não era o foco dessas ações, o intuito do poder público local era dar início ao processo de maior exploração do território da capital, uma vez que sua região central se encontrava saturada, concentrando uma grande demanda populacional que já não poderia ser atendida apenas com aquela infraestrutura. Destarte, a expansão urbana rumo ao litoral Norte, construção de conjuntos habitacionais, pontes e barragem do Bacanga foram saídas encontradas para solucionar a referida problemática.

Dessa forma o espaço urbano de São Luís é ampliado ao longo do tempo, evidenciando, assim, uma relevância que o urbano passa a exercer nesse município. Juntamente com esse fenômeno, percebe-se também um novo papel adquirido pelo centro da capital maranhense, que se configura pelo seu esquecimento em detrimento da predileção por parte das pessoas, serviços e outras dinâmicas que são direcionadas a outras partes do território ludovicense em virtude da urbanização.

Embora esquecido, com ênfase para o aspecto habitacional, o centro continua obtendo relevância, sobretudo no âmbito administrativo, uma vez que o Governo do Estado do Maranhão, Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, Tribunal de Justiça, Capitania dos Portos do Maranhão e outros órgãos continuam a manter suas respectivas sedes no centro.

O comércio é outro elemento que também permanece no centro, apesar das novas dinâmicas que surgem voltadas ao litoral. No que concerne ao referido setor, o desenvolvimento das práticas de lazer nas praias, possibilitou o surgimento de um novo setor comercial que faz uso desse ambiente; é comum encontrar vendedores ambulantes nas praias ofertando os mais variados tipos de produtos para os visitantes.

Assim, o comércio no centro resiste, mas obteve uma importante concorrência, que seria ainda ampliada nas décadas posteriores, com ênfase para o papel desempenhado pelos *shoppings centers*.

Com o crescimento do setor de serviços, também se estabeleceu nas praias, proveniente, sobretudo, do crescimento da atividade turística em São Luís, bares, hotéis e restaurantes. Nos bairros, esse segmento também é presente, ampliando dessa forma a oferta da rede comercial e, conseqüentemente, da concorrência.

Esse panorama nos propicia um entendimento de que, diferentemente de outras épocas, em que o centro concentrava todos os serviços de São Luís, a expansão urbana da capital alterou essa realidade, possibilitando que a população tenha acesso aos mais variados tipos de espaços, serviços e produtos que agora se fazem presentes em outras partes do

território da ilha, entre essas, destacamos o litoral Norte, como abordaremos a seguir.

3.2 A valorização das zonas de praias e as implicações para a região central de São Luís

Como já exposto nos capítulos antecessores, o objetivo de empreender uma análise sobre o centro de São Luís, condiciona obrigatoriamente o pesquisador, em nossa concepção, a expandir seu leque de abordagem e integrar a este exercício outras nuances que possuem relação e nos ajudam a melhor interpretar o cenário atual. Nesse contexto, aspectos históricos se mostram de grande valia, mesmo que estes não estejam situados espacialmente na região central da capital maranhense. Dessa forma, fatores como a expansão urbana, impulsionada durante a década de 1970, nos fornecem subsídios para melhor entender como o centro, assim como as demais áreas da ilha, reorganizaram-se nesse período.

A respeito das implicações da expansão urbana, apontamos o caso do litoral de São Luís, que passou a incorporar uma nova tônica. Anteriormente caracterizado por abrigar famílias de pescadores, que exerciam um modo de vida baseado no extrativismo, tendo a pesca artesanal como principal atividade desenvolvida, a zona costeira da ilha passa a abrigar também outros grupos sociais e a adquirir valorização, fator que resultou em uma alternância na realidade dessa área, que passou a ser caracterizada pela ocupação de famílias de pescadores residindo em suas imediações e de outros grupos que haviam deixado o centro em busca de residir em zonas mais próximas ao mar.

Convém elucidarmos que o habitar nas proximidades ao mar, de certo modo, já era um fenômeno vivenciado pelos grupos sociais que residiam no centro, uma vez que, nas suas imediações, está localizada uma zona estuarina, onde os rios Anil e Bacanga desembocam e se encontram com o mar. No entanto, o rio Anil, até o século XX, ainda tinha cursos d'água de grande relevância, fazendo com que a referida zona fosse influenciada por suas águas.

Esse fenômeno, de certo modo, pode ser interpretado por meio de um exercício análogo ao caso fortalezense, no qual, Dantas (2020) argumenta que a capital cearense durante um determinado período (final do século XIX) virou as costas para o mar, tendo em municípios interioranos a dinamização de sua economia, por meio do desenvolvimento das principais atividades comerciais do estado, como por exemplo, as charqueadas e a pecuária.

Desse modo, a sociedade fortalezense, assim como todo o estado do Ceará, somente passa a conceber o mar como um elemento importante quando as dinâmicas urbanas e comerciais são direcionadas para o litoral. Nesse contexto, poderíamos apreender que o

mesmo ocorreu com São Luís, a partir de sua expansão urbana, potencializada por meio da execução de obras de infraestrutura (pontes e avenidas), que convergem para o estabelecimento de uma nova relação dos ludovicenses com o mar, que até então, não a tinham.

Embora essa realidade seja até certo ponto verdade, no caso de São Luís, diferentemente do que ocorreu em Fortaleza, as relações com o mar não ficaram estagnadas ou inexistentes ao longo de sua história, em virtude de atividades econômicas de maior relevância vigentes no interior do estado. O que ocorre com a capital maranhense, a partir, principalmente, de sua descentralização populacional e expansão urbana, está relacionado a um processo de maior ocupação territorial da ilha, onde a incorporação de uma determinada parte de seu litoral, a uma dinâmica que já era existente em seu centro, resultou em transformações socioespaciais que nos explicam a valorização da zona de praias em detrimento do centro.

O residir no centro, que até meados do século XX, era o principal núcleo populacional da ilha, já era um ato de morar nas proximidades do mar, uma vez que essa região está situada na baía de São Marcos, de modo mais preciso, nas imediações de um estuário onde desembocam os rios Anil e Bacanga. A atividade portuária é outro aspecto que explica essa realidade, a presença do porto ludovicense na cercania de residências do centro demonstra a intimista relação que essa *urbe* possui para com o fenômeno marítimo.

No que concerne à função portuária de São Luís, destaca-se que a cidade se desenvolveu com base na finalidade comercial, pois era por meio do mar que eram enviados e trazidos importantes produtos que eram utilizados pela população da ilha, tendo início esse processo desde a chegada dos franceses em território ludovicense. Mesmo anteriormente, os grupos indígenas que já ocupavam Upaon-Açu, faziam uso de jangadas e pescavam nas praias mais próximas da região onde atualmente se encontra o centro de São Luís (Martins, 2012).

Destarte, o que se encontra em curso a partir da década de 1970, em São Luís, é uma tendência local por uma urbanização, que se justifica em razão da já existência em âmbitos regional e nacional de dinâmicas referentes ao urbanismo. Assim, não ocorre em solo ludovicense movimento metafórico igualmente ao caso fortalezense apontado por Dantas (2020), no qual a cidade, após um período de “costas para o mar”, decide inserir esse elemento em suas atividades cotidianas.

Em um primeiro momento, final do século XIX e durante o início do século XX, o mar é vislumbrado como ambiência relacionada aos fins medicinais, o seu uso para tratamentos terapêuticos é identificado em praias do nordeste brasileiro, havia um ideário por

parte dos grupos sociais de que as zonas de praias pudessem fornecer melhores condições para pessoas que possuíam doenças respiratórias. Além disso, os banhos de mar também são introduzidos ao cotidiano, fazendo com que posteriormente outros usos fossem incorporados a esses espaços, como o crescimento dos esportes náuticos (Dantas, 2019). Essas práticas colaboram para, ao longo dos anos seguintes, as praias serem caracterizadas como locais de importante apelo popular.

Cabe ressaltarmos que o residir nas proximidades das praias é um fenômeno que já ocorre nessa época, porém, de um modo incipiente, sendo caracterizado por comunidades tradicionais (pescadores e ribeirinhos). Somente em décadas seguintes as praias são concebidas como áreas de grande valia para as classes abastadas, fator que resulta na instauração de uma nova dinâmica de uso e ocupação nas zonas de praias.

São Luís segue a referida tônica, porém, tendo somente a partir da segunda metade do século XX a incorporação dessa prática já vivenciada por outras cidades litorâneas nordestinas, que é a valorização das zonas de praias. No caso ludovicense, trata-se de uma determinada parte do seu litoral, de forma mais precisa, o litoral Norte. Assim, apreende-se que o fato novo, relacionado a São Luís, não é o morar no litoral, aspecto que, de certo modo, é habitual aos grupos que residem em uma formação insular. O que está posto como novo, é a predileção por parte da elite local em residir nas zonas de praias, fator que agrega valor a estes espaços, altera suas dinâmicas de uso e transforma a configuração paisagística desses locais, que passam a obter cada vez mais, a predominância de equipamentos urbanos. Nesse contexto, observa-se a predileção do litoral em detrimento do centro como principal núcleo habitacional das classes abastadas ludovicenses.

O referido cenário exprime uma realidade habitual de cidades litorâneas, que são as suas distintas relações com o mar ao longo do tempo. No referente à região Nordeste, podemos apontar a diversidade de formações litorâneas, aspecto que atribui particularidades para os processos de formação e desenvolvimento dessas *urbes*, mas que também reflete semelhanças.

No caso soteropolitano, a presença de Salvador na Baía de Todos os Santos, a maior do Brasil, atribui a esta cidade obrigatoriamente uma relação com o mar, que se estende desde os primórdios do desenvolvimento da vida nessa região, por meio de grupos indígenas, e mais tarde a partir da chegada dos colonizadores portugueses em solo brasileiro (Vasconcelos, 2016).

A chegada ou saída de Salvador era efetivada por meio do mar, esse fato carrega consigo aspectos que explicam a importância que o mar exerceu para essa cidade. Do mesmo

modo, os grupos indígenas que já habitavam esse território anteriormente à ocupação europeia, praticavam um modelo de vida que fazia uso do mar para aquisição de alimentos como peixes. Portanto, o desenvolvimento da vida nessa localidade possui relação direta com o mar, de forma mais minuciosa, com a Baía de Todos os Santos, que banha, abastece, abriga o porto e serve como rota de deslocamento (Santos, 2012).

Na atualidade, Salvador se notabiliza por ser um dos principais destinos turísticos nacionais e possui destaque também em âmbito internacional. O uso de sua ambiência marítima, a partir dos usos relacionados à Baía de Todos os Santos, com ênfase para seu conjunto de praias, é caracterizado pelas atividades turísticas e de lazer.

O caráter habitacional também se faz presente nesse espaço, abrigando uma elite econômica local, que segue a tendência de residir nessas zonas de praias, que, por meio de uma série de investimentos, ofertam condições estruturais, serviços e outros equipamentos urbanos que não são identificados em outros bairros. Esse quadro somado às possibilidades de lazer que o litoral proporciona estabelece esse espaço como diferenciado, fator que agrega valor ao solo urbano nessa região (Vasconcelos, 2016), e chama a atenção de potenciais consumidores (moradores) e de investidores (empresas do ramo imobiliário).

Do mesmo modo, o litoral se mostra elemento importante para a cidade de Recife, realidade que pode ser observada por meio da nomenclatura desse município, que, em virtude de obter um conjunto de recifes em sua faixa litorânea, recebeu a referida denominação (Barreto *et al.*, 2009).

O processo de formação e desenvolvimento urbano da metrópole pernambucana se deu, igualmente a São Luís e Salvador, a partir de uma intrínseca relação com sua zona litorânea, seja por meio do contato com rios, como o Capibaribe, das praias ou de sua extensa área de manguezais.

Em Recife, o surgimento e o desenvolvimento da cidade se deram de maneira primordial, a partir da execução de atividades que detinham a sua zona costeira como agente essencial para os grupos sociais. A atividade portuária, a pesca e cata de crustáceos são marcas de uma cultura íntima ao mar, realidade que se estende até a contemporaneidade.

Para Alves (2016), esse panorama pode ser observado em expressões culturais locais, como por exemplo, o *manguebeat*, expressão artística musical que faz alusão a características recifenses, como, por exemplo, os manguezais que se fazem presentes na paisagem urbana.

Em caráter similar ao de São Luís, o espaço urbano de Recife, apesar de já possuir relação com o mar desde os primórdios de sua formação, somente incorpora o

fenômeno de habitar nas zonas de praias, com maior amplitude, durante a segunda metade do século XX, aspecto que está relacionado a uma alternância de ocupação territorial por parte de determinadas classes sociais, que deixam a região central e se direcionam para outras partes do território da capital (Silva, 2016).

Ainda de acordo com Silva (2016), o estabelecimento do supracitado cenário resulta em maior ocupação territorial, com ênfase para o quadro vivenciado pelas zonas de praias, como, por exemplo, a de Boa Viagem e a do Pina. Uma série de investimentos é direcionada para essas áreas, culminando em uma maior oferta de serviços e equipamentos urbanos que potencializam o crescimento populacional desses lugares, sobretudo, por parte de famílias de maior poderio econômico, aspecto que ao longo do tempo caracteriza essas localidades como ambiências de alto padrão no espaço urbano de Recife.

Essa realidade identificada nas zonas litorâneas das principais capitais nordestinas exprime uma tendência de parte dos seus grupos sociais ao longo dos processos de expansão urbana delas, que é o residir nas proximidades do mar, de modo mais específico, nas zonas de praias. Esse cenário converge para a consolidação de um novo arranjo espacial desses lugares, no qual suas regiões centrais passam a perder importância, em razão do surgimento de outras dinâmicas relacionadas à expansão de setores como o comércio, habitação, turismo e a indústria em outras partes de seus territórios.

A referida situação, no concernente a São Luís resulta em duas principais implicações, em nosso entendimento, a primeira está relacionada a uma reconfiguração territorial, em virtude da expansão urbana. Tal fato gera consequências, principalmente para sua região central, que deixa de ser o mais importante núcleo populacional, habitacional e comercial da cidade.

A segunda é alusiva à emergência de um quadro referente à valorização das zonas de praias da ilha, no qual grupos sociais passam a conceber essa região como principal localidade para residir e para execução de práticas recreativas. Em razão dessa lógica, o litoral se torna, além de local de moradia, também espaço de lazer. Para Pereira (2014), é sobre a égide desse cenário que emerge com maior intensidade em cidades litorâneas nordestinas a vilegiatura, juntamente com o advento das segundas residências.

Essa realidade também é vivenciada por São Luís, por meio do papel exercido por famílias abastadas que constroem residências nas proximidades das praias localizadas ao longo de todo o litoral Norte e usufruem dessas durante momentos de folgas, finais de semanas e férias. Desse modo, está posta a incorporação da zona litorânea ludovicense como espaço de lazer. O uso das praias como ambiências relacionadas ao lazer exprime mais uma

faceta proveniente da valorização, por parte dos grupos sociais, do litoral.

Nesse horizonte, acrescenta-se que a valorização adquirida pelas zonas de praias a partir da referida perspectiva, aspecto novo até então, passa a caracterizar as cidades litorâneas. Dantas (2020) chama a atenção para o fato de não confundirmos esse panorama com as relações com o mar já pré-existentes, desde os primórdios do desenvolvimento das *urbes*. A novidade está condicionada somente à incorporação das zonas de praias como espaços propícios ao desenvolvimento de práticas recreativas, de turismo e referente ao uso residencial dessas por classes sociais abastadas.

De acordo com Arrais (2013), a inserção do litoral como área propicia a práticas de lazer explica o *boom* das segundas residências nas zonas de praias. No caso de Fortaleza, o autor declara que a expansão desse cenário engloba municípios que compõem a Região Metropolitana da capital cearense.

Nesse contexto, investimentos de capital privado, personificados, sobretudo, no papel exercido por empresas do ramo imobiliário, também passam a fazer uso do processo de valorização do litoral, construindo edificações que oportunizam a moradia e/ou estadias temporárias nas proximidades de praias.

Destarte, é instaurada uma dinâmica de uso e ocupação em cidades litorâneas que se mostra rentável para grupos hegemônicos que, por meio de investimentos, colaboram para a urbanização de suas zonas de praias, contribuindo para impulsionar outras atividades nessas áreas, entre essas, o turismo passa a exercer papel destacável.

No referente a Fortaleza, Arrais (2013) declara que o uso turístico de seu litoral implica em desdobramentos para famílias tradicionais que já residiam nesses espaços; pescadores passam a ser incorporados em outras atividades comerciais que estão interligadas com a atividade turística que se desenvolve nas praias.

No que diz respeito à realidade vivenciada por Salvador, Vasconcelos (2016) aponta o crescimento da informalidade. O comércio ambulante é cada vez mais presente nas zonas de praia, uma vez que essas ambiências se consolidam como principais atrativos do litoral brasileiro. Silva (2016) destaca o mesmo cenário identificado no litoral de Recife, que se caracteriza pela urbanização, surgimento de prédios de alto padrão e atuação de rede comercial que visa a atender a demanda turística que se instaura na cidade.

Em São Luís, embora esse quadro se faça presente, a sua ocorrência se deu de forma tardia, em comparação com o cenário vivenciado por Fortaleza, Salvador e Recife. Desse modo, a verticalização, aspecto característico das principais praias das referidas capitais, no caso ludovicense, ainda é, de certo modo, fenômeno recente.

A construção de edifícios à beira mar é acelerada durante o século XXI. Assim, ainda pode ser identificada ao longo das principais praias de São Luís a presença de áreas de dunas e vegetação nativa. A Figura 14 demonstra a configuração paisagística da praia do Calhau, uma das mais populares da capital maranhense.

Figura 14 – Presença de dunas na praia do Calhau



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Essa realidade está condicionada ao aspecto ambiental, uma vez que as impossibilidades de se construir edifícios em áreas de dunas preservaram essa paisagem até o momento. Porém, esse quadro pode ser alterado em razão da aprovação da proposta de atualização do Plano Diretor do Município de São Luís, em 2023, que, conforme aponta Santos (2022), está condicionado a atender aos interesses de uma classe empresarial e, nesse contexto, possui destaque o mercado imobiliário, que já atua no litoral ludovicense e deseja ampliar sua escala de atuação.

Marques (2021b) argumenta que a verticalização em São Luís, está concentrada, majoritariamente, nas imediações da praia Ponta d'Areia, em virtude do bairro que possui a mesma denominação que a referida praia, ter sido anteriormente, durante o processo de expansão urbana da capital, um dos primeiros a ser concebido pelos planejadores da *urbe* na época como zona de habitação voltada a atender famílias de alto poderio econômico.

Assim, a partir da segunda metade do século XX, momento de crescimento

populacional e expansão urbana da capital e tendo continuidade durante o século XXI, numerosos prédios surgem no litoral Norte da ilha.

Esse quadro é proveniente de um planejamento urbano que concebe o solo como mercadoria e, no caso das zonas de praias, trata-se de uma mercadoria de grande valia. Como implicações da valorização desse patrimônio ambiental que é a zona costeira, além da alternância paisagística, aspecto inerente, sobretudo, ao avanço da urbanização nas faixas litorâneas, o preço do solo urbano nessa região da cidade passa a ser diferenciado, tendo elevado crescimento (Santos; Vieira, 2016). Assim, as zonas de praias são urbanizadas e transformadas em destinos turísticos e zonas habitacionais de alto padrão.

Como implicações dessa mercantilização do litoral, Moraes (2007) aponta em seu livro “Contribuição para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro”, os resultados provenientes da urbanização na faixa litorânea das cidades brasileiras, entre os quais, o autor salienta a deficitária infraestrutura dessas, realidade que converge para a emergência de muitos problemas sociais que afetam a zona costeira, assim como a sociedade em geral.

Conforme demonstra Moraes (2007), o planejamento urbano é um instrumento de suma relevância para a gestão da zona costeira, porém, em grande parte das cidades brasileiras que se localizam nessas áreas, o autor expõe a existência de uma realidade semelhante, que diz respeito a problemáticas na oferta de serviços, entre os quais ele aponta o saneamento básico, mobilidade urbana, coleta de resíduos sólidos e outros. O acúmulo dessas adversidades colabora para a degradação das áreas de costa.

Ainda de acordo com Moraes (2007), objetivando a execução de uma melhor gestão a respeito da zona costeira brasileira, ocorre um processo de descentralização na condução de políticas públicas a serem efetivadas nessas áreas, que, até então, eram provenientes do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO).

O referido panorama é alterado a partir de iniciativa do Governo Federal, que delega aos estados e municípios a possibilidade de conduzirem a gestão de seus litorais. Porém, o que se percebe é o avanço da urbanização, assim como a presença de distintas atividades como a pesca artesanal, que tenta resistir a esse quadro, e o turismo, que se beneficia da urbanização litorânea.

Essas distintas atividades demonstram dois cenários, no caso da pesca artesanal, a permanência de uma atividade ligada às zonas de praias que se faz presente desde os primórdios da ocupação social nessas áreas. E, de outro lado, o turismo, atividade em comparação com a primeira citada, recente, mas que configura o litoral como um ambiente

relacionado ao lazer.

Em São Luís, o cenário destacado se mostra perceptível, uma vez que as principais praias da capital são transformadas em espaços de lazer e moradia para uma elite local e se estabelecem como destinos turísticos. Em contrapartida, as praias mais afastadas, situadas em municípios que integram a Região Metropolitana de São Luís, notabilizam-se por preservarem um caráter tradicional, em que a pesca artesanal ainda é uma das principais práticas desenvolvidas.

É sobre essa conjuntura que se instaura o fenômeno de valorização e valoração da zona costeira brasileira (Moraes, 2007). A primeira está relacionada à consolidação da tendência de residir em áreas próximas ao litoral, fator que, juntamente com a urbanização, dota esses espaços de serviços e estruturas que contribuem para o estabelecimento por parte dos grupos sociais de um ideário no qual o morar na praia é vislumbrado como sinônimo de morar bem.

Já a valoração é relacionada à atuação do setor privado, com ênfase no mercado imobiliário, que faz proveito da valorização do litoral por parte dos grupos sociais e passa a utilizar o solo urbano nessas áreas como mercadoria de grande valia, implicando na conformação territorial das cidades com base em um modelo que potencializa as desigualdades socioespaciais. Convém elucidar também a participação do poder público, que, a partir de subsídios relacionados ao planejamento urbano, possui parcela importante nesse cenário de transformação do litoral em mercadoria (Moraes, 2007).

Segundo Marques (2021a), a valorização e a valoração são aspectos identificados no litoral ludovicense, em razão da opção por parte de grupos abastados em residir nas zonas de praia. Com o surgimento dessa demanda, cada vez mais o mercado imobiliário se organizou para melhor atender o referido anseio; nesse bojo, destacam-se empresas como a Mota Machado, Franere, Cyrela e outras. Isso implica dizer que essa organização está relacionada à construção de mais edifícios de alto padrão que passam a integrar a paisagem da costa Norte da capital.

Vitte (2003) declara que o uso da zona costeira brasileira é inerente ao processo de formação do país, desde os primórdios do desenvolvimento da vida indígena, chegando ao período de colonização europeia e, posteriormente com o surgimento de importantes metrópoles e outros centros urbanos, o litoral sempre possuiu relevância. Apesar desse panorama referente aos usos sociais, o caráter ambiental por si só já condiciona a zona costeira nacional como área vultosa.

Ainda de acordo com Vitte (2003), a presença de áreas como manguezais, dunas,

restingas, recifes de corais, a Mata Atlântica e outros elementos confere à zona costeira brasileira um valor do ponto de vista ambiental que é imensurável. Ao passo que contém essa biodiversidade, a costa do Brasil, como já relatado, transformou-se no principal núcleo populacional do país, sendo caracterizada pela presença de importantes cidades, e, somado ao processo de valorização e valoração desse ambiente, uma série de problemáticas são identificadas nessa situação. Vitte (2003, p. 62) afirma que:

[...] os municípios litorâneos apresentam graves problemas à infra-estrutura básica, a questão sanitária, a violência, a exclusão social e os diversos problemas de moradias. Devido ao preço da terra, a população excluída, assim como a classe trabalhadora, tem que se sujeitar a morar nas encostas das escarpas, construir palafitas em manguezais ou desembocaduras deltaicas, fato que agrava ainda mais as condições de qualidade de vida e de qualidade ambiental, refletindo o padrão de exclusão social no Brasil.

Costa (2012) atribui esse cenário desigual ao modelo de produção do espaço praticado no litoral, que privilegia o uso desse solo por parte de famílias de alta renda, que se estabelecem na zona costeira e constituem um novo espaço de moradia na cidade. O autor chama a atenção para, além da valorização litorânea, o valor de troca que passa a adquirir o litoral em função de ser transformado em uma área privilegiada.

Nesse contexto, recorremos aos subsídios propostos por Lefebvre (1991) a respeito de sua concepção de produção do espaço, que o concebe não apenas como produto, mas também como produtor de relações. No caso de São Luís, expressasse a referida lógica a partir do uso que as zonas de praia passam a adquirir como produtos de um processo de urbanização, assim como por meio das relações que são criadas, o residir no litoral é uma exemplificação. Como resultante de todo esse quadro, o espaço urbano da capital maranhense se apresenta como fragmentado, dividido em zonas habitacionais (litoral Norte) que abrigam famílias detentoras de capital, e demais regiões (interior da ilha, centro e imediações) voltadas a atender classes sociais populares.

A concepção do litoral como melhor zona de habitação, está atrelada, sobretudo, à presença de praias e às possibilidades de utilização desses ambientes por parte dos grupos sociais com ênfase para o advento das práticas recreativas. Essa característica apresenta também uma relação dual referente ao desenvolvimento de atividades socioeconômicas e o meio natural, nesse caso, por meio dos usos da zona costeira.

É por essa simbiose que se estabelece a atividade turística no litoral, em um primeiro momento, por meio dos países europeus, entre os quais, Claval (1996) aponta o caso francês, em que as zonas de praias passam a ser vislumbradas como espaços importantes do

ponto de vista econômico, nesse sentido, o turismo é alavancado em cidades litorâneas da França, que observa uma reconfiguração dos usos e dinâmicas de seu litoral.

O referido fenômeno chega até os países dos trópicos, como bem destaca Dantas (2019). No caso brasileiro, o turismo se apresenta como uma das principais atividades econômicas para muitos municípios que se localizam na zona costeira, sendo em alguns desses, o principal vetor econômico. O autor complementa ressaltando que esse momento é potencializado por meio da execução de ações advindas do poder público, como a criação do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR).

Conforme apresenta Dantas (2019), o PRODETUR obteve três etapas, sendo a iniciante concentrada no Nordeste, a partir da década de 1990, prevendo um total de 900 milhões de reais a serem investidos nos estados nordestinos. O intuito era desenvolver a atividade turística na região, propiciando melhores condições socioeconômicas para os municípios que integrariam o programa.

Salienta-se que os municípios partícipes do PRODETUR majoritariamente estavam localizados no litoral nordestino, tendo as capitais nordestinas maior alocação de recursos provenientes da supracitada política. Entre as ações efetivadas durante a execução do programa, Paiva (2010, p. 204) declara que

na fase I foram privilegiadas: a infraestrutura de saneamento básico (água e esgoto) e de suporte ao turismo - instalação ou ampliação de aeroportos, urbanização de áreas turísticas, centro de convenções, recuperação do patrimônio histórico, bem como um aquecimento da economia das localidades turísticas.

É dessa forma que o turismo passa a iniciar seu processo de consolidação na zona costeira nordestina.

Ainda em 1999 são iniciadas estratégias para dar continuidade ao PRODETUR, que, até aquele momento, foi avaliado como satisfatório. Assim, é constituído o PRODETUR II, que, em comparação ao antecessor, difere-se na incorporação de estados de outras regiões, fazendo com que as benesses já evidenciadas no Nordeste possam ser difundidas em outras regiões que possuem eventuais vocações a serem exploradas pela atividade turística (Paiva, 2010).

Dantas (2019) declara que os investimentos realizados, para além dos recursos públicos injetados, foram alocados por meio do Banco do Nordeste e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O Programa também obteve apoio financeiro de capital internacional, tendo aporte do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Com a execução de benfeitorias

relacionadas ao desenvolvimento da atividade turística, outras empresas privadas também passaram a realizar investimentos em municípios partícipes do programa, tendo como resultados o surgimento de redes hoteleiras, *resorts* e outros serviços nessas cidades. Em 2008, é lançado o PRODETUR Nacional, que objetiva aplicar ações relacionadas ao desenvolvimento do turismo de modo ainda mais amplo (Paiva, 2010).

Esse cenário pode ser interpretado a partir da organização, por parte do Brasil, de grandes eventos esportivos (Copa do Mundo 2014 e Jogos Olímpicos 2016), fator que oportunizaria, no entendimento do Governo Federal, a tentativa de alavancar a atividade turística em todo o país. Embora São Luís não tenha sido sede da Copa do Mundo de 2014, de modo geral, durante as duas etapas antecessoras do PRODETUR, Dantas (2019) aponta que a capital foi o principal município maranhense receptor de investimentos advindos do programa, realidade que convergiu para a construção e execução de melhorias em sua infraestrutura, tais como malha viária, urbanização, reforma de aeroporto e outros equipamentos.

Entretanto, Costa (2017) ressalta que no âmbito estrutural, São Luís, assim como os demais municípios maranhenses, não obteve resultados igualmente ao quadro vigente em outros estados nordestinos, com ênfase para os casos da Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Apesar da citada realidade, o déficit referente à infraestrutura não impossibilitou que a atividade turística fosse alavancada em outras cidades além de São Luís, no Maranhão. Nesse contexto, Costa (2017) declara que os municípios situados no litoral obtiveram maior desempenho, entre esses, Barreirinhas é o de maior notoriedade, em razão de ofertar melhores condições de serviços entre os que se localizam próximos aos Lençóis Maranhenses. Na região sul do estado, também exerce um importante papel o município de Carolina, em função da Chapada das Mesas.

Ainda no tocante a São Luís, compreende-se que o PRODETUR foi instrumento importante para a difusão da atividade turística na capital. Nesse sentido, destaca-se a construção na década de 1990 da Avenida Litorânea, que se estende por grande parte do litoral Norte, local onde está situada a principal zona de praias da capital maranhense. Embora a construção da via tenha sido realizada pelo Governo do Estado, o seu surgimento contribuiu para a urbanização do litoral, fixação de moradias e desenvolvimento da atividade turística voltada às praias.

Em razão desse panorama, Masullo (2016) declara que, em função do processo de urbanização das zonas de praias ludovicenses, emergem numerosos problemas de cunho ambiental referente ao litoral. Assim, a perda de vegetação, remoção de áreas de dunas,

processos erosivos e supressão de manguezais passam a caracterizar as imediações das principais praias de São Luís.

Ferreira (2014) ressalta a perda de áreas de manguezais para além dos limites territoriais do município de São Luís, enfatizando que essa prática foi expandida também para outros municípios que estão situados na ilha. Assim, o autor destaca que, no intervalo de 1991 até 2008, a zona costeira da ilha perdeu mais de 30% desse tipo de vegetação, tendo somente em São Luís o equivalente a 25% desse quantitativo.

Convém enfatizar a preponderância do litoral Norte de São Luís como principal área a ser explorada por esse processo de degradação ambiental. Fato que se justifica em função do crescimento do uso habitacional nessa localidade, juntamente com a inserção de práticas recreativas e da potencialização da atividade turística voltada às zonas de praias. Esse conjunto de ações convergiu para a urbanização dessa parte do litoral ludovicense, reconfigurando a sua paisagem, que passa a ser majoritariamente urbana.

Nesse contexto, Silva e Farias Filho (2019) afirmam que, até 1984, o litoral Norte de São Luís possuía apenas 29,27% da totalidade de sua área urbanizada. Já em 2010, os autores apontam um cenário referente a 56,26% de urbanização. Ou seja, a partir do final do século XX e já durante a primeira década do século XXI, o litoral Norte perde importante área de vegetação em razão do avanço do processo de urbanização.

Essa alteração evidencia uma tendência pelo urbano em São Luís, que se direciona ao seu litoral Norte e altera a dinâmica de uso dessa zona da ilha. Entretanto, convém ressaltarmos que, nesse momento, o urbano já passa a caracterizar o território da capital de modo geral, uma vez que o município passa a obter mais áreas urbanas, no comparativo com as rurais.

Para além da urbanização litorânea, Ferreira (2014) aponta o fenômeno urbano vivenciado por toda São Luís como resultado de uma realidade proveniente de investimentos públicos do Estado, por meio de órgãos como o Banco Nacional de Habitação (BNH), que, no referente à capital maranhense, contribuiu para a ocupação por parte de grupos de menor poderio aquisitivo, e que, portanto, não possuíam condições financeiras de residir nas zonas de praias, e para que pudessem passar a residir em bairros localizados, sobretudo, em regiões interioranas da ilha. Essas ações do BNH foram concentradas, sobretudo, na segunda metade do século XX e contribuíram para o surgimento de um conjunto de novos bairros ocupados por famílias de classes populares de São Luís.

Ainda de acordo com Ferreira (2014), o BNH atuou como importante vetor do setor habitacional nacional até as últimas décadas do século XX. Já no século XXI, destaca-se

como principal política inerente ao bojo habitacional, o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), que passa a contribuir por meio da construção de moradias voltadas para famílias pobres.

O referido momento é gerido durante os governos petistas de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), e contribui para combater o déficit habitacional que o Brasil tinha. Porém, demonstra também interessante ampliação da atuação do mercado imobiliário, que passa a incorporar além das zonas habitacionais de alto padrão (faixas de praias), também áreas populares, em razão dos investimentos executados pelo Governo Federal, por meio de financiamentos pela Caixa Econômica Federal, que possibilitaram a construção de casas do MCMV.

Desse modo, a escala espacial de atuação desses agentes é ampliada, resultando em uma conjuntura na qual o solo urbano, de modo geral, passa a ser concebido como mera mercadoria. O que difere as áreas presentes na mesma cidade são seus valores de uso e troca, ou seja, a precificação (Lima, 2015). No caso de São Luís, observa-se a predominância do litoral Norte, ambiência que detém os terrenos mais valiosos da capital, realidade explicada em seu processo de valorização social, atrelado à sua composição paisagística, que resguarda as principais praias da *urbe*.

Para além do âmbito habitacional relacionado às zonas de praias, a valorização desses ambientes propiciou a consolidação de práticas recreativas e da atividade turística nessas áreas. Desse modo, Dantas (2002) aponta o surgimento de uma alternância referente a concepção predominante referente ao Nordeste brasileiro, até então condicionada à pobreza e outros problemas sociais, que é, de certo modo, alterada por um ideário intrínseco à atividade turística. O autor ressalta que capitais como Fortaleza, Salvador, Recife e Natal se destacam nessa vertente, se consolidando como importantes destinos turísticos.

Complementando, Dantas (2002) aponta alguns aspectos que contribuíram para a construção de uma imagem turística de Fortaleza. O autor pondera ações advindas do poder público, passando pelos investimentos do PRODETUR, estratégias de *marketing* que divulgam as zonas de praias como atrativos turísticos e urbanização do litoral. Paralelamente a esse cenário, a iniciativa privada também colabora para a consolidação da imagem turística da metrópole cearense, por meio de investimentos do setor imobiliário e de prestação de serviços especializados voltados ao turismo.

Em Salvador, ocorre o mesmo quadro identificado por Dantas (2002) em Fortaleza, em que o litoral da capital baiana passa a ser concebido, principalmente, ao longo da última década do século XX, como espaço propício ao turismo. Essa concepção é

relacionada igualmente ao caso fortalezense, ao direcionamento de políticas públicas para essa área, que propiciam melhores condições estruturais às zonas de praias e, conseqüentemente, ao desenvolvimento da atividade turística. Atuam também nesse bojo investidores de capital privado locais e estrangeiros (Silva; Silva; Carvalho, 2009).

Já em Recife, Alves (2013) destaca a exploração por parte da atividade turística do seu litoral, realidade que se estende até sua Região Metropolitana. Esse panorama reconfigura as dinâmicas de uso das principais praias pernambucanas.

No entanto, a autora ressalta que, para além da difusão do turismo vinculado à vertente sol e mar, nos casos de Recife e Salvador, outras nuances são exploradas, diferentemente de Fortaleza e Natal, que concentram suas ações em um determinado tipo de atividade turística.

A distinção apontada por Alves (2013) é explicada pelo desenvolvimento majoritário por parte de Fortaleza e Natal de uma imagem turística vinculada à vertente de sol e mar. Desse modo, ambas as capitais fazem uso de suas respectivas praias para atrair investidores e, conseqüentemente, impulsionar o uso turístico dessas áreas. Em contrapartida, em Salvador e Recife, apesar do mesmo quadro também ser observado, outras possibilidades referentes ao turismo são vislumbradas.

Para além dos usos de suas valências litorâneas, Recife e Salvador fazem uso, no que diz respeito ao desenvolvimento de atividades turísticas, também de seus centros, que resguardam até os dias atuais um importante conjunto arquitetônico, proveniente do ainda período colonial brasileiro, aspecto que oportunizou a essas cidades a incorporação dessas áreas como roteiros turísticos, tendo, dessa forma, mais uma alternativa a ser explorada.

Conforme Vasconcelos (2016), o centro de Salvador resguarda um conjunto arquitetônico importante, decorrente do período colonial brasileiro; são construções de origem portuguesa que evidenciam a história da *urbe*. Embora Recife também preserve edificações do referido período, é em Olinda (PE), município integrante da Região Metropolitana da capital recifense, que se encontra o maior conjunto de casarões de origem colonial do estado.

O referido quadro não foi executado por Fortaleza, Natal e outras capitais nordestinas, em razão dessas *urbes* não preservarem um conjunto arquitetônico semelhante aos presentes em Salvador, Recife e Olinda. Nesse sentido, São Luís é a única exceção em âmbito regional a também preservar em seu espaço urbano um sítio histórico pertencente aos séculos de domínio europeu no Brasil semelhante aos das *urbes* citadas. Tratando-se, no caso ludovicense, do maior conglomerado de edificações de origem portuguesa da América Latina (Burnett, 2011).

Portanto, passado o momento de valorização e consolidação do litoral Norte como importante área habitacional, comercial e de uso turístico, o centro volta a possuir relevância no espaço urbano ludovicense, em virtude da preservação de seu acervo arquitetônico. Por meio de ações advindas do poder público que visam à reforma das construções presentes no centro da capital maranhense, emerge um novo ideário popular sobre essa área. É a partir dessa perspectiva que discutiremos, a seguir, os principais desdobramentos do Programa de que culminou na reestruturação do Centro Histórico de São Luís.

4 INTERVENÇÕES E A CONSTITUIÇÃO DO CENTRO PATRIMONIAL

Neste capítulo, temos como intuito a realização de uma discussão que propicia melhor entendimento sobre o processo de patrimonialização do centro ludovicense, fenômeno que está relacionado ao direcionamento de políticas públicas que visaram a preparar o local para a instauração de novas dinâmicas, com ênfase para as que possuem o aspecto econômico como premissa basilar. Assim, apontamos a consolidação da atividade turística no centro, que se caracteriza pelo uso dos atributos paisagísticos que a ambiência preserva desde o período colonial, somado ao título de patrimônio adquirido pelo centro ludovicense. Além dessa realidade, tecemos outros apontamentos sobre a transformação socioespacial pelo qual passara o centro.

4.1 O Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCHSL)

Como já exposto, o centro de São Luís perdeu relevância no espaço urbano da capital durante a segunda metade do século XX, em razão da ascensão do litoral Norte se consolidar como principal área habitacional da elite local. Além disso, o surgimento de outros bairros e a descentralização das principais atividades econômicas colaboraram para que a cidade se expandisse para além das dimensões territoriais do atual centro.

No entanto, o período de predileção por outras áreas da capital em detrimento do centro contribuiu, mesmo que de modo inconsciente, para a salvaguarda das edificações e demais estruturas presentes nesse lugar. Embora esse fato também seja justificado pela execução de políticas de conservação, que tombaram alguns elementos que compõem a paisagem do centro ludovicense de modo isolado, a concentração dos investimentos públicos e privados em outras regiões da *urbe* convergiram para a não alternância das formas. Assim, ao passo que a urbanização se direcionava para as zonas de praias e demais áreas da ilha, o centro continuou a preservar uma paisagem proveniente de séculos antecessores.

Lopes (2016) argumenta que a salvaguarda do conjunto arquitetônico presente no centro de São Luís é fruto do período de esquecimento da área, mas também se justifica em razão do fator econômico. Durante o século XX, a capital maranhense deixou de ser um dos principais polos econômicos do país, resultando assim na ausência de recursos para serem convertidos em obras de cunho urbanístico. Portanto, o centro resguardou suas edificações também pela falta de investimentos que pudessem resultar em sua alteração paisagística,

substituindo os casarões construídos no período colonial por equipamentos urbanos mais recentes, como as construções verticais que caracterizam outras áreas da *urbe*, tal qual o caso do litoral Norte.

Apenas durante a década de 1970, em função dos inúmeros investimentos realizados em território nacional pelo então Regime Militar, é que São Luís volta a executar obras de grande magnitude. Entretanto, nesse momento, o centro não é mais o núcleo primordial a receber essas ações; a infraestrutura da capital é o setor definido como essencial a ser explorado, em razão das possibilidades que ele ofertaria, entre essas, possui maior ênfase o processo de descentralização ludovicense.

Assim, o intuito, nesse momento, era pensar a cidade para além do centro, e o surgimento da ponte Governador José Sarney propiciou o início e desenvolvimento do supracitado ideário. É a partir dessa estrutura que as principais ações, como a urbanização, direcionam-se para outras zonas da ilha que não o centro. Uma vez que esse panorama é executado, apreende-se que o centro passa a perder sua predominância no espaço urbano ludovicense, perdendo moradores, serviços e outros equipamentos urbanos que são deslocados para outras regiões da *urbe*, como por exemplo, as zonas de praias.

O objetivo do poder público não era mais modernizar a região central da capital, mas sim expandir a ocupação territorial de São Luís. Assim, as classes sociais abastadas passam a deixar o centro e rumam para o litoral Norte, assim como a classe média e outras famílias pobres, que migram para novos bairros criados em outras áreas da ilha. Portanto, o centro passa a ser caracterizado como espaço relacionado ao setor administrativo, mas ainda preserva também residentes que optaram em continuar a morar na área ou não possuíam condições financeiras de mudarem para outros locais.

Uma vez que os principais investimentos e políticas públicas foram direcionados para o litoral Norte e outras áreas da capital, o centro, ao longo do século XX, notabilizou-se pelas condições de abandono, com estruturas, edificações e prestações de serviços deficitários aos seus moradores. Desse modo, a referida situação precisava ser alterada e, juntamente com a oportunidade de seguir uma tendência já vivenciada em outras *urbes* pelo mundo, na qual construções provenientes de séculos antepassados passam a adquirir grande valia para grupos sociais, o poder público local vislumbra a possibilidade de reformar e readequar o centro da capital.

Conforme Andrés (2006), o Governo do Estado do Maranhão, no ano de 1973, solicitou junto à UNESCO a disponibilidade de um representante da entidade para conhecer o centro de São Luís, em função da preservação de uma configuração paisagística que poderia

conferir ao local a obtenção de ações relacionadas à recuperação de determinadas estruturas que estavam danificadas. Além disso, a tomada de conhecimento por parte da organização representaria uma possibilidade real de obtenção da chancela de patrimônio, aspecto que somente seria alcançado ao término do século XX.

Como resposta à solicitação de representante da UNESCO em solo ludovicense, ainda em 1973, a organização selecionou o arquiteto Viana de Lima, que visitou o centro da capital maranhense, visando a catalogar informações a respeito das condições estruturais das edificações situadas na área. Como resultados provenientes da presença do arquiteto em São Luís, destaca-se a elaboração de um documento referente à situação do centro.

O documento produzido, então, reuniu pela primeira vez um levantamento fotográfico e uma cartografia eficientes que permitiram ao eminente arquiteto o estabelecimento de uma visão do conjunto, identificando o centro histórico no contexto da ilha de São Luís como um todo. Já naquela época Viana de Lima aplicava a visão do conjunto e não aquela de considerar monumentos isolados (Andrés, 2006, p. 92).

Segundo Cadena (2022), o referido processo de visitação de representante da UNESCO em países que tinham possíveis áreas a serem inscritas como patrimônio tratava-se também de uma estratégia, na qual a concretização do referido anseio, contribuiria para atração de investimentos públicos e privados para estes locais. Nesse sentido, o autor detalha o caso vivenciado por Cabo Verde, na África, onde os gestores públicos desenvolveram estratégias para efetivar a inscrição de bens presentes no território do país como patrimônios mundiais, de modo a utilizar esse artefato para inserir a nação em melhores condições diplomáticas com outros Estados.

Igualmente ao caso ludovicense, a visitação de representantes da UNESCO em Cabo Verde, de acordo com Cadena (2022), resultou na produção de um acervo de informações, que foi usado pelo poder público para a elaboração de material a ser utilizado como base para sua candidatura para figurar entre os patrimônios mundiais. Cabe elucidarmos que a presença de enviados pela UNESCO, tanto em Cabo Verde, como em São Luís, concretizou-se a partir de solicitação desses locais, demonstrando, dessa forma, os seus respectivos interesses em adquirir a chancela de patrimônios mundiais.

Ainda em alusão à visita realizada em São Luís, dentre as principais ações propostas pelo arquiteto a serem implementadas no centro, Lopes e Vale (2018) apontam intervenções referentes ao trânsito de veículos na área, além da necessidade de diversificação dos usos do solo urbano, ampliando as funcionalidades e atividades a serem desenvolvidas na região central da capital. Nesse sentido, a presença do representante da UNESCO em São

Luís se mostrou instrumento importante para a salvaguarda do seu conjunto arquitetônico, pois seu relatório evidenciou a necessidade da implementação de medidas que viessem a contribuir para com a preservação das construções e demais estruturas que se fazem presente no local.

Embora o documento elaborado por Viana de Lima tenha se mostrado importante mecanismo para a execução de ações futuras a serem consumadas no centro de São Luís, Andrés (2006) destaca que a análise do arquiteto demonstrou alguns pontos deficitários, uma vez que se ateve ao exame das condições em que se encontravam as edificações e demais estruturas presentes no local e a proposição de medidas a serem implementadas, porém, ignorou a participação popular no processo construtivo de sua observação, nos mecanismos a serem utilizados para implementação, nas formas de negociação, de controle e de monitoramento.

Como bem demonstra Choay (2014), em sua obra “Alegoria do patrimônio”, o caso vivenciado por São Luís, bem como por outras *urbes* em todo o mundo, deve ser observado considerando uma escala mundial, em que o fenômeno de valorização e salvaguarda de edificações provenientes de séculos passados tornou-se uma prática importante para as mais diversas cidades. Esse momento contribui para a disseminação de uma tendência preservacionista desses espaços, que registram, por meio de suas formas, elementos que contam a história dos lugares.

Ainda com base no exposto por Choay (2014), os conjuntos urbanos, que atualmente recebem a alcunha de sítios históricos, notabilizam-se como instrumentos dessa tendência de valorização, impulsionada durante a década de 1970. Nesse sentido, a ação executada pelo poder público maranhense que possibilitou a visita de integrante da UNESCO ao centro de São Luís almejava usufruir do momento propício para valorizar, preservar e atrair investimentos para o Centro Histórico da capital.

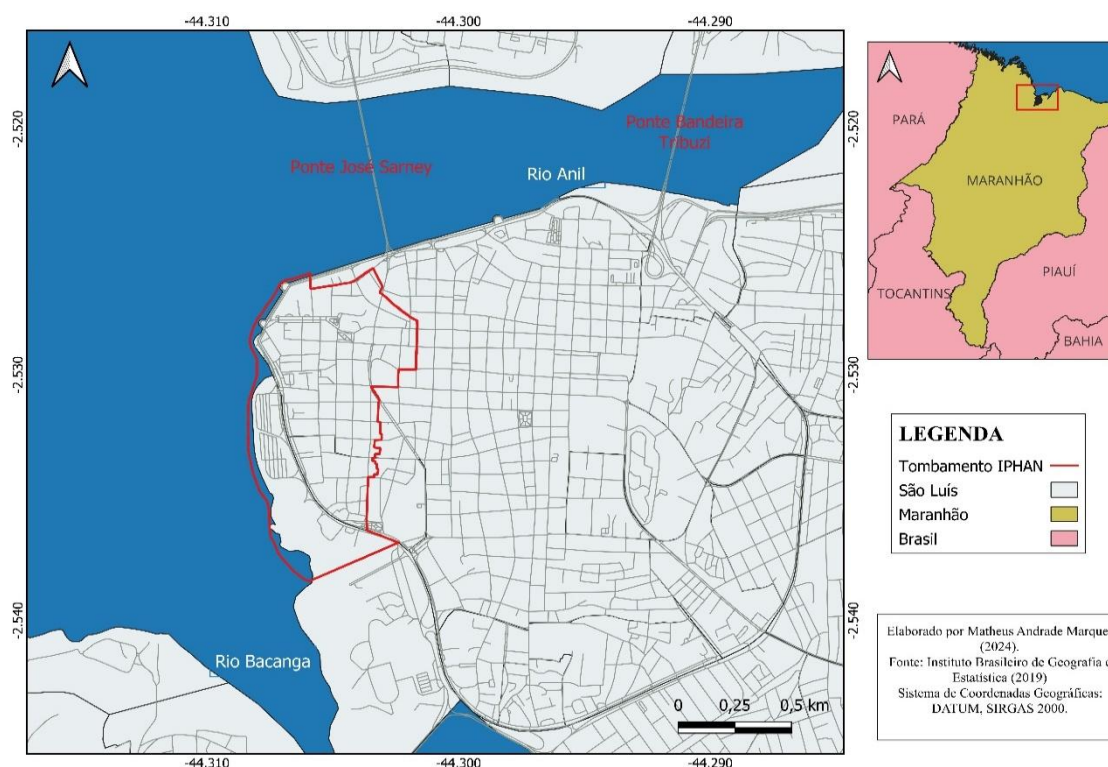
Assim, apreende-se que a visita cumpriu seu papel, uma vez que executou uma análise sobre o estado do centro, na época, elencando a relevância que as construções tinham e a necessidade de implementação de ações que contribuíssem para a sua salvaguarda. Portanto, o relatório elaborado por Viana serviu como base para posteriormente ser usado pelo Governo do Estado do Maranhão como instrumento-base durante a elaboração de sua proposta, ao final do século XX, de inserção do centro de São Luís na lista de patrimônios mundiais da UNESCO.

É importante apontarmos, no que se refere à passagem de Viana por São Luís, que, apesar do pedido do poder público local da visita de representante da UNESCO para

avaliação das condições do centro da capital maranhense, esse episódio somente foi possível em virtude do IPHAN, que executava em âmbito nacional ações voltadas ao reconhecimento e preservação de áreas históricas. Esse movimento está relacionado a uma lógica internacional, na qual organizações almejavam a elaboração de políticas públicas que resultassem na salvaguarda do patrimônio material, ou seja, de conjuntos arquitetônicos e demais monumentos constituídos em períodos pretéritos. Assim, por meio da articulação com o órgão federal, o Governo do Maranhão conseguiu trazer até São Luís o representante da UNESCO.

A partir da análise empreendida por Viana de Lima sobre o centro de São Luís, destaca-se a demarcação de área, que posteriormente, em 1974, passa a resguardar os monumentos e espaços públicos tombados pelo IPHAN. A região delimitada pelo supracitado órgão federal está representada no Mapa 2. Além das medidas a serem implementadas referentes ao centro, o arquiteto apontou a relevância de execução de obras em outras partes do território da capital, visando atender ao processo de expansão urbana, desse modo, colaborando para a descentralização das atividades que estavam majoritariamente presentes no centro.

Mapa 2 – Área delimitada com monumentos e espaços públicos tombados pelo IPHAN



Fonte: IBGE (2019). Elaborado pelo autor (2024).

Com base em leitura realizada da “Proposta de Inclusão do Centro Histórico de

São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO”, foi identificado que, além de Viana de Lima, outro importante contribuinte para a concretização do plano de restauro e preservação do centro ludovicense foi o estadunidense John Gisiger, que residia em São Paulo em razão do seu pai trabalhar na referida cidade.

Gisiger já havia conhecido outros estados brasileiros e possuía interesse pela temática urbanista, com ênfase para a vertente que reconhecemos atualmente como patrimonial. Durante a década de 1970, realizando viagem pela região amazônica, a fim de obter maior conhecimento sobre o território nacional, o arquiteto conhece Manaus e Belém. Em 1978, chega a São Luís e se surpreende com o conjunto arquitetônico de origem portuguesa que configura a paisagem do centro ludovicense.

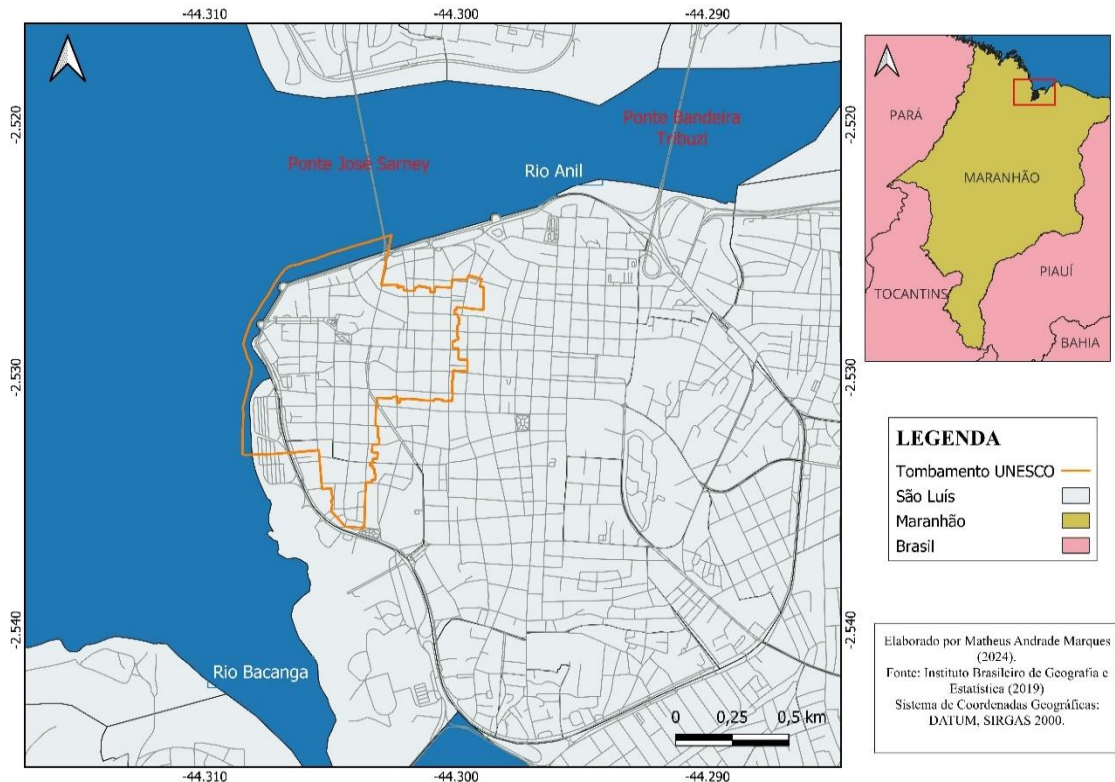
Chegou a São Luís a bordo de uma canoa costeira e se surpreendeu com a dimensão do conjunto arquitetônico do qual nunca ouvira falar em comparação à fama de Ouro Preto, Salvador e Olinda. Assustou-se com o quadro de abandono. Alugou um precário mirante no Solar dos Belford de onde podia descortinar o porto e os telhados da Praia Grande. Começou a sonhar com um grande projeto de reabilitação para a área (Andrés, 2006, p. 96).

Em razão de confeccionar seus desenhos em locais públicos, além da identificação por parte da população local da presença de um estrangeiro que se dispunha a desenhar e explorar áreas do centro da cidade, logo foi notado também pelo poder público, que entrou em contato com Gisiger e demonstrou interesse em obter mais informações sobre as ideias do arquiteto.

O intuito de Gisiger era a elaboração de um plano que viesse a contribuir para a execução de intervenções no centro de São Luís, a fim de readequar ruas, praças e outros espaços. Além de reformar edificações que se encontravam em estado precário (Pflueger, 2020).

Embora se trate de um trabalho notório, a restrição espacial das medidas sugeridas pelo arquiteto foram, de certo modo, entraves para a aplicação de seu plano, uma vez que suas observações eram concernentes apenas a uma determinada parte do centro. Vale realçarmos que a supracitada zona, posteriormente, em 1997, foi delimitada em razão da presença dos monumentos e espaços que receberam a titulação de patrimônio mundial. No Mapa 3, apresentamos essa região.

Mapa 3 – Área delimitada com monumentos e espaços públicos que são patrimônio mundial



Fonte: IBGE (2019). Elaborado pelo autor (2024).

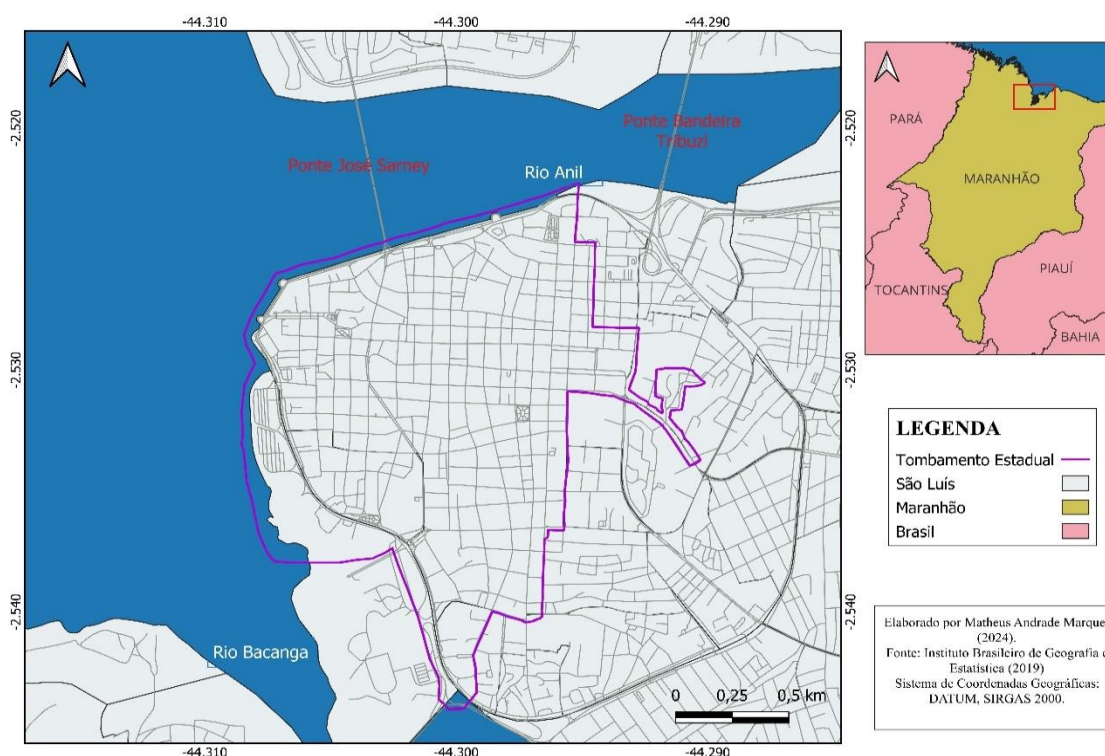
A análise empreendida por Gisiger se concentrou na área correspondente ao que concebemos como Praia Grande, aspecto que relacionamos as dificuldades de ampliação de suas investigações, uma vez que o autor elaborou o documento de forma independente, sem auxílio de uma equipe. Assim, apesar de algumas medidas adotadas posteriormente no centro, de certo modo, cumprirem necessidades já expostas pelo arquiteto, seu plano, igualmente ao elaborado por Viana de Lima, não foi executado na época de modo imediato.

Convém esclarecermos que a área denominada de Praia Grande se refere ao núcleo do centro de São Luís que concentra as edificações e outros elementos que foram inscritos como patrimônio mundial. A supracitada nomenclatura diz respeito à antiga praia que se encontrava nas proximidades e que popularmente era reconhecida como Praia Grande. Após o processo de urbanização do centro, os grupos sociais passaram a se referir ao centro como Praia Grande, realidade que perdura até os dias atuais, em que muitos ludovicenses se referem ao local como Praia Grande.

Outro aspecto que merece menção, diz respeito à delimitação de área referente aos objetos tombados no centro de São Luís por parte do Governo do Estado do Maranhão, sendo realizado em 1986, ou seja, ocorrendo após o executado pelo IPHAN. Essa ação colaborou para a ampliação da zona correspondente ao conjunto de monumentos e espaços tombados no

centro ludovicense, uma vez que incorpora ruas e demais regiões que não estão contidas na delimitação referente aos objetos tombados pelo IPHAN (1974) e no referente aos monumentos que são patrimônio mundial (1997). No Mapa 4, apresentamos a delimitação da zona contendo monumentos e espaços públicos por parte do poder estadual.

Mapa 4 – Área delimitada com monumentos e espaços públicos tombados pelo Estado do Maranhão



Fonte: IBGE (2019). Elaboração do autor (2024).

Ainda com base na leitura da proposta de inscrição do centro ludovicense para a lista de patrimônios mundiais, outro ponto importante concernente ao plano elaborado por Gisiger foi a sua denominação, que foi alcunhado de Renovação Urbana da Praia Grande. Dessa forma, o IPHAN, ao tomar conhecimento da existência do referido plano, manifestou preocupação com a sua execução, uma vez que a nomenclatura desperta um ideário referente a efetivação de uma transformação, aspecto que seria prejudicial para a manutenção das edificações históricas presentes no centro de São Luís.

Assim, o órgão federal direciona à capital maranhense um representante, este era Aloísio Magalhães, então presidente do IPHAN, que tinha como principal atividade em solo ludovicense tomar maior conhecimento sobre o plano elaborado por Gisiger. Em contato com o documento, Magalhães descobre que o intuito desse não era a transformação da área da

forma como se imaginava, tendo clara a preservação das construções de origem portuguesa.

Em razão das ações pensadas por Gisiger convergirem com os interesses do IPHAN, o órgão expõe ao Governo do Estado do Maranhão a necessidade de implementação de ações que venham a contribuir com a reestruturação do centro, salvaguardando as construções provenientes de séculos antecessores. Nesse contexto, é organizado pelo poder público estadual, em 1979, a Convenção da Praia Grande.

Assim, apreende-se que foi a partir do ideário de Gisiger, que chamou a atenção do IPHAN, que se tornou possível a organização de um evento realizado em São Luís para se discutir a necessidade de ações a serem implementadas no centro da *urbe*. Esse momento reuniu importantes estudiosos da temática, aspecto importante para o aprimoramento das ideias.

A Convenção tinha como principal anseio discutir a situação do centro de São Luís, elencando as possibilidades financeiras de execução das intervenções e definindo também as principais áreas a receberem essas ações. Destaca-se que, de modo majoritário, a zona referente ao atual tombamento internacional seria a principal beneficiada com as medidas a serem adotadas.

O evento contou com 32 especialistas de vários estados do Brasil possuidores de experiência na área. Compareceram técnicos e profissionais especializados e competentes do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, de Brasília, da Bahia, de Pernambuco e contando com uma representativa participação de técnicos e dirigentes de órgãos locais das esferas municipal e estadual, das universidades, de sindicatos e diversas entidades de atuação social na área (Andrés, 2006, p. 99).

Ainda como desfecho do evento, foram formulados grupos de trabalho, de modo a dividir temáticas a serem exploradas por estes grupos, viabilizando aprofundamento sobre a realidade e melhores possibilidades de implementação de ações que viessem a contribuir com a reestruturação do centro de São Luís. Assim, foram criados coletivos para tratar de fatores socioeconômicos, de estrutura, de patrimônio arquitetônico e de turismo.

Vale realçar o cenário vivenciado pelo centro de São Luís durante a década de 1970, que se notabilizou pela constatação de um quadro de abandono e de condições estruturais deficitárias, aspecto que convergiu para a elaboração de planos que pudessem alterar essa realidade.

Por outro lado, em exercício análogo, em outras regiões da ilha, como é o caso do litoral Norte da capital, que já foi exposto anteriormente, em que a urbanização é a tônica, atribuindo a essa ambiência uma nova configuração paisagística. Já no centro, a manutenção de sua paisagem é a prioridade.

Nesse contexto, apreende-se que, no mesmo período, coexistiam dois modelos de planejamento principais voltados ao espaço urbano de São Luís. O primeiro dedicado a explorar outras partes do território da ilha, tendo a urbanização dessas áreas como uma prioridade, resultando dessa forma em um processo de descentralização da capital. Já o segundo, diz respeito à preservação do patrimônio arquitetônico presente no centro ludovicense.

Outro ponto importante que difere os dois modelos de planejamento mencionados está relacionado às suas execuções. Enquanto o processo de expansão urbana da capital foi colocado em prática assim que a obra de construção da ponte Governador José Sarney foi concretizada, a mesma situação não foi vista no caso da região central da capital. No âmbito do centro, surgiram planos e ações como a do IPHAN, que detinham como finalidade a restauração de edificações e demais estruturas presentes no centro ludovicense, no entanto, a concretização desse anseio só se efetivaria nas décadas posteriores.

Desse modo, é importante relacionar que o referido desfecho de iniciação de ações reformistas no centro de São Luís durante a década de 1980 é fruto das discussões que estudiosos da temática vinham realizando nos grupos de trabalhos que foram criados anos atrás. Nesses espaços, as possibilidades para a concretização do anseio de reforma e preservação da zona central da capital eram a prioridade.

Assim, tomando como alicerce o estudo elaborado por Gisiger, o Governo do Estado do Maranhão centralizou esforços para a construção de um plano que viesse a concretizar o anseio de restauração e preservação do centro da capital. Dessa forma, foram pensadas políticas que viessem a contribuir com este intuito. Andrés (2006, p. 101) destaca essas:

- 1 – Proporcionar a manutenção do uso residencial na área do Centro Histórico.
- 2 – Intensificar as atividades de assistência e promoção social e priorizar ações de fomento a geração de emprego e renda.
- 3 – Apoiar a instalação de centros profissionalizantes.
- 4 – Incentivar as manifestações culturais e educacionais mediante o estabelecimento de centros culturais e de criatividade e do fortalecimento das instituições públicas e privadas que se dedicam à ação e difusão cultural, bem como apoiar as manifestações artísticas de indivíduos ou grupos comunitários sediados na área.
- 5 – Restaurar e preservar o patrimônio arquitetônico e ambiental urbano do Centro Histórico, reintegrando-o à dinâmica social e econômica da cidade, em condições adequadas de utilização e apropriação social.
- 6 – Promover a revitalização econômica do comércio varejista, especialmente de gêneros alimentícios regionais e artesanato e das atividades relacionadas ao turismo cultural.
- 7 – Adequar as redes de utilidades, serviços e logradouros públicos: água, esgoto, drenagem, energia elétrica, telefone, limpeza urbana, transporte, saúde, segurança, praças e rede viária, de forma a beneficiar a população residente e usuários, propiciando ademais uma ocupação coerente e diversificada do Centro Histórico.

8 – Dinamizar as atividades portuárias tradicionais, visando à revitalização das funções econômicas e culturais mais representativas do Centro Histórico, relativas à pesca artesanal e ao transporte hidroviário de passageiros e carga.

9 – Contribuir para o incremento do associativismo e consolidação das entidades de classe, de forma a garantir uma participação efetiva da comunidade no processo de preservação e revitalização do Centro Histórico.

10 – Garantir um processo permanente de avaliação crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís.

11 – Assegurar o compromisso político da administração pública quanto à inclusão dos temas relativos à restauração e conservação dos bens culturais nos planos de governo estadual e municipal.

Chama a atenção o fato de o poder público já conceber o centro como local histórico, adotando o uso da denominação de Centro Histórico para essa área. As referidas políticas foram basilares para a criação do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCHSL), que, de certo modo, já estava em curso no âmbito de discussões desde 1979, mas somente foi colocado em prática durante a década de 1980.

Convém esclarecermos que o PPRCHSL é o mesmo plano que recebe a alcunha popular de Projeto Reviver. Esse fato ocorre em função do poder público disseminar um ideário, a partir de seus discursos e propagandas, de que estava em curso no centro de São Luís um processo de revitalização da área. Desse modo, a população local passou a se referir a essa intervenção como Projeto Reviver, realidade que perdura até os dias atuais, em que alguns ludovicenses denominam não apenas o projeto de tal forma, mas também o próprio centro de “Reviver”.

É comum ouvir pelas ruas da capital moradores se referindo ao centro como Reviver, dizendo que irão ou estavam no “Reviver”. Do mesmo modo, se um visitante chegar à cidade e questionar a um morador onde fica o “Reviver”, certamente esse indivíduo o indicará a localização do centro de São Luís. Esse fato é interessante em razão de expressar a relevância que PPRCHSL exerceu para a *urbe*.

O Projeto Reviver, embora muitas vezes receba essa alcunha de ação de revitalização que foi executada no centro de São Luís, não reviveu o lugar. Como já exposto, o centro ficou esquecido por determinados grupos sociais, agentes privados e poder público que deixou de direcionar investimentos e políticas para o local.

Entretanto, a vida continuou a existir nessa área, famílias continuaram a ocupar aquele espaço e construir relações. Assim, como já destacamos em outro manuscrito que aborda exclusivamente os usos do termo “revitalização”, realçamos que, apesar da nomenclatura “Reviver” ser utilizada até os dias atuais, o projeto em si não conferiu ao centro uma ressurreição (Marques, 2022).

Ainda sobre o PPRCHSL, salientamos o fator habitacional, que era uma das

principais preocupações dos planejadores urbanos da época. Com o advento da expansão urbana rumo ao litoral Norte e outras regiões da ilha, o centro da capital perde a centralidade que até então detinha, resultando no abandono de dezenas de casarões presentes na área, ao passo que inúmeras famílias de baixa renda sobreviviam em condições precárias, muitas residindo pelas ruas do centro.

Nesse sentido, a implementação do PPRCHSL poderia servir como mecanismo fundamental no intuito de sanar a referida problemática relacionada à habitação, uma vez que com a realização de intervenções no centro que viessem a restaurar edificações que se encontravam em situação de degradação, as suas reformas poderiam servir para atender essa demanda habitacional de muitos ludovicenses que não possuíam lugar para morar.

Assim, o poder público poderia a partir da execução de políticas públicas, conceder determinados casarões presentes no centro para abrigar essas pessoas, contribuindo, dessa forma, não apenas para sanar a problemática habitacional, mas também colaborando para o cumprimento da função social desses casarões, bem como para a manutenção do uso habitacional no centro.

Outro ponto a ser realçado no âmbito do PPRCHSL diz respeito à restauração de determinadas edificações presentes no centro, com ênfase para aquelas relacionadas à religiosidade, como é o caso das igrejas, e outras como os palácios, palacetes e sobrados que apresentavam situações precárias, com riscos de desabamento. Embora o plano de recuperação do acervo presente na área contemplasse todos os tipos de construções presentes no centro, essas tiveram maior celeridade em razão de suas relevâncias e em função da urgência de suas manutenções.

As edificações que anteriormente foram utilizadas pela indústria e continuam a integrar a paisagem do centro também recebem uma atenção especial no PPRCHSL, em razão de serem espaços que representam um período fabril que concedeu à capital maranhense bons resultados econômicos, mas também por serem ambientes de grande magnitude, fornecendo numerosas possibilidades ao poder público de implementar novas funcionalidades a esses locais.

Além dessas, foram planejadas medidas a serem adotadas no que se refere: ao paisagismo urbano, com a preservação de áreas verdes que viessem a propiciar melhores condições climáticas à cidade; à retomada da função portuária, que outrora foi muito importante para a região central da capital; e ao desenvolvimento da atividade turística, explorando as características que o centro fornece, atraindo dessa forma investimentos e gerando emprego e renda para a população local.

Assim, apreende-se que a execução do PPRCHSL se deu por meio de etapas, de modo a colocar em prática as ações que vinham sendo planejadas nos grupos de trabalho, que tratavam de distintas temáticas referentes ao centro. Nesse contexto, o plano teve seis fases e foi implementado levando em consideração o período de estudos e debates referentes ao seu planejamento e execução, de 1979 até 2006.

Cabe salientarmos que a coordenação do PPRCHSL tinha membros de representatividade das três esferas administrativas: municipal (Prefeitura Municipal de São Luís), estadual (Governo do Estado do Maranhão) e federal (IPHAN). Além disso, em 1980, um ano após a iniciação do programa, foi instalada em São Luís uma diretoria regional do IPHAN, localizada no centro. O intuito era aproximar o órgão da situação da capital maranhense, a fim de construir sua maior participação durante a execução das intervenções que seriam implementadas no centro da capital maranhense.

Assim, foram definidas etapas para a implementação do PPRCHSL. A inicial se deu de 1979 até 1983, tendo como marco primário a Convenção da Praia Grande, espaço que forneceu aos estudiosos da temática e gestores públicos uma oportunidade para a construção de um debate sobre as possibilidades de execução do projeto de restauração do centro ludovicense. Mas somente em 1980 foram iniciadas obras relacionadas ao PPRCHSL, de forma pontual, sendo essas concentradas na área correspondente ao núcleo inscrito como patrimônio mundial.

Para Andrés (2006), essa escolha se justifica em razão da área correspondente à Praia Grande ou bairro centro, como preferir, ser naquele momento a que expunha as piores condições estruturais, contendo uma grande variedade de edificações em estado de abandono e/ou em condições de desabamento. Essa opção também segue uma estratégia que foi pensada pelos integrantes da coordenação do PPRCHSL, de modo a centralizarem esforços em determinados núcleos e posteriormente avançarem para outras partes do centro, uma vez que era inviável as intervenções abrangerem todo o centro ao mesmo tempo.

Nesse contexto, a seguir, apresentamos, com base nas informações obtidas na proposta de inscrição do Governo do Maranhão para inclusão do centro de sua capital na lista de patrimônios mundiais da UNESCO, as etapas do PPRCHSL, bem como suas principais contribuições para a reforma e reestruturação do centro ludovicense. Ao todo, foram concluídas seis etapas de intervenções, cada fase tinha como intuito tratar de uma determinada parte do território do centro. A respeito da fase inicial, a área que recebera essas ações foi, durante os séculos XVIII e XIX, o principal núcleo comercial de São Luís, em razão de estar situada nas proximidades do antigo porto.

Com o passar dos anos e o surgimento de novas dinâmicas, como, por exemplo, o deslocamento do porto para outra zona da cidade, somado ao declínio econômico que passara a capital maranhense, fizeram com que esse setor do centro perdesse a predominância econômica que tinha em décadas posteriores. Esse cenário, juntamente ao processo de expansão urbana que se dá durante o século XX, contribui para o abandono de inúmeras residências que se localizam nessa parte do centro. Desse modo, ratifica-se a escolha em iniciar a recuperação das edificações e demais estruturas presentes nessa área do centro.

Embora essa parte do centro tenha perdido importância em razão da perda de sua função portuária, que outrora lhe conferiu bons resultados provenientes de exportações e importações, a área ainda resguardava um importante número de repartições públicas, uma vez que o centro era, até o início do século XX, o local que centralizava as principais atividades da ilha. Nesse sentido, o início do PPRCHSL a partir das imediações do antigo porto estaria a contribuir com a retomada de relevância desse espaço, que passou a se caracterizar majoritariamente por concentrar atividades do ramo administrativo e comercial, por meio do papel de feiras e vendedores ambulantes. Além desses, o uso habitacional, como já salientamos, também se fazia presente.

4.2 Etapas do PPRCHSL

O PPRCHSL foi implementado ao longo de mais de três décadas, aspecto que possibilita nossa apreensão sobre o projeto como uma política governamental, uma vez que distintos gestores estiveram à frente das ações realizadas. Porém, apesar da distinção de governantes, é importante salientarmos que todos os governadores do Maranhão, desde o início até o término do PPRCHSL, integravam o mesmo grupo político, que era liderado por José Sarney. Ou seja, a política de governo foi continuada ao longo de décadas, também em razão do interesse em comum desse grupo de readequar o centro da capital.

A conclusão do PPRCHSL foi efetivada no início do século XXI, fornecendo ao centro da capital uma reconfiguração, no sentido das reformas realizadas, mas também no que diz respeito aos usos e funções presentes nessa região da *urbe*. Dessa forma, novas atividades foram incorporadas ao centro, entre essas, toma maior notoriedade a difusão do uso turístico da paisagem de origem colonial.

A execução de obras de cunho reformista em edificações presentes no centro foi um mecanismo importante para fornecer melhores condições de vida para as pessoas que continuavam a residir e trabalhar nesse local. Entre as ações executadas durante a primeira

fase do PPRCHSL, Andrés (2006, p. 111) declara as intervenções realizadas na “Feira da Praia Grande, Albergue do VOS – Voluntário de Obras Sociais, Beco da Prensa e Praça da Praia Grande, além de outras obras de urbanização no entorno”. Essas medidas ocorrem durante os anos 1981 e 1982 e contribuem para a iniciação de um processo de recuperação a ser expandido por todo o centro.

Cabe elucidar a obra realizada na Feira da Praia Grande, que, conforme os planejadores do PPRCHSL, nesse primeiro momento, mostrava-se como uma das edificações mais importantes a receberem uma intervenção de cunho reformista, em razão da sua relevância para a zona central da capital. Nesse aspecto, os debates a respeito da elaboração do projeto referente à feira contaram, além dos integrantes do poder público responsáveis pelo planejamento e execução da obra, também com feirantes, que contribuíram com o debate em torno da reforma desse espaço. A Figura 15 apresenta uma maquete utilizada durante as discussões em torno de como ficaria a nova feira e demonstra uma imagem aérea do local após a ação.

Figura 15 – Maquete e vista aérea da Feira da Praia Grande após obra do PPRCHSL



Fonte: Adaptado de Andrés (2006, p. 113).

A reforma da Feira da Praia Grande teve duração de seis meses. O local, que também é concebido como Mercado das Tulhas ou Mercado da Praia Grande, passou a ser referência em São Luís, adquirindo, após a intervenção, melhorias no seu sistema de abastecimento, esgoto e estrutural. Assim, o local se estabelece ao longo do tempo sendo um dos principais mercados da ilha e adquire também novas funcionalidades, assim como as

outras construções e demais ambientes que se fazem presentes no centro. Essa realidade será mais bem abordada durante o capítulo seguinte.

A segunda etapa do PPRCHSL, ocorrida de 1983 até 1987, notabilizou-se pela ausência de investimentos do Governo do Estado do Maranhão, que, no referido período, concentrou a injeção de recursos em municípios interioranos. Assim, o prosseguimento das ações referentes ao centro da capital, ficou a cargo do poder público municipal, que não detinha condições financeiras para dar continuidade às atividades que haviam sido iniciadas no início da década de 1980.

Em razão dessa conjuntura, os integrantes da comissão organizadora do PPRCHSL, durante a segunda fase do programa, passaram a executar estudos de campo, com o intuito de melhor caracterizar a área central da *urbe*. Nesse sentido, destaca-se a realização de uma pesquisa de viés socioeconômico, que almejou obter informações a respeito do perfil dos residentes do centro, bem como dos usos do solo dessa região. As investigações do período também levaram os pesquisadores a identificarem um acervo histórico pertencente à Câmara Municipal, de documentos históricos sobre a história do Maranhão, além disso, a vocação marítima do centro de São Luís foi explorada, a fim de preservar atividades relacionadas ao mar, como a pesca e a construção de embarcações.

A terceira fase, executada de 1987 até 1991, é marcada pela retomada de investimentos advindos do poder público estadual, aspecto que contribuiu para a execução de novas intervenções no centro de São Luís. Além disso, é nessa etapa que o PPRCHSL passa a receber a alcunha de Projeto Reviver. O Governo do Estado, por meio da apresentação de documentos, desenhos e outras informações, repassadas por estudiosos que integravam o PPRCHSL, foi convencido de que a não retomada nas obras de reforma do centro ocasionaria um cenário de devastação, com a perda de grande parte do acervo arquitetônico que se faz presente na área. Desse modo, Andrés (2006, p. 132) apresenta as principais ações implementadas durante o terceiro momento do projeto:

Através dessa etapa se pôde verificar o atendimento direto à política número 7 – Adequar as redes de utilidades, serviços e logradouros públicos: água, esgoto, drenagem, energia elétrica, telefone, limpeza urbana, transporte, saúde, segurança, praças e rede viária, de forma a beneficiar a população residente e usuários, propiciando ademais uma ocupação coerente e diversificada do centro histórico. Foram beneficiados 107 mil m² de área urbana (tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional) abrangendo 15 quadras e 200 edificações.

É importante observar que, nessa etapa, a área abrangida pelas ações foi expandida, no início das ações, as construções mais próximas da antiga zona portuária da

cidade foram o foco. Nesse momento, a escala espacial de intervenções foi ampliada, englobando outras edificações que ficaram à margem do primeiro período de reformas realizadas no centro.

Com base no cenário atual do centro, podemos salientar que o PPRCHSL se deu, em um primeiro momento, a partir da zona concernente ao tombamento internacional, e a posteriori, as intervenções se expandiram também para os limites correspondentes ao tombamento do IPHAN. Esse episódio pode ser apreendido a partir de uma espécie de preparação para a construção da proposta de inserção do centro na lista de patrimônios mundiais, sendo as ações do PPRCHSL efetivadas em locais estratégicos.

Ainda sobre a terceira fase do PPRCHSL, é importante elucidar a concentração de obras no referente à reforma de jardins, praças, alargamento de calçadas e pavimentação de ruas do centro. Entre os ambientes que receberam obras neste período, destacamos a Rua Portugal, que obteve maiores dimensões nas áreas de suas calçadas e recebeu pavimentação de paralelepípedos. A Figura 16 demonstra as ações sendo executadas no logradouro citado durante a etapa três do Projeto Reviver.

Figura 16 – Rua Portugal em obra, 1987



Fonte: Adaptado de Andrés (2006, p. 133).

As obras realizadas na Rua Portugal foram findadas em 1989, sendo esse logradouro remodelado e readequado ao novo panorama urbano que era implementado na

zona central de São Luís. Sobre os resultados da intervenção, observa-se que a Rua Portugal expressa até os dias atuais uma paisagem semelhante ao que foi entregue durante o término da intervenção que foi executada durante a terceira etapa do PPRCHSL. A Figura 17 apresenta um panorama do local assim que foi entregue em 1989.

Figura 17 – Rua Portugal em 1989



Fonte: Adaptado de Andrés (2006, p. 133).

Como relatado, é interessante notar que a referida rua resguarda essa configuração paisagística até os dias atuais, embora, ao longo do tempo, o logradouro, assim como outros espaços que estão localizados no centro, tenha recebido intervenções a fim de preservar suas estruturas.

Essa realidade exposta relacionada à Rua Portugal poder ser aplicada a outras ruas e espaços contidos no centro, expressando, dessa forma, a relevância que o PPRCHSL teve para essa área da cidade. A configuração paisagística que foi pensada pelos planejadores do projeto, permanece como base da paisagem encontrada no centro de São Luís, embora, em alguns casos, a falta de manutenção de determinados locais colabora para a alternância desse panorama.

Outro espaço que merece menção durante a execução da terceira fase do PPRCHSL é o prédio que abriga o atual Convento das Mercês, que até então era usado como quartel da Polícia Militar e se encontrava em estado precário. Na Figura 18, está ilustrado o

cenário do Convento anteriormente à intervenção que o transformaria posteriormente em um ambiente que possuiria novas funcionalidades.

Figura 18 – Convento das Mercês antes de obras do PPRCHSL (1987)



Fonte: Adaptado de Andrés (2006, p. 133).

Assim, após a conclusão da reforma, é instituído um novo uso ao prédio, com a inauguração da Fundação da Memória Republicana, apresentando por meio de exposições nas décadas seguintes um conjunto de documentos e outros itens referentes ao período em que o maranhense José Sarney esteve à frente da Presidência da República. Nesse sentido, concebemos o referido processo como uma transformação dessa edificação em um lugar de memória. Na Figura 19, podemos observar o Convento das Mercês atualmente.

Figura 19 – Convento das Mercês, 2023



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Outros espaços que também durante a execução dessa fase do Projeto Reviver foram contemplados com ações de restauração foram: o Museu de Artes Visuais, que faz uso de um edifício presente na Rua Portugal; o Centro de Comercialização de Artesanato e Cultura Popular (CEPRAMA), que passou a fazer uso do prédio onde funcionava a antiga fábrica Cãhamo; e o Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, que passou a utilizar antigos galpões do antigo porto de São Luís, após receberem reforma.

Nesse mesmo panorama, realçamos o uso do prédio onde anteriormente funcionava a sede da Companhia Telefônica do estado do Maranhão. E por meio da reforma realizada durante o PPRCHSL e posteriormente por meio de repasse do prédio por parte do poder público estadual para o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o edifício passou a abrigar o Restaurante Escola do SENAC, que

desde 1988 vem cumprindo sua finalidade e tem formado a cada ano duas turmas de pelo menos 60 profissionais entre cozinheiros, mestres de cozinha, maitres, garçons e auxiliares de hotelaria que hoje atuam na rede hoteleira e restaurantes de São Luís” (Andrés, 2006, p. 142).

Ao término da terceira fase do PPRCHSL, os recursos injetados durante a execução das obras totalizaram aos cofres públicos algo em torno de R\$ 60 milhões. Essa

etapa se notabiliza também pela expansão espacial das intervenções realizadas, incorporando, além do núcleo principal do centro, a Praia Grande, também outros bairros, como, por exemplo: Madre Deus e Desterro.

A quarta etapa aconteceu de 1991 até 1995, dando continuidade ao processo retomado na fase antecessora, assim contribuindo para a restauração de edificações e demais espaços situados no centro de São Luís. Os investimentos do poder público também se mantiveram, aspecto que propiciou o prosseguimento das intervenções no local.

Dentre as principais ações realizadas durante esse período de intervenções, a reforma do Teatro Arthur Azevedo, que, nesse período, encontrava-se em condições estruturais precárias, não sendo mais utilizado pela sociedade ludovicense. Assim, a restauração do espaço conferiu a ele sua modernização, readequando-o novamente para receber espetáculos. Na Figura 20 podemos observar o teatro.

Figura 20 – Teatro Arthur Azevedo, 2023



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Ainda sobre o Teatro Arthur Azevedo, salienta-se que este “é o mais antigo (1817) entre os teatros das capitais brasileiras e o 2º mais antigo do país, inteiramente restaurado e modernizado, realiza novamente papel fundamental na difusão da cultura do Maranhão” (Andrés, 2006, p. 148). Outro espaço que recebera reforma durante a terceira etapa do PPRCHSL foi a antiga fábrica do Rio Anil.

Embora a fábrica não estivesse na região central de São Luís, sua relevância para a cidade havia sido significativa em décadas passadas. Com o declínio econômico ludovicense, que culminou no fechamento de muitos estabelecimentos do ramo fabril, muitos prédios foram abandonados, era o caso da fábrica do Rio Anil.

Esse cenário foi alterado durante o PPRCHSL, uma vez que o local foi reformado e passou a ser utilizado como escola, sendo assim criado o Centro Integrado de Ensino (CINTRA). Atualmente, o local mantém a funcionalidade educacional, entretanto, agora a antiga fábrica é uma das unidades do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA).

Dando continuidade às ações relacionadas ao centro, apontamos ainda a construção do Mercado do Peixe de São Luís, que foi instalado no bairro do Desterro, nas proximidades do canal do portinho, área que tradicionalmente obteve usos relacionados ao marítimo. Assim, o mercado surge como ambiente propício à comercialização dos pescados, ofertando melhores condições estruturais para os comerciantes locais executarem suas atividades.

Ainda a respeito das intervenções realizadas na quarta etapa, convém pontuarmos a continuidade da execução de políticas relacionadas ao setor habitacional. Nesse sentido, foram reformados prédios que estavam em situação de abandono. Após a conclusão dessas intervenções, eles eram utilizados como área residencial voltada a receber famílias pobres. Em razão da arquitetura dessas edificações, o térreo era usado como ambiente comercial e os andares superiores foram transformados em residências.

De certo modo, esse uso expressa uma prática já executada pela sociedade ludovicense em séculos antecessores, mais especificamente, no período colonial, onde as famílias detentoras de casarões, como os que receberam reformas durante a quarta etapa do PPRCHSL, usavam estes imóveis contendo a função comercial no térreo, o segundo piso era a área residencial dessas famílias e o terceiro piso era voltado à utilização dos escravos. A Figura 21 demonstra exemplos dessas edificações com três pavimentos supracitadas.

Figura 21 – Casarões no centro de São Luís, 2023



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Assim, a quarta etapa se caracterizou pela manutenção de ações iniciadas na fase antecessora, mas também por concentrar suas intervenções em reformas de edificações que estavam em situações extremas de abandono e/ou em situação de risco de desabamento. Destarte, a reforma de alguns casarões, somado ao aspecto de introdução de uso social a estes, como é o caso do uso habitacional, contrasta com outras edificações presentes no centro ludovicense que estão em situação de abandono.

Na quinta fase (1995-2002) de intervenções, destaca-se o fato dessa ser a mais duradoura, além do surgimento de uma novidade no âmbito da execução dos investimentos realizados para dar continuidade nas reformas dos casarões e demais estruturas do centro, pois o Governo do Maranhão passa a receber aportes financeiros do BID, por meio do PRODETUR, política pública do Governo Federal que visou a impulsionar o desenvolvimento socioeconômico de cidades brasileiras por meio da atividade turística (Dantas, 2019).

A quinta etapa se mostra importante também em razão de uma ação específica, que visa a impulsionar o centro da capital em contexto mundial, tendo como intuito a

aquisição, concedida pela UNESCO, da titulação da área como patrimônio mundial. Desde 1996, o Governo do Maranhão realizou inúmeras tratativas com órgãos como os Ministérios da Cultura e das Relações Exteriores, a fim de obter apoio para sua candidatura.

Vale ressaltarmos que a elaboração da proposta para a inscrição do Centro de São Luís como possível patrimônio mundial teve sua preparação com base nos subsídios das ações propostas por Gisiger, durante a década de 1970 e a partir das ações discutidas na Convenção da Praia Grande, em 1979.

Nesse contexto, a implementação do PPRCHSL, resultando na reforma do conjunto arquitetônico, bem como de outros equipamentos urbanos presentes no centro, propiciaria ao poder público, condições satisfatórias de elaboração de uma proposta a ser apreciada pela UNESCO.

Portanto, as obras e demais intervenções concretizadas durante a quinta fase do PPRCHSL foram fundamentais para propiciarem um novo panorama ao conjunto urbano do centro de São Luís, fator que foi explorado durante a construção da proposta de candidatura da capital.

Na sexta etapa (2002-2006), destaca-se a conclusão de reformas em casarões que foram iniciadas na fase antecessora, além da inauguração de escolas no Centro, aspecto que se mostrou importante para a permanência de residentes nessa região da *urbe*.

Assim, compreende-se que o PPRCHSL, popularmente reconhecido como Projeto Reviver, obteve importância fundamental para a preservação do centro de São Luís, colaborando para que todo o acervo arquitetônico, historicidade, cultura e demais elementos presentes nessa área da cidade fossem preservados até os dias atuais. Essa salvaguarda contribuiu para a aquisição do título de patrimônio pelo centro de São Luís, realidade que estaremos a abordar a seguir.

4.3 A transformação do Centro de São Luís em patrimônio

Com a finalização do PPRCHSL, o centro de São Luís voltou a se tornar um espaço importante no meio urbano da capital, as intervenções realizadas ao longo de quase três décadas conferiram ao local a sua reestruturação, preservando o acervo arquitetônico presente nesse ambiente e ofertando melhores condições para a execução de atividades já existentes no centro, como, por exemplo, a administrativa e a comercial.

A reforma do centro também propiciou a manutenção do uso habitacional na área, em razão do restauro de edifícios históricos que resguardam essa finalidade. Esse momento

forneceu possibilidades para a introdução de novas atividades ao local, aspecto que já era vislumbrado desde os tempos de planejamento do PPRCHSL. Dentre as novidades, o uso turístico do centro chama a atenção em razão de fazer uso da paisagem do lugar, transformando-a em atrativo para visitantes.

Nesse sentido, cabe pontuarmos a relevância que exerceu a titulação de patrimônio conferida pela UNESCO ao centro de São Luís. O título começou a ser almejado durante a segunda metade da década de 1990, por meio de articulações do Governo do Estado do Maranhão, que compreendia que ao receber essa honraria, somado às obras provenientes do PPRCHSL. O centro da capital iria adquirir importância ainda maior e poderia ser inserido em uma dinâmica já vigente em outros centros de todo o mundo, onde estes espaços alcunhados de patrimônio passam a centralizar atividades econômicas voltadas ao terceiro setor. Sobre o título, Silva (2017, p. 7) declara:

Em 1996 São Luís concorreu ao título de Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade sendo que esse título só foi concedido à cidade em junho de 1997 na 22ª Reunião Internacional do Bureau do Comitê do Patrimônio Mundial/COM, na sede da UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura, em Paris onde foi apresentada a defesa da proposição que foi aprovada pela delegação dos sete países componentes do Baureau (México, Japão, Alemanha, Austrália, Marrocos, Nigéria e Itália sendo que a homologação feita pelo plenário do Comitê do Patrimônio Mundial ocorreu em dezembro de 1997.

Assim, em 1997, em Nápoles (Itália), os gestores públicos conseguem alcançar seu objetivo, fazendo com que o centro de São Luís receba por parte da UNESCO a titulação de patrimônio mundial. Desse modo, o Governo do Estado do Maranhão, assim como a Prefeitura Municipal de São Luís, o IPHAN e o Governo Federal de modo geral, passam a carregar a responsabilidade de preservar todos os atributos que conferiram ao centro ludovicense a honraria de ser concebido como patrimônio mundial.

É a partir desse novo panorama, no qual o centro passa a ser observado como área de relevância mundial, que a sua significância em âmbito local passa a ser ainda mais impulsionada, atraindo visitantes ao local, que foi reestruturado e expressa parte importante da história da capital maranhense. Em função dessa conjuntura, o centro, que de modo primário era a cidade de São Luís e depois se tornou centro, agora estava passando por uma nova etapa, na qual se transformava em Centro Histórico.

Em razão da efetivação desse novo momento vivenciado pelo centro de São Luís, as ações realizadas no local após a titulação de patrimônio mundial foram executadas com base em uma tendência global, que já era vigente também em território nacional, relacionada ao uso turístico de Centros Históricos. Uma vez que esse tipo de paisagem chama a atenção

popular, oportunizando o desenvolvimento da atividade turística nesses lugares.

Entretanto, é importante salientarmos o início de todo este processo que culminou no estabelecimento do centro de São Luís como espaço histórico. Para Silva (2009), esse acontecimento possui relação com o papel desempenhado por intelectuais maranhenses que, nas décadas iniciais do século XX, demonstraram interesse por estudos relacionados à questão patrimonial. Assim, esses agentes passaram a apontar possibilidades de intervenções, por parte dos gestores públicos, que contribuíssem para a preservação da região central ludovicense.

Os ideários propagados por estes estudiosos, que almejavam a salvaguarda, sobretudo do conjunto arquitetônico que se fazia presente no centro da capital, passaram a fazer uso dos instrumentos normativos dispostos no Decreto Lei nº 25 de 1937, que apresentava dispositivos para assegurar a organização e proteção do patrimônio histórico e artístico em território brasileiro (Silva, 2009).

Destarte, apreende-se que a compreensão da necessidade de implementação de medidas a fim de preservar as construções presentes no centro, por parte do poder público maranhense, deu-se em razão da iniciativa desses pesquisadores, que alertaram para a urgência da execução de ações que efetivassem esse intuito.

Convém também elucidarmos que as primeiras ações de tombamentos implementadas no Maranhão não foram realizadas no centro da capital. Conforme aponta Silva (2009), foi no município de Paço do Lumiar, onde ocorreu o tombamento de um sambaqui, já em 1940, ação efetivada pelo IPHAN. Posteriormente, o órgão tombou a primeira edificação presente no centro de São Luís, sendo a Capela de São José da Quinta das Laranjeiras, também em 1940.

Silva (2009) reitera que, nesse momento, o órgão responsável na esfera federal pela preservação do patrimônio em território nacional concentrou suas ações de tombamento por meio de medidas isoladas, tombando de forma individualizada determinados edifícios, igrejas e outros elementos. Por essa lógica, outra área que recebe tombamento por parte do IPHAN é a Fonte do Ribeirão (Figura 22), em 1950.

Figura 22 – Fonte do Ribeirão, 2023



Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

A respeito da Fonte do Ribeirão, Barbosa e Marques (2007) argumentam que esse foi um espaço de suma importância para sociedade ludovicense, servindo como fonte de abastecimento hídrico para a população em séculos antepassados. Com o passar do tempo, perdeu a relevância que detinha em outras épocas e se encontrava em estado de abandono. Desse modo, o seu tombamento serviu para salvaguardar a fonte, que carrega consigo parte importante da história da capital.

Igualmente ao caso da Fonte do Ribeirão, em 1954, a Catedral de Nossa Senhora da Vitória também passa a ser concebida como patrimônio pelo IPHAN. Vale ressaltar que a igreja, assim como a fonte, está presentes na área correspondente atualmente ao centro Histórico de São Luís. Na Figura 23, apresentamos a Catedral de Nossa Senhora da Vitória.

Figura 23– Igreja Catedral de Nossa Senhora da Vitória, 2023



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

A Catedral de Nossa Senhora da Vitória possui relevância até os dias atuais, atraindo um número importante de religiosos, além de ser uma das igrejas mais antigas de São Luís. Assim, apreende-se que, igualmente em outras cidades brasileiras e mundiais, as ações referentes aos tombamentos realizados em solo maranhense foram executadas de modo individualizado, a fim de reforçar a importância desses monumentos e salvaguardá-los.

Somente anos mais tarde é que se concretizaram ações voltadas ao tombamento de áreas de modo mais amplo. Nesse contexto, como já relatado durante a presente seção, destacamos o tombamento executado pelo IPHAN, ao longo da década de 1970, de parte do conjunto urbano de edificações que compõem o centro da capital maranhense.

Chaves (2012) declara que esse movimento referente ao tombamento de áreas urbanas está relacionado ao anseio do poder público, sobretudo em âmbito nacional, de preservar espaços que expressam parte da identidade brasileira. Portanto, essa prática funciona como instrumento de efetivação do supracitado ideário.

Zanchetti (2003) afirma que esse momento relacionado à preservação de conjuntos urbanos construídos em séculos antepassados é denominado de conservação integrada, tendo seu início em solo italiano, a partir da implementação de medidas que contribuíram para a salvaguarda de conjuntos arquitetônicos de muitas cidades. Esse

movimento toma maior notoriedade a partir da década de 1970 e é expandido para outros países do mundo inteiro.

Continuando, Zanchetti (2003) ressalta que a conservação integrada de áreas que se transformaram em patrimônio é um aspecto que colabora para a preservação da memória dos lugares e também direciona dinâmicas econômicas importantes para esses. Desse modo, o planejamento urbano das cidades passa a incorporar essas áreas em suas diretrizes, percebendo suas eventuais potencialidades.

No que diz respeito ao centro de São Luís, embora o tombamento de parte das edificações presentes na área concebida como patrimônio mundial seja a ação mais reconhecida, existem outros tombamentos de forma integrada que contribuem para a preservação do local até os dias atuais, dentre esses, como já apontado, o tombamento federal, correspondente ao IPHAN, que foi realizado em 1974; e o estadual, efetivado em 1986, por meio de iniciativa do Governo do Estado do Maranhão. Portanto, anteriormente à patrimonialização mundial do centro ludovicense, já existiam os referidos tombamentos, que expressavam a relevância que o local possuía e colaboraram para a salvaguarda desse espaço.

A zona tombada pelo IPHAN corresponde ao bairro centro, ou como é reconhecida popularmente, diz respeito à área concebida como Praia Grande, são edificações que estão no entorno da região do antigo porto de São Luís. A Rua Portugal, Rua Djalma Dutra, Rua da Estrela e a Rua do Giz são algumas das que estão contidas na dimensão espacial tombada pelo órgão federal. Convém realçar que, além do centro, a área tombada pelo IPHAN também se estende até parte do bairro Desterro.

De modo isolado, o tombamento federal também abrange outras áreas de relevância para a historicidade de São Luís que não estão contidos nos limites referentes à Praia Grande e parte do Desterro. Entre essas, destacamos a Praça Gonçalves Dias e todo seu conjunto arquitetônico e paisagístico; o Palacete Gentil Braga, situado na Rua Oswaldo Cruz (Rua Grande); a Fonte das Pedras, localizada na Rua Antônio Rayol; a Praça João Lisboa (Largo do Carmo); o prédio onde funcionava a antiga fábrica Santa Amélia; a casa das Minas, que é um templo de Tambor de Mina, religião de matriz africana; além do Teatro Arthur Azevedo.

No concernente ao tombamento estadual, a área estabelecida pelo Governo do Maranhão abrange a dimensão espacial correspondente ao tombamento federal e se estende também até os bairros Diamante, Apicum e Madre Deus. Dessa forma, essa ação colabora para ampliar a zona de proteção referente ao Centro Histórico de São Luís, contribuindo para que a paisagem do local seja preservada ao longo do tempo.

A respeito da região inscrita como patrimônio mundial, destaca-se o conjunto arquitetônico presente durante a Avenida Dom Pedro II, logradouro onde se encontram alguns dos principais prédios situados no centro de São Luís. Entre esses, estão: o Palácio dos Leões, sede do Governo do Estado; o Palácio La Ravardière, sede do poder executivo municipal (Figura 24); o Tribunal de Justiça do Estado; Capitania dos Portos; e a Catedral de Nossa Senhora da Vitória e outros. Atualmente, essa é uma das áreas de maior relevância no centro, fator que atrai um importante número de visitantes para o referido logradouro.

Figura 24 – Prefeitura Municipal de São Luís



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Embora os limites de tombamentos sejam referentes apenas aos três níveis já apresentados, no âmbito municipal também existem ações que contribuem para a salvaguarda das construções presentes no centro da capital maranhense. Dentre essas, realçamos a lei de 1992, que versa sobre o Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo no município de São Luís.

Apesar de ser sancionada durante a década de 1990, a referida lei está em vigor até os dias atuais e tende a ser modificada, uma vez que no ano de 2023 houve a promulgação do novo Plano Diretor do município de São Luís, alterando a legislação municipal. Com esse fato, o próximo passo a ser dado pelo poder público é atualizar a lei de zoneamento, a fim de readequar esse instrumento com base no atual Plano Diretor.

Ainda a respeito da lei de Zoneamento, no referente ao centro da capital, o documento apresenta três distintas zonas. A primeira diz respeito à Zona de Preservação Histórica (ZPH), que se soma aos mecanismos advindos dos tombamentos da UNESCO, IPHAN e Governo do Estado do Maranhão, a fim de reforçar o intuito de preservação do conjunto arquitetônico presente no centro. No âmbito espacial, a ZPH se limita ao recorte da zona de tombamento estadual, portanto, engloba também os limites tombados nas esferas internacional e federal.

Além da ZPH, existe também a Zona de Interesse Social (ZIS), que está relacionada à manutenção de alguns usos na área central de São Luís, como é o caso do habitacional. A ZIS agrega parte do bairro Madre Deus, os bairros Goiabal, Lira e parte do bairro Coreia. Existe ainda uma terceira delimitação municipal referente ao centro, trata-se da Zona Central (ZC), que abrange as duas primeiras citadas e os bairros Camboa, Fabril e Vila Passos. Assim, percebe-se que todos esses bairros, de modo integrado, correspondem ao que é concebido popularmente como Centro Histórico de São Luís.

As ações supracitadas estabelecem os usos a serem desenvolvidos na região central de São Luís, de modo a salvaguardar o patrimônio presente nesse espaço. Dessa forma, a execução dos mais variados tipos de atividades a serem praticadas nessa região da *urbe* devem estar em conformidade com o que está estabelecido no âmbito legal. Para Silva (2009), a implementação e manutenção desses mecanismos como os limites de tombamento, bem como a delimitação de zonas de usos, convergem para a preservação do conjunto arquitetônico do centro.

No referente aos usos, adentraremos, durante a seção subsequente, a este debate com maior detalhamento, de modo a enfatizar o cenário atual do centro de São Luís. Nesse contexto, elencaremos alguns dos principais usos e introdução de novas funcionalidades em determinadas partes do centro, apontando as suas implicações para o lugar. Entre esses, realçamos atividades concernentes ao lazer e turismo, habitação, administração e comércio.

5 O PANORAMA ATUAL DO CENTRO DE SÃO LUÍS: PERMANÊNCIAS, ALTERNÂNCIAS E PERSPECTIVAS

Ao longo dos capítulos antecessores, apresentamos uma discussão sobre o centro de São Luís que se deteve em explorar aspectos relacionados aos primórdios de fundação da cidade e à expansão até o momento de obtenção do título de patrimônio mundial, já no final da década de 1990. Portanto, iniciamos o debate a partir do século XVII e chegamos até o século XX, até então. No presente capítulo, nossos esforços estarão direcionados ao contexto contemporâneo, compreendendo o século XXI ou, de modo mais específico, as suas duas primeiras décadas. O anseio dessa parte de nossa pesquisa é identificar e argumentar a respeito do quadro mais recente vivenciado pelo centro de São Luís, elencando alguns dos principais usos ainda presentes no local, bem como o surgimento e/ou consolidação de novos usos e dinâmicas. As formas nos despertam interesse também, uma vez que a sua manutenção possibilita, até o presente momento, um caráter singular ao centro ludovicense. Nesse contexto, exporemos a realidade das seguintes funções vigentes na região central da capital maranhense: habitacional, comercial, administrativa, turística e de lazer. Como já realçado na seção introdutória, a opção por essas vertentes se justifica em razão de possuírem maior relevância entre aquelas ainda presentes no centro, em nossa percepção. Convém ressaltarmos que essa visão está alicerçada nas etapas de construção de nossa pesquisa, entre essas, destacamos as atividades de campo, que nos propiciaram, ao andar pelas ruas do centro, a observação de processos relacionados às funções supracitadas, seja no uso de casarões, praças, atração de visitantes e outras atividades. Destarte, o quinto capítulo tende a resumir essas experiências identificadas, dialogando com obras de outros estudiosos da temática, de modo a apresentarmos um panorama atual do centro de São Luís.

5.1 Habitação no centro de São Luís

Embora nosso anseio durante o presente capítulo esteja centrado na execução de uma discussão a respeito da realidade identificada no centro ludovicense no século XXI, continuaremos a fazer uso do aporte histórico já apresentado nas seções antecessoras, de modo a usar determinados aspectos que nos auxiliarão a melhor compreender o contexto atual desse lugar.

Nesse sentido, realçamos que o fator habitação se deu, em um primeiro momento, a partir da presença indígena na ilha de Upaon-Açu, sendo caracterizado pelas construções

artesanais que abrigavam os integrantes das aldeias que se organizavam nas imediações da baía de São Marcos (Meireles, 2015). Esse panorama é alternado em razão da ocupação francesa no início do século XVII, que trouxe consigo novas dinâmicas para o território insular; entre essas, a construção de novos modelos de moradia é uma das marcas da presença gaulesa em solo maranhense.

A partir desse momento, é replicado em São Luís um modelo construtivo que possui suas bases alicerçadas em um padrão de cidades europeias. Anos mais tarde, com a retomada de São Luís por parte da Coroa portuguesa, esse processo é continuado, agora com predominância de construções que exemplificam o protótipo de origem lusa. Nesse contexto, começa a emergir pela cidade casarões, igrejas, ruas, praças e outros elementos que se fazem presentes no Centro Histórico ludovicense até os dias atuais.

Desde o século XVII até o início do século XX, quando a cidade era o que atualmente concebemos como centro, os usos do conjunto arquitetônico constituído pelos colonizadores, no âmbito da habitação, foram usados a partir de uma divisão social. Nas imediações do antigo porto de São Luís, encontravam-se grandes casarões, de três pavimentos, sendo estes ocupados por famílias abastadas, que integravam uma elite social que residia em São Luís naquele momento.

Esse conjunto de construções se faz presente ainda hoje, integrando a paisagem urbana da Rua Portugal, Rua da Estrela, Rua do Giz e outras. Nesse caso, nominamos as três supracitadas ruas em razão da presença majoritária dessas construções de três pavimentos por todas suas extensões. O referido panorama pode ser apreendido a partir de uma tendência vivenciada em séculos passados, em que as famílias de maior poderio econômico ocupavam esses prédios que se localizam nas proximidades do antigo porto e do principal mercado da cidade, o atual Mercado das Tulhas.

No contexto atual, percebe-se a relevância dessas ruas, bem como do conjunto arquitetônico, que resguarda, a partir da titulação de patrimônio mundial, e que insere ambos na zona patrimonial de nível internacional. Entretanto, diferentemente dos séculos anteriores, no século XXI, os casarões situados na Rua Portugal, Estrela e Giz não resguardam a função habitacional como característica principal. A Figura 25 demonstra parte dos casarões que compõem a paisagem da Rua do Giz, no centro de São Luís.

Figura 25 – Casarões históricos na rua do Giz



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Em função da introdução de novas dinâmicas, com ênfase para aquelas relacionadas ao aspecto econômico, esses logradouros passam a ser incorporados em uma tendência que primou pelo desenvolvimento do uso comercial e turístico do centro. Convém ressaltarmos que esse intuito já estava no cerne do PPRCHSL, que objetivava, por meio da efetivação das reformas estruturais, preparar o centro para receber novos usos, entre esses, o turístico, além de impulsionar ainda mais a vertente comercial, que já se fazia presente no local.

O referido intuito foi atingido e estaremos a demonstrar mais elementos que justificam essa afirmação durante o presente capítulo. Porém, a consolidação desse novo quadro resulta em implicações para o setor habitacional concernente ao centro, que passa a perder relevância, sobretudo durante o século XX.

Com a reestruturação do centro proveniente do PPRCHSL, juntamente com o advento da expansão urbana que estava em curso na ilha durante as décadas de 1970, 1980 e 1990, a região central passou a perder importância no espaço urbano ludovicense. Dessa forma, muitas famílias deixaram de residir no centro, direcionando-se para outras partes do território da capital (Lopes, 2016).

A partir desse contexto, as funções comercial, turística, de lazer e administrativa passam a deter maior notoriedade no centro, fazendo uso de numerosos espaços como

casarões, praças, igrejas e ruas. Soma-se a isso o fato de reverberar pela cidade, após a titulação de patrimônio mundial adquirida pelo centro, o ideário de que o centro é um lugar histórico, que deve ser preservado. Nesse sentido, a alcunha de Centro Histórico também é disseminada pela população local.

Assim, o local que anteriormente era a cidade e resguardava, para além da função habitacional, todas as dinâmicas inerentes à vida urbana, agora passa a ser concebido como lugar histórico, passível de contemplação (Carvalho, 2009). Dentre os principais locais situados no centro ludovicense que representam a referida tônica, apontamos as três ruas já mencionadas nesta seção: Portugal, Giz e Estrela. Em função de estarem inseridas na zona correspondente à concentração de execução de ações referentes ao PPRCHSL, foram transformadas em espaços relativos ao desenvolvimento das funções comercial, turística e de lazer.

Desse modo, em cenário contrário ao vivenciado durante o período colonial maranhense, os referidos logradouros, bem como outras regiões do centro, deixaram de ser caracterizados como espaço habitacional por grande parte de famílias ludovicenses, predominando atualmente nessas áreas outras atividades que demonstram a reorganização socioespacial pela qual passou o centro de São Luís. Nesse sentido, Garcez (2009) argumenta que são instauradas outras centralidades no centro ludovicense, que expressam a supremacia da atuação de novos setores econômicos nessa região da cidade.

Diante desse contexto, a população ludovicense, que já no século XXI reside em distintas regiões da ilha, passa a observar a consolidação de novas dinâmicas socioespaciais relacionadas ao centro. No que diz respeito aos usos, ainda estão presentes atividades que também eram identificadas em séculos antecessores, como a comercial, administrativa e habitacional. No entanto, a ascensão de outras atividades, como é o caso da vertente turística, insere o centro ludovicense em um panorama semelhante ao vivenciado por outros espaços históricos situados em várias partes do mundo (Sotratti, 2016).

Esse fenômeno traz implicações para as outras funções presentes no centro de São Luís, uma vez que a “vocação” turística foi desenvolvida em detrimento de outras, como é o caso da habitacional. A respeito das famílias que residem no centro ludovicense, Cardoso (2012) aponta a dificuldade de manutenção desses grupos nessa região, uma vez que competem por este território com agentes privados de maior poderio econômico, que primam pelo estabelecimento do centro como ambiência propicia aos seus interesses, ou seja, que possibilite a arrecadação de capital.

Em razão dessa lógica, que, segundo Paes (2017), é algo habitual nos lugares

concebidos como patrimônio no Brasil e no mundo, o uso habitacional passa a perder relevância, uma vez que os residentes não possuem mecanismos para competir contra o mercado imobiliário, turístico e outros. Desse modo, as famílias passam a residir, majoritariamente, nas zonas adjacentes aos espaços que são usados pelos agentes pertencentes ao circuito superior da economia.

Para Carvalho e Simões (2012), a efetivação desse cenário onde as famílias pobres passam a morar em zonas periféricas próximas aos centros, se explica em razão das possibilidades de rentabilidade que esses grupos de menor poder econômico enxergam com o desenvolvimento do chamado turismo de massa. Com o crescente fluxo de visitas, surge também uma rede comercial especializada para atender a demanda dos visitantes. Nesse sentido, o comércio popular, pertencente ao que Milton Santos denomina de circuito inferior da economia, também se organiza para fazer uso desse novo panorama vivenciado por estes lugares.

Assim, o residir nas adjacências desses espaços turísticos, como é o caso do centro de São Luís, condiciona famílias pobres a não terem que custear seus deslocamentos para trabalhar na região central da *urbe*. Portanto, algumas dessas famílias continuam a residir no centro também em função dessa realidade, na qual podem atuar como comerciantes ambulantes pelo Centro Histórico, tendo, dessa forma, uma atividade econômica a exercer e assim podem sobreviver.

Por outro lado, observamos ao longo da pesquisa alguns entraves referentes à permanência desse tipo de famílias no centro, seja no âmbito do desenvolvimento de suas atividades comerciais, como melhor abordaremos posteriormente na parte voltada ao comércio, mas, sobretudo, no aspecto habitacional. Esses grupos sociais possuem dificuldades na manutenção dos casarões históricos que ocupam, em função dos custos elevados para a concretização da preservação de suas estruturas.

Além do custeio dos prédios históricos, a oferta de serviços é outra dificuldade pela qual os grupos familiares que residem no centro passam, uma vez que essa região começou a ser vista como ambiência turística e importante vetor econômico para a cidade, então, suas características foram modificadas.

As vagas de emprego são especializadas, com ênfase para a rede comercial varejista ou do setor turístico. Nesse sentido, as famílias pobres que não possuem, em sua maioria, qualificação para as vagas ofertadas, tendem a trabalhar no centro na informalidade, em empregos precarizados.

Ainda referente à função habitacional no centro, percebe-se a ausência de alguns

elementos característicos inerentes ao que se apreende por bairro, por exemplo: a escassez ou inexistência de serviços como padarias, farmácias, comércios de pequeno porte próximos das residências, posto de saúde, escolas, creches e outros equipamentos que são habitualmente identificados nos demais bairros de São Luís.

Além desse ponto, a presença de pessoas em situação de rua chama a atenção. Os espaços públicos como praças e ruas são usados por esses indivíduos, seja para momentos de alimentação, de descanso ou para abordar, no intuito de adquirir algum dinheiro, os turistas que visitam o centro.

Outro fator que colabora para esse processo de perda de relevância da função habitacional no centro de São Luís é a especulação imobiliária. Entre as motivações dessa realidade, realçamos o fato de alguns imóveis presentes no centro serem de propriedade de famílias europeias que os herdaram de seus antepassados; entretanto, algumas dessas edificações estão desocupadas ou em situação de abandono. Porém, em virtude dessas famílias enxergarem a patrimonialização, bem como o uso turístico do centro, como uma oportunidade de valorização para seus imóveis, fazem uso da especulação para buscarem melhores condições de negociação.

O mesmo processo ocorre com os maranhenses e demais brasileiros que são proprietários de imóveis no centro de São Luís, tendo como implicações desse tipo de prática o estabelecimento de um panorama de ausência de manutenção dos imóveis situados no centro ludovicense.

A partir dessa realidade, têm-se uma série de problemáticas, entre as quais apontamos a precarização dos imóveis ou situações extremas, em que as edificações têm riscos de desabamento. Tomando como exemplificação um episódio recente, ocorrido em junho de 2024, foi identificado o desabamento de um casarão no centro de São Luís, situado na Rua do Giz. O imóvel já se encontrava em situação precária, em razão da ausência de manutenção em sua estrutura. Dessa forma, o poder público já havia até mesmo inserido o prédio entre uns dos presentes no centro que tinham risco de desabamento. Conforme divulgado pela mídia local, o casarão tem um estrangeiro (europeu) como proprietário, que já havia sido condenado a executar a restauração do seu imóvel pela justiça, mas não havia cumprido a determinação.

Destarte, trata-se de um exemplo isolado, mas que retrata a realidade identificada por todo o centro ludovicense; são prédios em situação de risco que podem desabar. São essas mesmas construções que integram a paisagem histórica de uma São Luís do passado que confere ao espaço o título de patrimônio mundial, mas que não cumprem suas funções sociais.

Com base nesse contexto, percebe-se que a especulação imobiliária se sobressai em detrimento do cumprimento da função social desses imóveis, que poderiam ser utilizados por muitas famílias que se encontram em situação de rua pelo centro.

Durante as atividades de campo ao longo desses anos de investigação, constatamos ao andar pelas ruas do centro alguns casarões com placas de “vende-se” e “aluga-se”, atestando o referido fenômeno relacionado à especulação vigente nessa região. Na Figura 26, demonstramos a supracitada realidade.

Figura 26 – Casarões no centro de São Luís com placa de “vende-se” e/ou “aluga-se”



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Como demonstra a Figura 26, ao andar pelo centro é possível identificarmos muitos imóveis a serem vendidos ou alugados, com destaque para os que estão inseridos na zona de tombamento de nível internacional e em suas imediações, ou seja, na região onde o uso turístico passa a predominar.

Diante desse quadro, o poder público, agente importante no que diz respeito ao desenvolvimento do turismo no centro ludovicense, tenta implementar ações que buscam propiciar com que o uso habitacional ainda permaneça presente nesse espaço.

Diante desse intuito, realçamos a relevância da Lei Estadual nº 10.794 de 28/02/2018, que dispõe sobre a criação do Programa “Adote um Casarão”. Por meio desse instrumento, o Governo do Estado do Maranhão buscou a reforma e ocupação de imóveis pertencentes ao Executivo Estadual que não cumpriam suas funções sociais, ou seja, que estavam com problemas estruturais e/ou abandonados situados no centro de São Luís.

Como objetivos, a supracitada lei discorre sobre o preenchimento de vazios urbanos identificados no centro ludovicense, além de colaborar para o cumprimento de diretrizes referentes à função social de propriedade; além disso, impulsionar a atividade comercial e turística nessa região, bem como valorizar a historicidade e cultura local (Maranhão, 2018).

O Programa funcionaria a partir da adoção de um casarão por parte de um particular, sendo pessoa física ou jurídica, de modo que esse agente realize intervenções que contribuam com a reforma e cumprimento de função social do imóvel. Em contrapartida, o poder público forneceria, a partir de um regime de concessão, permissão de uso ou outro instrumento que cedesse ao particular o direito de uso do bem público. Ainda de acordo com a lei nº 10.794 de 28/02/2018, o imóvel deverá ser usado a partir de um tempo limitado, sendo estipulado o período máximo de até trinta anos.

Embora o Programa Adote um Casarão tenha sido criado em 2018, é somente a partir do ano seguinte, por meio do Decreto nº 34.959 de 26/06/2019 e da Lei nº 10.997 de 29/03/2019, que institui os Programas “Nosso Centro” e “Habitar no Centro”, que o Governo do Maranhão consegue implementar na prática as ações referentes ao anseio já previsto na lei de 2018.

Isto ocorre em razão da ampliação de diretrizes já contidas no Adote um Casarão, mas também de outras ações que consistem na importância de fornecer uso social para os imóveis. A partir dessas medidas, o Governo do Maranhão conseguiu atrair o interesse da iniciativa privada por meio de subsídios e concessão de casarões no centro ludovicense.

O Nosso Centro detém como finalidade a execução de atividades relacionadas à inovação, desenvolvimento sustentável e valorização da cultura local, no centro de São Luís, bem como em outros municípios maranhenses.

Já o Habitar no Centro, possui como anseio a efetivação de políticas públicas que propiciem o uso habitacional de imóveis localizados no centro de São Luís (Maranhão, 2019).

Ambos, assim como o Adote um Casarão, possuem como área de atuação espacial, no que diz respeito ao centro, as três zonas de tombamento (Internacional, Nacional e Estadual).

Conforme Cogo (2023), um dos primeiros adotantes de casarões provenientes do Programa Nosso Centro, foi a Vale S. A., que passou a fazer uso de um casarão no centro. Assim, a empresa aportou cerca de R\$ 15 milhões para a execução de intervenções que possibilitaram a reforma de casarões situados no centro de São Luís. Além disso, atividades de cunho cultural foram desenvolvidas, bem como a reforma de praças e outros espaços públicos. Nesse sentido, convém ressaltar o papel desempenhado pelo Centro Cultural Vale Maranhão (CCVM), localizado no centro de São Luís, onde a empresa faz uso de um casarão que abriga um museu e outras atividades culturais que são abertas ao público.

No entanto, no que diz respeito à habitação, realçamos as ações provenientes do Programa Habitar no Centro, que, de acordo com Cogo (2023), foram concentradas num primeiro momento no bairro do Desterro, contribuindo para que o referido bairro consiga preservar a sua função habitacional, mesmo estando nas proximidades da região de maior concentração de turistas no centro (ruas Portugal, Giz e Estrela).

Desse modo, o Governo do Estado subsidia impostos, bem como dívidas administrativas e/ou judiciais que o proprietário do imóvel a ser usado pelo Programa detenha com o Estado, em função da reforma e disponibilização da edificação para famílias ludovicenses que queiram residir no centro.

Para apoiar o investidor que detenha a posse regular de imóvel localizado nas áreas de atuação do programa, o estado disponibiliza a concessão de créditos presumidos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), no valor da reforma do imóvel, além de remissão de débitos de origem administrativa ou judicial do particular para com o estado. Com a reestruturação dos prédios históricos, o projeto visa valorizar toda a região do Centro de São Luís e reaquecer o mercado. O programa é uma extensão do Programa Adote Um Casarão, que também tem a finalidade de reformar casarões do Centro da cidade, porém com a finalidade comercial (Cogo, 2023, p. 72).

Ainda por meio do Programa Habitar no Centro, o Governo do Maranhão reformou o Edifício Governador Archer (Figura 27), que já foi usado como sede de órgãos do poder executivo estadual. Reinaugurado em 2021, o prédio foi readaptado e passou a servir como moradia para 14 famílias de baixa renda que se encontravam em situação de rua no centro de São Luís.

Figura 27 – Edifício Governador Archer



Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Apesar da implementação de Programas e outras ações que têm o intuito de contribuir para a manutenção da função habitacional no centro ludovicense, a moradia nessa região da *urbe* se torna uma tarefa desafiadora frente às dinâmicas referentes às outras funções presentes no atual centro de São Luís. Portanto, apreende-se a necessidade de aprimoramento e ampliação de mais políticas públicas que possibilitem a permanência do uso habitacional no centro.

5.2 Uso comercial

O comércio é uma atividade que caracteriza a região central de São Luís, como já observado nas seções antecessoras, essa vertente contribuiu para o desenvolvimento econômico da *urbe*, seja na escala local a partir das comercializações para a população maranhense, seja também em nível regional, em virtude da centralidade que a cidade deteve no período colonial.

Além disso, podemos realçar uma abrangência comercial de escala internacional, pautada na relevância que atividade portuária ludovicense exerce para a cidade desde os

primeiros séculos de ocupação europeia na ilha, estendendo-se até o contexto contemporâneo a partir da comercialização de *commodities*.

No século XXI, a função comercial continua a ser importante para a economia da *urbe*, seguindo uma tônica habitual referente aos grandes centros urbanos nacionais, onde a difusão de uma rede comercial, bem como de todo o terceiro setor da economia, passa a colaborar cada vez mais com o fortalecimento da economia desses espaços.

Nesse sentido, o centro de São Luís também está inserido nessa dinâmica e foi readequado durante, sobretudo, a passagem do século XX para o XXI, tendo como resultado desse processo a constituição de uma rede comercial diversificada que visa a atender as distintas demandas que caracterizam a região central ludovicense atualmente.

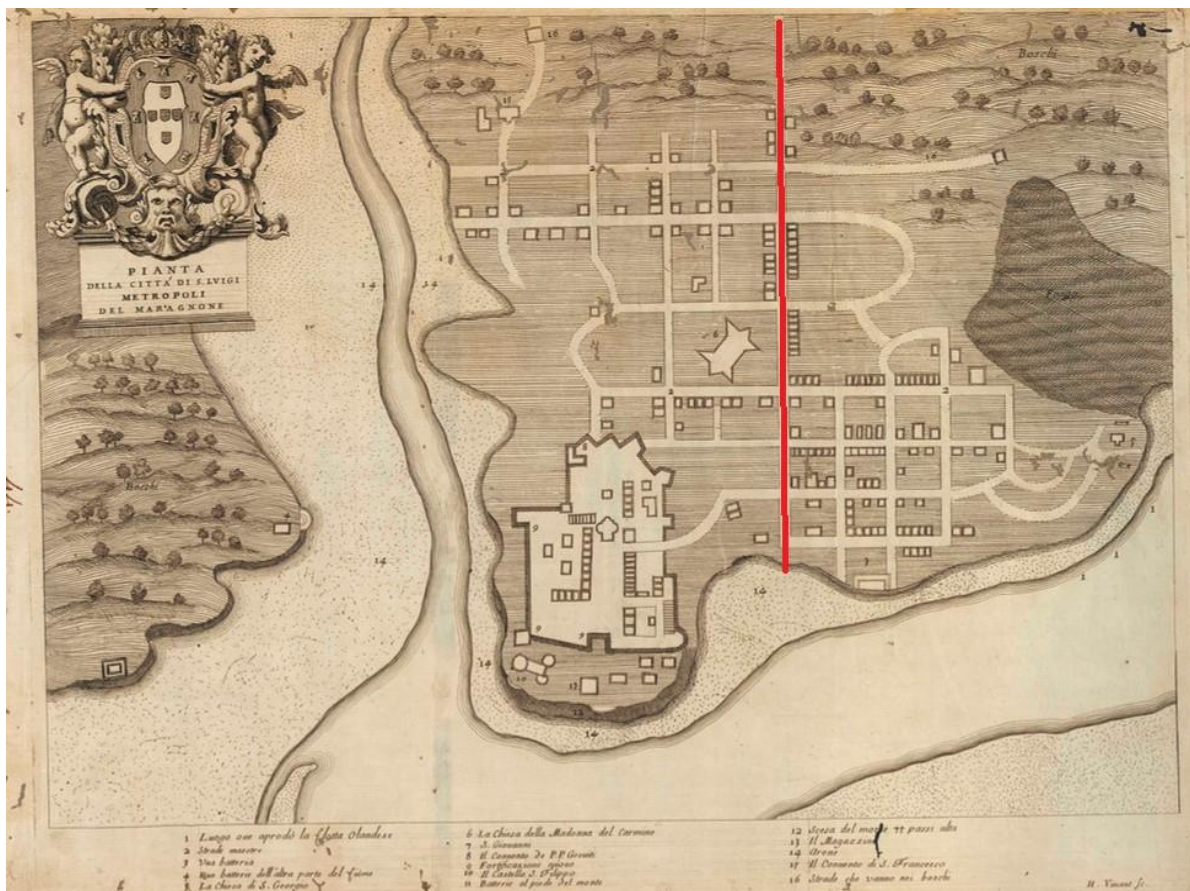
Assim, é possível identificarmos pelo centro agentes comerciais de distintos perfis: independentes/ambulantes, comerciantes locais tradicionais, comerciantes estrangeiros, artesãos, bares, restaurantes, hotéis, pousadas e comerciantes de grande porte (lojas de varejo e atacado).

Diante desse quadro, optamos por discutir essa realidade a partir da Rua Oswaldo Cruz, popularmente reconhecida como “Rua Grande”, que, apesar de ter passado por distintas transformações socioespaciais durante o processo de desenvolvimento urbano de São Luís, continua a ter relevância e notabiliza-se por ainda ser o principal centro comercial popular da capital maranhense (Santos, 2007).

A Rua Grande se notabiliza como importante logradouro ludovicense desde o século XVII, até 1650. O “Caminho Grande”, como era reconhecido, servia de acesso para interligar o centro de São Luís até as partes interioranas da ilha, com destaque para a região atualmente pertencente ao bairro do Anil (Santos, 2002).

Desse modo, apreende-se que sua principal função durante as primeiras décadas ludovicenses, após a chegada europeia, foi de corredor de acesso, ambiência que possibilitava o trajeto da população local para além dos limites territoriais do núcleo incipiente de fundação francesa. A Figura 28 evidencia a Rua Grande no século XVII.

Figura 28 – Rua Grande destacada no núcleo urbano de São Luís (1698)



Fonte: Centro Cultural Vale (2023). Organização do autor (2024).

Durante o século XVII, o uso residencial na Rua Grande era moderado, sendo ampliado durante os séculos sucessores (Santos, 2007). Os seus moradores eram, em sua maioria, pertencentes a uma elite local de origem lusa, que residiam nos numerosos palácios e sobrados que compõem a paisagem da rua.

Conforme Souza (1992), a princípio, o caminho Grande servia como via de locomoção para carros de boi e outras atividades econômicas que necessitavam ser direcionadas da região central até o interior da ilha; entre essas, possuem maior destaque as mercadorias que chegavam ao porto de São Luís.

Nos séculos sucessores, houve ampliação da função habitacional no local, aspecto que pode ser apreendido a partir do crescimento populacional na ilha, bem como pela expansão do seu território para além dos limites da Rua Portugal, Giz, Estrela e outras que atualmente formam o perímetro de tombamento internacional do centro ludovicense. Na Figura 29, podemos observar a ampliação do núcleo urbano de São Luís.

Figura 29 – Rua Grande destacada no núcleo urbano de São Luís (1858)



Fonte: Centro Cultural Vale (2023). Organização do autor (2024).

Como apresenta a Figura 29, podemos observar uma expansão do espaço urbano ludovicense, se realizarmos uma comparação com o cenário retratado na Figura 28. A respeito da Rua Grande, convém realçarmos a ampliação do número de quadras em seu entorno, bem como o perfil dos residentes da rua, que, de modo geral, eram famílias que integravam uma elite local, mas famílias de classe média também passam a residir na rua ou em suas imediações. Dessa forma, esses grupos contribuíram para o estabelecimento do logradouro como um dos mais importantes de São Luís.

A partir desse panorama, são implementadas algumas intervenções urbanas no local, entre as quais, realçamos o prolongamento da Rua Grande, realizado no século XVIII, que propiciou a integração da Rua Grande com a atual Rua do Outeiro.

Houve a implantação de uma linha de bonde, que interligava o logradouro com outras ruas que compõem o centro ludovicense, como, por exemplo: a Rua Rio Branco e do Passeio. Já no século XIX, o alargamento de calçadas, bem como obras de melhoramento no

paisagismo, convergiu para a reestruturação da Rua Grande (Souza, 1992).

Somando-se ao uso habitacional, outras funções foram sendo incorporadas à Rua Grande ao longo do tempo. Sobre esse panorama, Santos (2007, p. 6) aponta que o referido logradouro tinha um “intenso movimento, não faltavam belas residências, cinemas, clubes, lojas, igrejas, jornais, escolas, mercearias, farmácias etc. Enfim, uma rua praticamente autossuficiente, em que usos e funções estavam perfeitamente integrados”. Assim, a rua foi se adequando ao dinamismo inerente ao espaço urbano ludovicense, que foi sendo transformado durante os séculos XIX e XX (Lopes, 2016).

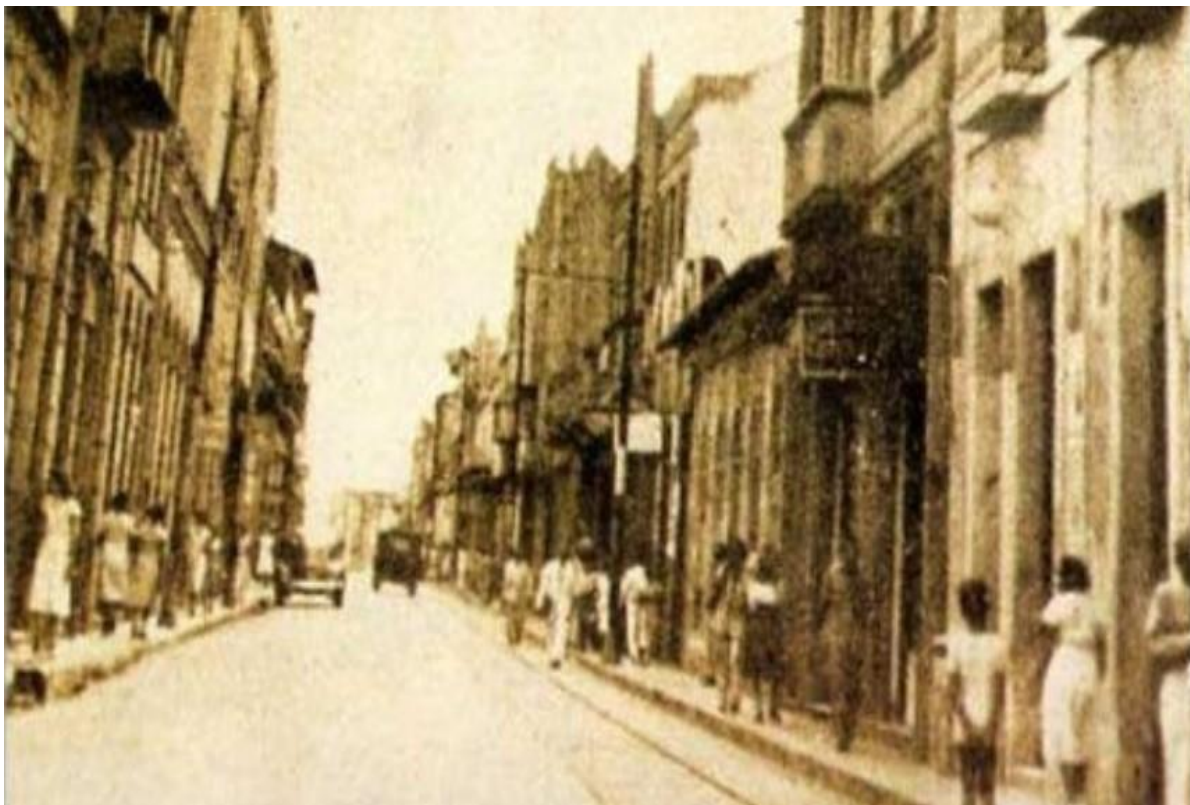
Como principal implicação advinda desse contexto de alternâncias no espaço urbano ludovicense, tal como já expressado na seção antecessora que versa sobre a função habitacional, a elite local passou a optar por residir em novas regiões da ilha, sobretudo após o surgimento da ponte Governador José Sarney (Santos *et al.*, 2013).

Dessa forma, a Rua Grande, assim como todo o centro, passa a vivenciar um novo momento em que divide os usos e funções com outras inúmeras regiões da ilha que emergem a partir da expansão territorial e surgimento de novos bairros em São Luís.

De modo semelhante ao contexto de preservação das edificações de origem colonial ainda presentes no centro ludovicense, podemos apreender que a concentração de investimentos e a aplicação de políticas públicas em outras regiões de São Luís que não fossem o centro convergiram para a manutenção do uso comercial no centro. Uma vez que a elite local migrou rumo às zonas de praias e estabeleceu essa ambiência como principal área residencial das classes de maior poderio econômico, a função comercial se expandiu no centro.

Embora a atividade comercial já estivesse presente na região central da ilha desde os primórdios de seu desenvolvimento urbano, capitaneada pelo papel do seu porto, é durante o século XX que se consolida um novo panorama referente ao comércio ludovicense. A Rua Grande, anteriormente usada como logradouro residencial (Figura 30), passa a ser transformada majoritariamente em espaço comercial, uma vez que seus residentes deixaram-na em predileção à nova tendência de habitar na “Cidade Moderna”, nas proximidades das praias (Souza, 1992).

Figura 30 – Dinâmica socioespacial na Rua Grande (década de 1950)



Fonte: Jornal O Imparcial (2019).

Nesse sentido, houve uma ampliação da atuação do setor privado no logradouro, implicando na constituição do mais importante centro comercial ludovicense. Assim, agentes de capital privado passaram a fazer uso das edificações que se encontram ao longo da Rua Grande, resultando na predominância da função comercial no local (Rocha *et al.*, 2024).

A partir desse contexto, é instaurada na Rua Grande uma dinâmica comercial diversificada. Entre os segmentos atuantes no local, destacamos no ramo de venda de roupas: as lojas Riachuelo e C&A; de telecomunicações: Claro, Tim e Vivo; de variedades: Casas Bahia, Lojas Americanas, Magazine Luiza. Além dessas, existem outras lojas e outros tipos de ofertas de serviços presentes em toda a extensão da rua, como por exemplo: Ótica Diniz, Banco do Nordeste, O Boticário, Crefisa, Farmácia Pague Menos, Extrafarma, Le biscuit e outros.

A centralização desse conjunto de empreendimentos em uma mesma rua impulsionou o desenvolvimento do uso comercial na Rua Grande, implicando na disseminação popular de um ideário relacionado ao local, que passou a ser concebido como principal centro comercial da capital maranhense. Esse momento se dá após o início do período de expansão urbana de São Luís, proveniente da construção de pontes e outras estruturas que possibilitaram com que os moradores do centro deixassem o local e fossem

residir em outras regiões da ilha (Santos *et al.*, 2013).

Então, estamos a falar temporalmente de uma consolidação da Rua Grande como principal centro comercial de São Luís a partir da segunda metade do século XX (Ferreira, 2014). No entanto, convém esclarecer que, mesmo quando o logradouro ainda resguardava a função habitacional, já existiam alguns comércios presentes no local. Além disso, durante a decadência do uso residencial na Rua Grande e anteriormente à instalação de lojas de grande porte, comerciantes faziam uso de algumas edificações para comercializar mercadorias locais.

Com o intuito de readequar o espaço de acordo com a nova dinâmica que se acentuava na Rua Grande, o poder público realizou algumas intervenções no local. Entre as mais relevantes, que expressam a predominância do uso comercial, realçamos a proibição do tráfego de veículos motorizados, em 1979. Anteriormente a essa medida, já tinha sido realizada a retirada dos trilhos do bonde que passara pela rua. Houve também obra para alargamento das calçadas, tornando a rua exclusivamente um espaço voltado para os pedestres que se direcionavam até o local para comprar.

Apreende-se que mais obras de readequação da Rua Grande que contribuíssem para o desenvolvimento de sua função comercial não foram implementadas em razão das impossibilidades advindas do tombamento do centro em nível estadual, em 1986. Essa medida inseriu a rua na zona de tombamento estadual e salvaguardou sua paisagem.

Assim, o uso comercial estabeleceu, mas houve a preservação das formas, ou seja, as edificações constituídas desde o período colonial foram preservadas, tendo apenas a alternância de suas funcionalidades ao longo do tempo. Portanto, ao realizar compras na Rua Grande, a população adentra em estabelecimentos que estão localizados em casarões históricos. A Figura 31 demonstra a rua no século XXI.

Figura 31 – Rua Grande, centro de São Luís, 2023



Fonte: G1 Maranhão (2023).

A Rua Grande se estabeleceu como principal centro comercial ludovicense até o século XXI, momento em que passa a dividir esse posto com outros espaços que surgem em São Luís. Com a expansão urbana e maior ocupação territorial da ilha, outros núcleos comerciais são constituídos (Martins, 2012). Destarte, a Rua Grande passa a ter concorrência e deixa de ser o principal centro comercial da *urbe* para ser mais um entre vários que se apresentam assim.

Entre esses espaços que concorrem com a Rua Grande, possui maior notoriedade o advento do *shopping center*, uma nova tendência de centro comercial que se estabelece a partir de uma proposta distinta da empreendida pelo comércio presente na Rua Grande. O primeiro *shopping* a ser inaugurado na capital maranhense é o Tropical *Shopping*, em 1985, em seguida surge o São Luís *Shopping*, em 1999. Durante o século XXI são inaugurados outros como: Rio Anil *Shopping*, *Shopping* da Ilha, *Golden Shopping* e outros.

Assim, os consumidores passam a ter opções de outras escolhas de centros comerciais para além da Rua Grande. No que tange aos *shoppings centers*, convém ressaltar a diversidade de outras lojas e marcas que não estão presentes na Rua Grande, aspecto que colabora para predileção da população em consumir nesses ambientes em detrimento do

centro de São Luís. Além disso, o conforto do ambiente fechado, climatizado, com estacionamento e outras ofertas de serviços como áreas de lazer e cinema, condicionam esses espaços como principais centros comerciais da ilha.

Ainda assim, a Rua Grande sobrevive e continua a deter centralidade no âmbito comercial em São Luís. No entanto, com o passar dos anos, apreende-se que ocorre uma alternância na dinâmica comercial do local, que anteriormente era concebido como principal espaço comercial para a população ludovicense. Atualmente, com o advento do *shopping center*, as camadas sociais de maior poder aquisitivo, ou seja, a elite e parte da classe média passam a fazer uso dos *shoppings* como principal opção para compras. Dessa forma, são constituídas novas centralidades, bem como são compostas novas dinâmicas referentes ao comércio no espaço urbano ludovicense.

As classes populares continuam a fazer uso da Rua Grande como principal espaço para realização de suas compras, aspecto que configura o local como principal centro comercial para essa camada social. Esse ideário se justifica em razão, não apenas da opção de compra dos mais pobres nesse ambiente, mas também pelo crescimento da atuação de outro setor comercial na Rua Grande, que são os vendedores ambulantes e demais trabalhadores informais.

Os vendedores ambulantes se localizam por toda a extensão da Rua Grande, mais precisamente nas calçadas, na frente das edificações que compõem a paisagem da rua, ou seja, eles atuam na frente das grandes lojas que estão presentes ali, abordando os clientes que passam pela Rua Grande durante todo o dia e também aqueles que adentram determinadas lojas. Esse panorama expressa de modo explícito a atuação dos agentes pertencentes aos dois circuitos da economia relatados por Santos (2023).

Para além da Rua Grande, que é usada por ambulantes que podemos considerar como “de menor porte”, ou seja, são aqueles que possuem mercadorias menores (óculos, chaveiros, carregadores de celulares e os mais diversos tipos de objetos) e que, portanto, conseguem se locomover mais facilmente com seus produtos, as ruas adjacentes à Rua Grande também são usadas por ambulantes. Esses últimos, já consideramos como “de médio e grande porte”, pois possuem barracas/tendas que são instaladas nesses espaços e oferecem uma gama de mercadorias ainda maior, ampliando assim o uso comercial para além da rua Grande.

Outro aspecto que chama a atenção é a atuação de comerciantes estrangeiros. Percebe-se a presença, sobretudo, de comerciantes de origem asiática na Rua Grande e nas ruas mais próximas. Em razão dessa presença, existe uma oferta importante de produtos de

origem asiática, com ênfase para países como China e Coreia do Sul, juntamente com essa grande gama de mercadorias, os preços populares comercializados por esses tipos de vendedores fazem com que a Rua Grande ainda seja um centro comercial relevante para os ludovicenses.

Como reflexo dessa relevância que faz a Rua Grande continuar a exercer, apontamos a execução de obras de reestruturação realizadas durante o século XXI, mais precisamente em 2018. A partir de parceria entre a Prefeitura Municipal de São Luís e o IPHAN, a Rua Grande teve toda sua fiação embutida, aspecto que condicionou melhor apreciação da paisagem do local; nivelamento da rua, propiciando que os pedestres possam se locomover com mais facilidade (Figura 32); além de outras intervenções urbanísticas. Com base em dados divulgados no *site* do IPHAN (2018a), as ações realizadas na Rua Grande, bem como em outras partes do centro de São Luís, como é o caso do Complexo Deodoro, custaram ao poder público em torno de R\$20 milhões.

Figura 32 – Movimentação de pedestres pela Rua Grande (2021)



Fonte: Jornal O Imparcial (2021).

Segundo Rocha *et al.* (2024), a intervenção possibilitou melhores condições estruturais para os usuários da Rua Grande, consequentemente colaborou para fornecer melhores condições para a rede comercial que atua no lugar e para a salvaguarda da paisagem

histórica presente no centro. Outro ponto que nos chama a atenção, é a inauguração de outro *shopping center*, agora não mais em outras regiões da ilha, mas sim na própria Rua Grande, estabelecendo, desse modo, um novo contexto para o centro comercial popular ludovicense.

Trata-se do *Shopping Rua Grande* (Figura 33), que, por meio das possibilidades advindas do Programa Adote um Casarão, passa a fazer uso de um edifício histórico situado na Rua Grande (Rocha *et al.*, 2024). O *shopping* conta com um conjunto de lojas, mas também oferta serviços sociais como um Viva/Procon, praça de alimentação e contará com atividades culturais maranhenses. Inaugurado em 2023, o novo *shopping* possui horário de funcionamento das 09h00min às 21h00min.

Figura 33 – Shopping Rua Grande, centro de São Luís



Fonte: O Imparcial (2023).

Além da nova tendência de ter um *shopping* localizado na Rua Grande, o horário de funcionamento do empreendimento é outro ponto a ser observado, uma vez que o turno noturno passa a ser explorado pela atividade comercial na Rua Grande. Esse quadro chama a atenção em razão da atividade comercial na Rua Grande, até então, ser executada das 08h00min às 18h00min. Durante a noite, as lojas, bem como todas as outras atividades econômicas que durante o dia movimentam a Rua Grande, não funcionam. Assim, a presença do *shopping*, que por si só, já marcara um novo momento para a Rua Grande, agora também passa a explorar a noite como horário comercial.

Portanto, apesar das alternâncias no referente aos usos e funcionalidades ao longo do tempo, a Rua Grande continua a exercer um papel importante para a população ludovicense, embora tenha perdido a sua função residencial que outrora a caracterizou, continua sendo ainda nos dias atuais o principal polo comercial presente no centro de São Luís, atraindo um número relevante de visitantes até o local diariamente, sendo assim responsável pela geração de empregos e contribuindo com a dinamização da economia da ilha.

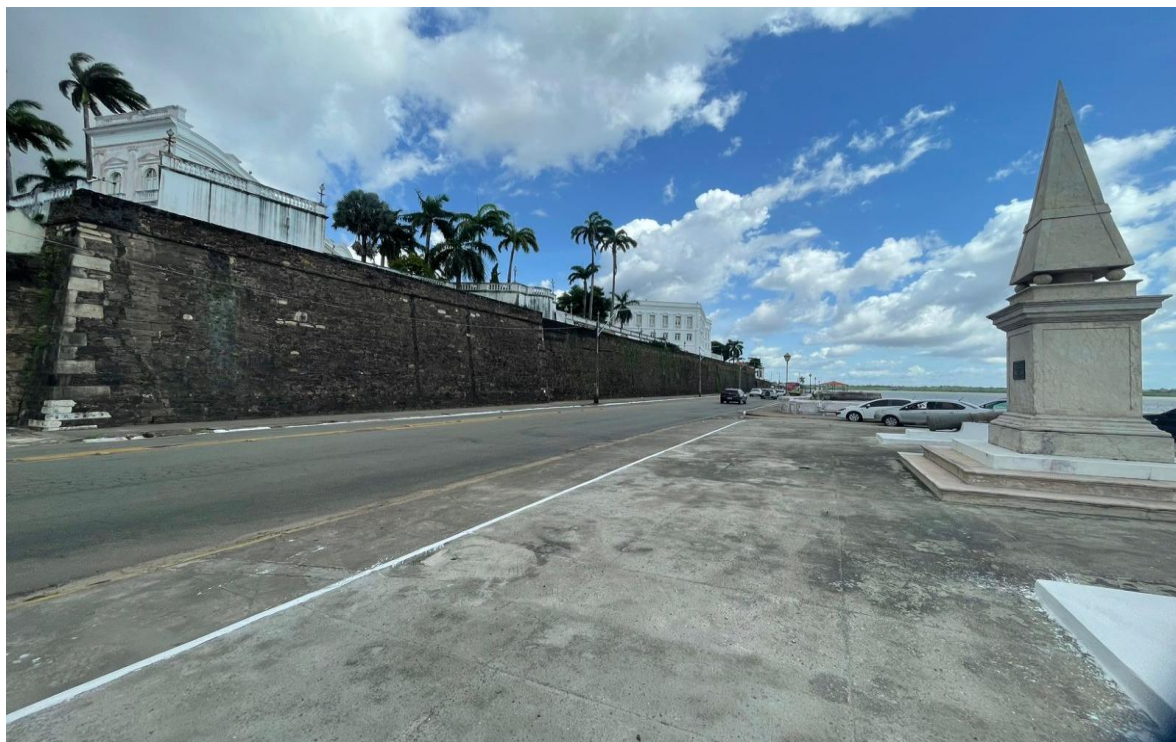
5.3 Função administrativa

De modo a evidenciar a relevância que a região central de São Luís exerceu e exerce no âmbito administrativo, nesse momento, estaremos a direcionar nosso recorte espacial de discussão para a Avenida Dom Pedro II, situada nas imediações da Prefeitura Municipal de São Luís, do Palácio dos Leões e de outros órgãos administrativos importantes.

Desde os primórdios da fundação de São Luís, a função administrativa foi desenvolvida, com o desembarque gaulês em 1612 na ilha, a necessidade de organização e de gestão territorial era vista como aspecto primordial para a efetivação do ideário francês de fundação da França Equinocial (D'Abbeville, 1874).

Convém realçarmos o fato de que é na referida região onde atualmente se encontra a Avenida Dom Pedro II, no centro de São Luís, que os franceses desembarcaram em 1612 e constroem o Forte Saint Louis. Atualmente, é possível identificar reflexos desse período, como, por exemplo: a presença dos principais prédios vinculados à administração pública localizados em uma parte mais alta do relevo, um muro de proteção que remonta o período em que a região detinha o Forte Sain Louis e a proximidade com a Baía de São Marcos. Na Figura 34, realçamos o muro de proteção citado e o Palácio dos Leões, sede do Governo do Estado do Maranhão ao fundo.

Figura 34 – Muro de proteção do Palácio dos Leões



Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Portanto, apreende-se que se trata de uma região estratégica, realidade que explica sua exploração por parte dos colonos como ambiência propícia à instalação dos primeiros órgãos administrativos na ilha. No que tange à função administrativa, Ferreira (2008) declara que o primeiro marco relacionado a essa função é a constituição de uma capela, que, para além do uso religioso, tinha o objetivo de adquirir o papel de órgão administrativo da então recém-criada São Luís.

Posteriormente, a supracitada capela foi transformada na atual Igreja Catedral de Nossa Senhora da Vitória. No entanto, a função administrativa não perdeu relevância na Avenida Dom Pedro II. Foi nas imediações dessa igreja que ocorreu a missa de fundação da cidade de São Luís, celebrada por padres capuchinhos que integravam a missão da Coroa francesa em solo maranhense (Meireles, 2015).

A região onde atualmente está localizada a Avenida Dom Pedro II foi usada por franceses e portugueses como espaço estratégico de defesa territorial, em razão das características geográficas de um relevo mais acentuado que está situado “de frente” para a Baía de São Marcos. Essa área propicia aos seus ocupantes uma visão privilegiada da referida baía, fator importante para a identificação da aproximação de eventuais embarcações que se direcionam até a ilha do Maranhão. Na Figura 35, demonstramos a visão possível a partir da

Avenida Dom Pedro II.

Figura 35 – Vista da baía de São Marcos a partir da avenida Dom Pedro II



Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Como evidenciado na Figura 35, percebe-se que a Avenida Dom Pedro II está localizada em uma parte mais elevada do relevo da ilha do Maranhão, portanto, a vista para a baía é privilegiada e, de certo modo, explica a predileção por parte de franceses e portugueses de constituírem os primeiros núcleos urbanos de São Luís nessa parte do território ludovicense.

Em decorrência do estabelecimento das primeiras organizações sociais promovidas pelos colonizadores nessa região da ilha, foi desenvolvida a função administrativa ludovicense, a fim de melhor gerenciar o território insular. Assim, em 1619, por iniciativa da Coroa portuguesa, é constituída a Câmara Municipal de São Luís.

Ferreira (2008) aponta que, no período colonial, as Câmaras tinham uma relevância importante para o processo administrativo de cidades e vilas da colônia. Era por meio desses órgãos que a Coroa portuguesa efetivava a coleta de impostos, bem como a regulamentação do comércio e de outras atividades econômicas. Assim, apreende-se que a função administrativa se deu, no âmbito de órgãos oficiais em solo ludovicense, a partir da região que posteriormente seria concebida como centro de São Luís.

No século XXI, a Câmara Municipal de São Luís continua presente no centro, embora não esteja situada na Avenida Dom Pedro II, a casa do poder legislativo municipal colabora com a preservação da função administrativa na região central ludovicense. Além da Câmara, outros órgãos públicos como secretarias estaduais e municipais, bem como órgãos vinculados ao poder federal também estão localizados em outras partes do centro.

No entanto, é na Avenida Dom Pedro II que a função administrativa do centro de São Luís fica explícita. Conforme Santos, Marques e Santos (2021), ao caminharmos pela Avenida Dom Pedro II podemos identificar prédios históricos, construídos durante o período colonial, que são usados por distintos órgãos do poder público em diferentes esferas. Entre os principais, além das sedes dos poderes Executivos Municipal e Estadual, podemos observar a Secretaria Estadual de Turismo, o Tribunal de Justiça do Estado Maranhão, a Capitania dos Portos do Maranhão, Bancos, a Corregedoria Geral da Justiça e outros.

Esse conjunto de órgãos, fazendo uso das edificações históricas que compõem a paisagem urbana da Avenida Dom Pedro II, expressam o dinamismo paisagístico presente no centro ludovicense, onde o passado e presente são identificados. Embora as formas estejam preservadas, as funcionalidades foram alternadas. Como foi apontado, a função administrativa possui sua gênese na região atualmente compreendida como Avenida Dom Pedro II, entretanto, essa função não era a principal da área no período colonial. Aspecto que é alternado na medida em que o espaço urbano ludovicense é reorganizado ao longo do tempo, implicando, dessa forma, em consequências para a região central da *urbe*. Diante desse contexto, apreende-se que a maior expressão da predominância e salvaguarda da função administrativa no centro de São Luís, com ênfase para a Avenida Dom Pedro II, seja o Palácio dos Leões (Figura 36), sede do Governo do Estado do Maranhão.

Figura 36 – Palácio dos Leões



Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

O local foi construído durante o período de colonização lusa, sob o comando do capitão-mor Jerônimo de Albuquerque, que passou a governar São Luís após a retomada do território que estava sob o controle da Coroa francesa. O intuito era construir uma edificação que fosse usada pelo então gestor da capitania do Maranhão. Assim, é constituída a então sede do Governo do Maranhão. No entanto, a transformação do prédio em palácio se dá a partir de reconstrução da edificação, realizada em 1776.

Conforme destaca Prado (2013), em 1857, acontece uma nova intervenção no palácio e, em 1968, durante o governo de José Sarney, ocorre uma ampliação do prédio. Ainda durante o século XX e durante o século XXI, outras medidas de restauro e preservação são adotadas, de modo que o local ainda preserva, até o momento, características dos séculos iniciais da vida urbana em São Luís.

Além da função administrativa, a sede do poder executivo estadual maranhense oferece também um espaço cultural, abrigando um museu com acervo histórico de peças que remetem ao início e ao desenvolvimento da ocupação europeia em São Luís e no Maranhão. Além disso, o local ainda apresenta outros aspectos da cultura maranhense. Na Figura 37, temos um registro do Museu do Palácio dos Leões.

Figura 37 – Museu do Palácio dos Leões



Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Ao lado do Palácio dos Leões, está localizado o Palácio La Ravardière, que é a sede da Prefeitura Municipal de São Luís, construído na segunda metade do século XVII. Em um primeiro momento o prédio serviu como sede da Câmara Municipal de São Luís. Além disso, a edificação servia como cadeia, tendo em vista o papel de regulamentação social que as Câmaras tiveram no período colonial. Posteriormente é que o local é transformado na sede do executivo municipal.

A edificação recebeu o referido nome em homenagem ao francês Daniel de La Touche, que, como já ressaltado no capítulo 2, possuía o título de senhor de La Ravardière, concedido pela Coroa francesa.

Assim, a partir da compreensão do papel desempenhado por La Touche no processo de fundação de São Luís, a sede do poder executivo municipal passa a carregar a supracitada nomenclatura (Garcez, 2009).

Ainda sobre a função administrativa na Avenida Dom Pedro II, realçamos o caso do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, criado em 1813, sendo essa a terceira Corte mais antiga do país. Em um primeiro momento, ele foi criado ainda durante o período de domínio da Coroa portuguesa em solo brasileiro, tendo em vista a regulamentação do aspecto jurídico na então capitania do Maranhão. A região de atuação do denominado “Tribunal da Relação do Maranhão” abrangia os atuais territórios do Amazonas e se estendia até o atual

estado do Ceará.

É interessante ressaltarmos que o Tribunal, de modo primário, teve suas atividades na então sede do Poder Legislativo, ou seja, estava situado no prédio que, posteriormente, seria transformado na atual sede da Prefeitura Municipal de São Luís. Além desse fato, as nomenclaturas do Tribunal foram sendo alteradas ao longo do tempo, tendo entre essas: Superior Tribunal de Justiça (1891); Corte de Apelação (1934); Tribunal de Apelação (1937); chegando até a denominação atual Tribunal de Justiça do Maranhão (1947). Na Figura 38, podemos observar a atual sede do Tribunal.

Figura 38 – Sede do Tribunal de Justiça do Maranhão



Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

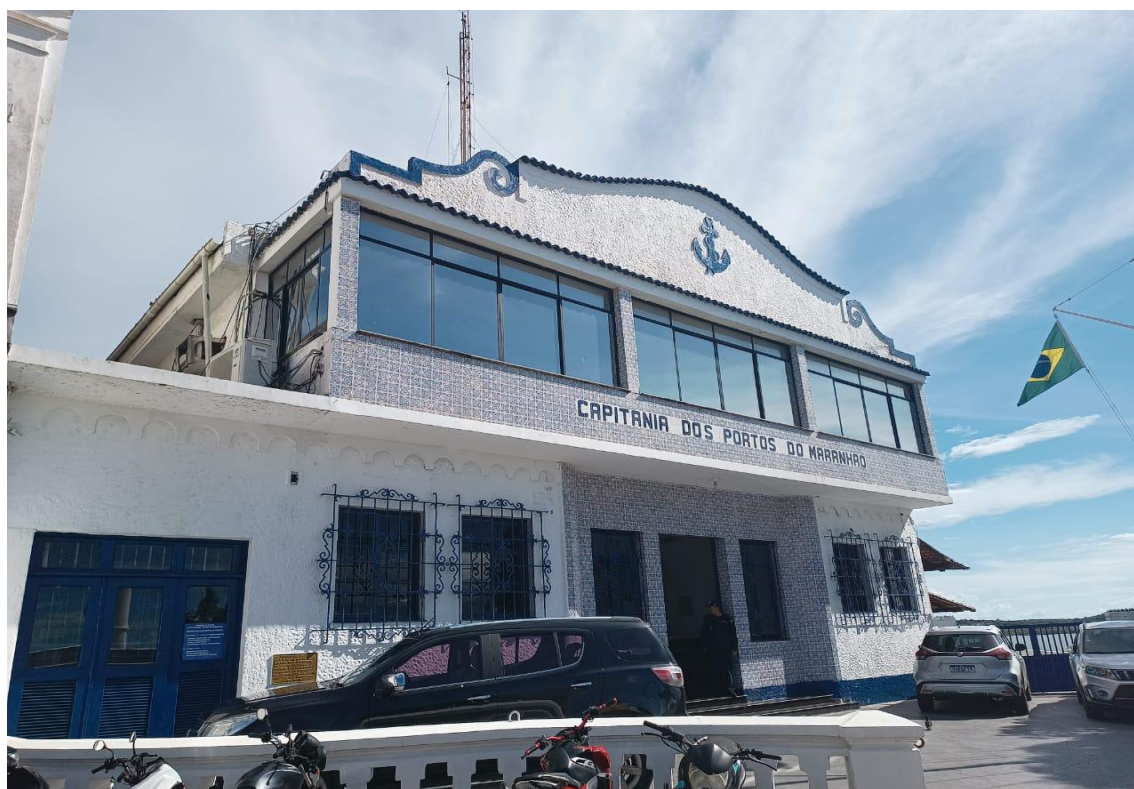
O Tribunal passa a centralizar suas atividades no prédio apresentado na Figura 39, ou seja, na Avenida Dom Pedro II, a partir de 1948, com a inauguração do Palácio da Justiça Clóvis Bevilacqua, que passa a ser a sede do poder judiciário maranhense. Anteriormente à instalação do Tribunal nesse palácio, o poder judiciário passou por outros imóveis, mas sempre funcionando no centro de São Luís.

Outro importante órgão presente na Avenida Dom Pedro II, que reflete a função administrativa do centro de São Luís, é a Capitania dos Portos do Maranhão. Criada no início do século XIX, pelo então Príncipe Regente, Dom João VI, com a finalidade de melhor gerir a atividade portuária em todo o território brasileiro que, naquele período, estava em franca

ascensão. Desse modo, o Maranhão passou a integrar a Divisão Naval do Norte, mecanismo usado pelo governo para delimitar as áreas de atividade portuária no Brasil.

Assim, por meio de Decreto Imperial, em 1845, foram criadas nas cidades portuárias as Capitânicas dos Portos, que tinham como finalidade a regulamentação das atividades portuárias nessas localidades. A Capitania do Maranhão foi inaugurada em 1846, estando localizada, em um primeiro momento, em um casarão na esquina da Rua da Estrela. Durante o século XX a Capitania adquire um imóvel situado na Avenida Dom Pedro II, local que é a sede da Capitania até o presente momento. A Figura 39 demonstra o prédio da Capitania dos Portos do Maranhão.

Figura 39 – Capitania dos Portos do Maranhão



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Outro ponto a ser destacado referente à Capitania dos Portos é que, diferentemente do porto de São Luís, que no período colonial esteve localizado no centro, a Capitania não deixou a região central ludovicense. Dessa forma, sua presença na Avenida Dom Pedro II, até o momento, reflete a relevância e a preservação da função portuária que a *urbe* possui.

Ainda concernente à função administrativa do centro ludovicense expressada na Avenida Dom Pedro II, apontamos a presença da Secretaria de Turismo do Estado do Maranhão. No entanto, é importante ressaltarmos que a função administrativa do centro não

se restringe apenas à Avenida Dom Pedro II. Em outras ruas e avenidas, bem como nas distintas zonas de tombamento, é possível identificar prédios históricos que são usados por repartições públicas, colaborando, dessa forma, para que a região central de São Luís ainda no século XXI preserve a função administrativa, mas, além desse fato, para que também continue a ser um importante espaço de trabalho para parte da população ludovicense que exerce suas respectivas atividades trabalhistas em alguns desses órgãos.

5.4 O lazer e o turismo no centro de São Luís

Embora ambas as funções que norteiam a nossa discussão nesse momento estejam de certo modo interligadas, apreendemos que, no referente ao centro ludovicense, as práticas de lazer detiveram notoriedade primária em relação à atividade turística. Isso ocorre em razão da composição do espaço urbano de São Luís no período colonial que replicava uma realidade identificada em *urbes* europeias que ofereciam espaços públicos como praças, que serviam como pontos de encontros para a sociedade.

Com base nesse contexto, a construção de praças no centro de São Luís, que durante o período colonial era a cidade, oportunizou que a sociedade ludovicense passasse a incorporar hábitos recreativos, fazendo uso de determinados espaços públicos como ambiências voltadas aos encontros com familiares e amigos, praticando atividades que detinham o lazer como principal característica.

De acordo com Hahn, Bovo e Ré (2016), as praças são elementos intrínsecos ao urbano, à vida da sociedade urbana, uma vez que representam aspectos da vida cotidiana da população, servem como ponto de encontro e partilhamento de momentos coletivos. Desse modo, a construção da cidade de São Luís seguiu o referido panorama, tendo a partir das praças localizadas em seu atual Centro Histórico o início das atividades de cunho recreativo em solo ludovicense.

Esse quadro começa a ser modificado na medida em que outras dinâmicas socioespaciais surgem em São Luís. Nesse sentido, realçamos o fato de o centro deixar de ser a cidade, na medida em que ocorre o processo de expansão urbana e a ocupação territorial da ilha passa a ser ampliada. Consequentemente, as praças, que só existiam até então na região que atualmente representa o centro ludovicense, passam a ser construídas em outras partes do território de São Luís.

Ainda como reflexo da expansão urbana, surge o fenômeno de valorização social pelas zonas de praias em São Luís, realidade já apresentada no capítulo antecessor. Esse

momento é importante em função das praias passarem a representar mais uma alternativa de lazer para a população local, deixando em segundo plano outras áreas públicas como as praças.

Vale ressaltar que esse momento de alternância dos hábitos de lazer da população ludovicense ocorre a partir da segunda metade do século XX, evidenciando uma tendência que seria observada ao longo das primeiras décadas do século XXI.

Assim, apreende-se que o centro teve a função de principal espaço de lazer dos ludovicenses até o início do século XX, por meio do papel desempenhado, sobretudo, pelas praças. Na Figura 40, podemos observar a composição paisagística da Avenida Dom Pedro II, onde está a Praça Dom Pedro II, um dos principais pontos de encontro para a população ludovicense nos séculos antepassados.

Figura 40 – Praça Dom Pedro II, século XX



Fonte: IBGE (2016).

Como demonstrado na Figura 40, percebe-se que a Praça Dom Pedro II era um espaço público que servia de ponto de encontro para a sociedade ludovicense no passado. A disponibilidade dos bancos, o chafariz e a plantação de árvores tinham como finalidade propiciar um espaço de sociabilidade e conforto para a população de São Luís.

Durante o século XX, com a efetivação dos tombamentos do centro, a praça passa por intervenções, sendo a mais recente finalizada em 2018, que restaurou o chafariz e os

canteiros e ampliou o número de bancos, fez plantação de novas árvores e também reparos no piso. Na Figura 41, apresentamos o resultado da referida intervenção do poder público, proveniente de parceria da Prefeitura Municipal de São Luís e do IPHAN.

Figura 41 – Praça Dom Pedro II após reforma



Fonte: IPHAN (2018b).

Conforme D'Abbeville (1874), a Praça Dom Pedro II é a primeira construída em São Luís, tendo a finalidade de servir como ambiência de descanso para os franceses, que durante os primeiros anos de fundação de São Luís concentravam suas atividades comerciais, bem como as práticas sociais do cotidiano, na região onde atualmente estão localizadas a praça e a Avenida Dom Pedro II.

Essa realidade se explica a partir da concentração das atividades urbanas nessa parte da ilha do Maranhão. Nesse sentido, reiteramos o entendimento necessário de que a região concebida atualmente como centro de São Luís foi pensada desde o período colonial como cidade. Isso explica o conjunto diverso de usos e funções que essa região teve ao longo da história ludovicense.

Na medida em que a mancha urbana de São Luís foi sendo ampliada, outros

espaços foram incorporados a essa dinâmica, tal como aconteceu com outras funções como a comercial e a habitacional, ou seja, em razão da população passar a residir em outras regiões da ilha que não o centro, os usos e funções que estavam presentes na região central também migraram, juntamente com a sociedade, para outros bairros que surgiam no espaço urbano de São Luís; foi o que aconteceu com o lazer.

Além da Praça Dom Pedro II, a primeira de São Luís, outras praças foram surgindo na *urbe* com o passar dos anos, entre essas realçamos: a Praça Benedito Leite, Praça Deodoro, a Praça do Pantheon, Praça Maria Aragão, Praça Gonçalves Dias, Praça Nauro Machado, Praça João Lisboa, Praça Antônio Lobo e outras. Todas essas estando localizadas na região que atualmente corresponde ao Centro Histórico, ou seja, as praças foram elementos importantes na vida urbana ludovicense, sendo construídas em diversas partes da até então cidade, fornecendo à população espaços para momentos de lazer.

No século XXI, as praças situadas no centro continuam a exercer relevância, cumprindo com suas funções sociais. No entanto, em razão de um novo contexto socioespacial que caracteriza a região central de São Luís atualmente, esses locais são usados como espaços comerciais por agentes como feirantes e vendedores ambulantes, por pessoas em situação de rua e para realização de eventos culturais e outras atividades.

Desse modo, denotamos que, apesar das praças continuarem a servir como espaços de lazer, passaram a incorporar outras funcionalidades que dizem respeito a outro modelo de sociedade, outras demandas, outro contexto histórico. Como expressão dessa alternância ocorrida ao longo do tempo, podemos fazer uso da realidade da Praça dos Poetas, inaugurada em 2020, localizada ao lado da Prefeitura Municipal de São Luís.

A Praça dos Poetas além de cumprir sua finalidade primordial como praça, propiciando espaço público para uso da sociedade, dispondo de bancos, árvores e outras estruturas, também oferta ao seu frequentador a possibilidade de conhecimento ou aprofundamento sobre a cultura maranhense, uma vez que o local homenageia importantes poetas do estado, entre esses: Gonçalves Dias, Ferreira Gullar, Maria Firmina e outros. Na Figura 42, demonstramos o local.

Figura 42 – Praça dos Poetas, centro de São Luís



Fonte: Elaborada pelo autor (2021).

Na praça, é possível identificar informações sobre vários poetas maranhenses, bem como versos de suas obras. Além disso, a Praça dos Poetas oferta ao seu visitante uma cafeteria e um mapa do Centro Histórico de São Luís, contendo os principais pontos para visitação, expondo a abrangência que a atividade turística detém nessa região da cidade atualmente. Portanto, trata-se de uma praça que agrega um conjunto de elementos, tendo a finalidade de servir para além dos usos convencionais desses espaços.

Outro ponto referente ao lazer no centro de São Luís que merece menção é a presença de museus. Na medida em que a cidade deixou de ser apenas o centro e a região central passou a ser usada majoritariamente como ambiência comercial, da administração e posteriormente pela atividade turística, o surgimento de museus pelo centro visou a contribuir com a valorização e preservação de aspectos culturais locais, assim como propiciar à população espaços de visitação, desse modo, servindo como novas possibilidades de atividade de lazer no centro, seja para os ludovicenses, seja para os turistas que exploram o centro diariamente.

Entre os principais museus presentes no centro de São Luís, apontamos o Museu do Reggae, único do gênero existente fora da Jamaica; o Museu da Gastronomia, que apresenta a historicidade dos hábitos alimentares do Maranhão; o Museu de Artes Visuais;

Museu Histórico e Artístico do Maranhão; Casa do Maranhão; Museu de Arte Sacra; Museu Casa de Nhozinho e outros. Além dos museus, realçamos a presença de outras casas de cultura como o Centro de Cultura Josué Montello, abrigando museu, biblioteca e galeria de arte; e a Casa do Tambor de Crioula, espaço dedicado à preservação e difusão dessa manifestação cultural. Todos esses ambientes ofertam ao visitante do centro a possibilidade de vivenciar um momento recreativo, mas também de conhecimento sobre a cultural do Maranhão.

A respeito do uso turístico, devemos salientar que o seu surgimento, bem como sua difusão, está diretamente relacionado com o processo de patrimonialização do centro de São Luís. No PPRCHSL, como já destacado no capítulo 3, já constava nas atividades previstas após a efetivação das reformas estruturais o desenvolvimento de um potencial turístico que os gestores públicos acreditavam que existia na região central de São Luís.

Para Méndez (2015), a valorização e implementação de novos usos em centros que possuem a alcunha de espaços históricos (como é o caso do centro de São Luís), em nível mundial, foi impulsionada pelas realidades de França e Itália ao longo da década de 1970 e pela Espanha a partir de 1980. Nesses países, políticas públicas eram pensadas no intuito de modernizar a paisagem urbana de áreas vistas como ultrapassadas, a fim de instaurar novas dinâmicas nesses espaços, entre essas, atividades relacionadas ao setor terciário, como por exemplo, o turismo, que foram inseridas nesses espaços.

Segundo Maluly (2017), a referida tendência de execução de intervenções urbanas de cunho modernizador em locais classificados como antigos ganha força ao decorrer do crescimento do fenômeno de patrimonialização de determinadas partes de territórios de cidades pelo mundo. São essas áreas que atualmente conhecemos como centros históricos.

Yeras (2018) ressalta que a designação de espaços urbanos que datam de séculos passados como patrimônio reflete uma tendência de valorização sociocultural dos lugares, de suas arquiteturas, práticas e representatividades. Nesse sentido, a sociedade contemporânea passa a obter uma concepção de que esses locais devem ser preservados e contemplados.

Assim, com a aquisição do título de patrimônio mundial da humanidade no final do século XX e com a finalização do PPRCHSL no início do século XXI, o centro de São Luís passou a ser concebido como ambiência turística. Esse fato estabelece um novo panorama, no qual a atividade turística passa a figurar como importante vetor econômico para o centro.

Dessa forma, as edificações constituídas durante o período colonial passam a ser usadas por agentes turísticos, seja no surgimento de uma rede comercial especializada (hotéis, bares, restaurantes), ou por meio da exploração do título de patrimônio, dando ênfase à

contemplação do conjunto arquitetônico, fator que passa a ser um diferencial para atrair visitantes ao centro de São Luís.

A população local é inserida nesse fenômeno a partir da constituição de uma nova relação com a região central da *urbe*, que agora se caracteriza pela preservação e contemplação de um espaço histórico. Assim, o centro é transformado em um lugar propício à visitação, uma vez que fornece elementos históricos e culturais, como praças, museus, casas de cultura, feiras e outros ambientes.

No referente aos turistas, é replicada uma tônica já difundida em *urbes* europeias que possuem centros históricos concebidos como patrimônio mundial, assim o turismo faz uso desses espaços a partir do interesse popular em visitar essas ambiências que exprimem símbolos de períodos antepassados. O poder público contribui com esse fenômeno ao direcionar investimentos que propiciam melhores estruturas para esses locais, de modo a melhor receber os seus frequentadores e, conseqüentemente, arrecadar com o desenvolvimento do setor turístico nesses espaços.

No caso do centro de São Luís, apreendemos que esse modelo foi posto em prática, a partir de um processo preparatório do centro que resultasse na sua aptidão ao uso turístico. Isso ocorre em função da execução do PPRCHSL e posteriormente de outras políticas como o PRODETUR; além disso, recentemente, durante os últimos dez anos, realçamos a realização de intervenções que tiveram como intuito a reforma de algumas edificações, praças e outros espaços situados na região central ludovicense.

Dentre as obras mais recentes, apontamos algumas provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que teve uma vertente voltada a atender cidades que possuem espaços considerados patrimônio histórico. Trata-se do PAC Cidades Históricas, que em São Luís possibilitou a reforma de algumas edificações e outras estruturas urbanas localizadas no centro da capital maranhense. Entre as reformas realizadas, destacamos a reinauguração em 2018, do Complexo Deodoro, que conta com as praças Deodoro, Pantheon e as alamedas Gomes de Castro e Silva Maia.

O Complexo Deodoro está localizado no centro de São Luís, próximo à Biblioteca Benedito Leite, a mais antiga do estado. Está situado também nas proximidades da Rua Grande, principal centro de comércio popular ludovicense, ou seja, é uma região que recebe diariamente um fluxo de visitantes importante. Com a reforma das praças e ruas, é possível que a população local e os turistas que visitam o centro tenham acesso a um espaço público mais bem estruturado, a Figura 43 demonstra parte do Complexo Deodoro após a sua reinauguração em 2018.

Figura 43 – Complexo Deodoro, centro de São Luís



Fonte: Jornal O Imparcial (2018).

A reforma do Complexo Deodoro contou com investimentos do IPHAN, a partir do PAC Cidades Históricas e da Prefeitura Municipal de São Luís. Após a sua reinauguração, o local foi incorporado aos usos turísticos e de lazer presentes no centro, uma vez que foi transformado em mais um importante ponto de visitação para as pessoas que frequentam o centro ludovicense. Outra obra, fruto da parceria do poder público municipal e da esfera federal, é a reforma da Praça João Lisboa, do Largo do Carmo e da Rua de Nazaré, aspecto importante para o desenvolvimento da atividade turística, uma vez que esses espaços são destinos constantes de turistas.

Após a reforma do Largo do Carmo e da Praça João Lisboa, a partir de medida adotada pela Prefeitura Municipal, a Feirinha São Luís, espaço voltado à comercialização de pequenos produtores, artesãos e demais comerciantes locais, que ocorria na Praça Benedito Leite, também no centro de São Luís, foi ampliada pelo poder público passando a ocorrer também nos espaços reformados supracitados. Essa medida é explicada a partir do intuito do Executivo Municipal de potencializar, com base no turismo, a feirinha, que ocorre aos domingos pela manhã e se estende até o período da tarde.

Conforme Silva (2021), a Feirinha São Luís se tornou um instrumento importante

para a difusão do turismo no centro de São Luís, uma vez que os turistas que visitam a capital maranhense incluem a visita à feirinha em seus roteiros de domingo, tendo a oportunidade de conhecer aspectos da cultura local. A Prefeitura de São Luís gerencia a feirinha a partir da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (SEMAPA), propiciando aos feirantes estruturas montadas nas praças, além de apresentação de atividades culturais maranhenses, como, por exemplo: grupos de bumba meu boi, tambor de crioula e outros. Na Figura 44, podemos observar um registro da feirinha São Luís.

Figura 44 – Feirinha São Luís



Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Outro ponto turístico do centro de São Luís é a Rua Portugal. Estando localizado nos limites territoriais do centro que correspondem às três zonas de tombamentos, o local foi transformado durante o século XXI em ambiência atrativa para os visitantes do centro ludovicense. A sua procura se justifica em razão dessa rua obter o maior conjunto de edificações de origem colonial que possuem suas fachadas revestidas por azulejos.

Conforme Alcântara (1980), o uso de azulejos em construções ludovicenses é proveniente, sobretudo, do século XVIII, momento em que foram trazidos de Portugal, de

modo mais preciso, de Lisboa e da cidade do Porto, da França, da Alemanha e da Bélgica. Desse modo, em 1778, a autora aponta que mais de cem mil peças chegaram a São Luís e foram utilizadas na construção de igrejas e outras edificações.

Aragão, Santos e Silva (2019) declaram que, de modo inicial, o uso dos azulejos visava a replicar tônica já empreendida em território europeu, ou seja, fazendo uso dos azulejos no revestimento interno das construções ludovicenses.

No entanto, em função das distinções climáticas de São Luís com a realidade vivenciada por Portugal, percebeu-se a necessidade de utilização dos azulejos para revestimentos externos, ou seja, nas fachadas das construções, de modo que os azulejos pudessem contribuir para conter a umidade, o calor e as chuvas.

Vale ressaltar, com base em Alcântara (1980), que o revestimento de fachadas já era usado em cidades portuguesas como Lisboa e Porto, entretanto, a finalidade desse uso nessas *urbes* tinha o teor estético. No caso ludovicense, o intuito primário foi de adaptar as edificações às condições climáticas, mas, com o passar dos anos, a valorização estética também passou a caracterizar as construções presentes no centro de São Luís.

Como demonstração dessa valorização é que apontamos o caso da Rua Portugal, local onde está situado o maior conjunto de construções do período colonial que possuem suas fachadas revestidas por azulejos na América Latina (Santos, 2015). Na Figura 45, podemos observar um dos casarões que compõem a paisagem da Rua Portugal.

Figura 45 – Fachada de casarão revestida com azulejos, Rua Portugal



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

A singularidade da configuração paisagística da rua contribui para sua transformação em espaço relacionado ao turismo. Assim, é comum observar, ao andar pela Rua Portugal, turistas e demais visitantes contemplando as edificações, bem como realizando registros fotográficos, fazendo uso das fachadas revestidas em azulejos como cenário.

Outro aspecto referente ao turismo, diz respeito às igrejas que se localizam no centro, ambiências que historicamente tiveram uma função relacionada à gestão territorial ludovicense, a partir da organização das freguesias. Mas que também colaboraram com a difusão do catolicismo na ilha do Maranhão. Atualmente, esses espaços foram incorporados aos roteiros turísticos, fazendo uso de suas relevâncias na história política, cultural, religiosa e até mesmo arquitetônica de São Luís.

Destarte, é comum observarmos turistas que visitam o centro ludovicense inserirem em seus roteiros paradas em igrejas como a Nossa Senhora da Vitória, do Desterro, dos Remédios, entre outras. Assim, apreende-se que esses locais, ao longo da inserção de novas dinâmicas no centro, como a vertente turística, tiveram também seus usos readequados. Apesar de preservarem sua finalidade primária, ou seja, a função religiosa, o turismo faz uso desses espaços como atrativos para os visitantes.

Situação semelhante ocorre com o Mercado das Tulhas, que, no início da vida urbana ludovicense, servia como ponto de abastecimento da cidade, mas que, em razão da demanda turística, passou no século XXI a ser um dos pontos de visitação, atraindo pessoas que querem conhecer e adquirir produtos maranhenses. Esse fato somado ao aspecto de que o Mercado das Tulhas está localizado na zona de tombamento internacional, converge para sua inserção como equipamento importante a ser usado pelo setor de turismo atuante no centro.

De modo geral, o turismo é um uso que se consolida durante o século XXI no centro ludovicense, readaptando esse espaço no que concerne às dinâmicas socioespaciais. Entretanto, percebe-se que esse panorama está concentrado nas imediações, sobretudo, da zona tombada em nível internacional.

Assim, apreende-se que existe uma atuação organizada do setor de turismo, que visa a explorar a região que detém a titulação de patrimônio mundial, aspecto que pode ser interpretado a partir das valências que já foram apontadas durante este estudo, que dizem respeito a um modelo de turismo voltado a essas áreas concebidas como patrimônio.

Por outro lado, não estamos a declarar que o turismo não atua nas outras regiões do centro, pelo contrário, é possível observar sua atuação nas zonas de tombamento nacional e estadual, mas é notória a predileção pela zona detentora da titulação concedida pela UNESCO para o desenvolvimento do turismo. Tal fato pode ser apreendido pela concentração de imóveis e demais estruturas que receberam intervenções de cunho reformista, possibilitando, dessa forma, que a referida região fosse usada pelo setor turístico.

5.5 Análise integrada

Com base nos principais usos e funções apresentados durante o presente capítulo, neste momento, almejamos a execução de alguns apontamentos a respeito do contexto identificado no centro de São Luís de modo geral, dando ênfase ao início, desenvolvimento, alternâncias e consolidações de novas dinâmicas que caracterizam essa parte da *urbe* no século XXI, mas também em períodos pretéritos.

Assim, optamos por elaborar um esboço sintético de alguns marcos históricos que em nossa percepção, contribuiriam seja no referente ao desenvolvimento de determinados usos e funções, seja na alternância ou surgimento de novas dinâmicas na região central ludovicense.

De modo a melhor apresentar o resultado desse esforço, fazemos uso de uma abordagem metodológica proposta por Vasconcelos (2009b), na qual o autor, por meio de artigo publicado na Revista Geotextos, cujo título é “Questões metodológicas na geografia

urbana histórica”, versa sobre os desafios da construção de estudos provenientes da Geografia Urbana Histórica que analisam cidades em um intervalo longo de tempo.

A duração apresentada por Vasconcelos (2009b) diz respeito a um conjunto de séculos, ou seja, das dificuldades identificadas pelo pesquisador durante o processo analítico de distintos períodos de uma *urbe*. Nesse sentido, fazemos uso dessa abordagem metodológica em nosso estudo em razão de apreendermos que, nesta tese, propusemos-nos a realizar o referido exercício tomando como objeto de análise o centro de São Luís.

Parte da proposta empreendida por Vasconcelos (2009b) diz respeito à identificação de determinados momentos e marcos históricos que o pesquisador irá tomar conhecimento. Dessa forma, o autor propõe uma caracterização de épocas, apontando o que ele define como períodos densos e de ruptura.

O primeiro sendo referente a um conjunto de acontecimentos de relevância para a *urbe* durante um dado período histórico; já o segundo se notabiliza como um marco de alternância na dinâmica que até então esteve estabelecida no lugar, dando início a partir da ruptura a um novo período denso.

A respeito de suas identificações sobre os períodos densos, Vasconcelos (2009b, p. 148) declara que esses “fornecem elementos factuais de grande riqueza, a partir de documentação da época, que registram as ocorrências extraordinárias”. Por outro lado, os momentos denominados como períodos de ruptura podem ser identificados a partir de acontecimentos que denotam em transformações do quadro que até então estava posto.

Como exemplificação de um período de ruptura, Vasconcelos (2009b) apresenta o caso da presença holandesa em Salvador no período colonial, episódio que convergiu para o estabelecimento de uma nova dinâmica socioespacial a ser instaurada em solo soteropolitano. A partir desse momento, com a concretização da ruptura, é iniciado um novo período denso.

Tomando como base a referida lógica, fazemos uso da mesma abordagem ao realizarmos o exercício de definição de alguns momentos históricos identificados ao longo do processo de construção desta tese que julgamos passíveis de serem classificados como períodos de ruptura e de densidade.

A efetivação dessa caracterização a partir da abordagem proposta por Vasconcelos (2009b) visa a não apenas ressaltar os principais marcos históricos da vida urbana de São Luís, aspecto que em nosso entendimento já foi realizado em outras pesquisas constituídas, mas sim constituir de forma sintética um panorama geral de fatos históricos que nos auxiliam a melhor interpretar dinâmicas contemporâneas e antepassadas referentes, sobretudo, ao centro ludovicense, mas também a toda São Luís.

Desse modo, o anseio é propiciar uma identificação de momentos importantes ao longo do tempo que se relacionam com a cidade de São Luís e, em um período mais recente, com o seu centro, de modo a elencar alternâncias importantes para essa região, dando ênfase ao conjunto de usos e funções que caracterizaram e caracterizam esse espaço do período colonial até o século XXI.

Nesse sentido, denominamos os períodos escolhidos como densos e de ruptura, com base em seus impactos para organização, reorganização e demais alterações ocorridas no centro de São Luís. Visando a melhor apresentá-los, foi elaborado um quadro contendo a identificação dos períodos; o tempo; acontecimentos de maior notoriedade; assim como os principais usos e funções que caracterizam a cidade/centro de São Luís. A seguir, o Quadro 1 apresenta de forma resumida o panorama identificado por meio da execução da presente pesquisa.

Quadro 1 – Caracterização de períodos densos e de ruptura (continua)

TEMPO	CARACTERIZAÇÃO	ACONTECIMENTOS	PRINCIPAIS USOS E FUNÇÕES
1612		Fundação da cidade São Luís	
1612-1613	DENSO	Fortificações; catequese; criação do porto	militar; portuária; religiosa; administrativa e habitacional
1614-1615	RUPTURA	Retomada da ilha pelos portugueses	militar; portuária; religiosa; administrativa e habitacional
1616-1640	DENSO	Construção de casas, igrejas e sedes administrativas, constituição de freguesias	militar; portuária; religiosa; administrativa e habitacional
1641	RUPTURA	Ocupação da ilha por parte dos holandeses	militar; portuária; religiosa; administrativa; habitacional; comercial e cultural
1641-1645	DENSO	Produção de cana-de-açúcar e desenvolvimento artístico	militar; portuária; religiosa; administrativa; habitacional; comercial e cultural
1645	RUPTURA	Retomada da ilha pelos portugueses	militar; portuária; religiosa; administrativa; habitacional e comercial
1645-1683	DENSO	Escravidão de mão de obra indígena; chegada do padre Antônio Vieira; criação da Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará	militar; portuária; religiosa; administrativa; habitacional e comercial

Quadro 1 – Caracterização de períodos densos e de ruptura (continuação)

1684-1685	RUPTURA	Revolta de Beckman	militar; portuária; religiosa; administrativa; habitacional e comercial
1686-1754	DENSO	Chegada do Marquês de Pombal a São Luís; exploração de pessoas negras como mão de obra escravizada	militar; portuária; religiosa; administrativa; habitacional e comercial
1755	RUPTURA	Criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão	militar; portuária; religiosa; administrativa; habitacional e comercial
1756-1777	DENSO	Bom desempenho econômico; produção de arroz e algodão; construção do conjunto arquitetônico presente no centro até o século XXI; crescimento da exploração de negros como mão de obra escravizada	militar; portuária; religiosa; administrativa; habitacional e comercial
1778	RUPTURA	Fim da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão	militar; portuária; religiosa; administrativa; habitacional e comercial
1779-1821	DENSO	Centralização de riquezas por parte da elite social e agravamento de desigualdades sociais	portuária e comercial
1822-1823	RUPTURA	Independência do Brasil e adesão do Maranhão	portuária e comercial
1824-1837	DENSO	Centralização de riquezas e desenvolvimento da atividade portuária e produção de agrícola	portuária e comercial
1838-1841	RUPTURA	Balaiada	portuária e comercial
1842-1888	DENSO	Miséria; abolição da escravatura e desigualdades sociais	portuária e comercial

Quadro 1 – Caracterização de períodos densos e de ruptura (continuação)

1889-1900	RUPTURA	Crescimento populacional; surgimento de novos bairros no entorno do centro e desenvolvimento do setor fabril	portuária; comercial; industrial e habitacional
1901-1969	DENSO	Estagnação econômica; decadência do setor fabril; maior exploração territorial da ilha; plano de expansão da cidade.	comercial; industrial; administrativa; portuária e habitacional
1970	RUPTURA	Inauguração da ponte Governador José Sarney	comercial; administrativa; portuária e habitacional
1971-1986	DENSO	Instalação de multinacionais em São Luís; maior ocupação do litoral Norte; criação de novos bairros; inauguração da ponte Bandeira Tribuzi; criação da Barragem do Bacanga; realocação do porto; início do PPRCHSL; descentralização de São Luís; tombamento do centro em nível federal e estadual	comercial; administrativa; portuária; habitacional; patrimonial e de lazer
1987-1991	RUPTURA	Início da terceira fase do PPRCHSL	comercial; administrativa; habitacional; portuária; patrimonial e de lazer
1992-1996	DENSO	Descentralização de São Luís; expansão urbana; continuação do PPRCHSL	comercial; administrativa; habitacional; portuária; patrimonial e de lazer
1997	RUPTURA	Titulação do centro como patrimônio mundial	comercial; administrativa; habitacional; portuária; de lazer; patrimonial e turístico

Quadro 1 – Caracterização de períodos densos e de ruptura (conclusão)

1998-2006	DENSO	Finalização do PPRCHSL; patrimonialização do centro; difusão do uso turístico	comercial; administrativa; habitacional; portuária; de lazer; patrimonial e turístico
2007-2024		Consolidação do centro Contemporâneo	turístico; de lazer; administrativa; habitacional; portuária e comercial

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Com base no Quadro 1, apreendemos que existiu/existe um dinamismo no referente ao conjunto de usos e funções que o centro de São Luís teve ao longo do tempo, refletindo, dessa forma, na evolução e alternância das dinâmicas econômicas, sociais e culturais que demarcaram a historicidade não apenas da região central, mas de toda a ilha. Assim, percebe-se que existem funções e usos que possuem maior relevância em dados momentos, mas que, em outros períodos, passam a ficar em segundo plano, realidade que pode ser interpretada pela configuração socioespacial da *urbe*.

Por exemplo, a função portuária é um importante elemento para a economia ludovicense durante o período colonial. No entanto, com a realocação do porto, essa atividade passa a perder a relevância que tinha no que concerne ao centro, embora ainda continue a ser um vetor econômico do estado.

Ainda referente à função portuária no centro, convém ressaltarmos que após a realocação do porto, essa atividade ainda se faz presente na região central de São Luís por meio do cais da beira-mar, localizado nas imediações de onde anteriormente era situado o antigo porto da capital. O cais serve como ponto de chegada e partida para embarcações que fazem o trajeto por mar entre os municípios de São Luís e Alcântara. Além da atividade de transporte marítimo, a pesca ainda se faz presente nas imediações do centro, portanto, ainda é possível identificar algumas embarcações de menor porte pela Baía de São Marcos atracando ou saindo do centro para a execução dessa atividade.

Portanto, a existência no Quadro 1 da função portuária, ainda presente como importante função no centro de São Luís no que diz respeito ao século XXI, está relacionada a esse panorama supramencionado. Contudo, a realocação do porto para outra região da ilha, convergiu com a centralidade da atividade portuária por parte do centro, ou seja, atualmente as grandes embarcações que chegam ao litoral maranhense não atracam no centro, mas sim no complexo portuário de São Luís, que se notabiliza como importante vetor econômico, sobretudo pela exportação de *commodities* como a soja.

Do mesmo modo, podemos realçar o lazer, prática já recorrente desde o período colonial, que se caracterizava, sobretudo pelo uso das praças públicas. Mas com a maior exploração territorial da ilha e ocupação litorânea, as zonas de praias passam a figurar como um dos principais ambientes voltados às práticas recreativas. Contribuindo, dessa forma, para uma valorização social desse tipo de ambiência.

Nesse caso, apreende-se que mesmo os usos que permanecem durante o desenvolvimento urbano ludovicense são alternados em função da inserção de novas dinâmicas. Portanto, ressaltamos que a elaboração do quadro resulta de uma tentativa de

síntese de aspectos que, em nossa concepção, colaboraram com maior notoriedade para a alternância e permanência de usos e funções no centro de São Luís.

Outro ponto que merece menção diz respeito à independência do Brasil, em 1822, que demarcou o estabelecimento de um novo panorama socioespacial no território nacional. Entretanto, no que diz respeito a São Luís e ao Maranhão de modo geral, o referido episódio não gerou instantaneamente as mesmas implicações identificadas em outras *urbes*, como Salvador e demais situadas na costa Leste do país.

Esse fato pode ser apreendido por meio do isolamento pelo qual passou o Maranhão desde o início da exploração territorial por parte dos portugueses, que negligenciaram a parte norte do país, resultando na constituição de uma dinâmica própria e, como já mencionado nesta tese, no estabelecimento de uma espécie de dois países centralizados a partir dos papéis executados por São Luís no que concerne ao Norte e de Salvador referente ao Leste e Centro-Sul.

Mais um fator preponderante sobre esse episódio, diz respeito às relações econômicas de São Luís com Lisboa, que eram realizadas de forma direta, sem intermediações por parte do Rio de Janeiro. A elite política, social e econômica ludovicense era composta por muitos portugueses que residiam na ilha do Maranhão, aspecto que condicionava São Luís como um espaço subordinado à Coroa Portuguesa. Dessa forma, os lusos não tinham interesse em aderir ao movimento de independência.

Destarte, após a independência do Brasil, a dinâmica econômica, bem como outras atividades desenvolvidas em São Luís, não foi modificada. Somente em julho de 1823 é que o Maranhão aderiu à independência do Brasil, após intervenção por parte de tropas imperiais, o que resultou na integração do Maranhão ao movimento independentista. Em função desse contexto é que apontamos a independência do Brasil, no Quadro 1, de 1822 até 1823.

De modo geral, apontamos que a execução da definição da elaboração do Quadro 1 foi balizada por um viés histórico e geográfico, que nos forneceu melhores opções durante o processo de constituição desse resumo de acontecimentos.

Assim, compreendemos que há possibilidade de construir outro quadro ou de utilizar outro mecanismo que expresse a síntese desse contexto, levando em consideração aspectos que foram negligenciados ou não mereceram tanta ênfase em nossa análise.

No entanto, com base no que nos propusemos durante o exercício de elaborar o presente trabalho, a construção dessa síntese de acontecimentos foi o melhor instrumento encontrado para expressar os principais marcos, usos, funções, permanências e alternâncias

inerentes ao centro de São Luís.

O quadro atual do centro, que denominamos como consolidação do centro contemporâneo, chama-nos a atenção por alguns elementos novos, para além dos usos e funções já comentados durante este capítulo. Um desses é a valorização do patrimônio imaterial, que possibilita a difusão da importância de preservação da cultura maranhense, como, por exemplo: o bumba meu boi, o tambor de crioula e o *reggae*.

Por meio de ações do IPHAN, o tambor de crioula do Maranhão foi declarado, em 2007, como uma das Formas de Expressão do Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro. Posteriormente, em 2018, foi inaugurada no centro de São Luís a Casa do Tambor de Crioula, ambiente voltado à valorização desse patrimônio e que também pode ser visitado por turistas que desejam conhecer a história do ritmo maranhense.

O bumba meu boi é outro elemento que expressa o viés cultural do centro contemporâneo. É possível ao andar pelas ruas do centro identificar muitos elementos relacionados à principal manifestação cultural do estado. Também por meio de ação do IPHAN, em 2019, o bumba meu boi recebeu o título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. No período das festividades juninas, as ruas do centro são decoradas e transformadas em espaços de apresentações para os grupos de bumba meu boi do Maranhão.

Já o *reggae*, outra expressão cultural local, é mais um elemento que se faz presente no centro ludovicense, seja pelos bares, pelas vestimentas da população, pelo modo de falar e apreciar o ritmo de origem jamaicana. No centro de São Luís, além da presença do único museu do *reggae* fora da Jamaica, também existe a Praça do *reggae*, ambiente onde são realizadas festas toda quinta-feira. Todos esses fatos convergiram para que São Luís fosse declarada como capital nacional do *reggae*, por meio de Lei nº 14.668, sancionada em 2023.

Dessa forma, apreende-se que o centro que alcunhamos como contemporâneo, para além da preservação de funções e incremento de novos usos, também propicia ao ludovicense e demais visitantes a oportunidade de conhecimento da cultura maranhense, aspecto que concebemos como fundamental para valorização e conscientização da preservação desses elementos.

No que diz respeito às perspectivas, realçamos a continuidade da tendência identificada, ou seja, a difusão dos usos e funções relacionadas aos setores econômicos, tendo como consequência o agravamento na preservação da função habitacional e demais características tradicionais do centro.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da presente pesquisa nos forneceu importantes elementos que nos ajudam a interpretar o quadro contemporâneo do centro de São Luís. Apesar de apresentarmos na seção introdutória que o cerne de nossa análise seria o contexto relacionado ao centro no século XXI, a opção de realizarmos uma abordagem interpretativa proveniente da Geografia Urbana Histórica nos permitiu identificar aspectos relacionados aos séculos antepassados que possuem relevância até os dias atuais para o centro ludovicense. Entre esses, realçamos a preservação do conjunto arquitetônico que caracteriza o centro de São Luís como ambiência ímpar no espaço urbano ludovicense. A salvaguarda das edificações construídas em séculos passados demarca uma memória cultural em um dado espaço da *urbe*, panorama que fornece aos moradores e demais visitantes uma oportunidade de, mesmo no século XXI, vivenciarem ou imaginarem um lugar proveniente dos séculos XVII, VIII, XIX e XX.

A dinâmica referente à alternância e preservação de usos e funcionalidades foi outro fator primordial para este estudo. Compreender os processos históricos, culturais e econômicos se fez necessário para identificar as motivações das permanências e modificações ocorridas no centro. Além disso, mesmo no caso das permanências, os usos e funcionalidades foram readaptados, de modo a atender demandas sociais de uma São Luís que não possui as mesmas características de outros tempos.

Assim, apreendemos que a opção em realizar a análise do centro contemporâneo a partir da abordagem histórica foi a melhor opção para atingirmos nosso intuito principal de pesquisa. Nesse sentido, apontamos alguns desdobramentos provenientes das consequências da consolidação do atual centro de São Luís.

Em um primeiro momento, convém destacarmos uma divisão dos usos e funcionalidades presentes na região central de São Luís. Para discutirmos e, talvez, até melhor interpretarmos essa realidade, optamos por fazer uso das delimitações das zonas de tombamento que caracterizam o centro ludovicense. Desse modo, com base nos resultados da elaboração desta tese, apontamos as principais funções e usos identificados nas três zonas de tombamentos e refletimos sobre as suas motivações.

No referente à zona de tombamento internacional, concebemos o uso turístico e as práticas de lazer como principais atividades, fator que, em nossa visão, está relacionado à difusão por parte do poder público e iniciativa privada, de políticas, intervenções e investimentos que propiciaram que os usos de casarões nessa zona se notabilizem por redes comerciais, bares, restaurantes, museus, casas de cultura, promoção de eventos culturais e

outros elementos que contribuem para o desenvolvimento do turismo e do lazer nessa região.

É importante salientarmos que a função comercial também se faz presente nessa zona de tombamento em razão de aproveitar a predominância que exerce a função turística. O crescente fluxo de visitantes oportuniza ao setor comercial uma demanda importante que pode ser explorada a partir da comercialização dos mais variados tipos de produtos.

A função administrativa também deve ser lembrada ao falarmos da zona de tombamento internacional, pois a difusão do turismo nessa parte do centro possui relação intrínseca com o poder público, que realizou uma série de ações que contribuíram para o estabelecimento do centro como ambiência turística e de lazer. Além disso, a localização de importantes sedes do poder executivo, bem como do legislativo e do judiciário, faz com que a função administrativa ainda tenha relevância no centro da capital maranhense.

A zona de tombamento federal segue o mesmo panorama da internacional, aspecto que se explica pela delimitação de ambas. Conforme demonstramos ao longo desse trabalho, essas zonas de tombamento possuem suas definições semelhantes. Portanto, os usos e funções são praticamente os mesmos; algumas distinções dizem respeito ao avanço que o limite de tombamento federal tem para além do bairro Desterro, ampliando o seu uso habitacional em comparação com a zona internacional.

Por outro lado, existe uma ampliação do tombamento internacional em relação ao limite de tombamento federal no âmbito das funções turísticas, de lazer e comercial. Isso ocorre em razão do tombamento federal se limitar até a Travessa da Passagem, nas proximidades da Praça João Lisboa. Já o tombamento dos monumentos e de outros espaços públicos em nível internacional se estende até a Rua do Sol, onde estão localizados equipamentos urbanos como o Teatro Arthur Azevedo e o Museu Histórico e Artístico do Maranhão, e também engloba parte importante da Rua Grande, chegando ainda nas Ruas Sete de Setembro e São João.

O tombamento estadual abrange as delimitações das duas zonas já citadas, além de incorporar outras partes do centro que não estão presentes no perímetro de tombamento federal e internacional. Dessa forma, apreendemos que nessa zona todas as funções e usos (turístico, lazer, administrativa, comercial e habitação) que, em nossa perspectiva, caracterizam o centro contemporâneo podem ser identificados.

A diferenciação em correlação com as outras duas zonas de tombamento diz respeito ao uso habitacional, que passa a deter maior relevância nas áreas para além dos limites de tombamento internacional e federal, ou seja, apreende-se que essas zonas de tombamento estão a serviço de uma demanda comercial, turística, administrativa e de lazer. Já

as regiões adjacentes são ocupadas por famílias que ainda resistem ao processo que alcunhamos de turistificação do centro de São Luís.

Nesse sentido, por meio da realização de nossa pesquisa constatou-se uma problemática referente à manutenção da função habitacional no centro de São Luís, fenômeno que atribuímos à predileção e expansão dos demais usos. Essa configuração está posta a partir da preponderância que o setor econômico exerce em detrimento do âmbito social.

Assim, apreende-se que os agentes modeladores do espaço atuantes no centro de São Luís, personificados no papel exercido, sobretudo, pelos gestores públicos e investidores de capital privado, priorizam a difusão de atividades economicamente rentáveis, como é o caso do turismo, que potencializa também a manutenção e desenvolvimento da função comercial e de lazer. Dessa forma, a região central ludovicense passa a ser caracterizada, majoritariamente, como ambiência voltada a fixação de práticas de reprodução de capital.

Por outro lado, têm-se como implicação desse quadro a decadência da função habitacional, que não consegue competir com o avanço dos setores econômicos que passam a fazer uso dos casarões coloniais presentes na paisagem urbana do centro. Dessa forma, as funcionalidades e caracterização do centro como espaço voltado ao habitar, ao cumprimento da função de bairro, passam a ficar em segundo plano.

Embora sejam identificadas algumas políticas de cunho social, no âmbito da habitação no centro, como as que foram mencionadas ao longo de nossa tese, provenientes de ações da função administrativa, a recuperação e ocupação de casarões históricos por si só, não resolve o déficit habitacional do centro. Para além do residir em edificações localizadas no centro, faz-se necessária a execução de um conjunto de outras políticas e ações que contribuam para a execução de um modo de vida satisfatório nessa parte da *urbe*.

A ausência ou precarização na oferta de serviços relacionados à saúde, educação, segurança e outros que competem ao Estado, convergem para que o exercício contraditório do poder público de manutenção da habitação no centro ludovicense não tenha êxito. Apontamos essa tentativa como contraditória pelo fato de o mesmo poder público que fomentou a difusão do turismo no centro, resultando dessa forma na problemática habitacional, agora buscar por meio de outro movimento propiciar condições para que o habitar ainda seja uma das funções presentes no centro.

Nesse sentido, o exercício que nos forneceu possibilidade de cumprimento de nosso objetivo de pesquisa relacionado à caracterização do centro primário, efetivado a partir de leitura em base bibliográfica posta e investigação documental, fornece-nos condições de apontar que a função habitacional passa a perder relevância no centro de São Luís a partir da

migração da elite local rumo a outras partes do território insular.

Dessa forma, apreende-se que o supracitado exercício reverberou na constituição de uma tendência social em deixar de habitar no centro, ocupando outras regiões da ilha do Maranhão. Juntamente com a elite local, a classe média e, posteriormente, as camadas sociais populares advindas do interior do Maranhão deram continuidade a esse quadro, estabelecendo, assim, um novo arranjo espacial para São Luís.

Com base no cumprimento de nosso outro objetivo proposto, que versa sobre os contributos do PPRCHSL, da patrimonialização e outras ações advindas do poder público que propiciaram a alternância nos usos e funcionalidades da região central ludovicense e colaboraram para o estabelecimento do panorama identificado atualmente no centro, apreendemos que essas transformações somente foram possíveis em razão da supressão da função habitacional, sobretudo, nos limites territoriais do centro correspondentes aos tombamentos internacional e federal, ou seja, uma vez que a elite local migrou do centro para outros bairros, a função habitacional na região central, agora majoritariamente caracterizada pela presença de famílias pobres, deixou de ter relevância para o poder público, sendo desenvolvidas outras atividades econômicas no centro, como o turismo em detrimento do uso residencial.

No que diz respeito ao cumprimento do objetivo de discutir a salvaguarda e o novo contexto identificado no centro contemporâneo de São Luís, realçamos o fato de ainda no século XXI a paisagem de origem colonial fazer parte da paisagem urbana ludovicense. Por outro lado, algumas ressalvas devem ser realizadas, com ênfase para a necessidade de ampliação de ações de restauro e preservação de edificações que se fazem presentes no centro.

Como consequência do estabelecimento do panorama contemporâneo identificado no centro ludovicense, apontamos a predominância dos usos e funções relacionados ao desenvolvimento de setores econômicos, como é o caso do turismo. Por outro lado, convém destacarmos a consolidação por parte da população local de um uso voltado ao centro relacionado ao lazer; é comum observar ludovicenses idealizando passeios ou inserindo o centro em seus roteiros de práticas recreativas.

De modo geral, apreende-se que o caso estudado nesta tese, referente a uma realidade analisada em São Luís, embora possua particularidades que foram abordadas ao longo de nossa análise histórica sobre o referido espaço, não se difere de um fenômeno identificado em outras *urbes* de todo o mundo.

A efetivação de transformações que primam pelo viés econômico dos lugares em detrimento de demandas sociais é um reflexo de mais uma faceta propiciada pelo modelo de

produção vigente.

Por fim, apontamos as limitações de nossa pesquisa, de modo a conclamar que outros geógrafos e geógrafas interessados/as pela temática, bem como estudiosos/as de outras áreas do conhecimento possam dar continuidade a análise empreendida aqui. Entre os principais pontos que podem reverberar em possíveis pesquisas, realçamos a possibilidade de análise dos desdobramentos do quadro apresentado nesta tese nas décadas subsequentes referentes às dinâmicas de uso e funcionalidades presentes no centro de São Luís. O cenário identificado nesta pesquisa será mantido ou teremos o incremento e/ou supressão de usos e funções? Outra oportunidade diz respeito à realização de investigação direcionada a discutir a efetivação de políticas e programas relacionados à habitação no centro. A vertente cultural presente no centro chamou a nossa atenção durante os anos de construção de nossa tese, acreditamos que esse é um tema que merece maior ênfase, culminando em trabalhos que podem ser objeto de discussão, sobretudo, para estudiosos da Geografia Cultural.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. Reencontrando a antiga cidade de São Sebastião: mapas conjecturais do Rio de Janeiro no século XVI. **Cidades**, v. 2, n. 4, p. 189-220, 2005.
- ABREU, M. A. A apropriação do território no Brasil colonial. *In*: CASTRO, Iná Elias *et al.* (orgs.). **Explorações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 197-246, 1997.
- ABREU, M. A. Sobre a memória das cidades. **Revista Território**, v. 3, n. 4, p. 5-26, 1998.
- ALCÂNTARA, D. **Azulejos portugueses em São Luís do Maranhão**. Rio de Janeiro: Fontana, 1980.
- ALVEAL, C.; DIAS, T. A. Por uma história das Capitanias do Norte: questões conceituais e historiográficas sobre uma região colonial no Brasil. **História Unicap**, v. 7, n. 13, p. 10-32, 2020.
- ALVES, C. N. Recife, dinâmica urbana e cena manguebeat. **RAEGA-O Espaço Geográfico em Análise**, v. 35, p. 95-125, 2016.
- ALVES, L. S. F. **Culturas de ordenamento territorial do turismo das regiões metropolitanas de Fortaleza-CE, Natal-RN, Recife-PE e Salvador-BA**. 2013. 297 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.
- AMARAL, I. P. Cidades coloniais portuguesas (notas preliminares para uma geografia histórica). **Povos e Culturas**, v. 2, p. 193-214, 1987.
- ANDRÉS, L. P. C. **Reabilitação do Centro Histórico de São Luís**: revisão crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís/PPRCHSL, sobre o enfoque da conservação urbana integrada. 2006. 247f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- ARAGÃO, I. R.; SANTOS, S. R.; SILVA, S. R. X. História, turismo cultural e educação patrimonial nos centros antigos de São Cristóvão–SE, São Luís–MA e Ilhéus–BA. **Fronteiras: Revista de História**, v. 21, n. 38, p. 155-181, 2019.
- ARRAIS, T. A. **Morar na metrópole, viver na praia ou no campo**: a segunda residência e o mercado imobiliário metropolitano. Goiânia: Editora UFG, 2013.
- BARBOSA, M. F. C.; MARQUES, M. T. C. GT4-767 Aspectos Históricos e Características Arquitetônicas das Fontes do Ribeirão e das Pedras em São Luís do Maranhão. **Anais ENANPUR**, v. 12, n. 1, p. 1-27, 2007. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1264>. Acesso em: 05 ago. 2024.
- BARRETO, A. M. F.; ASSIS, A. M. B.; BEZERRA, F. H. R.; SUGUIO, K. Arrecifes, a Calçada do Mar de Recife, PE. **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**, v. 2, p. 1-13, 2009.
- BARRON, G. Revelando a maritimidade na França do século XIX. **Artefato**. 14, p. 269-291, 2021.

BEHRENS, R. **Salvador e a Invasão Holandesa**. Salvador: Editora Pontocom, 2013.

BENÍTEZ, C. M. S; LÓPEZ, Á. L. Efectos espaciales de la tematización cultural para la recreación y el turismo en los corredores culturales peatonales del Centro Histórico de la Ciudad de México. **Investigaciones geográficas**, n. 98, p. 1-17, 2019.

BOUSARD, T. Dealing with defeat: Dutch Brazil (1624) and English Jamaica (1655) in newspapers from the Habsburg Netherlands. **Early Modern Low Countries**, v. 2, n. 1, p. 24-44, 2018.

BRASIL. **Lei nº 14.668, de 11 de setembro de 2023**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14668.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.668%2C%20DE%2011,de%20Capital%20Nacional%20do%20Reggae.&text=Lei%3A,de%20Capital%20Nacional%20do%20Reggae. Acesso em: 04 jan. 2025.

BURNETT, F. L. **São Luís por um triz**: escritos urbanos e regionais. São Luís: Editora UEMA, 2011.

CADENA, D. Patrimônio geopolítico em Cabo Verde: novos recursos na África subsaariana. **Boletim GeoÁfrica**, v. 1, n. 2, p. 30-50, 2022.

CARDOSO, P. P. **A reabilitação de edifícios para uso residencial multifamiliar no Centro Histórico de São Luís/MA**. 2012. 149 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2012.

CARVALHO, K. D. Turismo e preservação do patrimônio cultural na visão dos moradores do bairro da Praia Grande em São Luís/MA. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 3, n. 1, p. 25-45, 2009.

CARVALHO, K. D; SIMÕES, M. L. N. Análise do modelo de preservação do centro histórico de São Luís do Maranhão: uso social e uso turístico. **Turismo-Visão e Ação**, v. 14, n. 2, p. 196-213, 2012.

CENTRO CULTURAL VALE. **Cartografias Urbanas do Maranhão**. 2023. Disponível em: <https://ccv-ma.org.br/programacao/exposicoes/cartografias-urbanas-do-maranhao>. Acesso em: 27 out. 2023.

CHAMBOULEYRON, R. “Duplicados clamores” queixas e rebeliões na Amazônia colonial (século XVII). **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, n. 33, p. 159-178, 2006.

CHAMBOULEYRON, R. A Amazônia colonial e as ilhas atlânticas. **Canoa do Tempo**, v. 2, n. 1, p. 187-204, 2008.

CHAVES, C. R. C. **Educação patrimonial no bairro do Desterro**: estudos sobre os projetos de patrimonialização no Centro Histórico de São Luís - MA. 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

CHOAY, F. **Alegoria do patrimônio**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2014.

CLAVAL, P. Conclusion. In: PERON, F; RIEUCAU, J. (Orgs.). **La maritimité aujourd'hui**. Paris: Éditions L'Harmattan, 1996.

COGO, V. M. T. **Políticas culturais intersetoriais para o centro histórico de São Luís: diagnóstico, avaliação e proposição de ações estruturantes**. 2023.149 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

CONCEIÇÃO, L. O. Processo de patrimonialização na orla do Centro Histórico de Belém-PA. **Papers do NAEA**, v. 28, n. 2, p. 318-333, 2021.

CORRÊA, R. L. O interesse do geógrafo pelo tempo. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 94, p. 1-11, 2016.

COSTA, C. R. R. Planejamento e expansão do turismo no litoral do Maranhão. **Conexões-Ciência e Tecnologia**, v. 11, n. 5, p. 54-65, 2017.

COSTA, C. R. R. Turismo, produção e consumo do espaço litorâneo. **Geografia em Questão**, v. 5, n. 1, p. 147-162, 2012.

COSTA, E. B. **Cidades da patrimonialização global: simultaneidade totalidade urbana – totalidade-mundo**. São Paulo: Humanitas, 2015.

COUCEIRO, L. A.; SILVA, R. V. C. Possíveis análises sobre a produção de algodão no Maranhão (1755-1818): relacionando o conceito “segunda escravidão” com práticas de crédito. **Outros Tempos – Pesquisa em Foco - História**, v. 12, n. 20, p. 190-213, 2015.

D'ABBEVILLE, C. **História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**. Traduzido por: Cezar Augusto Marques. São Luís: Typ. do Frias, 1874.

DANTAS, E. W. C. **A cidade e o comércio ambulante: estado e disciplinamento da ocupação do espaço público em Fortaleza (1975–1995)**. Fortaleza: EDUFC, 2012.

DANTAS, E. W. C. Construção da imagem turística de Fortaleza/Ceará. **Mercator**, v. 1, n. 1, p. 53-60, 2002.

DANTAS, E. W. C. **Mar à vista: estudo da maritimidade em Fortaleza**. E-book. 3. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020.

DANTAS, E. W. C. **Maritimidade nos trópicos**. Fortaleza: Edições UFC, 2019.

DARÓZ, C. R. C. Os franceses na História Militar Colonial Brasileira. **Revista do IGHMB**, v. 78, n. 106, p. 17-26, 2019.

FERREIRA FILHO, J. M. M. **Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. 2016. 369 f. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

FERREIRA, A. J. A. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro?**. São Luís: EDUFMA, 2014.

FERREIRA, A. J. A. O Complexo Portuário de São Luís do Maranhão na Economia Contemporânea: indicações para debate. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 7, p. 1-25, 2021.

FERREIRA, A. J. A. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. 2008. 269 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FIGUEIREDO, M. Influência pombalina na morfologia urbana de São Luís do Maranhão. **Convergência Lusíada**, v. 25, n. 32, p. 168-180, 2014.

G1 MARANHÃO. **Caminhos seculares: conheça a história de cinco ruas de São Luís**. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2023/09/08/caminhos-seculares-conheca-a-historia-de-cinco-ruas-de-sao-luis.ghtml>. Acesso em: 03 jul. 2024.

GARCEZ, K. M. G. **Centro e centralidade em São Luís do Maranhão**. 2009. 121 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2009.

GOOGLE EARTH. **Website**. Disponível em: <http://earth.google.com/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Proposta para Inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO**. 1997. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie%20SAO%20LUIS_pt.pdf. Acesso em: 21 fev. 2024.

HAHN, F. A.; BOVO, M. C.; RÉ, T. M. A praça como objeto de estudo de uma pequena cidade. **Fronteiras: Revista de História**. Dourados, MS, v. 18, n. 31, p. 431-456, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2022**. 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 16 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Bases cartográficas**. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>. Acesso em: 19 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Biblioteca**. 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=435101>. Acesso em: 02 ago. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Concluída primeira etapa das obras na Rua Grande, em São Luís (MA)**. 2018a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4947/concluida-primeira-etapa-de-obras-na-rua-grande-em-sao-luis-ma>. Acesso em: 03 jul. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **São Luís (MA) comemora aniversário com a primeira praça da capital totalmente**

revitalizada. 2018b. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4806/sao-luis-ma-comemora-aniversario-com-a-primeira-praca-da-capital-totalmente-revitalizada>. Acesso em: 02 ago. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Centro Histórico de São Luís (MA)**, 2018c. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/34>. Acesso em: 20 set. 2024.

LACROIX, M. L.L. **A Fundação Francesa de São Luís e seus mitos**. São Luís: Lithograf, 2002.

LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Trad. D. Nicholson-Smith. Oxford: Basil Blackwell, 1991.

LEITE, A. R. A fundação de Angra da ilha Terceira. Programas e práticas urbanísticas na construção de um porto atlântico (séc. XVI). **História Revista**, v. 21, n. 3, p. 9-28, 2016.

LEITE, B. R. C; CARVALHO, C. M. B; CUTRIM, K. D. G. Técnicas de Cenários e o Método Delphi: visões de futuro para o prédio que abrigou a Fábrica Santa Amélia. **Revista Memória em Rede**, v. 13, n. 24, p. 235-251, 2021.

LEITE, C. G. **Alterações da ventilação urbana frente ao processo de verticalização de avenidas litorâneas: o caso da avenida litorânea em São Luis/MA**. 2008. 227f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2008.

LIMA, A. E. V. **Estado do Maranhão – São Luís. Relatório e propostas para a conservação, recuperação e expansão**. Porto: UNESCO, 1973.

LIMA, L. O. Os limites do mercado imobiliário: As estratégias e a produção do espaço na RMG. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 35, n. 2, p. 359-377, 2015.

LOPES, J. A. V. **São Luís, Cidade Radiante: o plano de expansão da cidade de São Luís do eng. Ruy Ribeiro de Mesquita (1958)**. São Luís: FAPEMA, Gráfica e Editora Sete Cores, 2016.

LOPES, J. A. V; VALE, P. H. C. S. O arquiteto português Alfredo Viana de Lima e a construção do ideal moderno na cidade de São Luís do Maranhão. **Revista Amazônia Moderna**, v. 2, n. 1, p. 40-61, 2018.

MADEIRA, J. P. C. B. **Nação e Identidade: A Singularidade de Cabo Verde**. 2015. 231 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais na especialidade de História dos Factos Sociais), Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.

MAGALHÃES, J, R. O açúcar nas ilhas portuguesas do Atlântico séculos XV e XVI. **Varia História**, v. 25, p. 151-175, 2009.

MALULY, V. S. Apontamentos sobre as “cidades da patrimonialização global”. **Finisterra**, v. 52, n. 106, p. 169-172, 2017.

MARANHÃO. **Lei nº 10.794, de 28 de fevereiro de 2018**. 11 nov. 2019. Disponível em:

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=357320#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20do,Estadual%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias>. Acesso em: 19 jun. 2024.

MARANHÃO. **Lei no 10.997, de 29 de março de 2019**. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=376355>. Acesso em: 19 jun. 2024.

MARQUES, M. A. Reflexões sobre os usos do termo “revitalização urbana” em pesquisas da Geografia. **Geografia**, v. 47, n. 1, p. 1-16, 2022.

MARQUES, M. A. **Transformação do espaço urbano: análise socioespacial e paisagística da Península da Ponta d’Areia em São Luís (Maranhão, Brasil)**. 2021. 125 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço) Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2021a.

MARQUES, M. A. Transformação Paisagística da Zona Costeira: contribuições do plano de expansão da cidade de 1958 para a urbanização do litoral norte de São Luís. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 48, n. 1/2, p. 179-194, 2021b.

MARTINS, A. **São Luís Fundamentos do Patrimônio Cultural, Séculos XVII, XVIII e XIX**. 4ª Edição. Teresina: Halley S. A. Gráfica e Editora, 2012.

MASULLO, Y. A. G. Evolução do processo de urbanização e alterações ambientais na praia de São Marcos, São Luís-MA. **Revista Espaço e Geografia**, v. 19, n. 2, p. 561-595, 2016.

MASULLO, Y. A. G; LOPES, J. A. V. Efeitos da urbanização na dinâmica socioeconômica do Centro Histórico de São Luís–MA. In: **Atas do 7º Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental**, Campina Grande, PB, CONGEA, p. 1-9, 2016. Disponível em: <https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2016/XI-014.pdf>. Acesso em: 14 out. 2022.

MEDEIROS, C. A. Acerca da ocupação humana das ilhas portuguesas do Atlântico. **Finisterra**, v. 4, n. 7, p. 95-125, 1969.

MEIRELES, M. M. **História de São Luís**. São Luís: Edições AML, 2015.

MELLO, E. C. de. Imagens do Brasil holandês 1630-1654. **ARS**, São Paulo, v. 7, p. 160-171, 2009.

MELLO, E. C. de. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654**. Editora 34, 2007.

MÉNDEZ, F. P. Cultura e políticas de reabilitação e valorização dos centros históricos. **Cadernos de Pesquisa Urbana**, n. 100, p. 83-86, 2015.

MENEZES, L. R. **Habitar no centro histórico: a habitação de interesse social como instrumento de reabilitação do Centro Histórico do Recife**. 2015. 294 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

MESQUITA, R. R. **Plano de Expansão da Cidade de São Luís**. In: Acervo digital Lucio

Costa. (Internet). 1958. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Carlos Jobim, 1958. Disponível em: <http://www.jobim.org/lucio/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume, 2007.

MOTA, A. S; PERNAMBUCANO, U. **Fábrica Martins Irmão & Cia**: trajetória fabril na dinâmica urbana de São Luís. São Luís: Edufma, 2014.

NAVARRO, A. G. *et al.* Os tupinambás na ilha do Maranhão: a relação entre a cultura material, natureza e economia dos indígenas sob a ótica de Claude D'Abbeville e Yves D'Évreux. **Fênix-Revista de História e Estudos Culturais**, v. 18, n. 1, p. 214-235, 2021.

O ESTADO. **Ponte Bandeira Tribuzi abriu caminho para nova expansão e para o progresso de São Luís**. 2020. Disponível em: <https://oestadoma.com/noticias/2020/10/31/ponte-bandeira-tribuzi-abriu-caminho-para-nova-expansao-e-para-o-progresso-de-sao-luis/>. Acesso em: 15 dez. 2022.

O IMPARCIAL. **Complexo Deodoro reformado inaugura neste sábado (22)**. 2018. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/cidades/2018/12/complexo-deodoro-reformado-inaugura-neste-sabado-22/>. Acesso em: 07 ago. 2024.

O IMPARCIAL. **Em protesto, atividades na Rua Grande devem ser paralisadas às 13h de hoje**. 2021. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/noticias/2021/10/em-protesto-atividades-na-rua-grande-devem-ser-paralisadas-as-13h-de-hoje/>. Acesso em: 03 jul. 2024.

O IMPARCIAL. **Primeiro shopping cultural do Maranhão é inaugurado na Rua Grande**. 2023. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/noticias/2023/07/primeiro-shopping-cultural-do-maranhao-e-inaugurado-na-rua-grande/>. Acesso em 07 jan. 2025.

O IMPARCIAL. **Rua grande**: A história por trás do maior centro comercial de São Luís. 2019. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/entretenimento-e-cultura/2019/09/rua-grande-a-historia-por-tras-do-maior-centro-comercial-de-sao-luis/>. Acesso em: 02 jul. 2024.

PAES, M. T. D. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais: um olhar geográfico. **Turismo de base comunitária** – diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, p. 162-176, 2009.

PAES, M. T. D. Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. **GEOUSP Espaço e Tempo**, v. 21, n. 3, p. 667-684, 2017.

PAIVA, M. G. M. Análise do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur/NE) na perspectiva do planejamento estratégico. **Revista de Administração Pública**, v. 44, p. 197-213, 2010.

PAULA, R. Z. A; HOLANDA, F. M. de. Padrão de acumulação e dinâmica da economia maranhense na década dos 2000. **Revista HEERA**, p. 48-76, 2011.

PEREIRA, A. Q. **A Urbanização Vai à Praia**. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

PEREIRA, A. Q.; DANTAS, E. W. C. Dos banhos de mar aos esportes nas zonas de praia e no mar. **Sociedade & Natureza**, v. 31, n. 1, p. 1-24, 2019.

PÉREZ, J. M. S. La conquista y colonización de Maranhão-Grão Pará: el gran proyecto de la Monarquía Hispánica para la Amazonia brasileña (1580-1640). **Revista de Estudios Brasileños REB**, v. 6, n. 11, 33-47, 2019.

PFLUEGER, G. S. Arquitetos peregrinos & modernidades em São Luís e Alcântara-MA. **Revista Jatobá**, v. 2, p. 1-17, 2020.

PORTO, G. C. S. Patrimonialização, território usado e processo de registro da feira livre de domingo de Alfenas (MG) como bem cultural imaterial do município. **Caderno de Geografia**, v. 31, n. 2, p. 187-202, 2021.

PRADO, B. I. W. *In*: CARNEIRO, A. R. S.; SILVA, A. de F.; SILVA, J. M. **Jardins de Burle Marx no Nordeste do Brasil**. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2013.

PRADO, B. I. W. **Paisagem Urbana de São Luís**: transformação das formas e arranjos naturais na Ponta d'Areia. São Luís: Editora BIWP, 2016.

ROCHA, N. C. G; SANTOS JÚNIOR, V. B; FEITOSA, A. C; CUTRIM, K. D. G. “Adote um casarão”: reflexões sobre cidadania e sustentabilidades aplicados aos bens edificados de valor patrimonial, do centro histórico de São Luís do Maranhão. **Ateliê do Turismo**, v. 8, n. 1, p. 134-162, 2024.

ROLIM FILHO, C. M. **Formação econômica do Maranhão**: de província próspera a estado mais pobre da federação: o que deu tão errado?. 2016. 104 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SANTOS, C. R. M. **As representações socioespaciais dos antigos habitantes e comerciantes da Rua Grande**. 2002. 140 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

SANTOS, C. R. M. Rua Grande: A Trajetória Socioespacial de uma Rua em Busca de Novas Formas de Ver e Sentir os Lugares. **Anais ENANPUR**, v. 12, n. 1, p. 1-14, 2007. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1247>. Acesso em: 05. ago. 2024.

SANTOS, F. V. Da Paraíba ao Estado do Maranhão: trajetórias de governo na América portuguesa (séculos XVII e XVIII). **Revista de História**, n. 161, p. 59-83, 2009.

SANTOS, L. E. N. **O urbano ludovicense**: produção e fragmentação do espaço, território, planejamento, cultura e outras reflexões. São Luís: EDUFMA; Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

SANTOS, L. E. N. **Urbanização e planejamento urbano na periferia do Brasil**: a revisão do plano diretor participativo de São Luís, Maranhão (2014-2021). 2022. 323 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 5ª edição, 2005.

SANTOS, M. A; MARQUES, M. A; SANTOS, S. R. Lecturas de paisaje: analisis de intervenciones turísticas en el casco historico de São Luis (Maranhão, Brasil). **TURYDES: Revista sobre Turismo y Desarrollo local sostenible**, v. 13, n. 29, p. 412-426, 2021.

SANTOS, M. **Ensaio Sobre a Urbanização Latino-americana**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2018.

SANTOS, M. **O centro da cidade do Salvador**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. Trad. Myrna T. R. Viana. São Paulo: Edusp, 2023.

SANTOS, S. R. **Paisagem solidária**: indicadores de sustentabilidade urbana em área turística funcional do centro histórico de São Luís, Maranhão. 2015. 586 f. Tese (Doutorado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2015.

SANTOS, S. R; HARDT, L; HARDT, C; SANTOS, P. C; FRANCO, L. M. G. Transformações da paisagem urbana do bairro Renascença II em São Luís (MA) sob a ótica dos moradores. **Anais ENANPUR**, v. 15, n. 1, p. 1-16, 2013. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/439/429>. Acesso em: 03 jun. 2024.

SANTOS, S. R; VIEIRA, J. C. Condomínio residencial farol da ilha em São Luís (Maranhão): Estudo sobre o valor de uso e troca do solo. **Cerrados**, Montes Claros: v. 14, n. 1, p. 165-190, 2016.

SELBACH, J. F. **Código de Posturas de São Luís/MA**. São Luís: EDUFMA, 2010.

SEMEDO, J. M. A Ilha de Santiago (Cabo Verde). **Palaver**, v. 1, p. 153-168, 2012.

SHIKIDA, C. D. Apontamentos sobre a Economia Política da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. **Revista de Economia e Administração**, v. 6, n. 2, p. 175-190, 2007.

SILVA, C. F. Intervenção urbana e uso do solo na Zona Sul do Recife: análise sobre as transformações urbanas dos bairros do Pina e Boa Viagem. **Caderno de Geografia**, v. 26, n. 45, p. 55-78, 2016.

SILVA, I. C. Representações sobre o patrimônio: memórias dos sujeitos no Centro Histórico de São Luís-MA. **Anais do VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas**: São Luís, p. 1-13, 2017.

SILVA, J. B. V. **Tudo isso era maré**: origens, consolidação e erradicação de uma favela de palafitas em São Luís do Maranhão. 2016. 140 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SILVA, J. R. C. O processo de patrimonialização do centro antigo de São Luís: práticas patrimoniais desenvolvidas pelo poder público. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História**: Fortaleza, p. 1-10, 2009. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simpósios/pdf/2019-01/1548772005_25e27ec30e403da4024867098fe3b72d.pdf. Acesso em: 21 ago. 2024.

SILVA, J. S; FARIAS FILHO, M. S. Expansão urbana e impactos ambientais na zona costeira norte do município de São Luís (MA). **RAEGA-O Espaço Geográfico em Análise**, v. 46, n. 1, p. 07-24, 2019.

SILVA, M. A. S. **A extinção da companhia de comércio e o tráfico de africanos para o estado do Grão Pará e Rio Negro (1777 – 1815)**. 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2012.

SILVA, N. **São Luís: ilha ou metrópole?**. 2. ed. São Luís: NS Editor, 2012.

SILVA, S. B. M; SILVA, B. C. N; CARVALHO, S. S. Globalização, turismo e residências secundárias: o exemplo de Salvador-Bahia e sua região de influência. **Revista Acadêmica Observatório da Inovação Turística**, p. 1-15, 2009.

SILVA, G. P. F. **Domingo é dia de Feirinha São Luís: (re)viver em festa e entre paisagens patrimoniais e turísticas**. 2021. 112 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço) – Universidade Estadual do Maranhão, 2021.

SIMONSEN, R. C. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. Brasília: Edições do Senado Federal, v. 34, 2005.

SOTRATTI, M. A. A ideologia espacial na patrimonialização e gestão de bens culturais em áreas gentrificadas. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 6, p. 303-323, 2016.

SOUSA, K. S. **A guerra fluvial: a engenharia indígena no processo de expansão neerlandesa no Maranhão e Grão-Pará (1621 - 1641)**. 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

SOUZA, P. M. **Rua Grande: Um passeio no tempo**. São Luís: Prefeitura Municipal. São Paulo: Pancron, 1992.

TEJO, I. M. “Isto é o que me lembro com toda a verdade, sem faltar um ponto de tudo o que aqui digo”: A queda de Salvador para os Holandeses a partir de uma Relação de Sucesso. **Revista Cantareira**, n. 35, p. 205-220, 2021.

TRIBUZI, B. **Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento**. São Luís: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais, 1981.

VASCONCELOS, P. A. Geografia Histórica: tempos e espaços em debate. **GEOgraphia**, v. 26, n. 57, p.1-15, 2024.

VASCONCELOS, P. A. Os agentes modeladores de Salvador no Período Colonial. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 2, n. 3, p. 1-15, 2009a.

VASCONCELOS, P. A. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. **GeoTextos**, vol. 5, n. 2, p. 147-157, 2009b.

VASCONCELOS, P. A. **Salvador**. Ilhéus: Editus, 2002.

VASCONCELOS, P. A. **Salvador**: transformações e permanências (1549-1999). 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2016.

VITTE, A. C. O litoral brasileiro: a valorização do espaço e os riscos socioambientais. **Territorium**, n. 10, p. 61-67, 2003.

VIVEIROS, J. **História do Comércio do Maranhão 1896-1934**. São Luís: Edição da Associação Comercial do Maranhão, 1964.

YERAS, M. T. C. Usos e apropriações do patrimônio urbano VS identidade perdida ou preservada. **PatryTer**, v. 1, n. 1 p. 22-33, 2018.

ZANCHETTI, S. M. Conservação Integrada e planejamento urbano: uma revisão. **Cadernos de estudos sociais**, v. 19, n. 1, p. 107-124, 2003.